

Marcos Nestor Stein
Méri Frotscher
(org.)

História do Paraná Contemporâneo

TEMAS E ABORDAGENS

História
do Paraná
Contemporâneo

Marcos Nestor Stein
Méri Frotscher
(orgs.)

História do Paraná Contemporâneo

TEMAS E ABORDAGENS

Copyright © 2021 Marcos Nestor Stein, Méri Frotscher e Desalinho.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1900, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa e projeto Gráfico

Pablo Rodrigues

Imagem de capa

Porto Paranaguá, Paraná. Pixabay ©

Financiamento para esta publicação



Conselho editorial

Ary Pimentel (Letras, UFRJ) / Diogo de Hollanda (Comunicação, PUC-SP) / Heloísa Buarque de Hollanda (Comunicação, UFRJ) / Izabela Bocayuva (Filosofia, UERJ) / Karina Kuschnir (Antropologia, UFRJ) / Luciana dos Santos Salles (Letras, UFRJ) / Nathanael Araújo (Antropologia, Unicamp) / Rafael de Arruda Sobral (Letras, UFCG) / Regina Dalcastagnè (Letras, UnB) / Rodrigo Perez de Oliveira (História, UFBA) / Tatiana Massuno (Filosofia, PUC-RJ).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História do Paraná Contemporâneo: temas e abordagens / organização Marcos Nestor Stein, Méri Frotscher. – 1. ed. – São João de Meriti, RJ : Desalinho, 2022. – (Coleção tempos históricos)

ISBN 978-65-88544-25-9

1. Paraná (Estado) – História I. Stein, Marcos Nestor. II. Frotscher, Méri.
III. Série.

22-112116

CDD-981.6 2

Índices para catálogo sistemático:

1. Paraná : Estado : História 981.62
Aline Grazielle Benítez – Bibliotecária – CRB-1/3129

[2022]

Desalinho publicações

Rua Caricó, S/N. São João de Meriti — RJ

Telefone: (21) 994428064.

www.desalinhopublicacoes.com.br

desalinhopublicacoes@gmail.com.

Sumário

Apresentação 9

Ditadura, redemocratização e historiografia

A Ditadura Militar no Oeste e Sudoeste do Paraná: considerações sobre
memória e imaginário social 15

MARCELO HANSEN SCHLACHTA

A Igreja Católica do Paraná e a Ditadura Civil-Militar: o ideário da “formação
de lideranças” e o lugar da Diocese de Palmas/Francisco Beltrão-PR (1950-
1980) 41

JAEL DOS SANTOS

Ler a História pela Capa: historiografia e opções editoriais na Revista História:
Questões & Debates na década de 1980 **67**

BRUNA SILVA
BEATRIZ ANSELMO OLINTO

Relações de gênero e subjetividades

Reconfigurando o Espaço Político: inserção e participação de trabalhadoras
rurais no Sindicato Rural de Pitanga (1980-1990) **99**

MARISANGELA LINS DE ALMEIDA

Delineando Subjetividades: suicídio e relações de gênero, Ponta Grossa/PR
(1960-1970) **125**

SILVIA D. SCHNEIDER

Masculinidades Impressas na Folha do Norte do Paraná **147**

GESSICA ALINE SILVA

Violeta Franco e Helena Wong: arte moderna paranaense entre a figuração
e a abstração (1960-1980) **165**

MAURICIO MARCELINO DE LIMA

História rural, natureza e movimentos sociais

A Revolta dos Colonos de 1957 nas Fotorreportagens da revista
O Cruzeiro **197**

TIAGO ARCANJO ORBEN

De Chicago a Toledo: os estudos de comunidade na década de 1950
no Paraná **215**

JÉSSICA DAL PIVA

Uma Promessa em Disputa no Paraná: os movimentos sociais rurais e a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) **243**

FERNANDA NICHTERWITZ

Natureza, Turismo e Identidade no Município de Maripá/PR **267**

CARLA MARTINA RECH

Sobre os organizadores **291**

Sobre os autores **293**

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos essa coletânea de textos que abordam diversos temas da história do Paraná contemporâneo. Em tempos de grande proliferação de *fake news*, negacionismos e falsificações sobre as mais variadas questões e eventos do passado e do presente, torna-se cada vez mais imperiosa a realização de atividades que envolvam a divulgação e valorização do conhecimento científico produzido, sobretudo, em programas de pós-graduação de instituições de pesquisa e ensino superior. Os textos aqui publicados apoiam-se no entendimento de que a função social da História reside em produzir conhecimento científico a partir dos nossos problemas e desafios atuais, com todo o rigor metodológico e responsabilidade que o ofício exige.

Nessa perspectiva, essa coletânea é fruto de um esforço coletivo de reunir e divulgar os resultados de diversas pesquisas de egressos – mestres e doutores – da Linha de Pesquisa Cultura e Identidades, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. A coletânea também conta com contribuições de egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE, do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO – e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do

Sul – PUC/RS. Essa diversidade demonstra que a produção e o desenvolvimento do conhecimento científico se dão por meio do diálogo e do debate entre pesquisadores de diferentes instituições.

O livro está estruturado em três partes. A primeira, intitulada *Ditadura, Redemocratização e Historiografia no Paraná*, inicia-se com o texto de Marcelo Hansen Schlachta sobre memória e imaginário social da ditadura civil-militar no Oeste e Sudoeste do Paraná. A partir de um extenso diálogo com a historiografia e um rico conjunto de fontes, como os Relatórios da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, de 2014 e 2017, e entrevistas orais, Schlachta desconstrói uma visão bastante presente entre os habitantes das referidas regiões de que no Paraná a ditadura teria sido “branda”, sem as violações de direitos humanos; e aqueles que foram presos, sofreram violências porque “mereceram”. Na sequência, temos o capítulo redigido por Jael dos Santos, que aborda a formação de lideranças católicas na Diocese de Palmas e Francisco Beltrão ao final da ditadura civil-militar no Brasil. Santos faz uso de documentos da Igreja Católica, Relatórios do DOPS/PR (Delegacia de Ordem Política e Social) e de uma extensa bibliografia para demonstrar que a Igreja Católica não era um espaço de consenso, especialmente em relação às posições políticas e projetos para a sociedade brasileira. Finalizando essa seção, temos o capítulo de Bruna Silva e de Beatriz Anselmo Olinto, dedicado à análise da revista de História *Questões & Debates*, criada no início da década de 1980 por professores da Associação Paranaense de História – APAH. A reflexão de Silva e Olinto enfoca as capas das primeiras edições do periódico e levam o leitor a compreender os processos que envolvem as publicações dos resultados de pesquisas de historiadores paranaenses e seus diálogos com questões nacionais e internacionais do período.

A próxima seção intitula-se *Relações de Gênero e Subjetividades*. O primeiro texto, de Marisangela Lins de Almeida, aborda a participação de mulheres no Sindicato Rural de Pitanga, município localizado no Centro do Paraná. O foco da análise são as narrativas orais de Zenóbia Godoy, que permitem perceber as formas de inserção de mulheres em espaços tradicionalmente ocupados por homens, como é o caso do referido sindicato. O leitor perceberá que a participação de mulheres em espaços públicos e na política é um processo que envolve lutas, resistências e mudanças nos padrões culturais - no caso, as racionalidades do mundo rural brasileiro. O próximo texto é de Sílvia Schneider, que aborda a constituição de subjetividades, suicídios e rela-

ções de gênero em habitantes do município de Ponta Grossa/PR nas décadas de 1960 e 1970. Schneider lançou mão de diversos documentos judiciais que estão arquivados no Centro de Documentação e Pesquisa em História, CDPH, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para problematizar os perfis dos suicidas e contribuir para a necessária desconstrução de tabus sobre esse tema. Em seguida, Géssica Aline Silva apresenta uma análise de discursos que constituem modelos de masculinidade presentes no jornal *Folha do Norte do Paraná*, publicado em Maringá/PR durante as décadas de 1960 e 1970. Em sua análise das páginas desse periódico, Silva percebe também a construção, de forma negativa, da imagem desviante, do homem que não se adequava a um ideal de masculinidade buscado na cidade em tempos de ditadura civil-militar brasileira. Fechando a seção, o leitor encontrará o capítulo de Mauricio de Lima sobre arte moderna paranaense nas décadas de 1960 e 1970. Por meio das produções artísticas e das trajetórias de vida de Violeta Franco e Helena Wong, Lima discute estereótipos femininos e as performances de gênero dessas artistas.

A última parte da coletânea intitula-se *História Rural, Natureza e Movimentos Sociais*. Abre a seção o capítulo de Tiago Orben sobre a revolta dos colonos no Sudoeste do Paraná, em 1957. O foco da análise são as fotorreportagens sobre a revolta publicadas na revista *O Cruzeiro*, publicada no Rio de Janeiro/RJ. Orben demonstra, a partir de imagens e textos, que o periódico não buscou apenas informar, mas construir sentidos sobre a revolta; construção que envolveu ênfases de alguns acontecimentos e sujeitos e o silenciamento de outros. Na sequência, temos o texto de Jéssica Dal Piva, que aborda os estudos de comunidade no Brasil, em especial no município de Toledo, Oeste do Paraná. O foco do estudo é um relatório sobre o município que foi elaborado no final de 1950 pelo antropólogo Kalervo Oberg. Dal Piva discute a metodologia empregada por Oberg, que exclui determinados atores sociais da comunidade pesquisada e, dessa forma, contribui para a construção e a consolidação do discurso do pioneiro desbravador sulista como protagonista da história da colonização de Toledo e de municípios vizinhos. Em seguida, Fernanda Nichterwitz problematiza a criação dos *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) nos três estados do sul do Brasil, na primeira década do século XXI. Nichterwitz mostra que a constituição da universidade se deu a partir da organização de habitantes da região e de movimentos sociais, como a Via Campesina. Esse processo também foi caracterizado por

disputas envolvendo os locais de estabelecimento dos *campi* e dos cursos que seriam oferecidos. Conclui a seção o capítulo de Carla Martina Rech, que problematiza a construção de referenciais identitários para a população do município de Maripá, localizado no Oeste do Paraná. Por meio da análise de jornais e entrevistas orais, Rech demonstra o processo de criação da festa das orquídeas e do peixe como um espaço de fomento de uma indústria do turismo e também de identificação dos maripaenses.

Por fim, é digno de nota que os textos foram redigidos em uma linguagem direcionada também para um público além-muros das universidades; público que encaramos não somente como destinatários, mas como interlocutores, com os quais buscamos estreitar os laços e reforçar o diálogo. Ou seja, esse livro é um convite para a reflexão, para o debate. Esse objetivo, de ampliar o acesso aos resultados de nossas investigações, também vem ao encontro do que entendemos como uma das funções sociais dos historiadores e dos demais profissionais das Ciências Humanas: por meio da produção e difusão do conhecimento científico, contribuir para a ampliação de mecanismos e espaços de reflexão, de diálogo e de aprimoramento e reafirmação da ciência e da democracia.

MÉRI FROTSCHER & MARCOS NESTOR STEIN

Docentes da Linha de Pesquisa Cultura e Identidades
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PRIMEIRA PARTE

Ditadura,
redemocratização
e historiografia
no Paraná

A Ditadura Militar no Oeste e Sudoeste do Paraná: considerações sobre Memória e Imaginário Social¹

MARCELO HANSEN SCHLACHTA²

“Não houve ditadura no Brasil!”

Esta é uma visão que até certo ponto vem se naturalizando e sendo compartilhada por inúmeras pessoas em tempos atuais. No entanto, se encontra demasiadamente envolta em profundas camadas de negacionismos em relação ao passado e ao presente. Essa ideia de negação do passado ditatorial parece ganhar ainda mais intensidade em se tratando de algumas regiões paranaenses, onde se é possível observar há muito tempo alegações de que no Oeste e Sudoeste do Paraná a ditadura militar praticamente não foi sentida, que por aqui praticamente não ocorreram prisões e perseguições políticas, que violações aos direitos humanos não aconteceram e que não haviam organizações e movimentos de resistência, diferente de grandes centros como no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais.

1. Esse texto é um dos resultados da pesquisa de doutorado defendida no PPGH da UNIOESTE. Orientadora: profa. Dra. Méri Frotscher Kramer.

2. Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente de História e Coordenador de Pesquisa e Extensão do IFPR (Instituto Federal do Paraná) – Campus Cascavel.

Essas afirmações procuram reforçar a concepção de uma colonização harmônica, ocorrida de maneira ordenada e pacífica, pautada nas ações de companhias colonizadoras e do papel do Estado, bem como nas concepções ligadas à maciça presença de descendentes de imigrantes que vieram para a região com uma mentalidade ordenada pelo trabalho e progresso³, tendo reflexos na mentalidade da população dessas regiões até o presente.

Ao nos debruçarmos de modo mais detido ao modo como a historiografia tradicional representa acontecimentos pertinentes ao período da Ditadura no Paraná, observa-se que a mesma parece imputar certa irrelevância a estes episódios, comumente construindo uma narrativa histórica a qual denota uma espécie de “ditadura branda” no Estado. Destacamos que essa perspectiva reflete um senso comum compartilhado por grande parte dos paranaenses, a de uma população ordeira, pacata e voltada para uma ética dirigida pelo trabalho, estendendo rótulos de desordeiros e preguiçosos àqueles que se opunham a um *status quo* vigente.

Nesse sentido, a historiadora Carla Conradi pontua que esse senso comum, não raras vezes, leva muitas pessoas a enxergarem as resistências e a repressão como algo próprio da realidade de outros Estados, e que “o Paraná, por ter um suposto perfil político de direita e conservador, teria se alinhado ao governo militar, desde a instauração do golpe em 1964, sem muita resistência, tanto na esfera governamental quanto pela sua sociedade civil” (CONRADI, 2015, p. 154-155).

Temos em mente que quando tratamos das regiões Oeste e Sudoeste do estado a perspectiva até aqui delineada é claramente reforçada. Estas áreas territoriais, além de possuírem uma ocupação mais tardia em relação à outras regiões, contaram com uma presença maciça de migrantes sulistas, em sua maioria descendentes de italianos e alemães, bem como com participação marcante da ação de companhias colonizadoras.

Outro ponto a ser conferido destaque sobre a visão plasmada pela historiografia tradicional e pelos meios de comunicação social é a o silenciamento na abordagem das irregularidades presentes durante o processo de ocupação, negligenciando a existência de conflitos que persistem até os tempos atuais. Ao lançarmos olhares sobre essas questões podemos observar

3. Não se faz objetivo deste capítulo uma análise mais detalhada de como se constroem as memórias e culturas de história nos espaços fora dos círculos acadêmicos, bem como fora dos círculos de ex-presos e perseguidos políticos e seus familiares.

que a colonização e as políticas de desenvolvimento projetadas para a região não se desenrolaram de modo tão pacífico quanto é costumeiramente apresentado. Nesse sentido, o historiador Ângelo Priori pontua que:

Numa perspectiva social, o Paraná possui um amplo histórico de conflitos que envolve a disputa por terras. Nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná não foi diferente. Isso porque geralmente as terras doadas ou vendidas às colonizadoras estavam em sua maioria ocupadas por posseiros e essas empresas se encarregavam de expulsá-los. A Revolta de 1957 e os conflitos agrários na região Oeste são exemplos de como esse processo de colonização ocorreu no limiar entre o progresso e a violência. (PRIORI, 2012, p. 83-84)

Inúmeras famílias de posseiros foram expulsas de suas terras cedendo lugar para a ação de Companhias Colonizadoras e famílias mais abastadas financeiramente. As dimensões políticas das visões das Companhias Colonizadoras e do poder político estão presentes em discursos que circulam no espaço público até hoje e objetivam justificar sua atuação em prol do desenvolvimento regional. Por outro lado, visões de pessoas comuns revelam traços da memória social da população oestina que não apresentam outras interpretações para esse mesmo processo, e que constam na chamada “História Oficial”. Esta memória é reveladora de um imaginário social muitas vezes marcado pelo poder e pela violência a que foram submetidos certos grupos sociais que não se alinhavam a determinadas práticas e políticas desenvolvidas na região.

Deste modo, o objetivo deste texto é demonstrar como Oeste e Sudoeste do Paraná se constituíram enquanto uma ambiência conflituosa e marcada por graves violações aos Direitos Humanos ao longo do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Para tanto, assinalaremos o modo como resistências políticas e organizadas atravessaram estes territórios, bem como agricultores e outros grupos sociais foram perseguidos e sofreram violências por não se alinharem a mentalidade política a qual se pretendia hegemônica.

Multiplicidade de antagonismos: um breve panorama histórico

Ao adentrarmos nos conflitos e tensões que compõem parte da história recente desta região, um dos exemplos mais emblemáticos para a memória social foi o Levante de Posses do Sudoeste, em 1957, que teve suas raízes em projetos governamentais que objetivavam a ocupação das áreas para a colonização, atraindo colonos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sob promessas de facilidades e de infraestrutura. Conforme evidenciado no livro do historiador e professor da UNIOESTE, Paulo Koling, intitulado “A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações” (2018), as raízes dos enfrentamentos estão no fato de que o conflito agrário de 1957 envolveu os novos posseiros – residentes no meio rural e urbano – bem como antigos posseiros remanescentes, excluídos dos processos sociais por conta uma estrutura injusta, excludente e desigual. Para o autor: “A luta pela terra mobilizou novos sujeitos que reivindicavam o direito à propriedade legal de suas posses e a eliminação da grilagem praticada pelas novas companhias imobiliárias” (KOLING, 2018, p. 72).

Sobre a ação dessas Companhias Colonizadoras, o historiador Valdir Gregory destaca que o Governo paranaense concedia grandes extensões territoriais na região a estas empresas particulares, mas que, no entanto, existiam inúmeros posseiros nessas áreas já tituladas pelo Governo do Estado para essas Companhias (GREGORY, 2001)

Outrossim, nesta ambiência conflituosa, as companhias sendo detentoras dos títulos de propriedade passaram a pressionar os colonos no sentido de regularizar suas terras, sendo que a maioria não aceitou, desencadeando por parte das companhias um conjunto de ameaças e violências contra colonos e posseiros. Em função das práticas cada vez mais agressivas e violentas das companhias, a população de colonos e posseiros passou a se armar para defender a posse de sua terra, partindo para o enfrentamento. A situação ganhou contornos bastante graves, uma vez que, como nos retrata a literatura sobre o assunto, os posseiros e jagunços se entrincheiraram respectivamente em Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, à espera do conflito, sendo necessária a intervenção militar na região para abafar a contenda.

Devemos olhar para a luta empreendida pelos posseiros como sendo uma importante experiência de organização dos trabalhadores da região Sudoeste, sendo que a maioria dos envolvidos eram posseiros que se colo-

caram a demandar e enfrentar forças políticas locais e estaduais tendo por objetivo a titulação de sua propriedade. Apesar da intervenção do Governo do Estado e da distribuição de títulos de terras para vários colonos, o levante armado deixou variadas marcas que promoveram o surgimento de novas lutas por justiça e terra na região.

Ao longo do período da Ditadura Civil-Militar, principalmente na transição das décadas de 1960 e 70, uma política de “modernização” agrária foi estimulada pelo governo e encontrou bastante sintonia com os projetos pretendidos e desenvolvidos pelas companhias colonizadoras, bem como com a mentalidade de muitos migrantes que aqui se estabeleceram. Estes fatos contribuíram para a construção de uma memória hegemônica acerca do Oeste paranaense e sobre o período da ditadura nesta região.

No sentido acima exposto, a historiadora Irene Spies Adamy pontua, em sua dissertação de mestrado, como este processo se deu e quais os mecanismos utilizados pela Sociedade Rural do Oeste do Paraná para consolidar sua hegemonia num ambiente regional conflituoso. A autora historiciza a consolidação do latifúndio e do poder de seus proprietários ao longo do processo de ocupação da terra e a estruturação fundiária de Cascavel e outros municípios da região, bem como durante processo de modernização conservadora adotado de modo mais direto durante a Ditadura. (ADAMY, 2010, p. 116).

Desta forma, embora não tão visíveis, as ações promovidas na região dentro do regime de Estado de exceção foram portadoras de elevado grau de violência, tanto física quanto simbólica, voltando-se normalmente para uma camada da população que teve poucos meios para sua defesa e sob a qual o silenciamento acerca das violações sofridas e das memórias disso produzidas, contribuiu para operar a consolidação de uma memória harmônica acerca do passado regional.

Populações camponesas, comunidades indígenas, quilombolas, posseiros, colonos, entre outros sujeitos sociais, por não possuírem uma mentalidade e um conjunto de práticas que se adequassem à noção de progresso pretendida como forma de ampliação da fronteira agrícola nacional, ou por realmente se encontrarem no caminho de grandes empresas e latifundiários, foram objetos de expulsão e de formas variadas de violação – física, psicológica, simbólica, jurídica, entre outras – durante o período.

Os reflexos do projeto de modernização no Oeste e Sudoeste do estado foram bastante intensos, haja vista o claro aumento das populações em áreas urbanas, a mecanização das lavouras, e, por consequência, o incremento da produtividade agrícola. No entanto, válido é mencionar que o referido projeto trouxe consigo impactos altamente nocivos para alguns grupos locais, elevando os índices de violência.

O Relatório Preliminar da Comissão Estadual da Verdade (CEV-PR) delinea em suas conclusões o modo como se desenrolou este processo:

Um dos mais importantes projetos realizados pelos governos militares foi a política de modernização da agricultura, que teve efeitos em termos da renovação e remodelação dos contornos que definiam e definem a questão agrária brasileira. Buscaremos discutir os reflexos indiretos do regime ditatorial. Embora não tão visíveis, também foram altamente atentatórios à condição humana, atingindo uma camada da população que poucos espaços tiveram para sua defesa. No mais das vezes o silêncio sobre eles é parte da estratégia de construção de uma memória harmônica sobre a ditadura no interior do Brasil (CEV, 2014, p. 692).

No sentido exposto, diferentes populações camponesas (colonos, pequenos posseiros, caboclos, indígenas, quilombolas, meeiros, entre outros) sofreram variadas formas de expropriação e violência, através dos mecanismos engendrados pela política agrária do período ditatorial. Em termos gerais, foram forçados a abandonar seus modos de vida tradicionais, sua moradia, sua forma de plantio, suas sociabilidades e outros, em detrimento de uma determinada noção de progresso e desenvolvimento que estava dissociada de seus saberes tradicionais e em praticamente nada os favorecia.

Durante as décadas 1960 e 1970, começa a se processar no Brasil e também no Paraná, a chamada “Revolução Verde”⁴. O uso contínuo de tecnologias para o melhoramento de sementes e plantas, de venenos e adubos sintéticos, bem como de maquinário pesado para a obtenção de uma maior

4. Revolução Verde diz respeito à invenção e disseminação de práticas agrícolas, sementes, melhoramentos genéticos, utilização de herbicidas, adubos sintéticos, utilização intensa de maquinário e outros, que permitiram um grande aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos, durante as décadas de 1960 e 70. Sobre o assunto ver: PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1979.

produtividade são características determinantes desse momento, assim como o melhoramento genético de animais.

Este processo está ligado ao que denominamos modernização conservadora⁵. O meio rural modernizou-se, incorporando novas tecnologias, equipamentos mecânicos, técnicas de controles de pragas, entre outros, promovendo um aumento da produção. Por outro lado, tivemos a expulsão de trabalhadores, o aumento da concentração fundiária e de renda, barrando o acesso a uma série de fatores que promovem o aumento do nível da qualidade de vida do trabalhador rural – saúde, educação, segurança, entre outros.

A este cenário somam-se os expropriados pela criação da barragem da Usina de Itaipu, construída durante o período militar (1975-82), bem como o grande número de trabalhadores demitidos pela empresa e que, sem condições de retornarem às suas regiões de origem, acabaram permanecendo na região e engrossando os movimentos sociais que lutam pela terra para trabalho, fomentando o surgimento de diferentes movimentos de reivindicação, os quais unificam suas pautas de luta dando origem ao MST.

No tocante à construção da barragem de Itaipu, o número aproximado de desapropriados foi de 40 mil pessoas. Os problemas mais comuns sofridos pelos expropriados foram relativos a medições e avaliações de terras, indenizações, formas de pagamento, indenizações de bens comunitários (silos, estradas, acessos etc), escolha dos locais para novo assentamento, reestruturação para aqueles que permaneceram nas proximidades ou que foram parcialmente atingidos. Nesse cenário surgiram diferentes manifestações em favor dos expropriados, muitas delas recebendo apoio de representantes das igrejas locais, jornalistas, sindicatos, advogados e militantes de esquerda (NASCIMENTO, 2010).

No sentido exposto, o geógrafo Wagner Cipriano do Nascimento, que estudou as relações de poder ao longo do processo de construção da Usina, assinala:

5. No tocante ao uso desse termo, partimos da interpretação dada por Alberto Passos Guimarães, que postula que se trata de uma 'estratégia de modernização conservadora', assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária (GUIMARÃES, 1977: 3).

A Itaipu tem sua gênese na época do regime militar que preconizava as abstinências de opinião por parte da sociedade brasileira. Entretanto, surgem manifestações sociais contra ações ditatoriais do militarismo, no caso da construção de Itaipu, emerge na região da Costa Oeste inúmeras articulações políticas e mobilizações sociais contrárias, e de caráter de negociação, vivenciadas no processo de desapropriações, que repercutiram e polemizaram a nível nacional e internacional (NASCIMENTO, 2006, p. 10).

Em meio a este cenário regional complexo envolvendo disputas pela terra, posseiros, grileiros, grandes proprietários, indígenas, atingidos por barragens, pequenos proprietários e outros, tem-se o desenvolvimento de uma mentalidade que associa a região a expansão da fronteira agrícola, ao progresso e aumento da produção.

Neste ínterim, a violência praticada ao longo de todo o processo de modernização da agricultura por diversas vezes se deu mais do ponto de vista simbólico, mas nem por isso foi menos real e agressiva. O projeto de modernização planejado para a região enquanto fronteira agrícola sublimou os conhecimentos e saberes tradicionais associados às populações camponesas (SCHREINER, 2002, p. 323). Suas formas de interação e compreensão do mundo, o manejo da terra, seus valores simbólicos foram desrespeitados, passando a ser representados de modo diminuto e, comumente, associados à ignorância e ao desconhecimento.

O panorama até aqui delineado demonstra que a história regional no Oeste e Sudoeste do Paraná, ao longo do período ditatorial, não foi tão harmônica quanto se propaga. Para além das questões fundiárias, expropriações e afins, se faz importante fazer menção, mesmo que apenas para constar, que nestas regiões houve também a ação de militantes principalmente do MR8, da VAR-Palmares, do PCB, Grupos dos Onze contra o governo militar.

Assim, devemos lembrar que a região foi atravessada pelos mecanismos desenvolvidos pelo Governo Militar e que a Ditadura foi sentida de diferentes maneiras, seja por intermédio de um modelo de ocupação de terras e modernização específica a qual privilegiava um grupo frente a outro, seja por meio da repressão a movimentos de oposição.

Acerca do silêncio que paira sobre a ditadura na região Oeste/Sudoeste, Aluízio Palmar, jornalista, ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de

Outubro (MR8), muito atuante no levantamento de documentos sobre casos de violação na região e ativo na luta pela memória do período, pontua que:

Construiu-se a sociedade do medo e do silêncio, onde prevalece o calar-se e fingir que não aconteceu, ou que todos os crimes divulgados fazem parte de ideologias partidárias ou resquícios de ações ‘comunistas’. Este silêncio brasileiro também revela a própria dificuldade das pessoas falarem sobre o assunto por ser algo que as toca de uma forma negativa, pois o que é humano atinge, fere, mesmo sem que a pessoa seja testemunha ocular dos fatos. Mais do que isso, admitir que o horror aconteceu aqui também implicaria assumir parcela de culpa que cada um tem: culpa por trancarem-se em suas casas e preocuparem-se apenas com sua rotina, mesmo vendo seus vizinhos serem presos, sumirem ou serem mortos (PALMAR in: SILVA, 2014, p. 153).

No tocante ao golpe e ao desenvolvimento da ditadura civil-militar, vários autores já debateram acerca do Paraná durante a ditadura sob diferentes prismas: os movimentos sociais que se estruturaram, o movimento estudantil, os partidos políticos e as organizações de esquerda, as perseguições, a repressão e as violações praticadas. Partindo das formulações até aqui apresentadas, a Comissão da Verdade atuaria, no nível regional, de modo a trazer à tona outras memórias, que não aquela reconhecida e difundida pelo Estado, e que se encontra abafada na maioria das vezes.

Em Dissertação de Mestrado intitulada “Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970” (2014), Marcos Adriani Ferrari de Campos demonstra a articulação deste movimento em resistência à ditadura, por intermédio de um grupo revolucionário regional ligado ao Rio Grande do Sul e com adesão de camponeses, professores e outros membros locais. O historiador demonstra como eles procuraram estabelecer uma resistência e trabalho de conscientização nos anos 1970, sendo presos, torturados e acusados de terrorismo e sequestro, entre outras acusações (CAMPOS, 2014).

A historiadora Mara Dhulle dos Santos Silva, na dissertação de Mestrado “Guaíra: a cidade em tempos de ditadura civil-militar (1964-1985)”, demonstra como a região de Guaíra, localizada no extremo Oeste do Paraná, foi afetada durante a vigência da Doutrina de Segurança Nacional

pela articulação do Poder Executivo Federal e do Executivo Municipal, que direcionaram os projetos para a cidade durante aqueles anos. Com apoio do Poder Executivo Federal, foram aplicadas diferentes formas de coerção em cidades próximas (SILVA, 2016).

Em sentido complementar a estas perspectivas, a historiadora Fabiana Chaparini, analisa a atuação de Gernote Kirinus, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), demonstrando como sua atuação destacava problemas ligados aos conflitos e injustiças latentes na região ao longo do período da ditadura civil-militar vigente no país, analisando como as ações e narrativas do pastor estavam imbricadas dentro de uma construção social, resultante de um período que difundia o “Terror de Estado” (CHAPARINI, 2016, p. 41)

A historiografia recente sobre o período, de modo mais direto uma série de teses e dissertações produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste, algumas acima listadas, demonstra direta e indiretamente como os Governos Militares atuaram na região Oeste e Sudoeste paranaense, os projetos políticos, os desdobramentos de suas ações, os principais atingidos, os impactos da violência, entre outros. Por ser uma produção mais circunscrita ao meio acadêmico, acaba por ter pouca penetração na composição do ideário social. Assim, no que tangencia as memórias dos atingidos pelas ações dos Governos durante a Ditadura, no tocante à criação de espaços materiais, monumentos, patrimonialização, o que foi feito em grande medida está circunscrito a algumas ações das universidades (montagem de acervos, produção de artigos, dissertações e teses), ou iniciativas isoladas de alguns representantes do poder público ou de movimentos de luta contra tortura e organizações de direitos humanos.

Ainda hoje existe uma política de silenciamento e esvaziamento dos acontecimentos e conteúdos relativos ao período militar – aos sobreviventes, aos movimentos que fizeram resistência, a estruturação social etc – muitas vezes envolto nos embates políticos ocorridos entre grupos antagônicos no sistema vigente. Nesse sentido, perscrutar esse passado de contradições e apresentar reflexões as demandas do presente demonstram a necessidade de atuação da CEV ao largo dessa ambiência do Oeste/Sudoeste do Paraná. O estabelecimento e apresentação dos fatos relativos a temática da ditadura militar, bem como das memórias de perseguições, prisões, exílios, censura,

tortura, desaparecimento e mortes devem ser envoltas na proposta prospectiva de que não mais aconteçam.

Oeste e Sudoeste em perspectiva

A região Oeste e Sudoeste do Paraná foi atravessada por diferentes movimentos de resistência, grupos sociais que foram perseguidos, bem como sujeitos individuais que tiveram sua liberdade tolhida ao longo do período ditatorial. Em março de 2014, A Comissão Estadual da Verdade, em Audiência Pública realizada na cidade de Cascavel, reuniu depoentes atrelados a diferentes movimentos e grupos sociais, os quais, cada um ao seu modo e com suas particularidades, questionaram as estruturas de poder do Estado de Exceção inaugurado após 1964. Prestaram depoimentos nessa Audiência integrantes da Operação Três Passos, do Grupo dos Onze, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do Partido Comunista Brasileiro, bem como indígenas que sofreram com o processo de expropriação durante o período ditatorial.

A partir deste ponto, procurando demonstrar que, ao contrário da visão negacionista da Ditadura que se busca implantar tanto regional quanto nacionalmente, a mesma se fez sentir nesta ambiência em suas diferentes faces, seja na imposição de modelos políticos que desconsideram populações locais, seja na perseguição de indivíduos e grupos que não se alinham ao pensamento dominante, seja pelo uso de métodos de violência e de graves violações aos Direitos Humanos.

Analisaremos aqui algumas situações ocorridas nesse espaço geográfico e que demonstram a ação dos Governos Militares na região. Destacamos que a Comissão da Verdade mapeou fartamente a repressão e a violência contra grupos e indivíduos, bem como em minha tese “*A Comissão Estadual da Verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e Sudoeste do Paraná*” (2019) abordamos a complexidade e abrangência da repressão sobre diferentes grupos e sujeitos. No entanto, para que possamos visualizar minimamente diferentes atingidos pelas graves violações durante o período, para este texto manteremos o foco sobre o Grupo dos Onze e a Operação Três Passos.

O Grupo dos Onze

Em meados de 1963 o país se encontrava imerso em um quadro de profunda instabilidade política. O presidente Jânio havia renunciado com menos de um ano de mandato, em 1961. O vice, João Goulart, foi impedido de assumir com plenos poderes por meio de um golpe parlamentar, o que levou Leonel Brizola a articular a “Campanha pela Legalidade”. Somente em 1963, após a realização de um plebiscito, João Goulart pôde dirigir o país a partir do presidencialismo. Pairava sobre “Jango” um receio por parte de diversos setores sociais, principalmente ligados às elites, as camadas médias urbanas e ao exército. O cenário de crise política, econômica e social insinuava um possível golpe militar, fato que acabou se concretizando, posteriormente, em 1964.

Nesse ínterim, Leonel Brizola, político com grande prestígio e influência sobre as massas populares, conclamava a população para formarem os chamados Grupos dos Onze Companheiros, também conhecidos por Comandos Nacionalistas. Inicialmente os grupos possuíam a intenção de pressionar o governo Goulart a implantar as Reformas de Base, principalmente a reforma agrária, utilizando-se da Rádio Mayrink Veiga para difundir suas ideias e convocar a população. Sobre isso o historiador Bóris Fausto pontua que:

A esquerda do PTB, com Brizola à frente, queixava-se das vacilações de Jango na área das reformas sociais e das relações com o imperialismo. Um acordo para a compra de uma empresa estrangeira, concessionária do fornecimento de energia elétrica – American and Foreign Power Co (Amforp) –, considerado lesivo aos interesses nacionais recebeu duras críticas dos brizolistas. Brizola foi organizando sua própria base de ação (FAUSTO, 2007, p. 457-8).

Em meio a esse plano de fundo é que vão sendo organizados os Grupos dos Onze. A nomenclatura “Grupo dos Onze” e sua organização partem do gosto e paixão do brasileiro pelo futebol, uma vez que cada time possui 11 jogadores. Esses grupos integrariam uma célula política capaz de enfrentar as ameaças de golpe. De acordo com o site do CPDOC/FGV:

Como o nome indica, cada Grupo dos Onze era formado por 11 pessoas, uma das quais o comandava. Onze grupos compunham uma unidade-distrito, 22 distritos constituíam uma província e 11 províncias integravam uma região. Segundo Glauco Carneiro, chegaram a existir no Brasil 1.298 grupos dos Onze. No início de 1964, Brizola afirmou que os grupos já contavam com cerca de duzentos mil integrantes⁶.

O crescimento vertiginoso dos Grupos dos Onze, principalmente no Sul do país, gerava um temor entre as elites. A historiadora Graziane Ortiz Righi, no artigo intitulado “Grupos dos Onze: a tentativa de resistência” (2014) afirma que após o Golpe civil-militar deflagrado em 1964, Leonel Brizola realmente pediu para que os “companheiros” dos Comandos Nacionalistas insurgissem contra os golpistas, a exemplo do que ocorreu no Movimento da Legalidade, em 1961, inclusive pegando em armas e lutando pela manutenção da ordem democrática. Todavia, isso não ocorreu, uma vez que os grupos haviam se organizado recentemente e não foi possível uma reação efetiva (RIGHI, 2014, p. 13).

Após os episódios de março de 1964, os Grupos dos Onze eram vistos como uma ameaça à “Revolução” implementada pelos militares, passando a sofrer perseguições. Essa situação conturbada é descrita pela historiadora Carla Luciana Silva (2014) e demonstra a gravidade da perseguição à qual diversos camponeses foram submetidos. Importante frisar que, para muitos, o ingresso nos Grupos dos Onze se deu desvinculado de qualquer ideologia política ou resistência ao regime. Muitos camponeses se encontravam integrados aos grupos na esperança da reforma agrária, como forma de conseguir sua porção de terra, outros em função do prestígio e da admiração nutrida em relação a Brizola, como observaremos no decorrer do capítulo.

Analisamos alguns processos de depoentes da Audiência Pública de Cascavel junto à Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça. Interessante observar que na sentença final destes processos, ao se analisar a condição dos requerentes, um texto padrão é reproduzido com base em consultoria histórica, o qual citamos abaixo. Nele, observamos o modo como parte da imprensa do período teve por intento a criminalização dos Grupos

6. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-dos-onze> <acesso em 05 de outubro de 2021>.

dos Onze, espalhando inclusive medo na população e atribuindo um radicalismo aos seus integrantes:

Após a instauração do regime militar, a parcela da imprensa que antes havia identificado nos grupos dos onze um perigo revolucionário passou a incentivar a desmobilização dos grupos. No Diário de Notícias:

‘No auge a insânia comuno-sindicalista, a tal ‘rede da legalidade’ espalhava pelos ares do Brasil frases assim: «Nós, ao lado do presidente João Goulart, não vamos enforçar os generais Castello Branco, Mourão e Krueel. Vamos é cortar o pescoço deles. E eles, sem pescoço, não poderão ser enforcados!» pergunta-se: é lícito que co-autores de crime comum desse tipo conservem uma parcela que for de poder político? (...) A «operação limpeza» recém começou. Precisa ser concluída, rápida e inflexivelmente, como aconselha a experiência do general Amaury Krueel’.

O mesmo jornal depois completava:

‘A limpeza, aliás, está indo de maneira muito lenta e muito leniente, o que está a decepcionar o povo que gosta de ver justiça’.

Poucos dias após o golpe, já se noticiavam as primeiras prisões⁷.

O excerto acima demonstra a construção feita por um determinado veículo de comunicação e por setores da sociedade associando os integrantes dos Grupos dos Onze a promotores do caos social e da desordem, chegando a ameaçar atentar contra a vida de generais do exército brasileiro. Observamos também o modo como o mesmo jornal incita a que se tomem medidas drásticas contra esse grupo.

Mais adiante, a mesma sentença acima citada menciona ainda que as apurações realizadas acerca da atuação dos Grupos dos Onze não demonstram que eles tivessem ideais radicais ou qualquer ameaça à ordem democrática no país:

7. Processo de Anistia sob No. 2006.01.54030. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia.

Nesta auditoria no Rio Grande do Sul, porém, foi concluído que, ainda que tenham sido idealizados por Brizola, os grupos dos onze da região não tinham caráter paramilitar ou finalidade subversiva que pudesse ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional. No mesmo sentido, outra investigação militar observou que não foram encontrados revolucionários, intrigando-se com a inclusão de pessoas que dificilmente poderiam estar envolvidas em um golpe: ‘os preâmbulos militares feitos a respeito constataram uma grande maioria de senhoras velhinhas de mais de 70 anos membros dos Grupos de Onze, de fato eram trabalhistas, petebistas fanáticos da época, assim como a quantidade enormes de crianças com 1, 2, 3 anos, com um ano, com meses de idade, que os pais, por serem trabalhistas fanáticos, ferrenhos, quando nasciam os filhos naquele período escreviam o nome dos filhos como membros dos Grupos de Onze. (idem)

Interessante salientar que embora a análise presente na sentença postule que o movimento não possuía características ou intenções de um levante golpista, inúmeros integrantes dos Grupos dos Onze foram perseguidos, presos e torturados a mando do Regime. Ao longo de minha tese de doutorado (SCHLACHTA, 2019) foram realizadas entrevistas com diferentes agricultores que faziam parte do movimento e os relatos de violência são os mais variados, passando por agressões físicas, como socos, pontapés, coronhadas, sufocamento e outros, passando pela necessidade de abandonar terra e familiares, chegando até violências simbólicas, como rotulações pela comunidade, humilhações públicas, destruição de objetos familiares e de trabalho etc.

A Comissão Estadual da Verdade, em suas Audiências Públicas, ouviu na forma de depoimentos vários integrantes dos Grupos dos Onze no Sudoeste do Paraná. Um desses depoimentos que aparece no Relatório Final da CEV é o do Sr. Braulino Martins dos Santos, testemunho que se insere no que chamamos de “testemunho exemplar”, tanto por conta de sua estrutura coerente, quanto pelo relato detalhado acerca da violência sofrida:

Eles chegaram com um rolo de corda, e, então, trelaram assim nos punhos, mas bastante, gente. De Cidade Gaúcha nós estávamos mais ou menos em uns catorze, mas tinha mais gente dos outros municípios [...] Tinha mais de sessenta, oitenta pessoas. Numa caçamba [...] E daí fomos conduzidos nessa caçamba, todos tre-

lados, pra Cruzeiro do Oeste. Fiquei lá não sei quantos dias, e dali me levaram para Curitiba.

Chegamos em Curitiba dia 21 de abril. Lá em Curitiba ficamos no Ahú, 104 dias. Quer dizer, eu falo mais ou menos assim, porque tem no papel, porque estão marcados os dias, mas eles lá não marcaram muito certo. Mas ficamos essa quantia. Então, fomos trelados, volto a falar do trelamento. Fomos trelados que nem porcos, e assim levados para Cruzeiro do Oeste. Aí, lá em Cruzeiro do Oeste, levantaram aquela caçamba, e todos nós rolamos no chão, assim. E lá em Curitiba, então, ficamos 104 dias, deram o alvará de soltura para eu voltar para a casa de Cidade Gaúcha. Para Curitiba nós fomos de ônibus algemados até Maringá. De Maringá nós fomos algemados de trem até Curitiba. Me lembro até hoje. Cheguei dia 21 de abril em Curitiba. (CEV-PR, 2017, p. 325-6)

O testemunho prestado por Sr. Braulino descreve o modo como se davam as condições desumanas da prisão, quando foram “trelados como porcos”, isto é, amarrados como animais às vésperas do abate, e transportados em condições perversas. O excerto acima traz informações que vão ao encontro daquilo que é preconizado pela Comissão em relação ao seu mandato de investigar as graves violações, descrevendo os locais, as datas, o tipo de violência sofrida, bem como o tempo de prisão.

O relatório segue trazendo o depoimento do Sr. Braulino, que descreve como se dava a tortura por eles sofrida:

Aí vinham e tiravam a gente e levavam assim para o militar. Aí o militar investigava a gente. Duas, três horas. Saía aquele tenente, chegava outro tenente, até amanhecer o dia. Então foram 104 dias desse jeito [...] Me colocaram duas vezes no pau de arara. E, em cima daquelas latinhas, eram latinhas de ervilha, eles colocavam a gente de pé em cima das latinhas. Latinhas e pau de arara. Amarravam a gente e colocavam entre duas cadeiras. [...] Queriam que a gente falasse que a gente era comunista, que defendia o comunismo. Então, falavam pra gente se a gente pretendia que entrasse o comunismo. (CEV-PR, 2017, p. 326)

A fala do depoente sintetiza a descrição da tortura, dos suplícios impingidos, faz um retrato estruturado da violência, descreve o tempo em que

ficaram sob estas condições, o tipo de violência, a busca por extorquir uma confissão e o cenário político por trás disso tudo.

Em sentido semelhante, nas entrevistas que realizei com vítimas da violência perpetradas por agentes do Estado durante a Ditadura no Oeste e Sudoeste do Paraná, pude ouvir o Sr. Waldemar Rossini, que também foi submetido a diferentes formas de violência, que são assim narradas pelo entrevistado:

[...] foram revirando pra cá foram revirando lá né, mas não tinha nada, a única coisa que tem é essa espingarda que tá aí hoje (risos) tinha só dois cartuchinhos carregados (risos) de passarinho ainda. Daí não acharam armamento, foi e foi aí foram em baixo do porão, tinha uma tuia de feijão... “é aqui que tá o armamento” pegaram e abriram, derramaram o feijão no chão... feijão do manguá, batido a pau naquela época né, 64, não tinha arma, não tinha nada né, batia pau, não tinha armamento, não tinha nada. Aí me judiaram bastante lá em baixo no chiqueiro dos porco, diziam que eu sabia do armamento, sabia e sabia que o armamento tava aqui, com duas lata d’água, e foi isso (Entrevista com ROSSINI, Waldemar: 2016: A/A).

Não devemos perder de vista que o entrevistado em questão se trata de um agricultor, o qual passou a maior parte de sua vida no interior de Capanema. Suas visões de mundo são envoltas em elementos e percepções, os quais lhe fazem sentido a partir de suas experiências de agricultor. Podemos identificar em sua fala, por exemplo, outro tipo de sofrimento, não apenas o da agressão física em si, mas o da lembrança do feijão, produzido com tanto custo, fruto do trabalho da família, “batido a pau naquela época”, sendo derramado no chão, em meio à sujeira. Importante destacar que este gesto da polícia é narrado enquanto um gesto de violência, descaso e desrespeito ao trabalhador do campo.

As ações dos agentes do Estado se caracterizam não apenas pela violência física e objetiva, mas também operam de modo simbólico, mas nem por isso menos real ou menos violento que outras formas de violência. Trabalhamos com a noção de “violência simbólica” a partir das concepções do sociólogo Pierre Bourdieu, segundo o qual a dominação não necessariamente se opera em ações de cunho direto ou por um grupo de agentes sobre

outros (dominantes “versus” dominados), mas também pode se processar de modo indireto e complexo, por intermédio de um conjunto de ações que atuam nas estruturas, operando uma relação de dominação. Esta relação de dominação pode, muitas vezes se dar de modo não objetivo e concreto, mas nem por isso menos real. Embora possa eximir-se do uso direto da coerção física, pode provocar danos e traumas do ponto de vista psicológico e social (BOURDIEU, 1996).

Nesse mesmo sentido, destacamos a fala do Sr. Benjamim Machado em entrevista que realizamos para a confecção da tese:

[...] eu trabalhava na colônia. Eu não tinha terra, né? Mas aí eu plantava na terra dos outros. Daí com aquela que começaram a perseguir, me pegaram... já pensou? Pegar uma pessoa na roça trabalhando, por quê isso? é gente... como que se diz? Era uma lei, uma lei da ditadura, acho que era a ditadura, daí eu, digo: “mas assim não dá. Tem que procurar um jeito, uma manobra, pra poder cair fora”. (Entrevista com MACHADO, Benjamim. 2017: A/A)

Benjamim relata que trabalhava na colônia, que é um trabalhador rural, se ocupando de trabalhar na terra dos outros em troca de renda. Esse dado não pode passar despercebido, uma vez que denota um elemento importante no que tangencia o tipo de participante do Grupo dos Onze. Tendo em vista se tratar o Sudoeste do Paraná de uma região marcada por conflitos pela terra, envolvendo posseiros, jagunços e grileiros, o Grupo dos Onze aparece absorvendo a massa de camponeses sem terra, trabalhadores rurais, expropriados e outros, no debate sobre a reforma agrária.

Observemos que a abordagem de Benjamim logo se volta para a questão de sua prisão: “Daí com aquela que começaram a perseguir, me pegaram... já pensou? Pegar uma pessoa na roça trabalhando, por que isso?”. É interessante observar como a extensão do relato é marcada pelo ressentimento de ser preso trabalhando. Assim como abordado no depoimento à Comissão da Verdade, Benjamim externaliza o desconforto e a indignação de ser detido enquanto trabalhava.

Importante mencionar que grande parte dos camponeses que entrevistamos e que prestaram depoimento para a Comissão da Verdade possui uma dificuldade em falar de modo mais estruturado sobre o seu passado.

Muitos carregam profundos estigmas, os quais balizaram suas vivências entre a experiência com o passado ditatorial e o ato de narrar.

Para Luis Eduardo França Jardim, professor de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e doutor em Psicologia Social, no artigo “Psicologia Social e Pesquisa com Memória: Método e Reparação de Danos da Ditadura Civil-Militar” (2017), ao longo de mais de três décadas se individualizou o sofrimento das vítimas. Ele se refere a “sofrimentos políticos não enfrentados apenas psicologicamente” (JARDIM, 2017, p. 105), o que teria culminado não apenas na privatização do dano, mas dimensionado a subsistência de uma cultura do medo. Nesse aspecto, a realização das Audiências e a publicação dos resultados das comissões significa viabilizar um espaço propício para falar abertamente acerca das violações, bem como tornar público danos que antes ficavam circunscritos à esfera privada.

Outrossim, para além das experiências individuais com a tortura, a violência, a privação e a humilhação, há que se destacar que o trabalho com esses testemunhos desconstrói a visão negacionista de que não houve ditadura na região, à medida que reitera a participação de agentes do Estado em favor de um determinado projeto político e econômico delineado para a região em favor de um grupo, demonstrando que a atuação do Regime se deu também procurando consolidar uma mentalidade e perseguir aqueles que pensavam de modo diferente.

A Operação Três Passos

A “Operação Três Passos” foi considerada o primeiro movimento de resistência armada à Ditadura Militar. O movimento teve sua articulação na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Naquela região, o PTB de Leonel Brizola possuía grande adesão nas comunidades locais, onde proliferavam vários Grupos dos Onze. Vale destacar a presença de vários militares adeptos ao nacionalismo brizolista em diferentes quartéis da região e que apresentavam concordância em se levantar contra o governo militar que havia derrubado João Goulart em 1964. Do ponto de vista geográfico, devemos destacar a questão logística, pois Três Passos se situa numa região de fronteira, aproximadamente a 25 quilômetros da Argentina. Á época contava ainda com matas e florestas nativas, áreas descampadas que poderiam ser suporte para

pistas de pouso, o que contribuiria para desembarque de equipamentos e tropas (CADEMARTORI, 1993, p. 153-154).

No que tange ao movimento como um todo, a operação teve início em 18 de março de 1965, sendo constituída por militares nacionalistas e agricultores da região de Três Passos, quando aproximadamente 23 homens tentaram dar início a uma insurreição contra agentes da Ditadura. De acordo com o historiador Gilberto Calil: “Em sua fracassada insurreição, da perspectiva em que foi pensada, em sua fuga atravessaram o estado de Santa Catarina, foram perseguidos e presos na região Sudoeste do Paraná nas proximidades da cidade de Capitão Leônidas Marques” (CALIL Apud SILVA, 2016, p. 21).

O Exército brasileiro deteve o Coronel Jeferson Cardim de Alencar Osório, um dos líderes do movimento, e mais 17 guerrilheiros sob seu comando, levando-os para o quartel do I Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, onde foram interrogados por horas. Jeferson confessou tratar-se de um movimento de origem brizolista e que deveria ocorrer antes do final do mês de março, por ocasião do primeiro aniversário do que os militares chamavam de “Revolução”.

No Batalhão de Fronteira, os integrantes do movimento de Três Passos foram detidos e submetidos a diferentes interrogatórios e sevícias. O Relatório Final da CEV-PR menciona que “na ocasião foram presos e conduzidos até Foz do Iguaçu dezoito guerrilheiros, onde acabaram amarrados pelas mãos, sofreram tortura e ficaram três dias sem água nem comida” (CEV, 2017: 329).

Em síntese, a Operação Três Passos fora o primeiro movimento de resistência armada contra a Ditadura no Brasil, que tomou a cidade de assalto e se deslocou em direção ao Sudoeste e Oeste Paranaense. Capturados pelas tropas do Governo, os integrantes foram conduzidos até o Batalhão de Foz do Iguaçu, onde foram submetidos a torturas e privações. Mais tarde, por volta de 1979, os sobreviventes ingressaram com pedidos de Anistia e de indenização contra o Estado perante a Justiça.

Sobre as violações impingidas contra os envolvidos, podemos tomar como exemplo o relato realizado pelo Sr. Valdetar Dorneles, que assim descreve a ação dos agentes do Estado durante o interrogatório:

Os tais interrogatórios eram realizados por militares brutamontes, sob ameaças perversas, agressões morais e físicas. Certa vez entrei numa seção de tortura às 10 horas, saindo às 4 da madrugada,

sendo interrogado abaixo de espancamento para dar informações.
(DORNELES, Valdetar in: BRANCO, 2008: 102)

Na entrevista que realizamos com o Sr. Valdetar, ele adentra de modo ainda mais detalhado nos suplícios aos quais foi submetido:

Eu tenho o nariz quebrado, tenho... ainda pelo corpo... ainda sequelas, hoje tenho os ombros tudo deslocado, tudo fora do lugar, por causa de tudo os golpes que levei. Mas como gaúcho teimoso, pode dizer que é o Valdetar, porque passei por muitas consequências, muita tortura, muito sofrimento, mas tô resistindo.
(Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

Seu relato evidencia como a violência extrema era utilizada nos interrogatórios. Narrar essas experiências é uma forma de testemunhar e denunciar os crimes de tortura, os quais colocam o indivíduo numa condição de sobrevivente, à medida que estabelece uma ligação com os demais que também estiveram sob esse tipo de violência. Entendemos que essas narrativas são importantes à medida que o entrevistado sente a necessidade de exprimir os fatos.

Considerações finais

Ao analisarmos os testemunhos e fatos narrados, urge que o historiador, em seu ofício, adentre no campo das memórias, devendo discuti-las, contextualizá-las, problematizá-las, confrontá-las e não apenas coletá-las e reproduzi-las. Analisando documentos, entrevistas e outros materiais sobre o passado ditatorial, bem como depoimentos e relatórios produzidos pela Comissão da Verdade, entendemos a necessidade de fornecer todo um arcabouço o qual seja eficiente em produzir memórias históricas capazes de enfrentar os negacionismos do passado e do presente. Além disso, a compilação e o estudo de fatos e testemunhos são passíveis de mobilizar ações atreladas aos direitos humanos no presente.

Nas entrevistas que realizamos e nos depoimentos concedidos à CEV-PR, a apresentação da violência aparece de diferentes formas, muitas

vezes narrada de modo direto, como por seu Valdetar Dorneles, relatando a tortura, a dor e as consequências físicas das sevícias sofridas, mas também demonstrando a fragilidade do indivíduo frente aos agentes do Estado, se colocando na condição do sujeito que sofre a violência. Ou, ainda, de modos que revelam como as percepções da violência se apresentam ligadas a formas próprias de um determinado modo de vida, como nas lembranças marcadas pelo sofrimento do Sr. Waldemar Rossini, por ver os policiais derramando o feijão produzido pela família a muito custo.

Ao trazer à tona relatos e excertos os quais denotam o emprego da violência, não objetivamos criar uma narrativa vitimizadora dos sujeitos ou fazer aflorar uma espécie de sentimentalismo no leitor, mas dar visibilidade a relatos de vítimas da violência perpetrada no período ditatorial, sobre os quais, na atualidade, diferentes forças políticas e econômicas procuram negar sua gravidade.

Nesse sentido, destacamos que um dos objetivos presentes neste capítulo foi orientado pela perspectiva de revelar ou apresentar os fatos, estabelecendo uma verdade factual sobre o passado da ditadura no Brasil. Na obra *Memória do Mal, Tentação do Bem*, Tzvetan Todorov assinala as etapas para que se possa “reviver o passado no presente” (TODOROV, 2002: 142) e nos ajuda a compreender o procedimento utilizado com o intento de constituir uma determinada memória. A primeira etapa descrita pelo autor é o “estabelecimento dos fatos”, isto é, “a base sobre a qual devem repousar todas as construções ulteriores” (idem). Todorov destaca que entre os fatos em si, ocorre um processo de seleção, o qual escapa à vontade dos indivíduos, uma seleção involuntária – atrelada às condições de preservação, acesso etc –, seguida de uma seleção consciente e voluntária, ligada àquilo que o sujeito, a partir de suas subjetividades, julga ser digno de ser perpetuado. Todorov destaca ainda que após essa seleção um processo de hierarquização define quais fatos serão destacados e quais serão relegados à periferia.

Com efeito, após o “estabelecimento dos fatos”, opera-se a “construção de sentido”, a segunda etapa destacada pelo autor. É preciso interpretar os fatos, relacioná-los, reconhecer causas e efeitos, num processo de seleção e combinação. Essa etapa tem por finalidade “compreender o passado”, sem banalizar o mal ou justificá-lo, mas compreendê-lo para impedir seu retorno, ou seja, promover a justiça. Por fim, a terceira etapa consiste no “aproveitamento” que “é a instrumentalização dele com vistas a objetivos atuais.

Após ter sido reconhecido e interpretado, o passado será agora utilizado” (TODOROV, 2002, 149).

Todorov destaca que esses três estágios se confundem entre si e podem ocorrer desordenadamente, mas que se fazem elementos importantes para a compreensão da construção de determinadas memórias e usos do passado. Nesse sentido, destacamos que as Comissões da Verdade, se colocam dentro de uma perspectiva de “apresentação da realidade fática, por si, na sua absoluta crueza” (CNV. 2014: 15), com a finalidade de “estabelecer os fatos” do passado.

Deste modo, num presente marcado por negacionismos em relação ao passado ditatorial, é imprescindível pensar as ações desenvolvidas ao longo do período em toda região, explicitando a repressão não apenas a movimentos organizados de oposição que atuaram na região, mas também a coibição desempenhada sobre sujeitos e grupos os quais não se alinhavam ao discurso hegemônico, por exemplo como quando demonstramos que um dos primeiros movimentos de resistência à Ditadura teve passagem pela região. Esse trabalho tem grande valor ao contribuir para uma dimensão contemporânea da memória e do passado como elementos promotores de uma práxis que promova os direitos humanos no presente, questionando estruturas sociais e políticas que primam pela manutenção de desigualdades e injustiças, bem como violações contemporâneas.

Referências

Bibliografia citada

ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná.** Marechal Cândido Rondon, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNIOESTE.

BRANCO, Teobaldo. **Confidências de um Guerrilheiro.** Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2008.

CADEMARTORI, Daniele. **Operação Três Passos: A História, o Direito e o Político.** Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, UFSC.

CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari de. **Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970.** Marechal Cândido Rondon, 2014. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNIOESTE.

CEV-PR. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban.** Relatório / CEV – Recurso eletrônico. – Paraná: CEV-PR, 2014.

CEV-PR. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban.** Relatório / CEV – Recurso eletrônico. – Paraná: CEV-PR, 2017.

CHAPARINI, Fabiana Stahl. **Gernote Kirinus: religião, política e lutas pela terra no Oeste Paranaense (1970-1980).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade estadual do Oeste do Paraná, 2018.

CONRADI, Carla N. **Memórias do Sótão: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985).** Tese (Doutorado em História) Curitiba: UFPR, 2015.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2007.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial.** Cascavel: Edunioeste, 2001.

JARDIM, Luis Eduardo F. **Psicologia Social e Pesquisa com Memória: Método e Reparação de Danos da Ditadura Civil-Militar. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, núm. esp., p. 103-115, 2017.** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703080002017> <acesso em 05 de outubro de 2021>.

KOLING, Paulo. **A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações.** Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2018.

PRIORI, Angelo, [et al.] **História do Paraná: séculos XIX e XX [online].** Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense.

RIGHI, Graziani Ortiz. **Grupos dos Onze: a tentativa de resistência.** Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/90/40> <acesso em 05 de outubro de 2021>.

SCHLACHTA, Marcelo Hansen. **A Comissão Estadual da Verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e Sudoeste do Paraná.** Marechal Cândido Rondon, 2019. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UNIOESTE.

SCHREINER, Davi F. **Cotidiano, trabalho e poder**. A formação da cultura no extremo Oeste do Paraná. 2ª Ed. Cascavel: EdT, 1997.

SILVA, Carla. [et. al]. **Ditaduras e Democracias**: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

SILVA, Mara Dhulle dos Santos. **Guaíra**: a cidade em tempos de ditadura civil-militar (1964-1985). Marechal Cândido Rondon, 2016. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNIOESTE.

TODOROV, **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx, 2002.

Entrevistas citadas

DORNELES, Valdetar. Depoente da CEV-PR – Integrante da Operação Três Passos. Entrevista concedida ao autor em 27 de março de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

MACHADO, Benjamim. Depoente da CEV – Membro do Grupo dos Onze. Entrevista concedida ao autor em 12 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

ROSSINI, Waldemar. Depoente da CEV. Entrevista concedida ao autor em 26 de março de 2016. Arquivo do Autor (A/A).

A Igreja Católica do Paraná e a Ditadura Civil-Militar: o ideário da “formação de lideranças” e o lugar da Diocese de Palmas/Francisco Beltrão-PR (1950-1980)¹

JAEL DOS SANTOS²

Introdução

A Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) construiu-se e ruiu pela interrelação de múltiplas relações de força e agentes sociais. Ainda que não em sua totalidade, a Igreja Católica foi seguramente uma das instituições que mais atuou politicamente no período, tanto apoiando o Golpe que instaurou o Regime quanto criticando-o posteriormente. Por seu turno, processos históricos animaram reações e estratégias que mobilizaram frações do clero para leituras específicas de mundo. Algumas dessas serão tematizadas nesse texto.

Para compreender alguns aspectos dessa processualidade, a proposição conceitual da “formação de lideranças” será problematizada. A noção foi sendo paulatinamente ressignificada e instrumentalizada interna e externamente à Igreja desde o final da década de 1970. Nos vários setores relacionados ao mundo eclesial católico, principalmente entre os bispos, a perspectiva confor-

1. Esse texto é um dos resultados da pesquisa de doutorado defendida no PPGH da UNIOESTE. Orientadora: profa. Dra. Méri Frotscher Kramer.

2. Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Professor colaborador do Colegiado de História da mesma universidade.

mava os âmbitos religioso e político. Quem seria o “líder” e quais seriam os seus predicados? Quais são os elementos que historicamente proporcionariam a formação desse ideário? Qual seria o papel social desse “sujeito político” na sociedade brasileira que se redefinia? Enfim, são questões a serem exploradas.

A despeito da abrangência nacional da Igreja Católica, as reflexões serão centralizadas no caso da Igreja Católica do Paraná e, mais especificamente, na Diocese de Palmas/Francisco Beltrão durante o episcopado de Dom Agostinho José Sartori³, Bispo entre 1970 e 2005. O clero católico no Paraná passou por redefinições muito significativas a partir do início da

3. José Benito Sartori, futuramente conhecido pelo nome episcopal Dom Agostinho, nasceu em 29 de maio de 1929, em Campos Novos-SC. Os seus pais eram filhos de imigrantes italianos e vieram das proximidades de Caxias do Sul-RS até o Vale do Rio do Peixe poucos anos antes do seu nascimento. Em 1939, aos 9 anos, ingressa no seminário dos Frades Menores Capuchinhos de Almirante Tamandaré, aproximadamente 450 Km do seu local de origem. A sua formação se deu no modelo da clausura, o que era o padrão daquele momento. Foi ordenado sacerdote em agosto de 1952, tornando-se Frei Agostinho de Capinzal. Desde logo mostrou-se muito ativo tanto na comunidade interna capuchinha quanto nos ambientes da Cúria Diocesana de Curitiba. Devido ao seu estilo pessoal comunicativo, aguerrido e duro nos embates argumentativos, ele iniciou a sua carreira docente ainda durante o curso de Teologia, realizado em regime de internato, em Curitiba. Por considerarem-no competente no ensino, a sua Fraternidade o escolhe para ser o professor titular de Direito Canônico e ir licenciar-se nessa área em Roma, onde estudou de setembro de 1958 até o início do ano de 1961. Em abril de 1964 ele assume a presidência da Confederação dos Religiosos do Brasil – CRB – sessão Paraná, momento no qual aproxima-se do *corpus* episcopal do Paraná. Em setembro desse mesmo ano o seu nome é indicado para ser o primeiro subsecretário da recém-criada Regional Sul-II da CNBB, cargo que ele ocupa por poucos meses. A sua passagem pela CRB foi permeada pelos complexos problemas do momento, sendo que o principal era acomodar as mudanças, proposições e impulsos advindos do Vaticano II entre os religiosos; também era urgente tentar aumentar o número de membros do clero, tanto masculino quanto feminino; havia dificuldades na comunicação entre os religiosos e religiosas, o que era gerado em grande parte pelo modelo de formação; por fim, existia uma grande dependência deliberativa em relação aos bispos. Em síntese, emergia uma Igreja que lançava questionamentos a si própria e ao mundo exterior. Tendo em vista esse cenário de dúvidas entre praticamente todos os grupos religiosos, durante o seu mandato ele empreendeu uma série de eventos pelo Paraná para que, entre outros objetivos, os religiosos se conhecessem e pusessem o seu ofício em perspectiva. A forma como conduziu esses processos rendeu a Frei Agostinho a eleição para o título de Provincial Capuchinho para o Paraná e Santa Catarina. Ao mesmo tempo, também lhe garantiu a aceitação da colegialidade episcopal para a sua nomeação para o cargo de Bispo de Palmas, aos 26 de fevereiro de 1970, cargo que ele assume aos 14 de junho de 1970 e que ocupa até agosto de 2005. Ver: SANTOS, Jael dos. **Dom Agostinho José Sartori: um religioso entre conflitos**,

década de 1970. As posições variaram do reforço à hierarquia ao chamado “engajamento social”, algo que será abordado no decorrer dessa reflexão. Notadamente, a instituição católica no Paraná respondeu, com as suas particularidades, ao universo católico em nível mundial e vivenciou o século XX como um momento de grandes transformações e questionamentos, o que merece ser sopesado.

Dada a abordagem, será utilizado o mapeamento conceitual da noção de “liderança” na esteira da proposta do historiador alemão Reinhardt Koselleck. Conforme tal autor, os conceitos são importantes elementos para o entendimento sobre o mundo social uma vez que sintetizam, pela linguagem, compreensões historicamente situadas a partir de totalidades compreensíveis. Quando utilizadas conceitualmente, as palavras sintetizam conflitos postos no mundo concreto, pois a significação invariavelmente é circunscrita às experiências presentes, tensão que pode ser percebida pelos limites da linguagem. Em síntese, embora a realidade seja, por definição, quase que inesgotavelmente abordável analiticamente, os vocábulos não o são já que limitados pelas contingências de cada época. Nesses termos, os conceitos não são apenas “fenômenos linguísticos”, mas indicativos de “algo que se situa para além da língua” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Pressupostos gerais: a Igreja Católica do Brasil no século XX

Desde o Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja não passava por tantas reformulações conceituais e burocráticas quanto as que houve no século XX. Em relação ao século XIX, momento no qual a instituição parecia buscar enrijecimentos doutrinários, no século XX a Igreja passa a defender uma leitura histórica e ativa dos “sinais dos tempos” – conceito caro e de certa forma novo naquele momento. O novo arcabouço de compreensões foi sintetizado nos documentos oriundos do Concílio Vaticano II (1962-1965), um marco definidor desse realinhamento.

Para a Igreja do Brasil, o período também foi extremamente dramático. Com a República, a Igreja inicia um amplo processo de reformulação uma vez que houve o fim do Padroado Régio e a inauguração do princípio da lai-

negociações e tensões sociais no Paraná. Marechal Cândido Rondon: Tese – Doutorado em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.

cidade no país. A partir dali a Igreja deixa de ser financeira e estruturalmente dependente do governo monárquico, condição que lhe acompanhava desde antes de 1500. Por sua vez, nas últimas décadas do século XIX emerge no país o ideário da “Romanização Católica”, um conjunto de reformas almejadas e empreendidas pelo episcopado brasileiro no sentido de alinhar-se à ortodoxia emanada diretamente de Roma. Os caminhos escolhidos para tanto foram o enrijecimento hierárquico, a “europeização” do clero nacional – o qual tido como indisciplinado e tolerante com os considerados vícios locais –, e a mudança nos regimes de formação, agora sob o comando congregações estrangeiras (SERBIN, 1992, p. 91-92). A ideia era afastar ainda mais os seminaristas do mundo e das suas supostas “más influências”. Buscava-se também um clero capaz de rejeitar e contrapor-se publicamente quaisquer dos valores tidos como “modernos” bem como os seus predicados constituintes – o racionalismo, o cientificismo, o laicismo, o materialismo, dentre outros.

Deste modo, houve grandes guinadas a respeito de quais seriam as posturas e atribuições dos sacerdotes católicos. As mudanças, porém, não foram feitas apenas para reformular os membros da Igreja, mas também reestabelecer o alcance político da instituição. Nas primeiras décadas do século XX a Igreja promoveu avanços territoriais por meio da criação de novas dioceses e seminários. O projeto inegavelmente rendeu frutos e acabou por coroar um novo momento, algo que se deu em 1930, mediante o alinhamento da alta cúpula católica nacional com o governo varguista. Com isso, oficialmente afirma-se que Igreja Católica, em conjunto com o Exército, seria uma das instituições formadoras da “identidade brasileira” (AZZI, 1978; SERBIN, 2000).

O apoio da Igreja ao Golpe de abril de 1964, mais precisamente o léxico conceitual utilizado para defender a realização da manobra política, foi um produto dessas leituras. Mas havia mais processos em curso. Entre dezembro de 1962 e dezembro de 1965 acontecia o Concílio Vaticano II e dois anos depois, na cidade de Medellín, haveria o II CELAM – Conferência Episcopal Latino-Americana –, momento no qual discute-se os impactos do Concílio no continente e consagra-se a “opção pelos pobres”. A conceituação foi um sinal efetivo do alinhamento de setores mais amplos da Igreja com o universo das lutas populares e expressão que fundamentou as bases do que viria a ser a Teologia da Libertação. No Brasil, o Concílio e o CELAM foram vistos de formas variadas, pois não havia clareza sobre o que seria a “nova Igreja”, seus

ritos e o lugar do clero e dos leigos nisso tudo. Ainda assim, havia demandas por mudanças uma vez que a formação clássica, extremamente ritualizada e balizada pelo isolamento, parecia não mais responder de forma competente a um mundo social cada vez mais dinamizado.

No Brasil, por seu turno, a partir de 1970, consolidam-se as críticas sobre o autoritarismo dos militares. Nesse ano, na 11ª Assembleia Nacional da CNBB, realizada em Brasília, foi apresentado um relatório em que é feita a primeira menção colegiada sobre as incapacidades do Regime de responder aos problemas socioeconômicos do país. Na ocasião também se fez menção direta às práticas de tortura que vinham sendo realizadas por agentes do Estado, o que aumentou consideravelmente a celeuma entre a Igreja e o governo. Com efeito, vê-se uma mudança orgânica de entendimento, pois o texto foi aprovado por 159 dos 183 bispos presentes (KORNIS; MONTALVÃO, 2018). A partir disso, observa-se um novo léxico conceitual sendo afirmado por uma das principais autoridades eclesiásticas do país. Não obstante, com amplo consenso interno, a CNBB se posiciona como uma instituição atenta aos passos a serem tomados pelo Governo Militar⁴.

4. As muitas publicações da CNBB durante a década de 1970 foram providenciais no sentido de compreender definir nortes conceituais para as ações pastorais da entidade e dos seus subordinados – das dioceses às paróquias e associações. Entre os escritos estão: a) *Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo*, de junho de 1973, publicado por alguns bispos e superiores religiosos do Nordeste do Brasil. Foi prontamente censurado pelo Governo e teve de circular clandestinamente; b) *Marginalização de um povo*, também de 1973, mas publicado por bispos do Centro-Oeste. Teve como assunto a situação dos camponeses pobres e a expulsão do homem do campo; c) *Y-Juca-Pirama – O índio, aquele que deve morrer*, de dezembro de 1973, documento assinado por bispos de todo país, mas organizado por missionários católicos atuantes na região amazônica – documento assinado pelo Bispo de Palmas, Dom Agostinho José Sartori; d) *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus*, de outubro de 1976, destinado a denunciar as violências cometidas pelo Estado contra a Igreja e as afrontas aos Direitos Humanos; e) *Igreja e os problemas da terra*, de fevereiro de 1980, escrito na 18ª Assembleia Geral da CNBB nacional e destinado a realizar um estudo sobre as possibilidades da ação da Igreja no meio rural. Também foi uma resposta ao assustador aumento da violência no campo – de 52 assassinatos em 1982, para 222 em 1985 (BEOZZO, 1993, p. 58-65).

Sobre a Igreja do Paraná: frente aos agitados anos 1970

Diferentemente da CNBB nacional, o episcopado paranaense inicialmente não se mostrou disposto ao enfrentamento. No sentido oposto, os termos utilizados nos documentos apontam que as ações foram permeadas por comedimentos. Inicialmente houve tentativas de constituir linhas pastorais mais propositivas e interventivas, mas não havia consensos claros e os bispos acharam por bem começar pela afirmação de princípios e não pelo alargamento dos nortes de ação. Tal postura diz muito sobre o tradicionalismo reinante entre o clero local, sobretudo o curitibano. Desde o final do século XIX a cidade foi um centro de pensamento tradicionalista católico, predicado que influenciou para a criação da Diocese de Curitiba e de outras associações (CAMPOS, 2002, p. 127-128).

Movidos por tais intenções, em setembro de 1970 vem a lume o documento “Missão e Renovação da Igreja: orientações teológico-pastorais do episcopado paranaense”. A publicação trata-se de um conjunto de princípios que buscavam fixar o lugar de cada membro do clero e do laicato, reforçar a autoridade e enumerar os possíveis excessos a serem evitados. É esse escrito que ancorará a Igreja Católica Paranaense até pelo menos 1977 e que serviria como base do segundo, terceiro e quarto planos de pastoral da subseção da CNBB no estado, o Regional Sul-II (CHIQUIM, 2005, p. 282; FEDALTO, p. 556-557). Em síntese, o objetivo era amainar os ânimos dos “mais avançados” entre o clero e os leigos, grupos que ainda estava compreendendo o alcance das reformas conciliares e as suas possibilidades. Entre os bispos sobressai a ideia de que a autoridade poderia ser perdida a qualquer momento se nada fosse feito.

O juízo não era infundado. Inegavelmente havia uma onda de entusiasmo represada há muito entre os vários setores da Igreja. Para os bispos, os religiosos eram o grupo mais vulnerável, algo que teria relação com as transformações nos regimes de formação. O presbítero que antes passava anos enclausurado agora deveria se familiarizar com a ida às comunidades e com o desenvolvimento da “pastoral”, termo que passa a ser corrente. Entre o laicato a situação também era complexa, pois embora existisse certo controle clerical sobre o grupo, não havia votos formais de obediência ou mesmo um senso de hierarquia bem formatado que pudesse garantir que as manifestações fossem “adequadas” – aos olhos da Igreja, claro. Evidentemente, gerenciar

um campo de forças tão múltiplo não era simples e novas problemáticas não tardaram a aparecer. O Brasil era perpassado por dramáticas contradições socioeconômicas e demandas urgentes de vários setores sociais, urbanos e rurais. As contingências e a necessidade de ação atraíram religiosos para o debate público e para as disputas políticas. Problematicamente, contra padres ou leigos a linguagem de resposta do governo era a corriqueira do período: violência sistemática e prisões arbitrárias, algo que comumente envolvia a prática de torturas.

A despeito disso, a pluralidade de experiências fez surgir possibilidades tidas como mais palatáveis ao episcopado. Em nível de Brasil, uma dessas acontecia nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's. Tais associações originaram-se no país durante a década de 1950 e formaram espaços de interlocução que agradavam tanto ao clero quanto ao laicato (TEIXEIRA, 1988). Havia liturgias, cronogramas, roteiros de leitura, mas também momentos de reflexão e compartilhamento de anseios comunitários. No Paraná, as CEB's contribuíram para que o episcopado percebesse a ação popular como um caminho viável, em conformidade com pressupostos tidos pela alta hierarquia como mais estáveis politicamente. Já nos primeiros anos da década de 1970 o episcopado local passou a verbalizar considerações positivas sobre o assunto e passa a valorizar o seu potencial organizativo e interventivo. As CEB's, por sua vez, conseguiam sintetizar muitos processos anteriores, os quais vinham sendo vivenciados pela Igreja desde o início do século XX. Havia, por exemplo, uma inequívoca influência do programa da Ação Católica, o qual benquistado por sua proximidade com a Doutrina Social da Igreja (BRIGHENTI, 2015, p. 608-610)⁵.

5. A Ação Católica foi iniciada a partir de uma ótica antimoderna e como forma de estimular os fiéis a participarem da esfera pública na defesa da ortodoxia. Contudo, tais pressupostos não tardaram a mudar. Após a Primeira Guerra cresce na Europa o número de grupos ativos na sociedade civil, sobretudo entre os mais jovens. No processo, a Ação Católica ofereceu perspectivas mais dinâmicas e interventivas. O católico deveria observar o mundo, pensar sobre as questões candentes e agir a partir da externalização dos seus descontentamentos, algo sintetizado no método que o movimento passa a afirmar: o *ver-julgar-agir*. É nessa esteira que, em 1929, sob a liderança do padre belga Joseph Cardijn, surge a Juventude Operária Católica – JOC –, segmento que passa aplicar os princípios da Ação Católica a partir de uma postura “sócio-analítica”. Sob a inspiração da JOC, surgem a Juventude Agrária Católica – JAC –, a Juventude Estudantil Católica – JEC –, a Juventude Independente Católica – JIC – e a Juventude Universitária Católica – JUC. Segundo o cientista religioso Agenor Brighenti, a Ação Católica foi capaz de propor inovações signifi-

A Ação Católica inicia as suas atividades no Brasil em junho de 1935 e beneficiou-se dos sucessos e acidentes da Romanização e da reafirmação política da Igreja Católica no início do século XX. Naquele cenário, a Ação Católica era tida como um farol de entusiasmo e, dada a capilaridade da Igreja na sociedade, foi questão de tempo para que setores da instituição envolvessem de forma politicamente ativa com os inumeráveis dramas populares. A despeito do aumento das possibilidades propostas pela Ação Católica e outros movimentos, o alinhamento Igreja-Estado fez com que até o final da década de 1960 não houvesse abalos políticos significativos entre as instituições. Aliás, no período os agentes da Igreja mostravam-se cada vez mais comprometidos com a ordem política a ponto de atuarem na defesa do governo no interior de sindicatos e outras associações. Com a certeza de que não haveria subversões e contestações nesses meios, o governo não apresentou reservas ao desenvolvimento de Círculos Operários Católicos no país, algo que ocorreu nos grandes centros urbanos (SOUZA, 1998, p. 152-153).

No final da década de 1960, em face do surgimento cada vez maior de CEB's e outras organizações, e utilizando-se do discurso da “ameaça comunista”, o governo força a Igreja a desestimular as organizações de base. Em meio a debates internos muito acirrados, em 1968 a Ação Católica é encerrada no país. A partir dali as atividades passam a ser concentradas nas dioceses, o que significava a possibilidade de maior controle por parte dos bispos. Tais mudanças não foram capazes de desmobilizar as muitas experiências que já ocorriam. Mais que isso, é nesse bojo que se percebe a noção da “formação de lideranças” sendo verbalizada de maneira mais frequente e lúcida pelo episcopado e laicato.

Nesse sentido, a despeito do perfil histórico mais comedido da Igreja do Paraná, a segunda metade da década de 1960 produziu muitas experiências em várias partes do estado. Em Curitiba, por exemplo, nessa época surgiram grupos de reflexão, associações de bairro e entidades sociais. A existência desses coletivos fortaleceu a noção de que a sociedade civil paranaense estava mais organizada e de que as igrejas eram lugares sociais privilegiados para a organização das pessoas. Havia nesses espaços dois fatores convergindo: o agregamento social, oriundo da religião, e uma certa salvaguarda política, ainda que as mais diversas instâncias fossem permanentemente vigiadas.

cativas por apostar em uma metodologia configurada a partir do mundo concreto e para o mundo concreto (BRIGHENTI, 2015, p. 610-612).

Um texto que verbaliza essa transição de compreensões foi publicado por Dom Pedro Fedalto em dezembro de 1973. Nele o Arcebispo de Curitiba e dirigente mais proeminente da CNBB do Paraná relata a sua mudança de opinião sobre as CEB's e as surpresas que teve ao ver uma dessas funcionando organizadamente. O caso analisado era da Paróquia de São Francisco do Xaxim, em Curitiba, criada em 1967 e adepta do projeto das CEB's desde 1968. Maravilhado, o religioso narra que na paróquia havia 14 grupos de base os quais se reuniam periodicamente para discutir os seus problemas e animarem-se. Os encontros eram motivados por “cantos, leituras bíblicas, explicação dos trechos lidos, depoimentos e programação de projetos da comunidade. Em cada comunidade há sempre catequistas que preparam as crianças para a primeira eucaristia”. As ocasiões, segundo ele, potencializavam a interrelação entre o pároco e a comunidade, “não só na parte espiritual, religiosa, mas também na social, educacional, econômica”. Dessa forma, haveria “entre eles, a preocupação pela formação de catequistas e líderes cristãos”, com pessoas mais ativas, interventivas e capazes de buscar melhores serviços de educação, saúde e transporte. A promoção social seria uma busca constante mediante a construção de centros comunitários para o atendimento a idosos, pobres e doentes. A partir disso, Dom Fedalto conclui que a “experiência vivida nestas últimas noites nas comunidades eclesiais de base do Xaxim convence-me de que são válidas e que poderão ajudar muito na renovação da Pastoral de nossos dias” (FEDALTO, 1973, p. 2, grifo do autor).

De acordo com Dom Pedro Fedalto, com CEB's bem dirigidas e orientadas por “líderes cristãos conscientes”, haveria um conjunto de potencialidades gigantesco a ser desenvolvido. Notadamente, chamou a atenção do bispo que, nesse formato, óbices como a possibilidade do desatrelamento dos fiéis da estrutura da Igreja, os ditos “radicalismos”, poderiam ser superados. O resultado seria uma comunidade “animada cristãmente” de ponta-a-ponta e absolutamente ciente do que seria necessário para o bom funcionamento da vida cotidiana. Outro elemento importante, não citado nesse documento em si, mas em muitos outros, é que nesses termos não haveria espaço para a projeção de ambições políticas pessoais, pois reinaria um senso de “bem comum”. Assim, o “líder cristão” seria aquele que se utilizaria do fator agregador da religião e, pela leitura católica, apontaria aos demais o caminho a ser seguido, a quem recorrer e a forma como isso deveria ser feito. O que se

observa, portanto, é a tentativa da Igreja de lidar com os déficits de cidadania existentes sem renunciar ao dirigismo que lhe era tradicional.

O conteúdo dessa reflexão não era isolado e revela não apenas a consolidação de um olhar particular. Pela posição que ocupava, Dom Pedro Fedalto corrobora uma nova correlação de forças em curso, afirmadora de um consenso interno ao episcopado: a sociedade se dinamizava e era necessário repensar termos e conceitos. O processo de tensionamento social se refletiu de maneira evidente nos anos subsequentes, pois ao contrário do país melhorar, piorava. No Paraná havia uma série de grupos sociais vivendo em situação miserável. Um em particular eram os boias-frias, condição social produzida pelo êxodo rural descontrolado e a concentração fundiária⁶.

De maneira especial, o problema agrário e o seu enfrentamento eram os pontos nodais do momento. Por seu turno, a pastoral da CNBB no mundo rural ainda era pouco organizada, o que permitiu a ingerência de mais atores no processo. A interlocução entre as várias instâncias foi, portanto, inevitável. Foi justamente essa necessidade que colocou a Diocese de Palmas, os seus agentes históricos e, portanto, o seu Bispo Diocesano, Dom Agostinho José Sartori, enquanto promotores do ideário da “formação de lideranças” no Paraná. É o que será pensado no próximo item.

A diocese de Palmas e a formação de lideranças no Paraná

Quando as demandas pastorais incidiram na CNBB já havia algumas organizações em funcionamento no Paraná. A principal delas era a *Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural* – ASSESOAR. A entidade foi criada em fevereiro de 1966 na cidade de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná, por leigos locais e padres da Congregação do Sagrado Coração vindos da Bélgica. Uma das marcas do grupo era a aplicação de leituras balizadas pelo Concílio Vaticano II no trabalho pastoral, sobretudo no que tange ao pressuposto da

6. No Paraná, entre 1970 e 1980 estimava-se que um milhão de pessoas haviam deixado o ambiente rural. O aumento de boias-frias, meeiros, capineiros e diaristas, trabalhadores sem garantias de qualquer natureza, foi elevado enormemente. Em 1976 a FETAEP - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná – estimava que havia cerca de 700 mil boias frias no Paraná. Em 1981 o número subiu para cerca de 800 mil (SCHREINER, 2002, p. 98)

conciliação entre “fé e vida”, noção que demandava do padre não apenas o domínio sobre os ritos religiosos, mas também a capacidade de compreender a realidade social a partir de um olhar histórico-antropológico.

O principal artífice da ASSESOAR foi o Padre belga Joseph Caeckelbergh, conhecido como Padre Jef. Quando na Bélgica, o sacerdote teve muito contato com o Cardeal Josef Cardijn, um dos grandes promotores da Ação Católica junto ao Vaticano. Ao chegar ao Sudoeste do Paraná houve algumas constatações por parte dele e dos demais padres belgas: 1) havia grande senso comunitário entre os habitantes da região, pois as comunidades haviam sido formadas por migrações recentes sendo dotadas de certa homogeneidade cultural católica. No processo houve mostras de um senso de organização coletiva de luta pela terra, algo materializado na Revolta dos Posseiros de 1957⁷; 2) na região atuava um conjunto de sindicatos assistencialistas que pouco representavam os agricultores, algo próprio do modelo sindical articulado pela Ditadura Civil-Militar, inclusive com o apoio da Igreja (HOUTZAGER, 2004, p. 55-75); 3) a região oferecia material humano voluntário e envolvido com as atividades da Igreja, o que vinha permitindo a formação de muitos catequistas e agentes de pastoral desde o início das atividades da ASSESOAR.

Em face dos diagnósticos, houve a elaboração de relatórios que foram enviados para a Europa e a obtenção de recursos. Assim, já na metade da década de 1960 a ASSESOAR inicia a elaboração de materiais como livros de formação pastoral e catequética. Nos escritos, desde as primeiras publicações, mostra-se um esforço no sentido de alinhar teoria e prática, em conformidade com as demandas observadas nos trabalhos pastorais. Disso resultaram quatro constatações e três metodologias, pontos que nortearam a entidade até o início da década de 1980, momento no qual, por uma série de discordâncias com o centro diocesano, a ASSESOAR deixa de dedicar-se à parte religiosa. São essas:

7. Há uma ampla gama de publicações sobre o evento. Para mais informações, ver: COLNAGHI, M. C. **Colonos e poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1984. WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Vicentina, 1987; KOLING, Paulo José. A luta pela terra no Sudoeste do Paraná. In: MENDONÇA, Joseli Maria N.; SOUZA, Jhonatan Uewerton. **Paraná Insurgente: História e Lutas Sociais – Séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p.137-154.

- 1) A Igreja são todos os batizados;
- 2) Todo batizado é responsável pela renovação da Igreja e participa da sua vida;
- 3) Igreja é serviço na construção do Reino de Deus;
- 4) Igreja é uma força para libertar os homens e a sociedade do pecado e das consequências do pecado;

- 1) Iniciar uma nova forma de fazer pastoral com as crianças, os jovens e os adultos, que una a fé e a vida;
- 2) Desenvolver a solidariedade, a união e a participação;
- 3) Incentivar a organização autônoma dos agricultores (ASSESOAR, 1981, p. 10);

As discordâncias com Palmas se deram desde o início do episcopado de Dom Agostinho, em junho de 1970. Desde o seu período em Curitiba, o agora Bispo de Palmas, era visto como alguém dirigista, algo que tinha relação com a forma como ele conduziu o processo de recepção das reformas conciliares entre os religiosos do Paraná. Devido ao fato de que a ASSESOAR sempre se mostrou dotada de grande desejo de autonomia, o novo personagem era tido como hostil e o conflito era dado como iminente. De início o principal centro do embate era a catequese, ofício cujas linhas-mestras, segundo o Direito Canônico, caberia ao bispo definir. Em Francisco Beltrão, por sua vez, entendia-se que os trabalhos de elaboração de materiais catequéticos deveriam ser livremente desenvolvidos – o que gerou várias admoestações da parte do centro diocesano. A despeito desse descompasso, foi a conjugação do trabalho de ambas as organizações, ASSESOAR e Diocese de Palmas, que permitiu a execução de várias iniciativas eclesiais no Paraná, entre essas: a criação da CPT – Comissão Pastoral da Terra – na CNBB local, em 1976; a articulação dos serviços pastorais para todo o Paraná por meio dos materiais catequéticos; e, conforme será desenvolvido mais adiante, os paradigmas conceituais e metodológicos para a formação das CEB's e dos grupos de formação no campo.

Inegavelmente houve tentativas da Diocese de Palmas conformar os seus planos locais com diretrizes consoantes com a aproximação entre “fé e vida”, algo mais caro à ASSESOAR. Por exemplo, embora o principal objetivo do II Plano Pastoral da Diocese de Palmas (1973-1974) fosse realizar a “Igreja Particular”, em acordo com a CNBB, um novo léxico se faz presente. Entre as metas, há três: a) A criação, o fortalecimento e a assistência aos Grupos de

Base no meio rural e urbano, visando as CEB's; b) A formação de agentes de pastoral responsáveis para este trabalho: sacerdotes, religiosos e leigos; c) O fortalecimento e a especialização de pessoas para a Equipe de Diocesana em âmbito rural e urbano para formar os agentes e assegurar os trabalhos dos Decanatos e Paróquias (DOCUMENTO, s/d, p. 2).

A pauta da formação de líderes era um consenso entre ambas as entidades, portanto. Contudo, também é notório que em circunstâncias limite Dom Agostinho sempre fez questão de alinhar-se com o episcopado paranaense, colegiado que era de perfil centralista. Sob vários pontos de vista, tal postura não era injustificada, pois ainda que em certa medida distanciasse o episcopo das bases locais, em caso de se haver decisões e posições mais sensíveis, existiriam apoios políticos. A Diocese de Palmas, a bem da verdade, era prolífica no que tange ao surgimento de “dificuldades” nesse sentido – leia-se quaisquer questionamentos ao Regime Civil-Militar e às suas muitas ineficiências. Em uma Diocese na qual o pressuposto dominante passara a ser a formação de CEB's comandadas por “líderes católicos” engajados e, portanto, comprometidos com a base social que lhes cercava, as críticas ao governo eram constantes e ininterruptas. Além disso, nesse mesmo momento a ASSESOAR começava a vencer as eleições nos sindicatos rurais espalhados pelo Sudoeste do Paraná, algo que pressionava as cooperativas alinhadas ao governo.

Devido às mudanças na compreensão da alta hierarquia e das bases, mas sobretudo em função do que ocorria no Sudoeste, após 1975 é possível observar os mecanismos de vigilância da Ditadura Civil-Militar debruçarem-se sobre a Igreja, do episcopado às bases. Na ata da *XX Assembleia Ordinária dos Bispos*, realizada entre 22 e 26 de setembro de 1975, os bispos paranaenses registram preocupações a respeito da ocorrência de repressão. Consta no documento a seguinte passagem:

Os Srs. Bispos relataram algumas dificuldades que estão surgindo:

- a) Pedido de entrada nas reuniões do Regional por membros do S.N.I. (Londrina).
- b) Listas de padres participantes nas reuniões.
- c) Relação do arquivo de certas dioceses.
- d) O pedido de esclarecimento dos padres quanto ao 'MODO' como estão sendo feitas as prisões de setembro no Paraná. Propostas: 1) Continuar o diálogo direto com o Quartel General. 2) Visita de duas pessoas do Regional para manifestar as dificuldades que o 'MODO' das prisões estão originando na opinião pública e a questão dos direitos

humanos. 3) Aprovação da criação da Sub-Comissão Regional de Justiça e Paz (CONFERÊNCIA 1975, p 117b-118^a).

Conforme consta nessa e em outras fontes, a proposta da CNBB foi tentar abrir frentes de diálogo, algo que de fato ocorreu. Alguns bispos acreditavam ter bom trânsito nos círculos militares e isso serviria para acalmar o ambiente. Contudo, a atitude surtiu pouco efeito uma vez que a vigilância aumentou. Ao se acessar o fundo de fichas do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS –, nota-se que todos os bispos do estado foram fichados, citados e adjetivados em algum documento. A primeira entidade fichada foi a ASSESOAR, em junho de 1976. Dom Agostinho apareceu em duas fichas, a primeira abarca de junho de 1971 a agosto de 1976 e conta com apenas duas ocorrências nas quais aponta-se algumas simpatias políticas e a sua relação com a ASSESOAR. Na segunda, que vai de março de 1977 a janeiro de 1981, constam seis ocorrências e elenca-se um amplo levantamento de atividades que vão desde as suas aproximações com a ASSESOAR até a participação em eventos coletivos de protesto como o Movimento Educação e Justiça, ocorrido em 1980.

O documento mais surpreendente do fundo, o qual faz um apanhado de parte dessas fichas em um relatório único, é o *Subversão na Igreja do Paraná*, recebido pelo arquivo do DOPS-PR no dia 07 de setembro de 1977. De autoria não identificada, o escrito é atribuído ao III exército, 2^a seção do DOI-CODI. Pelo domínio vocabular, dá-se a impressão de que foi composto por algum membro da Igreja ou leigo especializado. Composto por quatorze páginas, observa-se o documento dividido em duas partes: primeiramente expõe-se um relatório histórico sobre as “origens da subversão” da Igreja Católica do Estado; por fim, faz-se um inventário sobre os seus principais atores e os seus supostos feitos. Se observadas as notórias posições públicas assumidas por alguns dos bispos, as adjetivações beiram ao delírio – alguns deles são tidos como “marxistas”, “extremistas”, dentre outras categorias. Dom Agostinho é apontado como um expoente do radicalismo, sendo definido como “o mais notório representante da corrente ‘progressista’ na Igreja do PR. É o titular da Pastoral Rural, bastante crítica porque está em contato direto com as massas rurais do interior paranaense”. Sobre ele, conclui-se: “a sua atuação é tão extremista que tem recebido reparos até de seus fiéis mais chegados”. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, s/d, p. 36-49).

Ainda que sob vigilância, não havia intenção da alta hierarquia de abandonar o projeto das CEB. Mais do que isso, com elas havia a possibilidade de diálogo entre as bases e os agentes da Igreja. Uma das constatações era de que a situação socioeconômica do Paraná era tão dramática que as mobilizações ocorreriam de qualquer forma. Sobretudo no campo, havia demandas que não conseguiam ser respondidas pelo governo. Pelo contrário, nesse momento ainda emergiam as contradições em torno da construção da Usina de Itaipu, acordo assinado em abril 1973 com o Paraguai e expressão do “discurso modernizador” do Governo Ditatorial Civil-Militar. Enfim, mais um grande problema para lidar, o qual tomou as atenções de setores da Igreja durante quase toda a década de 1970⁸.

Conforme consta nas atas do Regional, o episcopado paranaense compreendia o quão complexo e explosivo era o quadro geral. Respostas a isso eram articuladas em nível pessoal e institucional, pois não havia argumentos plausíveis que pudessem sustentar pedidos por recuos das bases. Assim, a formação dos agentes de pastoral e quais critérios orientariam o processo eram elementos centrais da discussão. Uma das medidas foi tentar clarificar o quadro, o que resultou na publicação do *Manual sobre as Comunidades Eclesiais de Base*, em agosto de 1976, texto assinado pelo Secretariado do Regional e pela Equipe de Coordenação da Pastoral Rural, então sob o comando de Dom Agostinho. Em linhas gerais, a publicação revela convicção do episcopado no projeto das CEBs – “A todos os valorosos pioneiros das Comunidades Eclesiais de Base existentes no Paraná”; “A todos que hoje acreditam na eficácia das Comunidades Eclesiais de Base e dão o melhor de si, para sua implantação, animação e crescimento”.

O primeiro texto do escrito foi composto pelo Pe. Miguel Ramero. Nele o sacerdote afirma que o material se tratava de um guia seguro para os

8. A obra foi iniciada em 1975 sendo que o reservatório é formado em novembro de 1982. Observados os impactos sociais, os números que envolveram a construção são surpreendentes: houve a inundação de uma área de 1.350 km²; o Paraná perdeu 101.093 mil hectares, o que extinguiu 8.500 propriedades – 6.900 rurais e 1.600 urbanas; e na área viviam mais de 8.000 famílias, o que compunha o número de 42.444 pessoas – 38.445 em área rural e 3.999 em áreas urbanas, cerca de 11% da população dos municípios atingidos pela barragem. Embora as indenizações tenham começado já em 1974, via desapropriação, legalmente tiveram validade apenas a partir de março de 1979. Como o pagamento foi feito em dinheiro, o resultado foi uma onda de expulsões no campo e o aumento vertiginoso da especulação imobiliária na região (MEZZOMO, 2009, p. 215-233)

agentes de pastoral, pois ancorado teologicamente, pastoralmente e pensado a partir das práticas cotidianas. Objetivava-se, dessa forma, a valorização das experiências das comunidades e o enfrentamento dos problemas existentes, sobretudo no campo. Eram esses: “a problemática da mecanização, do cooperativismo, da expansão do latifúndio, do êxodo rural, das migrações constantes, dos boias-frias, do minifúndio e da marginalização em que vive grande parte dos trabalhadores rurais”. A Dom Agostinho coube a introdução geral. No texto o Bispo de Palmas externou o sentido da obra e o que vinha sendo amadurecido entre os bispos. Nesse ponto, apresenta a finalidade da publicação: “entregar, nas mãos dos agentes de pastorais e líderes rurais, um instrumento eficaz e de fácil manejo” (DOCUMENTO, 1976, p. 4-8).

O início do escrito é doutrinal e sociológico. Em um primeiro momento são apresentados fragmentos de documentos papais e do Magistério da Igreja. Em seguida são transcritos substratos sócio-históricos sobre a origem das CEB's no Brasil e acerca dos laços sociais que envolveriam o projeto. A segunda parte dedica-se a aclarar o conceito de “Grupo de Reflexão”, quais seriam os critérios para selecionar os seus membros, preparar-lhes para o diálogo coletivo com a utilização dos materiais e, por fim, afirmar as características buscadas nas lideranças em formação. O terceiro momento apresenta “cinco experiências concretas” de existência de CEB's em cinco regiões diferentes do Paraná. O último momento conta com duas divisões: uma primeira com uma seleção de textos do Magistério da Igreja e sobre as CEB's; a segunda exhibe uma resenha sobre como elaborar os roteiros dos grupos de reflexão. Há, em anexo, dois textos sobre o quadro agrário do Paraná e a aplicação da Legislação Rural. Em síntese, na obra há um notório esforço de compor um itinerário passo-a-passo de um encontro de formação, dos procedimentos de recepção e preparação até as últimas palavras. Na conclusão, Dom Agostinho aponta que o manual:

[...] não pretende ser perfeito e único, mas útil aos que lutam pela renovação da Igreja e da Sociedade. Ele é o fruto do trabalho árduo e da reflexão de muitos. Neste sentido, não é um produto acabado, mas uma proposta e um desafio a todos que acreditam na eficácia e no potencial das Comunidades Eclesiais de Base (DOCUMENTO, 1976, p. 9).

Não se pode negar que, embora haja um olhar para as bases, o documento parte dos bispos e converge para as compreensões que lhes pareciam mais adequadas. Mesmo assim, ao contrário de poucos anos antes, há um conjunto de compreensões que acabam por defender um modelo mais dialógico de Igreja. Outro aspecto destacável está na compreensão de que os sujeitos sociais deveriam ser ativos, uma clara referência ao *ver-julgar-agir* da Ação Católica. As CEB's contribuiriam em todos os sentidos, pois proporcionariam ferramentas para a “promoção humana”, sendo “órgãos dentro das comunidades através dos quais o povo aprende na prática, na vivência do grupo, o valor da troca de idéias em conjunto”. O resultado, segundo o documento, seria comunidades capazes de compreender de forma plena e prática as noções de união, solidariedade, organização, dignidade humana e, afinal, liderança (DOCUMENTO, 1976, p. 17).

O final da década de 1970 foi muito intenso para o episcopado paranaense, sobretudo para Dom Agostinho. Em setembro de 1977 houve o seu depoimento, em conjunto com o Pastor Gernote Kirinus, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra. O evento exacerbou o grau de desgaste do governo ditatorial e a sua incapacidade de resolver os problemas agrários. Ao mesmo tempo, evidenciou a proeminência dos debates da oposição junto à sociedade civil. Em fevereiro de 1978, na esteira desses processos, a CNBB estadual publica o seu documento mais incisivo, o *Comunicação do Episcopado do Paraná sobre os problemas da terra*. O escrito era condizente com o V Plano Pastoral Regional que seria vigente entre 1979 e 1980 e que tinha como lema: Realizar a Igreja na Base. Com essa produção, os bispos procuraram falar com as massas sobre as condições dramáticas no campo, a marginalização advinda do êxodo rural descontrolado e as contradições da “modernização agrícola” (DOCUMENTO, 1978, p. 1-2).

O episcopado conclui o documento afirmando um “compromisso ecumênico” de “defesa dos mais pobres e oprimidos”; de esforço conjunto da Igreja Católica do Paraná na “defesa, promoção e educação do homem rural”; de “amparo e proteção das jovens do interior, auxiliares do lar, nas grandes cidades”; de garantir a implementação e “melhoria na legislação rural”; e de apoiar “os sindicatos” e a “defesa da fauna” da “flora” e do “reflorestamento racionalizado”. Por fim, cita-se o então recente documento “*Exigências Cristãs de Ordem Política*”, de fevereiro de 1977, mais precisamente a sua proposta de formação dos “agentes de pastoral”. Para os bispos do Paraná, o conteúdo

desse escrito expressaria a “nossa missão” a qual era a de construir uma sociedade voltada ao bem comum, à luz do Vaticano II, com “justiça e caridade” (DOCUMENTO, 1978, p. 4).

Embora o teor do escrito seja incisivo e refletisse o cenário de otimismo reinante naquele momento, os anos seguintes não foram assim em termos eclesiais. O tom predominante a partir dali, na verdade, foi o recuo. Sobre isso, houve a influência de fatores externos os quais de grande importância não só para a Igreja do Paraná. Nesse ínterim, destaca-se os resultados do III CELAM, realizado em Puebla de Los Angeles, de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Com anuência do então Papa João Paulo II, tal acontecimento tratou-se de uma reação de setores conservadores da Igreja Latino-Americana para refrear parte dos impulsos advindos do CELAM de Medellín, sobretudo a Teologia da Libertação. A Santa Sé pressionou para que o discurso eclesial no continente fosse mais comedido politicamente, o que veio por uma mudança aparentemente sutil: a “Opção pelos Pobres” transformou-se na “Opção Preferencial pelos Pobres”. João Paulo II consolida o corolário a partir da primeira visita de um Papa ao Brasil, aos 30 de junho de 1980, país que contava com um dos cleros mais ativos politicamente em nível mundial (GODOY, 2015, p. 99-100).

Nesse sentido, o início de 1980 representou um momento de refreamento da energia política anteriormente vista, da cúpula romana às bases. O episcopado paranaense empreende uma série de reformas nas suas entidades pastorais, centralizando-as em Curitiba. Em nível regional, Dom Agostinho aumenta as suas reservas com a ASSESOAR. Como os estranhamentos eram mútuos, a entidade afasta-se da estrutura diocesana. Para o Bispo, a instituição não estaria plenamente alinhada aos serviços pastorais, pois se dedicaria a atividades político-partidárias. Em Francisco Beltrão, por seu turno, acusava-se o Bispo de Palmas de ser dirigista e autoritário. Após o final do seu episcopado, encerrado em 2005, em declarações públicas o Bispo de Palmas verbalizou a sua frustração sobre isso. Na sua opinião, a relação poderia ter gerado “melhores frutos”.

Ainda que sem a ASSESOAR, a Diocese de Palmas tentou manter o projeto das CEB's ativo. Em junho de 1985 houve a iniciativa de publicar um jornal, o *Até Que....* Nele houve a publicação de roteiros para grupos de reflexão, charges que ironizavam o momento político vivenciado pelo país e matérias que estimulavam os assinantes a discutirem temas candentes e a

pensar sobre os nortes da “nova sociedade brasileira”. O conteúdo está permeado pelas dúvidas típicas do período, embora haja um alinhamento político marcadamente favorável às reformas populares. A mais urgente seria a agrária visto que poderia responder a demandas de amplos setores da população do Paraná, estado que vivenciava as contradições do modelo escolhido pelos governos para gerenciar a questão rural e que naquele momento já contava com grupos politicamente organizados. O jornal *Até Que...* conta com muitas reportagens nas quais relata a situação vivenciada pelos “acampados” – categoria que englobava tanto os agricultores despossuídos quanto os atingidos pela construção das várias barragens no Paraná. Nesse sentido, embora nem todo o clero compartilhasse desses anseios, os coletivos percebiam na Igreja Católica uma aliada na comunicação com o Estado.

A despeito das dúvidas e das muitas pressões vindas de grupos dominantes como a União Democrática Ruralista (UDR), impera nos documentos a certeza de que a Igreja Católica não deveria estar alheia ao processo de reconstrução do país e que sobre ela incidiam responsabilidades históricas. Mais do que isso, pesava sobre a instituição acusações de que haveria o incitamento a invasões de terras e o estímulo junto às bases de leituras de perfil marxista e comunista. Para Dom Agostinho, a reação advinha da má compreensão por parte de muitos sobre qual de fato era a mensagem, algo explicitado em alguns documentos. Um desses trata-se do texto intitulado “*A Grandiosa e Incompreendida Missão da Igreja*”, publicado em junho de 1986, o qual afirma qual seria o papel da instituição: “denunciar caridosa e corajosamente a situação de injustiça em que vive grande parte da população latino-americana” e apontar “as causas dessa lamentável condição [...] tentando mostrar o escândalo que ela constitui num continente cristão”. Para ele, “o esforço de evangelização não tem sido apenas denúncia, mas antes, rico anúncio da “Boa Nova aos pobres” e convite amoroso e constante aos ricos de qualquer espécie” para que “pela conversão, assumam a causa dos pobres como coerente resposta ao apelo evangélico”. O tom, portanto, converge para a conciliação e para o entendimento de que, conforme ilustrava a então Campanha da Fraternidade, cujo lema era “Terra de Deus, terra de Irmãos”, uma nova sociedade brasileira exigiria a “reflexão sobre as exigências cristãs para uma legítima propriedade e honesto uso da terra como dom de Deus e serviço do bem comum”. Por fim, reclama que em face das denúncias contra a Igreja, sobretudo a sua pessoa, os cristãos do Sudoeste do Paraná

pouco fizeram. Daí a necessidade de um maior senso de presença social e de posicionamento, algo que poderia ser estimulado pela formação de lideranças (SARTORI, 1986, p. 2).

A suposta incompreensão não era aleatória, pois nos documentos é possível observar a confluência de muitos processos. A sociedade paranaense e a sudoestina estavam mais pluralistas, inclusive do ponto de vista religioso. Havia mais denominações em disputa e a população era crescentemente urbana, ainda que as cidades fossem pequenas. A Diocese de Palmas, notadamente Dom Agostinho, tentava responder às situações estabelecendo nortes e propostas. Os encaminhamentos demandavam certa urgência sobretudo em face das eleições presidenciais e das propostas entranhadas na Assembleia Nacional Constituinte que acabou por redigir a Constituição de 1988.

São tais questões que o inclinam à construção do grande projeto do final do seu episcopado, a Casa de Formação de Lideranças. Tal projeto, segundo Dom Agostinho, seria muito dispendioso, mas extremamente necessário. Assim, buscou-se todas as ajudas possíveis. Em agosto de 1987 os primeiros movimentos ocorreram a partir da elaboração de relatórios nos quais são afirmados princípios como a evangelização e a coparticipação mediante a “opção preferencial pelos pobres”, princípio afirmado no CELAM de Puebla, no início de 1979. O programa ver-julgar-agir da Ação Católica também é mencionado.

Em janeiro de 1989 é enviada uma carta a Dom Emil Stehle, Bispo alemão que naquele momento era Diretor da Aktion Adveniat⁹ – instituição que, devido à presença da reserva indígena de Mangueirinha-PR, já havia disponibilizado recursos à Diocese de Palmas. Na correspondência, Dom Agostinho inicia o texto apresentando dados históricos e demográficos da circunscrição diocesana de Palmas¹⁰. No trecho ele justifica a escolha pela construção do espaço em Francisco Beltrão afirmando que a cidade era o

9. A Adveniat foi fundada em 1961, sendo um órgão sem fins lucrativos filiado à Conferência dos Bispos Alemães. Até o presente a organização gerencia e financia projetos de ajuda humanitária na América Latina, sobretudo movimentos relacionadas à causa indígena.

10. Palmas é formalizada como principal centro religioso do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina a partir de dezembro de 1933, mediante a fundação da Prelazia de mesmo nome. Em janeiro de 1958 Chapecó e Palmas passam à condição de Diocese. Assim, as partes paranaense e catarinense são desmembradas e Palmas fica responsável unicamente pelo Sudoeste do Paraná. Em 1986, a Diocese passa a ter dupla sede, sendo a cidade de Francisco Beltrão a segunda.

“centro dinâmico” da Diocese, era mais atrativa economicamente e mais populosa. Além disso, contavam fatores advindos do passado como a tradição pastoral, uma vez que lá atuava a ASSESOAR e os seus interessantes projetos entre os agricultores. Com o afastamento da entidade da Diocese, isso teria sido enfraquecido. A construção do Centro preencheria um vazio deixado em anos anteriores e poderia significar o reavivamento da energia pastoral de outrora.

Em um dos escritos que sustentam o pedido de doações, Dom Agostinho faz um diagnóstico da região Sudoeste e a compreende como composta de três grupos: a) “latifundiários que concentram grande parte de terras, com os quais pouco ou nada a Igreja pode contar”. Devido ao apoio à Reforma Agrária “muitos desses latifundiários vêm na ação da Igreja uma ameaça as suas terras e recusam-se a colaborar com as atividades ou campanhas promovidas pela Igreja”; b) pequenos proprietários com os quais a Igreja pode contar”, mas que “nos últimos anos dada à situação de estiagem e geadas fora de época viram sua economia praticamente comprometida”. Tal grupo seria o mais marginalizado, pois sofria com “os altos juros bancários dos financiamentos, a angustiante situação econômica do país e a inflação galopante que ameaça acabar com os pequenos proprietários”. Isso tudo “cria uma situação de insegurança e enfraquece o espírito de partilha”; c) por fim, um “grande número de famílias sem-terra, arrendatários, meeiros, bóias-frias, os quais precisam até da ajuda de Igreja para sobreviver” (SARTORI, 1987, p. 2-3). Do ponto de vista da situação pastoral:

A Igreja, no Sudoeste tem procurado ser uma Igreja viva caminhando com o povo a nível de Evangelização, de Conscientização e de formação de Agentes de Pastoral.

A formação dos Agentes de Pastoral tem sido uma das maiores preocupações das paróquias e da diocese, nesses últimos anos, para poder evangelizar atingindo as bases (SARTORI, 1987, p. 3).

Segundo Dom Agostinho, havia a necessidade de fortalecer as pastorais, mormente a vocacional e a da família. Ambos os eixos favoreceriam a formação dos dois principais personagens dessa possível nova fase da Igreja: o sacerdote e o leigo. Disso adviriam organismos de participação mais ativos,

com conselhos mais engajados e esclarecidos. Mas como coordenar algo de tamanha envergadura sem um lugar fixo? Como a Diocese era enorme, se os encontros fossem realizados em Palmas ou proximidades, as paróquias da fronteira apresentavam muitas dificuldades para comparecer. Como a maioria dos agentes de pastoral não contava com condições financeiras privilegiadas, alojar as pessoas era muito complexo. Havia boa frequência em alguns dias, mas em outros as atividades eram esvaziadas. Segundo Dom Agostinho, embora a Diocese tivesse melhorado muito estruturalmente durante o seu episcopado, com igrejas bem construídas, centros sociais maiores e capelas interioranas estruturadas, era necessário centralizar a formação para que houvesse uma “consciência diocesana”. A eficácia presente e a futura dependeriam disso.

A Adveniat colaborou com a Diocese com valores significativos. Embora não haja dados precisos a esse respeito, os recursos foram suficientes para iniciar as obras e proporcionar reservas para a sua continuidade. Em janeiro de 1989, Dom Agostinho pediu recursos a grupos de apoio a atividades eclesiais, todos situados na Alemanha. As primeiras atividades da Casa foram realizadas apenas em fevereiro de 1996, cerca de 5 anos e meio após o início da construção. Mas a obra ainda estava longe de ser terminada. Em maio de 1996 foi assinado um novo contrato de construção e as últimas etapas foram terminadas apenas em 2003, dois anos antes do final do episcopado de Dom Agostinho, que passou à condição de Bispo-Emérito em agosto de 2005.

Considerações finais

O texto propôs-se a pensar a relação entre a Igreja Católica do Paraná, sobretudo o seu episcopado, com o Regime Ditatorial Civil-Militar. Metodologicamente, optou-se por um mapeamento conceitual a respeito de termos utilizados nas fontes, tais como, “formação de lideranças”, e qual o significado desse ideário para uma instituição que tanto mudou durante o século XX. A processualidade das compreensões permitiu a visualização dos campos de força social e as razões pelas quais as leituras eclesiais foram sendo tensionadas. O resultado foi o alinhamento de frações do *corpus* da Igreja para um campo mais crítico e ativo politicamente.

Com efeito, um dos termos mais debatidos no interior da Igreja durante o período analisado foi justamente “política”, mais precisamente os expedientes que seriam necessários para garantir o exercício da participação. Em face disso, quando os governos militares se demonstraram como insustentáveis, os muitos setores da Igreja Católica não se furtaram de apresentar as suas perspectivas e projetos para o que viria a ser a “nova sociedade brasileira”, pois questões faziam-se presentes. Havia entre o clero, sobretudo o episcopado – *corpus* que em sua grande maioria vinculava-se aos ideários emanados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – leituras sociopolíticas internas sobre o que adviria e o que deveria ser evitado.

No interior da Igreja, porém, ainda que postada de forma mais “combativa”, havia valores históricos em jogo como “hierarquia” e “organicidade”, elementos “inegociáveis”. Entre as inquietações, destacam-se duas: primeiramente, havia anseios por controle em relação ao laicato católico e as suas ações; não obstante, seria necessário a manutenção de cuidados e vigilâncias em relação aos possíveis “desvios” e “exageros” da parte dos setores considerados mais “engajados” e “avançados”. No processo, o rol de questionamentos encontrou na constituição das Comunidades Eclesiais de Base algumas das respostas para os dilemas candentes daquele momento.

Outro ponto destacável deriva do fato de que embora as bases fossem mais ativas na esfera pública, naquele cenário não havia posições homogêneas entre bispos, padres e leigos. De forma alguma as situações eram cristalinas e muitas variáveis faziam-se presentes. Entre os membros da CNBB do Paraná, a ideia era conformar a energia social em formas de ação que, na opinião dos bispos, seriam viáveis e comedidas, mas isso não era a opinião geral. Nesses termos, o episcopado foi arrastado para campos nos quais não gostaria de estar. Com efeito, enquanto na CNBB havia consensos sobre a proteção dos povos vulneráveis como os indígenas e o apoio aos considerados excluídos das plataformas socioeconômicas gerais, entre as entidades e sacerdotes as posições eram muito diversas e incisivas. Tal como afirma o historiador Kenneth Serbin, o quadro era complexo e revela a limitação explicativa de análises que acabaram por dividir a Igreja do período em dois polos definidos: um “progressista” e outro “conservador” (SERBIN, 2000, p. 302).

Nesse sentido, ainda que úteis, as generalizações correm o risco de perder de vista relações, nuances e posições de sujeito reveladoras, as quais capazes de complexificar mais as análises posteriores. Com efeito, há possibili-

dades para contornar tal obstáculo e não cair em enquadramentos conceituais simplificadores, tanto nesse período como em outros. Uma dessas reside na análise sobre as especificidades locais e, nesse bojo, os recortes possíveis são múltiplos: dioceses; arquidioceses; colegiados clericais regionais; associações de perfil religioso; instituições de formação e deliberação, tanto clericais quanto compostas pelo laicato; entre outros. Independentemente do lugar social que tenham partido, da alta cúpula ou outros, a Igreja é um processo que se faz instituição e se compõem tendo em vista a ação de uma série de sujeitos que afirmam e negam valores estabelecidos no mundo concreto.

Referências

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). Pasta Igreja Católica, n. 1106, período 1942-1977, p. 36-49.

ASSESOAR. **História da ASSESOAR**. Francisco Beltrão: ASSESOAR, 1981.

BISPOS condenam violência. *Voz do Paraná*. n.º 702, ano XVI, Curitiba, 5 a 11 de junho de 1970, p. 5.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL SUL-II. **Ata da 20ª Assembleia Regional dos Bispos**. Curitiba, 22 a 26 de setembro de 1975, p. 117b-118a.

_____. Missão e Renovação da Igreja: orientações teológico-pastorais do episcopado paranaense. *Voz do Paraná*, Curitiba, 16 a 22 de outubro de 1970.

DOCUMENTO. **Comunicação do Episcopado do Paraná sobre os problemas da terra**. Curitiba, 17 de fevereiro de 1978.

_____. II Plano Diocesano de Pastoral de Palmas – 1973-1974. In: DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO. **PLANO PASTORAL DA DIOCESE DE PALMAS – FRANCISCO BELTRÃO – 1971 – 2007**. Pato Branco: Arte Encadernadora, s/d.

_____. **Manual sobre as Comunidades Eclesiais de Base**. Curitiba, agosto de 1976.

FEDALTO, Dom Pedro. As comunidades eclesiais de base. **Voz do Paraná**, Curitiba, semana de 17 a 23 dezembro de 1973, p. 2.

SARTORI, Dom Agostinho José. A grandiosa e incompreendida missão da Igreja. **Até Que...**, ano II, nº 14, Palmas, junho de 1986, p. 2.

SARTORI, Agostinho José. **Dados da realidade pastoral**. Palmas, 21 de agosto de 1987. pp. 02-03.

Bibliografia

AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à revolução de 1930. **Síntese - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 5, n.12, jan. 1978.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

BRIGHENTI, Agenor. Método ver-julgar-agir. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes. (Org.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015.

CAMPOS, Névio de. **Laicato católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da Igreja católica no Paraná: 1926-1938**. Curitiba: 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.

CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção à Vida, 2005.

COLNAGHI, M. C. **Colonos e poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1984.

FEDALTO, Pedro Antonio M. **História da Igreja no Paraná: contribuição de Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto para a Celebração do Jubileu de Ouro do Regional Sul 2 da CNBB**. Curitiba: CNBB Regional Sul 2, 2014.

GODOY, Manoel. CELAM. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes. (Org.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015.

HOUTZAGER, Peter P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. Trad. Gabriela Schneider. São Paulo: Globo, 2004.

KOLING, Paulo J. A luta pela terra no Sudoeste do Paraná. In: MENDONÇA, Joseli Maria N.; SOUZA, Jhonatan Uewerton. **Paraná**

Insurgente: História e Lutas Sociais – Séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p.137-154.

KORNIS, Mônica; MONTALVÃO, Sérgio. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>> Acesso em: 20/12/2018.

MEZZOMO, Frank A. **Dom Olívio Aurélio Fazza:** trajetória eclesial de um bispo em uma região de conflitos. Florianópolis: 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, Jael dos. **Dom Agostinho José Sartori:** um religioso entre conflitos, negociações e tensões sociais no Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra:** bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Os seminários: crise, experiências e síntese. In: SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo:** modernidade e tradição. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

SCHREINER, Davi F. **Entre a exclusão e a utopia:** um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Jessie Jane. Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do Trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. **Revista de História**, Vitória, n. 7, dez. 1998.

TEIXEIRA, Faustino. **A gênese das CEBs no Brasil:** elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Vicentina, 1987.

Ler a História pela Capa: Historiografia e opções editoriais na Revista História: Questões & Debates na década de 1980

BRUNA SILVA¹ & BEATRIZ ANSELMO OLINTO²

Introdução

O capítulo a seguir apresenta e discute as edições publicadas durante a década de 1980 da Revista História: Questões & Debates. A revista é fruto da Associação Paranaense de História - APAH³, pensada, inicialmente, por Carlos Antunes dos Santos, historiador, discente e docente do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, na cidade de Curitiba – PR. Apesar de o grupo não ser ativo atualmente, a Revista História Questões & Debates continua a ser publicada pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, está no seu 69º volume, número 2, e é publicada em formato digital.⁴ As reflexões aqui realizadas dizem respeito às percepções

1. Doutora em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professora colaboradora do curso de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

2. Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina Professora do curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

3. A partir desse ponto, a referência à Associação Paranaense de História será pela sigla APAH e a Revista em tela pela sigla RHQD.

4. O periódico pode ser acessado no link: <https://revistas.ufpr.br/historia>. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

das influências que predominaram na escrita da História, publicadas nesse suporte científico e periódico em sua primeira década de existência.

Compreende-se que a publicação de artigos em revistas é resultado de diversas decisões, as quais se iniciam na formação de grupos de pesquisa, estabelecimento das normas editoriais, linha editorial e aceitação pelos pares, através das avaliações de pareceristas *ad hoc*. Por conseguinte, uma publicação é um trabalho em conjunto. Mas, antes que uma pesquisa seja transformada em texto, é necessário a prática da pesquisa. Os historiadores precisam rastrear os vestígios dos objetos escolhidos para estudo e indagá-los, fazendo uso de ferramentas metodológicas e teóricas, sendo a partir desse diálogo entre metodologias, teorias e grupos científicos, que a escrita da História emerge.

Editoração e a historiografia na RHQD

A partir da pesquisa e, conseqüentemente, da escrita de trabalhos acadêmicos, há novas etapas pelas quais passam a publicação desses textos, em que se articulam a formação e ação dos grupos científicos, como foi o caso da APAH, também fundada na década de 1980. No entanto, inicialmente, a RHQD contava com suporte impresso para sua publicação e disseminação, tendo a primeira edição coordenada por Key Imaguirre Júnior,⁵ já na segunda, Sérgio Odilon Nadalin⁶ foi o responsável pela publicação entre os anos de 1981 a 1999. Ambos são personagens importantes na discussão sobre a trajetória do periódico, sendo que Key Imaguirre Júnior continuou a fazer parte do projeto, principalmente no que diz respeito à escolha e construção das capas, ocupando o cargo de programador visual. É o que se pode verificar nas narrativas elaboradas por esses sujeitos a respeito do processo de publicação da revista. Especialmente, em entrevista cedida para levantamento de informações e construção desse capítulo, Key Imaguirre Júnior lembrou:

5. Key Imaguirre Júnior graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela UFPR em 1973, conclui mestrado em História sob a orientação de Cecília Westphalen, em 1999 doutorou-se em História sob a orientação de Ana Maria Burmester na mesma instituição.

6. Sérgio Odilon Nadalin é doutor em História e geografia das populações pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, na capital da França, em 1978.

Na verdade, o que se entende por edição é a revista total. Eu editei só as capas. Isso também não se chama editar, [...] no começo eu dava mais palpites, porque ela era impressa nessas tipografias, esse sistema tipográfico, que não era *offset*, e me perguntou várias coisas [referindo-se a Sérgio Odilon Nadalin] talvez por isso ele tenha me colocado como editor. (IMAGUIRRE JUNIOR, 2013)

A narrativa transcrita acima se trata de uma produção a partir de um presente, a respeito de ações e decisões tomadas no passado; são memórias. Estas memórias são compreendidas aqui enquanto documentação e fonte histórica. Chama-se atenção para o fato de que a narrativa se refere, inicialmente, às decisões estéticas do projeto editorial, mas correlaciona-se com as escolhas historiográficas e teóricas da RHQD. Destaca-se a preocupação da equipe editorial com a qualidade do *design* e da comunicação visual do periódico através da manutenção, no cargo de programador visual, do único historiador do grupo que também tinha formação na área, no caso arquitetura. As escolhas estéticas eram postas a serviço da historiografia proposta pelo grupo em torno do periódico. Em outro momento, Key Imaguirre Júnior propõe:

A ideia era de que a capa também fosse um documento. Lá dentro, os textos iriam tratar de História. Portanto, a capa deveria se tratar de um documento. Para mim, a lógica era ter uma foto na capa, o nome da associação e o nome da revista [...]. (IMAGUIRRE JUNIOR, 2013)

A partir dessa narrativa, sublinha-se que as decisões editoriais foram ações permeadas pelos locais sociais dos pesquisadores envolvidos no projeto, tanto de criação da APAH, quanto da publicação do suporte de disseminação do grupo. Nesse sentido, o processo de pesquisa é compreendido como uma prática realizada em um determinado local, sendo a escrita que daí resulta o reflexo em um espelho, uma imagem invertida. Para Certeau:

[...] A prioridade que a prática dá a uma tática de desvio, com relação à base fornecida pelos modelos, parece contradita pelo fechamento do livro ou do artigo. Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até

a introdução, já organizada pelo dever de terminar. (CERTEAU, 1982, p. 93)

Para além da narrativa, pode-se verificar na documentação periódica evidências que sustentam essa análise, tal qual a capa da primeira revista a seguir:

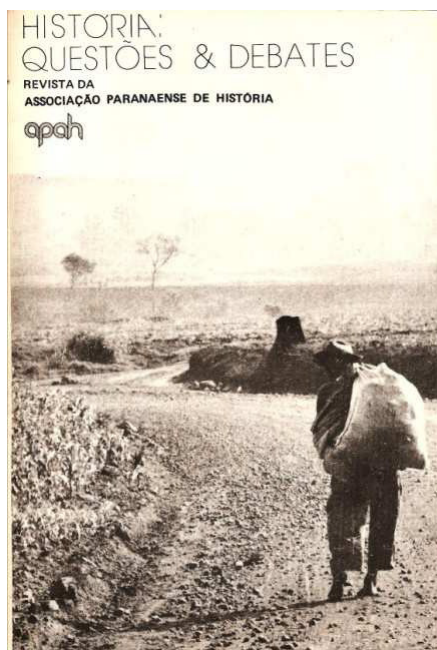


Imagem 1: Capa da Revista *História: Questões & Debates*. Ano 1, volume 1 – 1980.

Fonte: Revista *História: Questões & Debates*.

Na foto que estampa a primeira capa do periódico, de autoria de Ivan Bueno, vê-se um homem, em primeiro plano, andando sob o sol em uma estrada rural, carregando nas costas, talvez, o fruto do seu trabalho. É possível ver, em segundo plano, no lado superior direito, árvores cortadas, ou seja, um local desmatado, um campo disposto para a prática agrícola. Mais ao fundo há apenas duas árvores na paisagem. Não há mais informações descritas na edição, porém, relacionando a escolha dessa fotografia para compor a primeira edição, com o *local social* de sua publicação, conjectura-se a respeito da preocupação com a história social, com o rural, com o ser humano.

A maioria absoluta das fotografias publicadas como capas foram impressas em preto e branco, durante os anos 1980. As letras foram dispostas em locais de destaque, sendo que, por muitas vezes as fotografias não ficavam restritas à primeira capa, tendo parte dela impressa na terceira capa. É o que pode ser observado na imagem abaixo:



Imagem 2: Capa da Revista História: Questões & Debates. Ano 2, volume 3 – 1981

Fonte: Revista História: Questões & Debates.

Nas primeiras páginas dessa edição é possível ler a seguinte descrição “Curitiba, Paraná. Avenida João Pessoa. (Atual Luiz Xavier). Desfile trabalhista e sindical em 1 de maio de 1939. Foto de Domingos Fogiatto. Acervo Histórico Cid Destefani.” (HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, 1981). A fotografia referente a essa descrição foi produzida a partir de uma perspectiva linear, sendo que a posição em que a câmera foi colocada pelo fotógrafo priorizou o enfoque na profundidade, dada pelas linhas perpendiculares criadas pelos prédios, pela rua e pelas pessoas enfileiradas nas laterais, dando a ilusão de um ponto de fuga em um espaço tridimensional. Nota-se que o fotógrafo se posicionou acima do nível da rua, tendo em vista que, em primeiro plano, na parte inferior, vê-se pessoas, provavelmente homens, devido às roupas que trajavam, com destaques para seus chapéus. O desfile que é assistido por estas

pessoas fornece à imagem uma sensação de movimento. O centro dela está focando em pessoas em frente aos prédios, havendo aí um certo destaque para a arquitetura das construções. Porém, o olhar dos que foram registrados estava posto sobre os caminhões que passavam na avenida.

Ao compararmos as capas, da primeira edição para a segunda, temos um deslocamento de objetivos, uma contraposição entre o campo e a cidade, entre a solidão do homem em um espaço rural e o movimento sindical no Estado Novo, ao final dos anos 1930. Há, também, pontos em comum: um caminho a ser seguido, embora haja diferenças, é a representação de duas atividades que chamam atenção para o trabalho. Se na última fotografia houve a intenção de registrar pessoas e veículos motorizados, dando enfoque à arquitetura da cidade, ao que era entendido por moderno, visto que na sociedade urbana a tecnologia prevalecia, enquanto que no rural, o sustento era carregado nas costas do homem. Compreende-se que uma fotografia é resultado de uma sucessão de escolhas e intenções num determinado contexto social, portanto, a imagem captada é um pequeno aspecto de uma dada realidade. Nesse sentido, a fotografia está inserida na história social e cultural, pois ela é um “[...] meio de comunicação e expressão de atividades humanas”. (KOSSOY, 2001. p. 138) O vestígio do passado captado tem sentido quando se tem conhecimento de fatores externos à imagem.

Na imagem a seguir, pode-se observar a capa da RHQD na edição número 4 de 1982. Nela, a câmera fotográfica está em uma distância focal considerável do objeto a ser fotografado. Aliás, está longe das pessoas que se enfileiram numa estação ferroviária, pois o enquadramento visou abranger o maior número de pessoas na foto. No canto inferior esquerdo da contra capa, é possível perceber que haviam mais pessoas que não couberam no enquadramento. A descrição que está na revista diz: “Estação ferroviária. Curitiba, Paraná. Embarque de voluntários para a fronteira com São Paulo, no dia 07 de outubro de 1930. Foto da Coleção Gerda Matzenthlein.” (HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, 1982) A imagem estampa soldados em meio à Revolução de 30.



Imagem 4: Capa da Revista História: Questões & Debates. Ano 3, número 4 – 1982.

Fonte: Revista História: Questões & Debates.

Diferentemente das fotos anteriores, esta é uma foto com pessoas posando para uma fotografia. Em primeiro plano estão os voluntários, atrás deles os vagões de trem e, ao fundo, a estação. Pelo enfoque, o fotógrafo tentou captar na imagem um grande número de pessoas, demonstrando que houve uma adesão voluntária ao movimento, literalmente apresentando o local de embarque para a participação nesse movimento. A fotografia estampada na capa da revista sugere a inserção do estado do Paraná na história nacional, pois os voluntários paranaenses estão se deslocando para os combates na fronteira entre Paraná e São Paulo. O Paraná e sua população são apresentados como uma região político-militar do Brasil pela fotografia. Portanto, uma legitimação do território estadual permeava a publicação dessa imagem em uma revista de história

Outra imagem de capa que apresenta essa ideia de grande adesão de pessoas e de movimento é a da edição de 1989, com a fotografia: “Praça Tiradentes, Curitiba. Concentração dos integralistas. Dia da bandeira, 19-11-1937.” (HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, 1989)



Imagem 5: Capa da Revista História: Questões & Debates. Ano 10, número 18/19 – 1989

Fonte: Revista História: Questões & Debates

A fotografia, a partir de um ângulo de foco superior, cria uma perspectiva que apresenta uma multidão no momento da conhecida saudação *anauê* proferida pelos Integralistas. A imagem reforça a ideia de ser esse um movimento de massas. Tal concentração integralista se deu no dia da bandeira de 1939, demonstrando um dos objetivos da doutrina do movimento: a relação com os símbolos da pátria. Porém, após essa capa em alusão a esse movimento de características fascistas, os artigos que compõe a referida edição são organizados nas seguintes sessões: “Nas pautas da liberdades”; “Um contraponto: linguagens totalitárias; e “A experiência republicana: instituições de poder”. Nessas sessões foram distribuídas pesquisas que problematizaram revoltas camponesas, nacionalismos, alemães no Brasil, preconceito, voto, Igreja, Estado e a transição democrática brasileira. Mais uma vez, a RHQD demonstrava como suas escolhas editoriais não eram em nada aleatórias. Nesse sentido, a sua edição de 1989, apresentava-se como uma tomada de posição democrática e republicana exatamente no primeiro ano de consolidação da redemocratização do Brasil, com a vigência da constituição de

1988. Assim, o fio condutor daquele volume era a oposição aos fascismos em nome da democracia, através da problematização do passado e do espaço de experiência nacional. A capa se tornou uma provocação crítica ao público leitor, já que o primeiro contanto com o projeto gráfico aconteceria por ela, aludindo aos temas que serão historicizados em suas páginas.

Ainda analisando a imagem, há, na terceira capa, abaixo a logotipo e a palavra “Banestado. O Banco do povo do Paraná.” Essa instituição pertencia ao governo do Paraná, e, como podemos observar financiou essa edição. Já na primeira capa, à direita, em baixo do nome da revista observa-se que se tratam de duas edições em uma. Essas informações ganham corpo quando são lidas em conjunto com o editorial escrito pelo então editor, Sérgio O. Nadalin. Originalmente os artigos que compuseram a edição 18/19 de 1989, seriam duas, uma dedicada a discutir “Linguagens totalitárias” e outra “A experiência republicana”, que seria uma comemoração, ao modo dos historiadores, do centenário da república no Brasil. No entanto, Nadalin ressentiu-se, que, apesar de todos empenho dos autores e da Comissão Editorial, contato com bancos, empresas e o Conselho estadual de Ciência e Tecnologia – CONCITEC, foi alegada que, na ocasião, não havia recursos para o financiamento da publicação, “[...] apesar da Constituição estadual dispor que dois por cento do orçamento total do Estado devem ser destinados a estimular a produção científica e tecnológica no Paraná.” (REVISTA HISTÓRIA QUESTÕES & DEBATES, 1989, p. 3). O CNPq, que antes já havia financiado outros números, naquele momento, financiavam segundo Nadalin, apenas uma ou duas revistas da área. O financiamento, aconteceu 18 meses após o fechamento da edição 18, pelo BANESTADO, mas mesmo assim, a fim de economizar recursos, dois números foram publicados em apenas um. Acerca desse ponto, ressalta-se brevemente que a questão da existência ou da ausência de recursos para pesquisas não é ingênuo, seja governamental ou privado, pois o discurso sobre a produção escamoteia sentidos.

É possível analisarmos uma dupla configuração, ora regional, ora nacional, em que uma História se insere na outra. Nas capas já analisadas pode-se ver o Paraná como local de trabalho rural, do trabalho urbano, do movimento sindical e da modernidade. Por elas, também, definiram-se as fronteiras do estado, recolocando-o como região pertencente ao aspecto geral, o Brasil.

O Paraná também era construído, pela APAH, como um estado diferente dos demais estados do país, no qual haveria uma grande imigração

européia, retratada pelas famílias de imigrantes que trabalharam naquela terra. No entanto, quando a população paranaense luta na Revolução de 30, demonstra-se uma dinâmica de pertencimento ao Brasil.



Imagem 6: Capa da Revista História: Questões & Debates. Ano 2, número 2 – 1981.

Fonte: Revista História: Questões & Debates.

Em outra fotografia inserida em capa, nota-se que muitas pessoas estão paradas para que o fotógrafo faça o registro. No canto inferior direito aparecem dois adultos, atrás destes, aparecem as crianças sentadas e, mais ao fundo, outras pessoas se enfileiram. Em último plano vê-se o lambrequim e o telhado da casa. O fotógrafo enquadrou, além das pessoas, o aspecto da casa, portanto, era um ponto importante a ser registrado. Pode-se ler na descrição da foto que ela foi feita:

[...] por ocasião de uma festa, em 10 de abril de 1928, da família Zen. Aparecem aí Luiz Zen, sua esposa Maria, filhos, noras, genros e netos: vêem-se ainda Fredolin Wolf, Hugo Wolf e sua esposa Beata Seifert Wolf, além de amigos e empregados. A casa, localizada em Lamanha Pequena, município de Almirante

Tamandaré, e construída no final do século XIX pelo próprio Luiz Zen, foi demolida há seis anos atrás. (HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, 1981)

A foto pertence ao Arquivo Histórico de Curitiba - Casa da Memória. A casa foi construída no século XIX, com indícios de uma casa polonesa. O estudo da imigração e das famílias de imigrantes tem linhas de pesquisa até hoje muito influentes entre os historiadores da Universidade Federal do Paraná. Essas especificidades do estado abrem campo específico de pesquisa por elas justificadas. Por isso, outra edição, a do ano 3, número 5, de 1982 traz a foto de um casamento, cuja descrição informa ao leitor que se trata de um casamento de imigrantes poloneses.

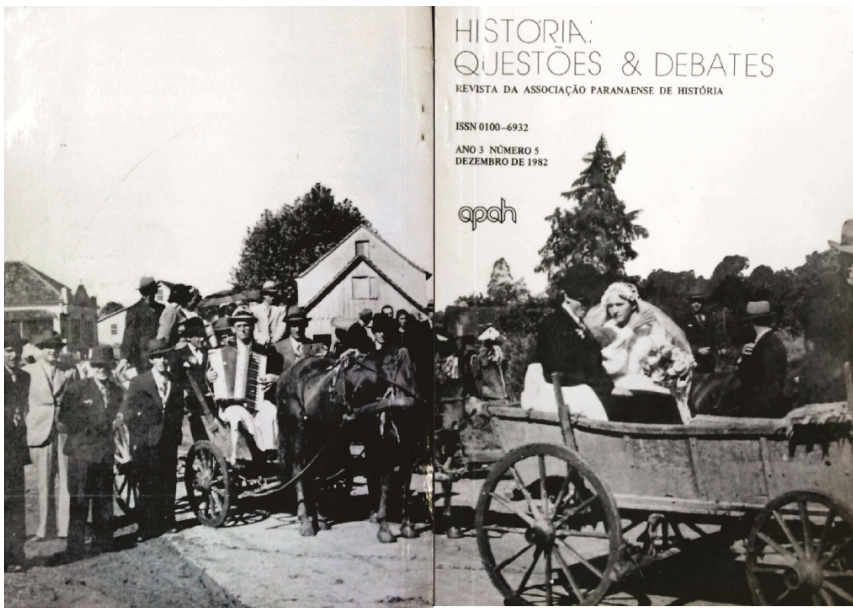


Imagem 7: Capa da Revista História: Questões & Debates. Ano 3, número 5 – 1982.

Fonte: Revista História: Questões & Debates.

A descrição que se encontra na Revista é a seguinte: “São Mateus do Sul, Paraná. Casamento de Polaco, década de 30. Foto do acervo histórico Cid Destefani.” (HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, 1981). Visualizamos na capa, em primeiro plano, uma carroça com o casal de noivos, já mais ao

fundo estão algumas pessoas e, em último plano, algumas árvores. Por essas descrições sabe-se que este casamento é uma celebração rural, visto que São Mateus do Sul faz divisa com o estado de Santa Catarina, contando, atualmente, com cerca de 47 mil habitantes (IBGE, 2021), sendo quase metade da população ainda rural. Tendo em vista a colonização desta cidade, conclui-se que, devido à recente colonização, - considerando que a fotografia é da década de 30 e a chegada de poloneses ocorreu entre 1907 e 1908 - o trabalho era predominantemente rural, pois

San Matheo: Atualmente São Mateus do Sul. Foi visitada por Chrostowski, na segunda expedição ao Paraná, mas também é topônimo de coleta de J.Siemiradzki (Sztolcman, 1926a). A região foi colonizada por volta de 1877, inicialmente por portugueses, depois por espanhóis e alemães e, por fim, com grande intensidade, por poloneses que iniciaram as práticas agrícolas entre 1907 e 1908. (STRAUBE; DURBEN FILHO, 2013, n.p.)

A imigração para o Brasil, durante a década de 1930, possuía particularidades em detrimento as ondas imigratórias anteriores, afinal o então presidente, Getúlio Vargas, tinha o intuito de controlar a entrada de estrangeiros no país, com duas finalidades principais: evitar, supostamente, o aumento do índice de desemprego e restringir a entrada por critérios ideológicos, evitando, por exemplo, que pessoas ligadas a movimentos sindicalistas entrassem no Brasil, inclusive proibindo o uso de outras línguas em território brasileiro⁷, porém, nas palavras de Straude e Durben Filho, as ondas imigratórias são colocadas em uma percepção de continuidade e sem conflitos, apenas haveria uma grande movimentação de colonizadores naquela região, que teria recebido portugueses, espanhóis e alemães. A foto que estampa a revista foi tirada em 1930, pouco mais de 20 anos depois que os poloneses se estabeleceram em São Matheus e no ano da tomada de poder por Vargas.

A foto da contra capa é a continuidade da mesma fotografia, correspondente à parte da frente, em que aparecem cavalos, um senhor tocando gaita e outra carroça atrás dos noivos. No lado esquerdo estão alguns convidados. Na

7. Ver mais sobre o as políticas dos governos de Getúlio Vargas em relação aos imigrantes europeus e seus descendentes no sul do Brasil em [CAMPOS, 2006].

descrição é possível ler que “A foto foi copiada ao inverso pelo proprietário, por razões técnicas”. Em último plano há uma casa e uma árvore.

O estudo da imigração é um tema recorrente entre os historiadores da APAH, subdividindo-se em diversos sub-temas, como casamento, natalidade, comida e religião. Na capa do ano 3, número 5, mais uma vez componentes da região paranaense são reafirmados, bem como a família imigrante e seu trabalho.

Outra pesquisa recorrente entre os alunos do Programa de Pós-Graduação da UFPR era a escravidão, tema de análise comum, também, entre os professores e autores que publicam na Revista História: Questões & Debates. Encontramos nas capas um sentido simbólico em que o escravo é retratado como sujeito:

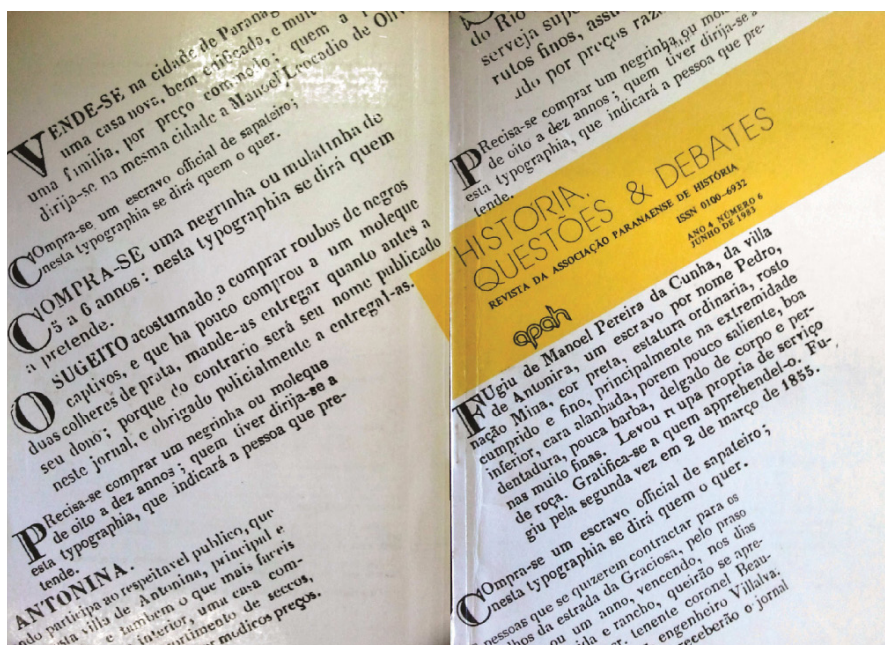


Imagem 8: Capa da Revista História: Questões & Debates. Ano 4, número 6-1983.

Fonte: Revista História: Questões & Debates.

A capa tem a seguinte descrição: “Anúncios. Jornal de 19 de dezembro. Curitiba, Paraná (século XIX)”. (HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, 1983). Esta é composta por recortes de anúncios do jornal a respeito da escravidão,

nos quais na parte superior da faixa amarela, pode-se ler: “Precisa-se comprar uma negrinha [...] de oito a dez anos, quem tiver dirija-se a esta *typographia*, que indicará a pessoa que pretende” [sic]. Logo abaixo, tem-se outro anúncio:

Fugiu Manoel Pereira da Cunha, da Villa de Antonina, um escravo por nome Pedro, nação Mina, cor preta, estatura ordinária e fino, principalmente na extremidade inferior, cara alanhada, porém pouco saliente, boa dentadura, pouca barba, delgado de corpo e pernas muito finas, roupa própria deserviço de roça. Gratificasse quem apprehendel-o. Fugiu pela segunda vezem 2 de março de 1885. [sic]

A edição, por si, não foi toda dedicada ao tema escravidão, mas através da capa pode-se perceber a peculiaridade com que se tratou o tema, pois não foram exibidos dados, restringindo-se à exposição de escravos ou pessoas sendo procuradas e negociadas. Assim, demonstra-se que a escravidão ocorreu também no estado paranaense. Na contra capa pode ser lido:

O sугeito acostumado a comprar roubos de negros captivos, e que ha pouco comprou a um moleque duas colheres de prata, mande-as entregar quanto antes a seu dono; porque do contrário será seu nome publicado neste jornal, e obrigado politicamente a entregá-las. [sic]

Uma particularidade da capa em questão é a faixa amarela, ponto colorido na mesma, que é a única edição com cor até 1989. Ainda na entrevista com Key Imaguire Junior, ele pontuou, “[...] a última que eu fiz era na época das Diretas já! Fiz uma composição em diagonal com uma faixa amarela, com o símbolo das Diretas já! Então era um tipo de apoio visual subliminar à campanha das Diretas já! [...]” (IMAGUIRE JUNIOR, 2013). Portanto, além de abordar o tema escravidão, houve o apoio da APAH ao movimento de redemocratização no país, dois temas bastante indicativos das posições adotadas pela APAH. Em outra edição, agora dedicada totalmente ao tema escravidão, mas publicada em 1988, ano 9 número 16, vê-se:



Imagem 9: Capa da Revista História: Questões & Debates. Ano 9, número 16 – 1988.

Fonte: Revista: História Questões & Debates.

A capa foi publicada no ano em que se completou 100 anos do fim da escravidão no Brasil. A revista não traz a descrição da imagem usada, apenas o nome de quem a confeccionou, Iara Regina Teixeira. Observa-se nela a palavra escravidão decomposta e, logo abaixo, os olhos de uma pessoa negra, que fitam o leitor: um olhar triste, um olhar que constrange. Na contracapa há a uma parte da palavra escravidão que se completa com o restante do que está escrito na capa. Na contracapa ainda são vistos os lábios, como que há todo momento, para quem observa, parecer que há algo a ser dito, a ser contado, a ser lembrado.

Essas imagens construíam um Paraná, publicado por meio das capas que ilustram diferentes facetas daquele estado: mostrava-se o rural, o urbano, a escravidão, o trabalho. Em relação aos aspectos sociais, destacou-se a configuração de ser um estado com grande imigração europeia, cujas famílias teriam ali se estabelecido e ajudado a construí-lo em uma especificidade local. Em contrapartida, também buscava-se incluí-lo em uma história nacional, assim, ao falar da escravidão, por exemplo, inseria-se a questão do Paraná em um âmbito maior. Nesse sentido, a imagem como linguagem nos remete a diferentes análises e escalas de abordagem das problemáticas historiográficas na Revista.

Assim, o Paraná como região do Brasil não é só diferença, mas também integração, pois a historiografia e a política nacional, juntamente com os temas sociais, são chamados em um momento de agitação política, ao passo que também dialogam com estas questões. No gráfico abaixo, pode-se ter uma visão ampliada dos temas abordados nas capas da Revista História: Questões & Debates.

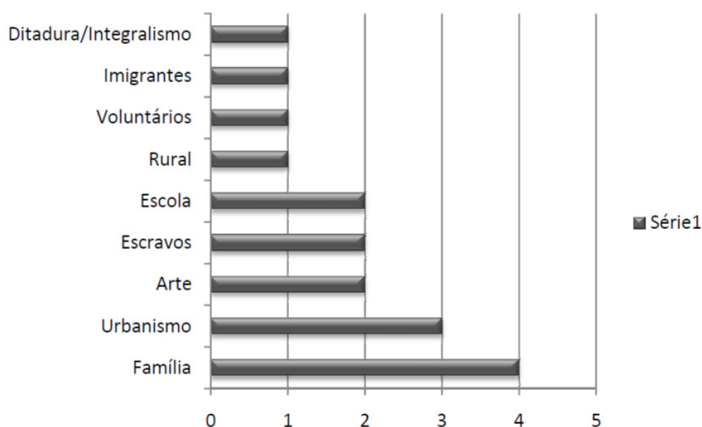


Gráfico 01: Temas abordados pelas capas da Revista História: Questões & Debates 1980 e 1989.8
Fonte: Revista História: Questões & Debates.

No gráfico se nota que o tema “família” tem maior número de fotografias nas capas, mesclado com o tema “imigrante”, os quais correspondem aos retratos familiares realizados. O tema urbanismo e arte aparecem na sequência, demonstrando uma preocupação com a cidade e com a arquitetura. Foram, no total, duas capas dedicadas ao tema escravidão no período estudado, seguido do tema educação, em que há duas capas com fotografias de escolas, demarcando o olhar do grupo. Os temas das capas não demonstram apenas um cuidado estético, mas também a preocupação de um grupo de historiadores com os problemas sociais, políticos e educacionais que permeavam o país.

8. O levantamento documental contou com 17 edições entre os anos 1980 e 1989. O agrupamento das capas ocorreu de forma temática, por estes motivos há menos temas, do que edições.

Publicar História entre os debates cosmopolitas e as questões locais

Através dos vestígios da documentação exposta até este ponto do texto, cabe agora pensar a respeito do contexto e das bases que propiciaram a existência de um novo grupo de historiadores no Brasil, especialmente no Paraná, em um momento em que a formação de grupos de historiadores se fazia pouco frequente.⁹ A aproximação dos historiadores da APAH nasceu a partir do Programa de Pós-Graduação da UFPR, nas décadas de 1970 e 1980, o qual promoveu uma ligação entre professores franceses e seus discentes. Dentre esses alunos estava o professor Carlos Antunes, que narrou o trecho transcrito abaixo:

[...] o professor Frédéric Mauro, me convidou para fazer doutorado na França [...] no que eu defendi o meu mestrado, fui para França e iniciei o doutorado. Na França, na Universidade de Paris X Nanterre, e, portanto, entre os novos professores eu era o primeiro, me transferindo, quer dizer...um pouco ousado, em fazer um doutorado fora. Eu fui com uma bolsa CNPq e fiquei quase três anos fazendo doutorado lá em Paris, na Universidade de Paris X [...]. (NADALIN, 2012)

9. A formação de grupos de pesquisas e intelectuais na área de História remonta, no Brasil, ao período imperial. Os primeiros cursos de História foram criados no decorrer da década de 1930, enquanto que a ANPUH foi fundada em 1961. Foi na década de 1970 que a pesquisa em História ganhou ares mais acadêmicos, com os primeiros cursos de pós-graduação no Brasil. Em 1977 houve um desmembramento da ANPUH e a consequente criação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH, tendo à frente Maria Beatriz Nizza da Silva, então docente da USP e Cecília Westphalen, docente da UFPR na época. Westphalen foi narrada pelos entrevistados como pertencente a ala conservadora do Departamento de História daquela instituição. Seria a partir de 1983 que grupos de historiadores voltados para áreas específicas da História começaram a ocorrer. José do Amaral Lapa entendeu que foi a partir da cisão com a ANPUH que se abriu “portas para outras iniciativas de formação de grupos e reuniões de historiadores pelo país, tais como a realização do I Simpósio Nacional de História Antiga, realizado em 1983, promovido pela Universidade Federal da Paraíba que, para o historiador, resultou em providências para a criação de uma associação de Professores de História Antiga e Medieval. (SILVA, 2019. p. 111)

Depois, de volta a Curitiba e às atividades na UFPR, não coincidentemente o historiador construiu as memórias a respeito de si, como idealizador da APAH e da revista. A partir daí um novo grupo se configurava, com a influência da segunda geração da autointitulada nova história francesa. Tal geração de historiadores foi fortemente marcada por uma escrita permeada por preocupações econômicas e sociais.

Justamente nos anos 1980 que estudiosos da historiografia concordam que a produção de História no Brasil atravessou profundas mudanças, colocando em relevo os aspectos sociais nos estudos históricos. Essas características estão presentes não apenas nas capas já analisadas aqui, mas também no conteúdo do periódico, que trazia consigo uma escrita marcada pelo seu tempo. A seguir, é possível acompanhar o levantamento quantitativo a respeito dos principais temas publicados pela RHQD.

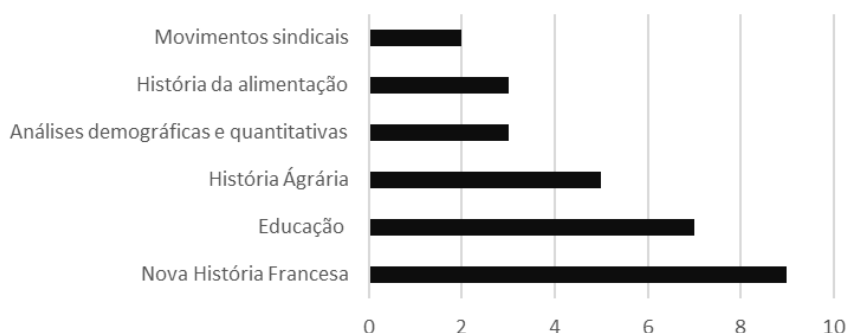


Gráfico 2: Principais temas publicados na Revista História: Questões & Debates – 1980-1989.
Fonte: Revista História: Questões & Debates.

Em nove edições foi recorrente a discussão sobre a “nova história francesa”, seguido de educação, história agrária e análises demográficas e quantitativas. As discussões a respeito da história da alimentação foram abordadas a partir das pesquisas elaboradas pelo professor Carlos Antunes dos Santos.¹⁰ Se observa aí a recorrência de abordagens relacionadas à teoria

10. Ao ser questionado a respeito dos motivos pelos quais havia optado por trocar de tema de pesquisa, o historiador narrou: “[...] Levei para França micro-filmes, fichas etc., para estudar economia e sociedade escravista no Paraná, e lá, quando desenvolvi minha pesquisa, meus estudos etc. como eu disse para você, meu orientador era o Frédéric Moreau e meu

da história ou discussões que versaram a respeito da utilização de novas fontes e perspectivas. Da mesma maneira, o recorte temático sobre história agrária surgiu entre as pesquisas ali publicadas, tendo em vista que tanto o Brasil, como o Paraná em específico, passavam por um significativo êxodo rural, que se desencadeou em problemas que se mantinham sem soluções.

A abordagem historiográfica no Brasil passava por uma mudança crucial nos anos 1970 e 1980, segundo Astor Diehl:

A tendência historiográfica na década de 1970 foi de passar do factualismo historicizado para a história econômica e política estruturalista, fruto, em parte, da crise generalizada do então chamado 'milagre brasileiro' [...]. Essa virada de perspectiva não se preocupa tão intensamente com os antigos conceitos da atenção historiográfica, substituindo o econômico e o político pelo que seria caracterizado como o social. Os aspectos sociais na historiografia brasileira passaram a predominar nos estudos da década de 1980. (DIEHL, 2004. p. 19-20)

O movimento do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR seguiu o mesmo caminho trilhado por universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, que criaram os primeiros cursos de História durante a década de 1930, sempre impulsionada por historiadores franceses. No entanto, as práticas de pesquisa em História adensam-se a partir dos anos 1970 no Brasil, quando as primeiras pós-graduações na área foram criadas, sendo apenas na década seguinte que os historiadores voltaram suas indagações para os aspectos sociais, influenciados pelas questões trabalhistas, pela abertura política e o fim do regime civil-militar.

É nesse horizonte de debates sobre a escrita da história que a RHQD se localizava e buscava também repercutir. Assim, percebe-se que as problema-

co-orientador era o Braudel. Aí o Braudel um dia falou assim para mim: 'Carlos! O que é um conto de réis? O que significa valer um conto de réis?' Se ele é do litoral ele é carregador no Porto, se é da área rural, digamos que ele é plantador, essas coisas assim, mas isso não é suficiente. O importante é você fazer alguma comparação com outros elementos da sociedade. Aí discutimos e ele falou: 'por que você não faz a comparação com o preço da carne, que tinha criatório, com o preço da terra'. Então comparar o preço do escravo, com o preço da terra e como preço da carne. A terra era braça quadrada, a terra era mais valorosa aqui, um preço significativo e a medida era a braça quadrada. [...]'. (SANTOS, 2012)

tizações abordadas pelas pesquisas publicadas no periódico naquele período podem ser reunidas em três principais recortes, entre 1980 e 1989, sendo eles: a história regional, as reflexões sobre teoria da história/historiografia e a formação do historiador.

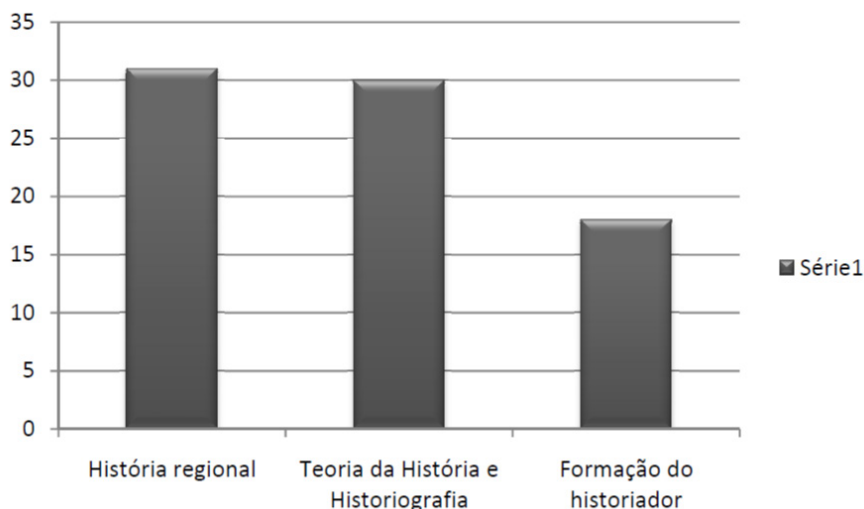


Gráfico 3: Principais problematizações dos temas publicados entre 1980 e 1989 na Revista História: Questões e Debates.

Fonte: Revista História: Questões & Debates.

Os dados levantados acima apontam para como as preocupações das pesquisas voltavam-se tanto para aspectos regionais, para estudos de novas práticas historiográficas, como também a respeito do ofício do historiador. A despeito das escritas históricas de um lugar geográfico determinado, aponta-se que ele é permeado por discursos de legitimação do espaço regional.

Destaca-se as especificidades da produção de história regional em relação à história regionalista, concordando com as reflexões de Durval M. de Albuquerque Júnior, que afirma:

A 'história regional' participa da discussão imagético-discursiva do espaço regional, como continuidade histórica. Ela padece do que podemos chamar de 'ilusão referencial', para dar estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático [...] Ela faz uso de uma região geográfica para fundar uma região epistemológica no

campo historiográfico, justificando-se como saber, pela necessidade de estabelecer uma história de origem dessa identidade regional, afirmando a sua individualidade e sua homogeneidade. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p. 39)

A escrita da História de um lugar é permeada por discursos de legitimação do espaço regional, ou seja, visa dar legitimidade ao lugar e à escrita ao mesmo tempo. No que diz respeito a sua formação de grupo, à prática da publicação do periódico e, também, da historiografia, pode-se olhar por esse prisma tanto para a APAH, quanto para a RHQD.

Nesse sentido, foram publicados dois artigos, sendo *O cinquentenário da escola dos 'Annales'*, escrito em 1980 por Jaime Antônio Cardoso, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – UFPR e *Reflexões sobre a nova história*, de Silvia Pereira de Araújo, professora do Departamento de Comunicação e Ciências da mesma instituição, que abrem o primeiro volume da revista e são dedicados à reflexão de teoria e de metodologia da História, especialmente de outras possibilidades de escrever a História. Na edição da RHQD, volume 1, número 1 de 1980, constata-se que:

Há agora uma História que procura conhecer e explicar a evolução da sociedade através do tempo, uma história preocupada com o presente, preocupada em saber em que o passado longínquo ou não, está vivo entre nós [...] Esta 'nova História' nasce já há cinquenta anos. No entanto, um grande número de pessoas, mesmo as de cultura universitária, continua a repetir que, o que interessa em História é o fato passado simplesmente. (CARDOSO, 1980. p. 10)

A presença desse artigo como sendo o que abre a edição certamente não foi aleatória, sendo possível afirmar que se trata de escolher e demarcar o *local* de fala dos historiadores que fundaram o grupo e a revista.¹¹ Nesse

11. A discussão teórica a respeito do conceito de grupo é extensa e não é o objetivo deste capítulo. O conceito e as práticas de formação de grupos foram pensados por KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013; JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1979; CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982; BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2014. Ape-

sentido, a formação, as instituições de pesquisa a que autores/historiadores estão ligados, bem como as influências acadêmicas, são determinantes para a compreensão desse tipo de documentação e permitem mapear a dinâmica dos intelectuais reunidos nesse espaço de sociabilidades. (DE LUCA, 2006. p. 317). São por tais motivos que Tânia R. de Luca definiu que revistas são “[...] empreendimentos que reúnem projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.” (DE LUCA, 2006. p. 140)

Assim ocorre com o projeto completo da revista, que é composto além dos elementos visuais, como a capa, pelo editorial, pela ordem em que os artigos estão dispostos e pela diagramação, processo no qual o editor decide como o texto será disposto nas páginas em branco. Essa importância dos meios pelos quais a pesquisa é divulgada e/ou disseminada foi destacada na obra de Roger Chartier (2014). Para o autor, a materialidade das revistas, sua diagramação, editoração, projeto gráfico, e até mesmo o trabalho realizado nas gráficas, seriam processos relevantes para as condições de possibilidade de leitura da obra.

A escrita e a publicação de um artigo comemorativo, ao meio século da fundação da revista dos *Annales*, delineava e definia quais eram as ferramentas metodológicas e teóricas utilizadas para a produção do conhecimento histórico partilhado por esse grupo de historiadores, vinculados à UFPR e, principalmente à Associação Paranaense de História. A “Nova História” era a ferramenta para explicar o presente e buscar o que do passado estava vivo na sociedade. As escolhas dos pesquisadores/historiadores são práticas em um espaço que remetem às maneiras fazer, que nesse caso, associava-se às maneiras de fazer e publicar a Revista História: Questões & Debates. Pois que, após 1968, e com a terceira geração dos *Annales*, a História havia se tornado um espaço para diversas análises e críticas. Existiam várias formas de escrever História, em seus múltiplos temas e objetos. Esse policentrismo se devia muito à historiografia francesa, o que permitiu aos historiadores transformarem documentos em monumentos, portanto, qualquer documento que lhe fosse pertinente era possível de ser utilizado na escrita da História. Essa forma de trabalho facilitou variadas formas de escrita e incentivou o historiador a ser criativo.

sar das posturas distintas elaboradas pelos intelectuais referenciados, ambos se preocupam com a relação que a produção do conhecimento tem com o mundo que o cerca e produz.

O outro tema constante durante as primeiras publicações da RHQD foi a reflexão sobre a educação e o ensino de História. Percebe-se, em sua primeira edição, que a APAH propunha exercer um constante diálogo entre os professores de ensino médio, os professores universitários e os acadêmicos de História. Vejamos:

A História é, e sempre foi, um instrumento de educação neste sentido, ela deve ter a sua função crítica. Como diz André Burguière, **a história que incomoda, é aquela que faz compreender, é aquela que produz o inteligível, não aquela que comemora, pois a mesma nada é se não permite um trabalho crítico.** Dessa forma, o professor do Ensino Médio não é um transmissor de conhecimentos. [Grifo no original] (COMISSÃO EDITORIAL, 1980. p. 05.)

O volume 4, número 7 de dezembro de 1983, foi dedicado somente à publicação de artigos resultantes do evento I Encontro de História e Educação, realizado pela APAH em agosto de 1983, que discutiu educação. Segundo a apresentação, a História ensinada não poderia mais ser a *magistra vitae*.¹² A publicação desta nota pode ser interpretada como uma delimitação de posturas dos historiadores pertencentes ao Departamento de História da UFPR, já que alguns deles, principalmente Cecília Westphalen, estiveram envolvidos na criação e fundação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, em 1981, marcada pela relação conflituosa e delimitada entre professores secundaristas e historiadores.¹³

Assim, o historiador deveria ter a função crítica de ensinar os alunos a estranhar a sociedade, ou seja, ensinar a pensar e agir socialmente através do conhecimento histórico. Essa atitude crítica é a função da nova forma de ensinar. Portanto, as comemorações deviam ser deixadas de lado para que o espaço crítico da História fosse exercido. Dentre vários objetivos elencado pela APAH para a criação da RHQD, estava:

12. A produção da História como *magistra vitae*, prioriza “[...] um cadinho contendo múltiplas experiências alheias das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico. [...] Ela orientou ao longo dos séculos, a maneira como os historiadores compreenderam o seu objeto, ou até mesmo a sua produção. [KOSELLECK, 2006. p. 42.]

13. A diferenciação entre professor e historiador foi encontrada nos relatos e documentos pertencentes a SBPH. A problematização deste tema foi elaborada em [SILVA, Bruna, 2019.]

[...] a publicação de uma Revista, para divulgar e discutir as suas propostas [...] e a continuidade será ao nosso ver, um teste para o próprio desenvolvimento da Associação. Seu título aflorou, simplesmente, em decorrência desses objetivos. *História: Questões & Debates*. Questões e debates relacionados à problemática da produção e da transmissão do Conhecimento em História e suas relações com as vizinhas ciências humanas. [Grifo no original]. (COMISSÃO EDITORIAL, 1980. p. 05)

A Revista nasceu com o interesse de expor o que estava sendo pensado e discutido em termos historiográficos e sociais. A História se tornou um problema social que, a partir de então, deveria se associar com as demais áreas do conhecimento a fim de repensar a sociedade em que está inserido, assim:

Ao se elevar a atividade histórica ao nível de disciplina universitária com a fundação do departamento de História da Universidade Federal do Paraná, esse departamento marcou como linha principal de pesquisas de suas atividades a História Regional. Não procurou delimitar teoricamente o que se pudesse entender como área de pesquisa. Preferiu ter como ponto de partida a própria tradição dos historiadores regionais praticantes. [...] Procurando evitar o que poderíamos chamar de orientação ‘provinciana’ na história local que se traduz no culto dos antepassados e em saudosismos poéticos, as pesquisas na área de história regional procuravam elementos que pudessem reconstruir a identidade de uma sociedade, além de procurar construir *corpis* ‘coerentes e homogêneos de documentos’. (COMISSÃO EDITORIAL, 1980. p. 05)

A Revista História: Questões & Debates abre a edição volume 8, número 15 de 1981, com essa apresentação. Seu autor, Brasil Pinheiro Machado,¹⁴ preocupou-se com a caracterização de uma revista regional. Ao escrever, Machado esboça um departamento de história coeso e, talvez, até homogêneo,

14. Brasil Pinheiro Machado nasceu em 1907 em Ponta Grossa – PR, estudou no Liceu dos Padres Salesianos em São Paulo, mas foi no Rio de Janeiro que se formou em Direito. Foi nomeado por Getúlio Vargas como interventor no Paraná; foi Deputado do Paraná e prefeito de Ponta Grossa. Já na Universidade Federal do Paraná, exerceu os cargos de Reitor e professor do curso de história daquela instituição. Na juventude fez parte do grupo Antropofágico. Faleceu em 1997.

que procurou tratar de uma história regional. Apesar de o autor deixar de lado a escrita da História voltada para lembranças, foi aberto um espaço para escrever História, ou seja, que fosse escrita sob qualquer viés teórico, pois o importante é que fosse escrita e publicada pelos historiadores regionais praticantes que, segundo o autor, marcaram essa linha de pesquisa naquela universidade, a qual, por outro lado, não deveria ser provinciana. Assim, o autor procurou construir o Paraná como uma região e não mais como uma província.

Em vista disso, pode-se questionar se tais pretensões eram de fato possíveis, já que ao configurar um grupo ou uma associação, se praticaria o ato de caracterizar um estilo de escrita. Dessa forma, marca-se e (de)marca-se um lugar de escrita. O editorial do autor parece escamotear as divisões internas do departamento, ao mesmo tempo em que qualifica a opção pelo regional como termo integrador das diferentes correntes internas, sendo razoável mapear as diferenças sob o regional através da proveniência institucional dos autores.

Instituições

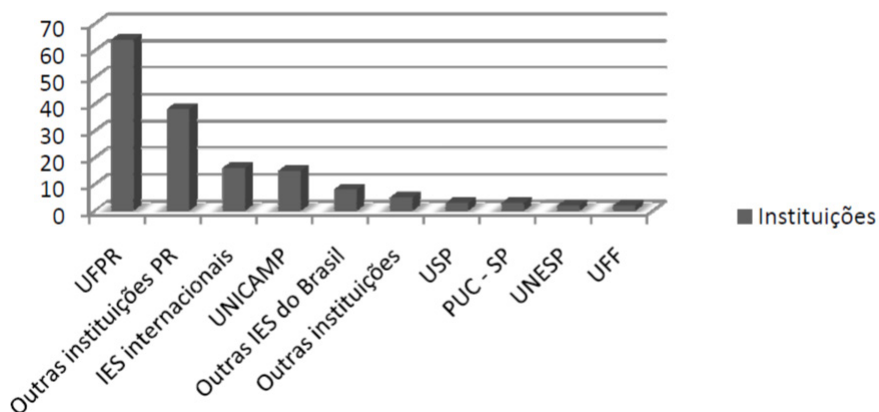


Gráfico 4: Vínculos institucionais da Revista História: Questões & Debates de 1980-1989.

Fonte: Revista História: Questões & Debates.

Observa-se no gráfico a primeira instituição de autores que mais colaboraram com o periódico, centrando-se na Universidade Federal do Paraná e, em segundo lugar, o item “Outras instituições do Paraná”, no terceiro local

estão as “Instituições internacionais”, especialmente europeias. São temas e estilos escritos por diferentes autores, não apenas ligados às ciências humanas, mas também economistas. Ainda em entrevista, o professor Nadalin narra que a recepção do periódico pelo departamento não foi unânime:

Naquela época o departamento tinha uma publicação que se chamava Boletim do Departamento de História, que publicava pesquisas dos professores do Departamento. E, tendo em vista circunstâncias políticas em grande parte, a chefia do departamento de então, e muitos dos docentes não se interessaram pela Revista. Então a Revista foi uma iniciativa praticamente isolada de qualquer iniciativa oficial ou departamental. (NADALIN, 2012)

Nessa perspectiva, a revista não se configurou, no início, como uma revista institucional ou oficial da Universidade Federal do Paraná, sendo ação de um determinado grupo do Departamento de História. A escrita da História, publicada a partir da reunião de intelectuais, se trata, como formulou Certeau “[...] um resultado e um sintoma de grupo que funciona como um laboratório”. (CERTEAU, 1994. p. 72) Conforme ainda pontua, escrever a História não se limita a apenas um gesto de fazer, mas um fazer referente a uma sociedade específica, a qual se liga imediatamente com a produção. Nessa mesma perspectiva, o traço da escrita é a vibração de limites. A operação historiográfica já nos indica que a escrita surge a partir de um lugar; lugar esse importante o suficiente para definir de qual lugar se fala. Ora, a escrita modifica as fronteiras que permeiam a sociedade com o seu passado, pois o presente deriva do passado, mas distingue-se do que foi.

Considerações finais

O historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao discutir a historiografia como cultura histórica, alerta que se trata de um estudo específico de investigação, construção maior da vida humana:

[...] a historiografia interroga-se de maneira sistemática sobre as diferentes formas e maneiras de transformar-se o passado neste objeto de investigação, materializado num conjunto de textos

dados à leitura de uma coletividade como parte de seu próprio esforço de construção identitária. (GUIMARÃES, 1995. p. 35)

Assim, refletindo, entende-se que a prática da publicação da Revista proporcionou diversas interações: “Daí se segue que num mesmo lugar, há tantas ‘regiões’ quantas interações ou encontros entre programas.” (CERTEAU, 1994. p. 212.) Ao problematizar a APAH e a Revista História: Questões & Debates como fontes para compreensão da historicidade da produção histórica, observou-se que houve um consistente esforço em pesquisar, escrever e discutir, para além do eixo Rio-São Paulo,¹⁵ teoria e metodologia da História como ferramentas para a produção de conhecimento nesse campo. Sua historiografia não era definida apenas pela sua escrita, mas em consonância com as opções editoriais e estéticas adotadas.

A discussão de história regional foi congregadora das diferenças teóricas, institucionais e geracionais que dividiam o Departamento de História da UFPR, sendo uma característica essencial para a constituição de um grupo que almejou construir seu espaço no *establishment* intelectual nacional. A historiografia do Paraná dialogava com questões nacionais e internacionais, pensava e escrevia sabendo que, quando se quer o universal, precisa-se aprendê-lo nos seus efeitos locais.

Referências

ALBUQUERQUE, Junior Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na Era Vargas**. Proibição de falar alemão e resistências no sul do Brasil. Campinas: UNICAMP, 2006.

15. Os historiadores Carlos Fico e Ronaldo Polito publicaram um levantamento a respeito das revistas científicas de História na década de 1980 com o seguinte título: *História no Brasil (1980-1989): elementos para uma ampliação historiográfica*. A Revista História: Questões & Debates foi mencionada. Nesse levantamento, o periódico foi entendido como resultado de uma associação regional, com uma publicação generalista. A análise foi feita pelo viés dicotômico centro/periferia, colocando-se o eixo Rio-São Paulo como centro; as demais produções são vistas como “regionais”, ou seja, como um sinônimo de periférico. [SILVA, 2013. p. 73-4.]

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 93.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2014.

DE LUCA, Tânia Regina. Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliane de Freitas, MOLLIER, Jean-Yves (Org.) **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na vida política, Europa e Américas nos séculos XVIII – XX**. São Paulo: Annablume, 2006.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: História, dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica nos anos 80**. Experiências e horizontes. 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2004.

GUIMARÃES, Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v 11 nº 1, 1995.

IBGE disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sao-mateus-do-sul/panorama>>>. Acesso em 31 out 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

SILVA, Bruna. **Revista História, Questões & Debates: historiografia e problemática regional (1980-1989)**. Dissertação (Mestrado em História). 145f. Irati: UNICENTRO, 2013.

SILVA, Bruna. **Associações de historiadores no Brasil: A SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)**. Tese (Doutorado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2019

STRAUBE, Fernando Costa; DURBEN-FILHO, Alberto. Dicionário geográfico das expedições zoológicas polonesas ao Paraná. In: **Atualidade ornitológicas**. nº 33. Disponível em <<<http://www.ao.com.br/download/polones2.pdf>>>. Acesso em 31 out 2021.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques. (Org.) **Jogos de escala**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SILVA, Helenice. Rodrigues da. A renovação historiográfica francesa após a “guinada crítica”. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlo Aguirre. **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: EDUSC, 2007.

Entrevistas

IMAGUIRE JUNIOR, Key. *Entrevista cedida à Bruna Silva*. Curitiba, 22 de maio de 2013.

NADALIN, Sérgio Odilon . *Entrevista cedida à Bruna Silva*. Curitiba, 10 de dezembro de 2012.

SANTOS, Carlos Antunes dos. *Entrevista cedida à Bruna Silva*. Curitiba, 10 de dezembro de 2012.

Fontes periódicas

COMISSÃO EDITORIAL. Apresentação. História: Questões & Debates. Curitiba, v.1 n. 1, 1980.

CARDOSO, Jayme Antônio. O cinquentenário da escola dos “Annales”. História: questões & debates. Curitiba, v.1, n. 1, 1980.

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, APAH: Curitiba, 1981-1989.

SEGUNDA PARTE

Relações
de Gênero e
Subjetividades

Reconfigurando o Espaço Político: inserção e participação de trabalhadoras rurais no Sindicato Rural de Pitanga (1980-1990)¹

MARISANGELA LINS DE ALMEIDA²

Introdução

Os espaços onde se situam os corpos de homens e mulheres são historicamente construídos e delimitados, isto é, cada corpo deveria ocupar um determinado espaço, de forma que caberia aos homens o espaço público e às mulheres o espaço privado. Dessa forma, não nos estranha que a presença das mulheres nos espaços de poder ainda hoje causa desconforto, mesmo levando-se em conta os avanços nos questionamentos acerca dos lugares naturalizados para ambos. Ou seja, o espaço público político, por exemplo, é reafirmado como um não-lugar para as mulheres.

1. Esse texto é um dos resultados da pesquisa de mestrado defendida no PPGH da UNICENTRO. Orientadora: profa. Dra. Beatriz Anselmo Olinto.

2. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O espinhoso caminho para a superação de um desenho político que associa os homens ao setor público e as mulheres ao doméstico³ pode ser analisado a partir da lógica e da simbólica das esferas. É esta que estrutura a configuração social dos corpos, associando os homens ao espaço *de fora* e as mulheres ao *dentro* (interior). Para Pedro (2000), a constituição social das esferas acabou por excluir ou afastar as mulheres do espaço público. Segundo a autora, há uma historicidade nessa separação e que estas se reeditam apesar dos grandes esforços para sua manutenção. A política das esferas, discutidas largamente pela autora, possibilitará uma desconstrução da divisão e ocupação dos espaços e dos papéis sociais entre homens e mulheres no interior da unidade camponesa e, de forma mais ampla, no espaço político.

Nossa proposta é problematizar e visibilizar os esforços de mulheres camponesas na reconfiguração dessa lógica. Desvelamos não somente a construção ideológica da distinção de gênero⁴ no sindicato rural de Pitanga- PR, mas também o processo de trabalho e as relações entre homens e mulheres nas unidades camponesas, no quadro específico do campo da região central do Estado na década de 1980. O que será enfatizado é o transitar das mulheres por espaços que não foram construídos socialmente para elas. É o pensamento dicotômico do *dentro* e do *fora*, do *privado* e do *público* que orienta nossa análise de gênero no contexto camponês. O ato de inserirem-se no espaço público não simboliza um rompimento, mas uma ressignificação do espaço doméstico e político, deslocando a configuração social das esferas.

Na região aqui estudada, esse desafio é externalizado nas memórias de Zenóbia Cedorak, agricultora e professora na comunidade rural de Rio Bandeira, município de Pitanga. Suas memórias são fundamentais para a compreensão das representações do período acerca dos papéis sociais e dos

3. Os termos público e *privado*, de acordo com Okin (2008), vão além da dicotomia doméstico e não doméstico. Reconhecemos que o poder político não é unicamente aquele que opera fora dos limites da casa. Entendemos o caráter político da família camponesa, entretanto, as expressões utilizadas no texto dizem respeito à sociedade e ao Estado. Nossa análise entende a separação do público e não público como resultado de distinções prévias patriarcais que associou homens ao econômico e político e as mulheres à domesticidade e reprodução.

4. A respeito da concepção de gênero, a perspectiva ampara-se nos debates de Scott (1995), Pedro (2005) e Pinsky (2009), no sentido de reconhecer que a condição feminina e a configuração social dos lugares são construções históricas e sociais, enfatizando os aspectos culturais das diferenças sexuais.

lugares das mulheres nas unidades camponesas, no sindicato rural da região e na sociedade, por conseguinte. Suas lembranças revelam as hierarquias socialmente construídas nesses espaços, denotam uma tentativa de desconstrução de práticas que se ancoravam em distinções de gênero institucionalizadas. Nesse processo, o Sindicato Rural, fundado em 1984, é fundamental, possuindo uma relação complexa e contraditória com as agricultoras: o mesmo espaço que possibilitou a inserção das mulheres em importantes debates políticos não abandonou características discriminatórias institucionalizadas. Ele representou um mecanismo de luta para as trabalhadoras rurais da região; apesar disso, algumas de suas práticas evidenciam seu caráter eminentemente masculino e hostil às mulheres.

Utilizar-se dos pressupostos da construção social da separação das esferas é fundamental para entender a dinâmica que norteou o contexto de inserção e a participação das mulheres no Sindicato dos Trabalhadores rurais de Pitanga ao longo dos anos 1980. É essa política das esferas que permite analisar, inclusive, a qualidade dessa inserção: os cargos ocupados por elas no interior do sindicato, as funções exercidas, a percepção masculina no interior da entidade e a representação da sociedade na presença das trabalhadoras nesse espaço. Em oposição ao privado (dentro/doméstico) o público, na perspectiva de Perrot (1998, p. 7), adquire dois sentidos complementares, porém diferentes: esfera pública e espaço público, para ela: “esfera pública [...] designa o conjunto jurídico ou consuetudinário, dos direitos e deveres que delineiam uma cidadania; mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública”. As esferas situam-se em planos mais amplos do que os espaços, o espaço público para ela equivale às cidades, ligado mais ao material do que ao simbólico. A esfera pública é menos concreta, diz respeito ao conjunto de signos e significados que regulam a posição dos corpos e ditam os lugares de homens e mulheres na sociedade.

Essa perspectiva nos permite falar em práticas discriminatórias institucionalizadas dentro do espaço sindical e mesmo nas relações cotidianas no campo. O sindicato não cria tais práticas, mas reproduz uma cultura de lugares distintos, socialmente construídos. A regulação da posição ocupada pelas mulheres no espaço público é ditada pelo conjunto de significados que constituem a esfera pública. É o deslocar das esferas que modifica a configuração dos corpos e dos papéis sociais nos espaços. É essa poética que orienta a análise acerca das relações sociais e de trabalho, que apresentaremos a seguir.

Mulheres, Trabalho e Sindicalismo

Historicamente, enquanto espaço político, o Sindicato Rural afirma-se como lugar dos homens; segundo Boni (2004), até o início dos anos 80 não era comum mulheres associadas. Analisando a realidade de Chapecó- SC, a autora indica que eram pouquíssimas mulheres que se associavam ao órgão sindical rural, pois as mulheres casadas eram consideradas dependentes do marido e as solteiras do pai, não havia incentivos para que elas se sindicalizassem, visto que não eram consideradas agricultoras, mas *esposas de agricultor*; eram as viúvas que insistiam na sindicalização. A percepção da relação de dependência e a secundarização do trabalho das mulheres rurais eram um entrave para a inserção delas no sindicato.

Ao que parece, a hierarquia nas relações de trabalho reflete-se no espaço sindical rural. Enquanto organização de trabalhadores, no masculino, incorporava grupos (sem-terra, pequenos proprietários, arrendatários, boias-frias) aos quais se aplicava a categoria *trabalho*. Nessa perspectiva, as mulheres situavam-se noutro plano: do não trabalho e/ou trabalho secundário. Quando perguntamos a respeito do trabalho das mulheres do campo pitanguense no período estudado, a resposta de Zenóbia é enfática e deixa escapar certa indignação, demonstrando que havia controvérsias no tocante às suas atividades.

Ah, as mulheres iam pra roça, sim! [...] a maioria das mulheres, praticamente no geral, elas enfrentavam a lida diariamente com os homens. Era carpir, roçar, ajudar nas colheitas, era muito feijão que se plantava, né? E elas iam junto, além da atividade doméstica elas tinham esse outro trabalho que era juntamente com os homens na roça, até tinha um grupo de mulheres que elas pegavam empreitada, carpida, né? Carpiam por empreita, milho, feijão. Elas enfrentavam de cedo à noite [...] A maioria deixava o trabalho de casa só para o final de semana, para o sábado e domingo, pra dar conta da roupa limpa, da casa, tudo. Enfrentavam de segunda a sexta o trabalho na roça (GODOY, 2015).

As percepções de Zenóbia referentes ao período excedem o plano individual/particular e adentram um âmbito mais coletivo; ela fala de outras mulheres: da comunidade rural de Rio Bandeira, onde residia; mulheres do

sindicato, em que havia grande número de trabalhadoras sem-terra; mulheres do município. A fala da entrevistada, afirmando esse trabalho, denuncia a invisibilidade das atividades desenvolvidas por elas. Na configuração social dos espaços, é permitido que elas adentrassem o espaço da roça e trabalhassem em pé de igualdade com os homens, entretanto, considerado um local da autoridade masculina, ali elas apenas *ajudavam*.

Woortman e Woortman (1997), ao estudarem a racionalidade do trabalho camponês, a partir das especificidades sergipanas, consideram esse trabalho para além de suas dimensões técnicas, sugerem que essa prática é ao mesmo tempo simbólica, marcando distinções de gênero. Nesse contexto cultural - os autores reconhecem que esse modelo ideológico e as concepções morais e éticas que o norteiam podem ser aplicados à camponêsidade mais geral - a categoria trabalho aplica-se somente ao pai de família; no espaço da roça, o trabalho das mulheres é definido como *ajuda*. Considera-se que as mulheres trabalham no âmbito doméstico; ainda assim, esse trabalho é desvalorizado no universo de representações. Mulheres exaustas pela dupla jornada de trabalho (roça e casa) são vistas como se não trabalhassem.

Os espaços de gênero, observados na região estudada, facilmente podem ser definidos a partir da lógica de Woortmann e Woortmann (1997, p. 134-135) nos sítios camponeses do nordeste brasileiro: “Nas construções ideológicas dos sítiantes existem dois circuitos de atividades, o masculino e o feminino. No plano mais amplo, tudo que diz respeito ao pasto e a roça é circuito masculino; o que diz respeito à casa⁵ é feminino”. Apesar de participarem de quase todos os momentos do processo de trabalho (exceto a derru-

5. Considerando que o lugar que homens e mulheres ocupam na unidade doméstica camponesa está relacionado às atividades que desenvolvem na casa ou na roça, é importante definir o que o espaço da casa significa, em termos de trabalho. Casa não se restringe ao espaço material das paredes da residência da família. Nossa interpretação apoia-se nos pressupostos de Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984, p. 31) analisando o caso do nordeste brasileiro, os quais dizem que a casa inclui também o terreiro (pátio), onde são criados animais. O conjunto de atividades que esses animais exigem são, também, como a casa, responsabilidade feminina e não reconhecidas como trabalho”. A divisão de tarefas por sexo é o que dá sentido à oposição feminino e masculino. O que é considerado trabalho define-se a partir do sexo de quem realiza a atividade. O que é considerado trabalho liga-se às atividades desenvolvidas pelos homens (Heredia, Garcia e Garcia Jr, 1984; Woortman e Woortman; 1997; Paulilo, 2004).

bada do mato e a broca) no mesmo espaço que os homens, como o plantio, a limpa e a colheita, o trabalho na roça é considerado de domínio masculino.

Na concepção dos pesquisadores citados, o trabalho no campo não é produtor apenas de alimentos, mas também (re) produz ideias. É a partir desse trabalho que se consegue compreender a lógica camponesa da hierarquia de gênero. A subordinação da mãe e dos filhos ao chefe de família (pai) é baseada no saber-fazer. É o pai que domina esse saber, governa o trabalho a partir de um saber técnico que produz um saber simbólico e que, portanto, justifica a reprodução da estrutura social de gênero. O poder exercido pelo pai de família legitima-se pelo domínio do saber-fazer, o seu saber técnico é fundamental para a reprodução da unidade camponesa. No caso estudado pelos antropólogos, as mulheres, apesar de serem fundamentais no processo de produção agrícola, suas ferramentas de trabalho são menos produtivas (fracas) do que as ferramentas dos homens e recebem os alimentos (que elas mesmas administram) mais fracos. A distribuição desigual dos alimentos está relacionada ao que se entende por trabalho; a jornada feminina diária, ainda que exaustiva, não é incluída na categoria trabalho.

Nessa mesma perspectiva, ao problematizar a produção da autoridade masculina no trabalho da agricultura, Esmeraldo (2013) afirma que esta ordenação está relacionada ao controle masculino do saber-fazer camponês: o controle e o domínio do ciclo produtivo, das técnicas e dos instrumentos de trabalho e até mesmo as relações estabelecidas com o mercado que amparam essa autoridade. A relação estabelecida pela unidade camponesa com a sociedade envolvente, o que Mendras (1978) definiu como uma das características básicas do campesinato pode ser pensada no plano das esferas separadas. É de domínio masculino a negociação dos produtos, apesar do trabalho árduo junto aos homens na roça são eles que negociam na cidade. Zenóbia evidencia isso em seu discurso:

E o que era triste, era que no final quem ia vender o cereal eram os homens, mulher nem ia junto pra cidade, era o marido que ia negociar tudo [...] o homem que ia pra cidade vender, ele que negociava com a cooperativa, a mulher às vezes nem sabia quanto dava (GODOY, 2015).

Na lógica da distinção das esferas, o mercado é o espaço *de fora*, são os homens que são socializados para atuar nele. O mercado é de domínio público/externo e como tal é mais propício para a presença masculina. As mulheres, ao contrário, são socializadas para o interior, para o espaço privado, *de dentro*. Nessa perspectiva, apesar das trabalhadoras serem fundamentais no processo de produção agrícola, elas são excluídas do processo de comercialização. Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1984), analisando o contexto nordestino da comercialização de produtos agrícolas, concluem que a comercialização cabe ao homem devido à construção ideológica da ideia de pai de família, ou melhor, *chefe de família*. A ideia de chefiar uma família indica que é o provedor desta, cabe a ele abastecer a casa, trazer os alimentos para *dentro*. Além disso, eles apontam a perspectiva da mediação: é o pai de família o mediador entre o espaço privado e público.

Essa socialização dos homens para fora e das mulheres para dentro é descrita de forma sintomática por Woortmann e Woortmann (1997), em que os sitiantes pensam a saída dos filhos homens para o *mundo* como uma representação da masculinidade. Antes do casamento, por volta dos dezoito anos, os meninos devem viajar, aprender novos procedimentos e técnicas agrícolas e no retorno ensinar à família. A ação de sair, no plano simbólico, significa que a masculinidade já está plena e que ele está pronto para ser o chefe da nova família. Para as filhas, essa mesma lógica não se aplica, ao contrário, elas são retidas no sítio como força de trabalho, pois as filhas de sitiantes fracos (mais pobres/menos terras) que saem. Entendem que é vergonhoso para o pai de família por dois motivos: exporia publicamente sua pobreza; ao sair, elas estariam submetidas às ordens de outros homens (que não seu marido), o que é vergonhoso para um pai de família. A lógica é de que o homem deve expandir o seu espaço social, começando do quintal, indo para a roça, mato, feira e, por fim, o *mundo*. Seu saber deveria ser sofisticado para que ele seja um bom pai de família. O mundo é inóspito, lugar de perigo, portanto, não propício para mulheres. Entende-se, também, que o domínio do *lar* não necessita de aprimoramentos. A espacialização das mulheres refere-se ao espaço de dentro, em oposição ao de fora, considerado de domínio masculino.

Tal perspectiva é discutida para que se entenda o sindicato não como produtor das distinções de gênero, mas como reproduzidor de toda uma lógica que orienta as sociabilidades no campo. Os significados e as representações presentes na dicotomia *dentro e fora* orientam as concepções de espaço pri-

vado e público. O encadeamento de ações, que envolvem o entendimento camponês a respeito da concepção de trabalho e que cria espaços de gênero evidentes, têm seus significados estendidos para o interior da entidade sindical rural. No período estudado, a representação das mulheres como ligadas naturalmente ao lar significou uma dupla barreira para a sua inserção no sindicato rural: negava o espaço político como seu domínio e indicava a prerrogativa do não trabalho. Socialmente, como já vimos, entendia-se o público como seu *não lugar*. Como espaço de atuação de *trabalhadores*, o sindicato não era entendido como domínio das agricultoras: *Elas somente ajudavam*.

Para as trabalhadoras rurais, o trabalho nas múltiplas atividades, incluindo o trabalho na agricultura, apesar de exigir tanto, não foi impedimento para a participação nos debates e na militância política no sindicato. Tradicionalmente cobradas pelas atividades relacionadas ao doméstico, considerado seu domínio, a conciliação dessas múltiplas atividades com a prática política no espaço público não era tarefa fácil. Essa dificuldade se dá também pelo ordenamento das esferas que dificulta a mobilidade das mulheres por espaços políticos. No campo do trabalho, ao que parece, há algumas variações nessa separação dos espaços, como cita Woortmann e Woortmann (1997, p. 135), há ambiguidades, pois, “o circuito feminino tem uma certa plasticidade, que lhe permite invadir o espaço ideologicamente definido como de trabalho masculino, pois a relação de gênero é hierárquica; o homem nunca ‘ajuda’ a mulher na cozinha[...]”. O homem não adentra o doméstico, esse é de domínio estritamente feminino, entretanto, o trabalho das mulheres na agricultura, mesmo que fundamental, é considerado ajuda. Mesmo com dupla jornada de trabalho (casa e roça), a leitura era de que não trabalhavam.

A perspectiva de que são os homens que trabalham no campo e as mulheres apenas ajudam dificulta a inserção das mulheres no espaço sindical. Antes de adentrar, elas precisam ser introduzidas na dimensão *trabalho*, serem consideradas trabalhadoras. Isso explica o esforço delas para a mudança estatutária que as qualificava enquanto *do lar* para *trabalhadoras rurais* ou “agricultoras”. Como veremos, as práticas de reprodução social do camponato e as distinções espaciais de gênero são, de certa maneira, atualizadas no sindicato rural.

Os Círculos Bíblicos⁶ foram fundamentais no processo de inserção política das trabalhadoras rurais no Sindicato. Enquanto mediador, eles instrumentalizam as trabalhadoras, inserindo-as em debates políticos do período. “Nos Círculos Bíblicos a gente discutia divisão de classes, né? Discutia a questão da terra, das grandes propriedades, a questão do poder mesmo [...] questões políticas mesmo, sabe?” (GODOY, 2015). Apesar de não discutir especificamente sobre as questões das mulheres, detendo-se nos problemas da classe trabalhadora rural, esse espaço acabou por inserir as mulheres nos debates políticos.

Esse aprendizado possibilita certa consciência social e as une aos demais a partir da experiência de exclusão social e econômica. Tal espaço é fundamental no processo de sindicalização das trabalhadoras, pois as aproximou do espaço político/público. A partir de debates mais amplos, que enfocavam os problemas da classe, o próprio espaço de sociabilidade simbolizava a fuga da invisibilidade doméstica. “[...] essas coisas surgiam dentro das perguntas e a gente falava” (GODOY, 2015). Enquanto local de reflexão, o exercício da fala era estimulado. Nesses espaços elas podiam relatar acerca de seu cotidiano no campo, as dificuldades familiares diárias, realizar questionamentos políticos.

A entrevistada aponta também para outros espaços de discussão que escapavam ao controle da igreja “[...] Nos Círculos Bíblicos e na igreja, dependendo da pessoa que atuava, do padre, era difícil nessas questões, sabe? Nós porque nós fazíamos as nossas independentes também. Eles não sabiam o que a gente tratava lá” (GODOY, 2015). Apesar de ligado a setores progressistas da Igreja Católica, os Círculos Bíblicos acabavam por reproduzir práticas conservadoras e discriminatórias a respeito das mulheres. Os encontros formais e informais, sem a presença dos padres, deixavam-nas livres para que pudessem discutir abertamente questões mais específicas, inclusive questionando as discussões anteriores realizadas.

As visitas de vizinhas, os cultos dominicais, reuniões de mães na escola, o Programa de Plantas Medicinais, hortas comunitárias, dentre outros, eram espaços que burlavam a vigilância religiosa e acabavam por configurar espa-

6. Santos (2013, p. 26), no contexto do estudo acerca das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais rurais em Guarapuava, entre os anos de 1974 até 1986, afirma: “os Círculos Bíblicos caracterizavam-se como reuniões em que os fiéis se encontravam para rezar, celebrar a palavra e discutir situações do cotidiano. Geralmente são realizados nas casas das famílias ou nas capelas”.

ços informais de sociabilidade feminina. Consistiam em invenções criativas cotidianas, como Certeau (1994) aponta. Sem a supervisão de uma autoridade religiosa, múltiplos assuntos aparecem nessas discussões, questões que não eram tratadas nos círculos bíblicos, como a violência doméstica, que segundo a entrevistada era bastante presente no cotidiano das mulheres no campo.

De todo modo, a instrumentalização política das trabalhadoras rurais tem nas discussões dos Círculos Bíblicos o início dos questionamentos referentes à classe trabalhadora rural na qual as mulheres estavam incluídas. Elas faziam parte do que Zenóbia denominou de *luta maior*, logo, questões relacionadas às especificidades delas eram pensadas como secundárias, a centralidade era o conceito de classe. Essa mesma prática, como veremos, era visualizada no interior do Sindicato Rural de Pitanga.

À mediação realizada pelos Círculos Bíblicos e os amplos esforços das trabalhadoras segue-se a inserção no sindicato rural. Essa inclusão não significa ruptura com a esfera doméstica, mas certa articulação desta com a esfera pública. Da mesma forma, a inserção das mulheres no espaço sindical rural não implica a superação das desigualdades de gênero em seu interior. Dentre outros pontos, alguns motivos são indicativos dessa postura: (a) trata-se de uma participação autorizada; (b) essa participação é fundamentada pelo caráter de mães e esposas que atuavam na defesa do lar; (c) a hierarquia de funções designava as mulheres às funções subalternas, afastando-as dos cargos de liderança; (d) o caráter secundário de suas pautas no contexto da luta sindical.

As memórias de Zenóbia indicam que as dificuldades para participarem das reuniões sindicais iniciavam-se em casa, em que o marido consistia num dos principais empecilhos. Colocando-se enquanto exceção que confirma a regra, a entrevistada desvela um imaginário social camponês no qual as mulheres possuíam suas funções ligadas ao espaço doméstico/ familiar.

[...] meu marido tinha muito orgulho de ver a gente participando do sindicato [...] muitas mulheres não conseguiam participar, justamente por isso, não tinham apoio em casa. Não era comum a visão que meu marido tinha, era muito raro, depois foi se abrindo, mas no início era difícil mesmo, tinha muitas companheiras que gostariam de ir, mas o marido não deixava, porque tinha de ficar em casa, tinha de ir pra roça junto, tinham aquele bando de filhos. As mulheres, na época, no sítio tinham muitos filhos, cinco, seis,

dez filhos, então ficava em torno da família e não conseguia participar. Na comunidade tinha várias, tinha uma tia minha, que ela participava da igreja, da igreja ela conseguiu que o marido deixasse ela participar, muito mais tarde ela conseguiu a *libertação*, mas no início o marido não deixava de jeito nenhum. Tinha um compadre nosso, ele era atuante e tudo, apoiava, mas na hora da esposa ir, não deixava, porque ela tinha os afazeres em casa, ele dizia. E as que participavam, decerto não tinham? Mas as dele tinha os afazeres em casa, esse casal aí tinha um atrito muito grande por causa disso, né? Até na questão da própria comunidade, na organização, ela não ia trabalhar porque o marido não deixava, ela queria, mas tinha de ficar em casa e ele que participava, fazia parte até das comissões. Depois as coisas mudaram, o sindicato ajudou nisso, o Osmano falava nas comunidades (GODOY, 2015).

A rigidez da configuração social dos espaços, que associava as mulheres a papéis tradicionais familiares, era legitimada pela concepção do doméstico como espaço natural das mulheres. A prescrição cultural do período definia o *lugar da mulher* na sociedade. Para Pedro (2000), essa separação das esferas é o resultado de uma construção social que liga as mulheres à esfera privada, ao íntimo familiar, enquanto o homem relaciona-se à atuação pública e política. Ao questionar a análise de Alexis de Tocqueville, para o qual a imagem do círculo é interpretada como a delimitação do espaço feminino circunscrito ao lar, a historiadora chama atenção para as virtudes que se atribuem e espera-se das mulheres: piedade, pureza e submissão; tais virtudes emanariam da domesticidade. Essa poderosa figura de linguagem ancora-se nas designações de proteção e segurança do lar. Aos homens cabe proteger as mulheres dos perigos do espaço *de fora*. Como bem destaca a autora, o ‘doce lar’ não é sinônimo de proteção para as mulheres. As memórias de Zenóbia a respeito da época evidenciam isso: “Tinha muita violência no campo, violência doméstica, sabe?” (GODOY, 2015). Os inúmeros e incontáveis casos de violência nesses espaços indicam que o lar não é espaço de proteção para as mulheres.

No que se refere às trabalhadoras rurais estudadas, a hierarquia é baseada na autoridade masculina sobre a mulher, é o que regula a configuração dos espaços e a mobilidade das mulheres. O número de filhos, o fato de ser *mãe de família* e o trabalho no campo eram fatores ativados como empecilhos para a participação nas discussões do sindicato. Ao longo dos anos, após sua fundação, em 1984, o número de mulheres participantes aumenta, ao

que parece, o amplo trabalho de base desenvolvido pela própria instituição, amparado e legitimado pelos discursos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), que acabam por desenvolver, ainda que limitada, consciência de gênero entre homens e mulheres no campo, possibilitando a inserção das trabalhadoras nos debates sindicais.

Interpreta-se como participação autorizada, tanto no âmbito familiar quanto no sindical. O relatório de reuniões de 23 de janeiro de 1985, após extensa discussão acerca dos problemas econômicos que afetavam os agricultores, como o baixo preço dos produtos agrícolas, a Reforma Agrária e a exploração do homem do campo, indicam que ao final da reunião foi levemente mencionado na problemática da participação das mulheres: “Será estudado futuramente a participação da mulher dentro da comunidade e sindicato” (Atas, Reuniões nas comunidades do município de Pitanga, 1985). A inserção feminina é tratada pelos homens, são eles que decidem se as querem nas discussões ou não. Zenóbia enaltece a figura pública do presidente do sindicato; para ela, a interferência dele foi fundamental para que essa participação ocorresse, entretanto, segundo ela: “[...] havia companheiros que olhavam atravessado, sim!” (GODOY, 2015). Isso indica que a aprovação da presença feminina não era unânime

Considera-se nessa análise a historicidade dos significados de *ser mulher* no período estudado; assim, expressões que as ligam ao espaço doméstico e que eram utilizadas, inclusive para legitimar a presença das mulheres no sindicato, são entendidas como produções e reproduções das concepções do masculino e do feminino e que, como tal, norteavam as relações sociais entre os sexos na unidade doméstica e no sindicato, enquanto extensão da primeira.

Predominava no espaço sindical a percepção do feminino atrelado ao doméstico, aproximando-as aos seus papéis tradicionais de mães e esposas; ao tratar da organização feminina, é comum a denominação de *Movimento de mães e esposas trabalhadoras rurais*. O resguardo da representação das trabalhadoras ligadas ao lar, aos cuidados familiares era entendido como justificção da presença feminina em um lugar tido como não natural às mulheres. Nessa perspectiva, o entendimento era de que a saída de seu lugar natural era legitimado pelo intuito feminino de proteger e cuidar da família⁷. São, portanto, as classificações sociais de masculino e feminino que orientam

7. Esmeraldo (2013, p. 248-249), ao analisar a lógica dos movimentos rurais, enfocando as ações políticas dos trabalhadores sem terra, diz que, para estas, é a expressão do sentido de

a entrada e a permanência das trabalhadoras no espaço masculino sindical. Isso é evidenciado nas principais áreas de atuação das mulheres.

No sindicato, a gente atuava mais assim, nas questões de saúde, saúde e educação eram temas fortes, aí depois começou a vir os direitos da mulher trabalhadora, né? Aposentadoria da mulher, licença maternidade pra mulher da roça, auxílio doença pra agricultora, daí nós trabalhava nessas questões também, que eram mais necessárias [...] essa questão das mulheres, na época era muito precária (GODOY, 2015).

A entrevistada indica que as principais atuações das trabalhadoras dentro do sindicato estavam ligadas, ao menos inicialmente, à saúde e educação, áreas de cuidado, que a percepção do período entendia como *coisa de mulher*, visto que exigia sensibilidade, calma, solidariedade, piedade, atributos entendidos como virtudes naturais das mulheres. Nessas áreas de atuação, os papéis sociais das mulheres são reformulados, visto que se afastam, ao menos por determinados momentos, da pia, do tanque e do trabalho na roça, entretanto, suas novas funções são extensões daquelas ligadas à família e aos cuidados domésticos da esfera privada.

A socialização das mulheres para a esfera privada e mesmo a extensão desta na esfera pública não impede que elas se engajem na luta pelo reconhecimento de seu trabalho, a luta pela afirmação política enquanto trabalhadoras rurais ou agricultoras é constante nas ações das trabalhadoras. A denominação *do lar* supunha que suas atividades estavam inscritas estritamente às paredes da casa, desconsiderando o trabalho na agricultura e as inúmeras atividades realizadas por elas na unidade doméstica. Unidas às demandas de demais grupos de trabalhadoras espalhadas pelo país, a reivindicação é acatada e introduzida na Constituição de 1988.

Não se pode negar a importância do sindicato na lógica da inserção feminina nos debates políticos de seu interior; a instituição é fundamental. O trabalho de base desenvolvido por este nas várias e distantes comunidades rurais do município adentrava os lares e sinalizava para um novo momento das relações de gênero. A organização sindical rural, incluída no que Ghon

família que move o comparecimento às manifestações e lutas. É o entendimento de *família* que orienta a saída das mulheres para os espaços de luta.

(2003) denominou de *Novos Movimentos Sociais*, denota a vontade de combater práticas discriminatórias, anuncia o *novo* para os homens e mulheres do campo. Entretanto, práticas institucionalizadas e centralizadas no masculino afetam estruturas também formalizadas e com práticas discursivas emancipatórias.

Uma das coisas que me fez ficar era justamente isso, a gente tinha vez e voz lá dentro, você podia dar sua opinião, se era acatado depois, não, muitas vezes não era, mas na discussão ali, na presença se tinha autonomia para colocar tua opinião, então, era essa uma das diferenças que eu via em relação às outras entidades, que se tinha só de ouvir alguém lá falando e você tinha de acatar e pronto. Ali era uma forma diferente, até pela forma de círculos que a gente sentava, ali se conversava a respeito dos problemas [...] então, eram discussões que progrediam bastante, muito boas. As mulheres tinham voz dentro do sindicato (GODOY, 2015).

O sindicato oferece instrumentos para a inserção nas políticas da organização sindical. O debate político referente aos problemas que afetavam o conjunto de trabalhadores (as), de acordo com as evidências apresentadas pela entrevistada, era estimulado entre elas, porém, como ela mesma afirma, o ato de falar não significava necessariamente que eram ouvidas. Apesar disso, as vozes das trabalhadoras ecoam no espaço sindical e juntam-se a outras vozes de mulheres no país todo. As lutas das mulheres e as questões agrárias foram fortes no Brasil na década de 1980. Práticas discriminatórias no sindicato rural podem passar despercebidas. Entretanto, ao indagarmos acerca dos cargos ocupados pelas mulheres nesse espaço, ela nos diz:

Não era coisa comum, na época, as mulheres ocuparem cargo de direção. Tanto é que mulher presidente de alguma coisa era difícil né? Ainda mais no sindicato, geralmente a gente ficava lá [...] então, geralmente os cargos maiores, de presidente ou tesoureiro eram coisas de homens, né? Não, presidenta não tinha não. Aqui em Pitanga nunca teve mulher na presidência do sindicato [...] (GODOY, 2015)

A ausência das trabalhadoras nos cargos de liderança sinaliza para um modelo sindical cujo cerne funda-se na separação das esferas. Desde sua fundação, em 1984, até os dias atuais não houve sequer uma mulher na presidência do referido sindicato. Além de serem minoria nesses espaços, as funções ocupadas por elas eram as menos importantes. A própria entrevistada enfatiza esse pressuposto: “Eu, por exemplo, era secretária, nunca passei disso” (GODOY, 2015). Aparentemente consideradas menos aptas à liderança, a secundarização do trabalho das mulheres na agricultura estende-se ao trabalho sindical.

Ela indica para práticas de rebeldia das trabalhadoras: “Nós muitas vezes dissemos: nós não estamos aqui só para lavar louças, fazer comida pra vocês, nós queremos participar, né?” (GODOY, 2015). Suas palavras tornam evidente a resistência masculina à presença das trabalhadoras, e ainda, a tentativa de reafirmação do que entendiam como *lugar de mulher*. Lavar louças e fazer comida é entendido como coisa de mulher, colocá-las à frente dessas atividades reforçava a ligação delas aos seus papéis tradicionais de mães e esposas. No campo das esferas, há uma tentativa de ajustamento dos lugares, mesmo no espaço público procura-se reaproximá-las da esfera doméstica e afastá-las das discussões políticas. O empenho delas na tentativa de desvencilhar-se desse estereótipo consubstancia-se no questionamento desses lugares, demonstrando o desejo de participarem efetivamente das discussões.

Para as trabalhadoras, mesmo no espaço público o privado se refaz, reformula-se. Na compreensão da resignificação dos espaços dentro do sindicato, a interpretação de Woortmann e Woortmann (1997) acerca da dicotomia rua-casa e frio-quente no imaginário social é fundamental. Para eles:

A rua é um domínio frio, do homem, que para nele vencer na vida deve agir de maneira racional, equilibrada. A casa é um lugar que deve ser quente. Nela deve haver calor ‘humano’; a racionalidade fria deve ceder lugar a afetividade quente, e a mulher dona da casa deve imprimir tal ‘clima.’ (1997, p. 163)

Nessa perspectiva dual, novamente as mulheres ligam-se ao lar. O entendimento da distância das mulheres à racionalidade que o espaço público exige desqualifica-as, mesmo quando sua presença é observada nesses lugares. Tal perspectiva reafirma-as como seres afetivos e irracionais. Nessa análise,

verificamos um imaginário naturalizante que considerava o *lar* como lugar adequado da mulher, e o político, como inadequado. Questionada acerca do envolvimento do sindicato rural nas questões específicas das mulheres, Zenóbia diz:

Houve momentos que a gente discutia, sabe? Discutia sim, mas na maioria das vezes era no geral, mas houve momentos que nós discutíamos questões mais específicas [...] só que a prioridade era as de classe, porque era muito ligado, né? A mulher pobre e a mulher negra, por exemplo, é questão de luta de classes, não se separa, não tem como, né? E a trabalhadora rural também era assim (GODOY, 2015)

A abordagem da entrevistada permite a compreensão da representação da memória coletiva sindical, pois a memória individual de determinada época é afetada pela memória coletiva do período, segundo Halbwachs (2003). A manifestação do consenso pela lógica unificadora de classes demonstra a prioridade da entidade sindical por questões classistas, cujo discurso reproduzia pressupostos ligados à divisão de classes, originadas do marxismo. Tal perspectiva teve acolhida e foi largamente difundida pelo sindicato.

No discurso da entrevistada há a prerrogativa de que as mulheres faziam parte da classe trabalhadora. No tocante às questões de classe e de gênero dentro dos sindicatos rurais, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e Movimentos Autônomos de Mulheres, na lógica dos Estados do sul do país, Paulilo (2004, p.239) afirma: “Nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é machista. O discurso de igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade [...]”. A prerrogativa de que a luta das mulheres estava incluída na *luta geral* ou *maior* é constante no discurso sindical, considerava-se que as especificidades das trabalhadoras eram secundárias. Indagada acerca da violência doméstica e a posição do sindicato referente a tal problema,

Tinha bastante violência no campo, violência doméstica, sabe? Começou a discutir, mas bem depois, no início não se tocava nisso [...] porque assim, a questão de miséria mesmo era gritante, na época. E era aquilo que tinha que ser combatido no momento, ali. A gente, lá no sindicato, dizia que a violência era fruto da miséria,

se a gente pensar assim, é. Era aquela miséria extrema que existia, que era gritante, aquela falta de política agrícola, isso que era o mais importante na época, aí depois começou a avançar nessa questão da violência da mulher, aí começou a se colocar sobre as líderes que foram mortas, né? As questões trágicas, ligada assim, à militância. No cotidiano mesmo não se discutia, não. Era mais ligado ao econômico mesmo (GODOY, 2015)

A perspectiva da centralidade nos assuntos de classe limitava os debates e a incorporação de pautas relativas à situação cotidiana das trabalhadoras. Entende-se que as mudanças nas relações de classe por si só alterariam as relações de gênero. A violência doméstica, como observamos no relato acima, era entendida como uma consequência da miséria do povo rural, logo, o debate era desnecessário, pois estava ligado à luta de classes. Como argumentado pela entrevistada, a violência doméstica era vista como algo que deveria *ficar em casa*, era de domínio privado, algo não público. Como aponta, a violência sofrida na militância (público) chegava a ser debatida no sindicato. Ao que parece, havia uma fronteira política que definia o que era assunto público e o que não era. As violações sofridas pela causa política de classe (fora) era assunto de discussão, a violência doméstica, ao contrário, era de domínio privado e pessoal, ou seja, deveria ser resolvida em casa, no âmbito privado.

O sindicato incorpora fortemente a luta das mulheres pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais; isso acarretaria a inclusão das agricultoras em direitos previdenciários, como aposentadoria, licença maternidade, auxílio doença, dentre outros. Isso dizia respeito também às relações econômicas de classe. Nesse contexto, apoiaram um grande passo para a superação do caráter de improdutivo das mulheres do campo: a mudança no estatuto para *trabalhadoras rurais*, recusando a classificação estereotipada de suas atividades como *do lar*, garantindo, assim, uma série de direitos, suportes financeiros e simbolicamente reconhecendo o caráter produtivo de suas múltiplas atividades. De acordo com Zenóbia:

Essa conquista de mudar para agricultora foi uma luta das mulheres, nossa. O movimento de mulheres que puxou e conseguiu aprovar essa lei. Algumas companheiras que foram eleitas também, na época, para o senado e tal, aí conseguiram aprovar, reconhecer

a mulher enquanto agricultora, enquanto profissão, para garantir os direitos, né? Daí melhorou bastante, nossa, deu mais autonomia pra mulher. Essa conquista foi muito importante, nós lá da comunidade, ajudamos muitas a se aposentar. Eu lembro daquelas velhinhas, como elas ficaram faceiras. Nossa, até moradia começou a melhorar, sabe? O aspecto físico das mulheres começou a mudar, a gente não precisava mais pedir dinheiro pra marido pra comprar um batom ou um esmalte (GODOY, 2015).

O direito das mulheres à aposentadoria por idade, aos cinquenta e cinco anos, e alguns outros benefícios, foi assegurado pela Constituição de 1988. A fala da entrevistada a respeito dos significados que a mudança no estatuto representou para as trabalhadoras de sua comunidade torna evidente a associação com a conquista dos direitos trabalhistas, principalmente a aposentadoria. Isso evidencia o quanto é importante um alicerce financeiro no empoderamento das mulheres camponesas.

A modificação estatutária de *do lar* para *trabalhadoras rurais* ocasionou modificações tanto no âmbito do empoderamento das mulheres, como no cenário camponês. Essa autonomia, apontada pela entrevistada, reflete uma transformação da sua imagem por si própria e perante a sociedade. O reconhecimento de seu estatuto profissional é considerado pela entrevistada como um passo na conquista por cidadania das mulheres do campo⁸. Paulilo (2004), ao analisar os pressupostos das mulheres do campo e os movimentos sociais, afirma que é difícil falar em reconhecimento sem estabelecer uma ligação com qualquer forma de suporte financeiro. A desigualdade econômica da mulher reflete-se na subordinação diária no interior da unidade doméstica.

Nos depoimentos de Zenóbia foi possível verificar que a conquista por direitos sociais, principalmente a aposentadoria, positivou o trabalho das mulheres e isso repercutiu, de certo modo, na relação familiar cotidiana, estabelecendo pequenos deslocamentos nas tradicionais relações de convi-

8. A realidade aqui analisada insere-se em uma luta mais ampla. Segundo Sales (2007), é na década de 1980 que ocorre o despertar para a luta coletiva em prol do reconhecimento do trabalho das mulheres no Brasil e no mundo, chegando ao campo. Segundo ela, é na segunda metade da década de 1980, que ocorre a abertura de novos espaços políticos e que as falas das trabalhadoras rurais começam a ser discutidas e ser visibilizadas. Assim, o processo de organização acaba por formar uma rede de comunicação e de significados que acaba por articular pequenos movimentos a mobilizações mais amplas.

vência, principalmente com relação ao companheiro/marido. A relutância em relação à aparição pública das trabalhadoras excedia o interior do espaço sindical, e era visualizada também nos demais setores políticos e na sociedade, de modo geral. O desconforto masculino com a presença das trabalhadoras era considerado atrevimento, isso era consubstanciado no apelo à moralidade que regulava a sexualidade feminina. A narrativa seguinte evidencia esse pressuposto.

Sabe? Tinha muito assédio! Eu passei por isso. De político então você não faz ideia, porque assim, se não conseguem te dobrar pela palavra eles tentam pela moral, né? Porque se você vai na deles e fica desmoralizada, pra eles é prato cheio. Eles difamam você. Eles nunca são difamados, mas a gente, nossa! (GODOY, 2015)

E ainda:

Porque mulher que saía de casa era tida como uma mulher vadia, né? Pra ir na cidade levar o filho no médico podia, mas nas reuniões não! Então, você romper isso era complicado. A partir do momento que você começa a ter reconhecimento, a partir do momento que veem que você saiu e que está fazendo algo em benefício da sociedade, né? Aí você começa a ter respeito (GODOY, 2015)

Aparentemente, as mulheres não enfrentavam obstáculos para irem à cidade pelo motivo de realizarem tarefas relacionadas à família, em caso de necessidade, como é afirmado em alguns momentos da entrevista. Isso não oferecia sérios riscos à ordenação moral dos espaços sociais, mas os problemas/críticas apareciam quando suas ações fora de casa não estavam totalmente absorvidas pelos papéis tradicionais de mãe e esposa. A transgressão de espaços socialmente delimitados para elas e as novas funções e posições assumidas representavam uma ameaça.

Socialmente, as mulheres ao desenvolverem interesses e posturas fora da família era um sinal de que a ordem precisava ser restabelecida, havendo críticas à moralidade das que se aventuravam na ocupação de espaços tidos como não naturais para elas. Funcionando, portanto, como um cerceamen-

to aos limites de sua mobilidade. Essa tentativa de controle social para que não houvesse uma fluidez nas esferas é consubstanciado na prerrogativa da sexualidade feminina⁹. Colocar em dúvida a moralidade das mulheres, colocando-as como alvo de comentários, é um evidente sinal de vigilância aos limites da mobilidade das trabalhadoras. O medo de não ser considerada uma *mulher direita* ou tida como *uma mulher vadia* é um empecilho para a subversão dos espaços. O diálogo abaixo traduz a leitura da comunidade e da sociedade, de modo geral, da visibilidade política de uma mulher.

P- A partir da sua inserção de outras mulheres no sindicato que mudanças ocorreram nas relações na comunidade e na família?

R- Muda, porque aí você tem mais argumentos, né? Nós, assim, que éramos líderes na comunidade, você vai fazer, desde uma meditação, esse tipo de coisa, você tem mais argumentos, daí você consegue ser ouvida. Como eu falei para você, na nossa comunidade que era uma comunidade, digamos assim, formada a partir de uma organização já, mais organizada, a gente conseguia esse respaldo, as pessoas ouviam. No caso nosso, eu e a Rosilda, a gente tinha um reconhecimento muito bom na comunidade. Aí depois mais tarde quando nós assumimos o partido político, o PT, no caso, aí mudou completamente, aí começou aquela coisa de difamar para te enfraquecer, né?

P- Houve casos de difamação contra você? Poderia comentar?

R- Ah, sim! Muitas vezes. Isso era meio que normal. Até na campanha política, né? Enfrentava esse tipo de coisa. Porque na época, você vê, foi um deus nos acuda. Aonde já se viu uma mulher sair como candidata à vice-prefeita, daí ter de sair com os homens para fazer campanha, né? Porque daí eu saía, geralmente saía eu e o marido, ele me acompanhava, ou às vezes eu, a esposa do presidente do sindicato e ele, porque era muito candidato, não tinha pessoas. Mas era um absurdo. *Você era vista quase como uma prostituta,*

9. Acerca da sexualidade da mulher camponesa, Wolf (1976) diz que na unidade camponesa o papel sexual da mulher estaria subordinado à centralidade da autoridade masculina, numa dinâmica que subjugava os desejos das mulheres às prioridades do macho, indicando um controle da sexualidade das mulheres, inclusive nas suas condutas que poderiam ser recompensadas caso fossem apropriadas ou punidas em caso negativo. Também a respeito da normatização da sexualidade das mulheres do campo, ver Ferreira (2006).

porque você tá num ambiente masculino. Então eu dizia assim, que era muita coragem. Só que a gente, acho que era meio doida, não ligava para isso [...] E também na questão assim, uma vez que nós fomos para uma comunidade fazer campanha. Eu era candidata, eu e a Cida fomos. Aí um homem chegou de gracinha, assim: ‘Aí, mas essa vice aí merece o voto só pela beleza. É uma mulher muito linda e não sei o que’, sabe aquelas gracinhas de machão, assim? E era numa comunidade, na casa dele que a gente foi pedir voto. Então, a gente encarava bastante esse tipo de coisa... por ser mulher (GODOY, 2015).

A análise da produção dessa narrativa pode sugerir: quanto maior e mais significativa a visibilidade política de Zenóbia, mais expansiva é a rejeição, traduzida, dentre outros pontos, no assédio? Na comunidade, politizada, a leitura feita de sua ação política era, de certo modo, positiva, já no campo específico da política partidária, mais *significante* e notável publicamente, essa percepção é diferente. Ao que parece, há uma definição social do moralmente aceito, cuja inserção no partido político marca um limite dessa transgressão.

Mendras (1978, p. 87) nos auxilia nessa análise. Ao tratar acerca da sociedade do interconhecimento, uma das características das sociedades camponesas, afirma que ela pode ser expressa na expressão “aqui todo mundo se conhece”. O *aqui* designa um habitat, um território, definido por oposição aos territórios vizinhos; é um território construído que serve de residência, meio de trabalho e espaço de sociabilidade. A comunidade frequentemente é representada nas narrativas de Zenóbia como um espaço *bom para se viver*: “Então, na época a gente tinha uma comunidade muito boa, a gente podia confiar em todo mundo. Podia saber que todo mundo era seu amigo e amigo de verdade, né? Pessoas que se você precisasse estavam dispostas a uma troca, assim, muito boa” (GODOY, 2015).

A comunidade onde viveu no período em que lecionava, participava dos Círculos Bíblicos e ajudava nas questões comunitárias, é comumente associada a algo positivo. Ela conservou lembranças agradáveis acerca desse espaço. Logo, *lá*, na comunidade, ela era conhecida e reconhecida (todo mundo a conhecia); quando começou a frequentar o sindicato, o Partido dos Trabalhadores (PT), se candidatar, passou a ocupar/utilizar outros espaços, tradicionalmente lidos como masculinos, como ela mesma diz. Assim, o

olhar sobre ela muda; as expressões a ela dirigidas são, também, formas de descaracterizar a sua atuação nesses espaços.

A comunidade rural é simbolicamente considerada uma segunda família. Assim, é possível sugerir que seus papéis desempenhados nesse espaço estavam associados ao cuidado e à proteção (funções pré-demarcadas como femininas). À medida que ela adentra em espaços de maior visibilidade política, masculinos, a leitura social de suas atuações é modificada e negativada. Há um preço pela subversão dos espaços: a desqualificação apelando para a sexualidade feminina. O entendimento masculino e social é de que tais mulheres não são mulheres *direitas*. A comunidade e a própria família tratam de garantir essa vigilância. Quando relata a resistência à sua participação em eventos políticos, ela diz: “Ah, muitas vezes diziam assim: você está abandonando a família com isso, a minha mãe mesmo falava: onde já se viu, você ficar aí andando pela estrada, cansando?!” (GODOY, 2015).

Como já observado numa narrativa anterior, o obstáculo era fazer entender que o adentrar nesses espaços significava: “A partir do momento que você começa a ter reconhecimento, a partir do momento que veem que você saiu e que está fazendo algo em benefício da sociedade, aí você começa a ter respeito. Era uma ação política” (GODOY, 2015). Ao procurar justificar suas práticas, ela aponta os benefícios sociais que sua atuação e de suas companheiras acarretaram; a entrevistada dá sinais da prescrição cultural do período, de grande peso e influência na militância das agricultoras. Para ela, o ato de sair para os espaços de decisão representou, em certa medida, um deslocamento nas relações de gênero. O *sair de casa*, na sua concepção, era justificado pela perspectiva social, havia uma função para tal, e suas práticas não eram pelo benefício individual, de liberdade sexual, por exemplo, mas porque sua ação política beneficiaria o conjunto da sociedade, o fato de ser, nas suas palavras, uma *ação política* legitimava a presença e as práticas das mulheres nesses espaços.

O sacrifício em prol de um bem maior e para todos é uma constante e motivo de orgulho na atualidade. Na narrativa abaixo, ela faz uma análise de sua trajetória.

P- Como eram os encontros que você participava?

R- [...] Eu participei de vários eventos, encontros. A gente tinha de viajar de ônibus, vir de lá a pé, carregando aquela bolsarada de roupa para ir aos encontros, aqui e ali, sabe? Eu andava muito

pela estrada, era um cansaço, sofrimento mesmo. Fui em muitos encontros em Santa Maria, tinha um grupo bastante grande lá, então, geralmente era final de semana, né? Tinha muitas críticas! Homaiada que parava na estrada oferecer carona, sabe? Então era difícil, tinha de ser bem pulso firme, senão não ia, voltava pra trás e ficava na casa. Tinha dias que eu chorava na estrada, de cansaço, sabe? Às vezes dias frios assim, e você vindo naquelas estradas e olhava, todo mundo dormindo, e você na estrada naquela noite fria, assim, sabe? Eu às vezes ficava até meio revoltada! Pensava: Que coisa, todo mundo dormindo e eu na estrada! Houve momentos assim, sabe? Mas eu não desisti! (GODOY, 2015)

Ao falar do sofrimento das viagens, do assédio e das críticas que a entristecem, a entrevistada, logo em seguida, evoca a coragem, a persistência e a força por seus ideais, como motivos para não desistir da luta. Além de outras dificuldades, como cansaço, sofrimento nas viagens, o assédio sexual, como vimos, é comumente acionado como uma inconveniência e dificuldade para ela. O receio de ser uma *mulher falada*, por oposição à *mulher honesta*¹⁰, descortina evidentes sinais dos preconceitos que cercavam a vida das mulheres e também de uma sexualidade regulada e centrada na autoridade do homem.

Ficar falada na comunidade era uma sanção para uma conduta desviante, mesmo que isso não tivesse relação com uma ação sexual *desviante*, mas com uma subversão das normas vigentes quanto aos espaços prescritos socialmente e culturalmente para homens e mulheres. A política dos costumes procura prendê-las às práticas entendidas como de *mulheres direitas* (honestas), ligadas, portanto, à esfera íntima familiar. Ser reduzida a uma *mulher vadia* pelo fato de transpor em condutas os códigos que delimitam a definição de ser uma *mulher decente*, previamente definidos, isso, aparentemente, pesava nas trabalhadoras rurais. Desvencilhar-se dessas situações penosas é percebido como sinal de força e valentia.

10. As expressões *mulheres honestas* e *mulheres faladas* fazem parte das discussões de Pedro (1994).

Considerações finais

Para Pedro (2000), poucas mulheres têm se aventurado no espaço político, são poucas as que se candidatam para cargos públicos, estes ainda têm sido um espaço do fazer masculino. Para ela, a luta pela instituição de cotas para as eleições é algo positivo, visto que busca efetivar a participação das mulheres nessa esfera, porém essa participação ainda é secundária.

Essa dificuldade de inserção das mulheres no campo político - até mesmo uma inserção marginal - reflete a concepção de que o espaço privado ainda é considerado e desenhado como o lugar das mulheres, e por isso é um caminho difícil para elas. Apesar de certa mudança nos padrões culturais, a superação da separação das esferas ainda é uma luta constante das mulheres e dos movimentos feministas.

Nossa análise procurou interpretar os contextos da inserção das trabalhadoras nas discussões políticas sindicais a partir do núcleo para fora. A análise sindical por si só não possibilitaria uma compreensão mais estrutural acerca desse processo. De dentro para fora (casa- roça- Círculos-Bíblicos-sindicato) procurou-se compreender a dinâmica do ordenamento das esferas no campo. A partir da racionalidade camponesa, principalmente da lógica que orienta a divisão de tarefas no trabalho, buscou-se visibilizar a construção social da separação das esferas.

Referências

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de Gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 289-302, 2004.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. Entre elas: afetividade versus complementaridade. *In*: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (orgs.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR. Afrânio Raul. O lugar da mulher em unidades camponesas. *In*: AGUIAR, Neuma. (org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**: Análises qualitativas. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OKIN, Suzan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305- 332, mai./ ago.. 2008.

PAULILO, Maria Ignez. **O Peso do Trabalho Leve**. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

SALES, Celecina de Maria Veres. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, mai./ago. 2007.

SANTOS, Leonilso Souza. **Pastoral Rural na diocese de Guarapuava**: Quando tecer regiões é uma questão de Munus (1974-1986). 2013. 152f. Dissertação (Mestrado em História e Regiões). UNICENTRO, Irati. 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v.20, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. DHI/UEM, **Diálogos**, Maringá, v.4, n.4, p. 33-39, 2000.

_____. Meu corpo, minhas regras: segunda onda do feminismo queimou, junto com sutiãs, antigos padrões de beleza, de juventude e de sexualidade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Feminismos: modos de pensar, modos de fazer. Ano 10, n. 113, p. 30-33, Fev. 2015.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

_____. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: editorada UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 17, n.1, p. 159-189, 2009.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Fontes orais

GODOY, Zenóbia Cedorak. [jan.2015]. Entrevistadora: Marisangela Lins de Almeida. Pitanga, PR, 05 jan. 2015.

GODOY, Zenóbia Cedorak. [jan.2015]. Entrevistadora: Marisangela Lins de Almeida. Pitanga, PR, 30 jan. 2015.

Delineando Subjetividades: Suicídio e Relações de Gênero, Ponta Grossa/PR (1960-1970)¹

SILVIA D. SCHNEIDER²

Introdução

No decorrer das décadas de 1960 e 1970 foram registrados 179 casos de suicídio na cidade de Ponta Grossa/PR. O local, distante cerca de 115 km da capital do estado, Curitiba, tem sua formação, ao longo dos séculos XVIII e XIX, associada ao caminho das tropas, que ligava a região sul do país ao sudeste (GONÇALVES; PINTO; 1983). Concomitantemente, as propriedades rurais desempenharam papel importante na constituição da cidade, “as fazendas, a pecuária, os tropeiros, os grandes proprietários, em conjunto, modelaram a futura sociedade ponta-grossense” (SACCHELLI, 2001, p. 167).

Ao longo do século XX, principalmente motivada pela ferrovia e pelas atividades comerciais, a população ponta-grossense aumentou (CHAVES, 1998), chegando a 95.789 habitantes na década de 1970 (IBGE, 1970). A expansão da cidade se consolidou entre o tradicional e o moderno (CHAVES, 2011), contudo, as estruturas de poder se mantiveram intactas e ligadas a

1. Esse texto é um dos resultados da pesquisa de doutorado em andamento no PPGH da UNIOESTE. Orientadora: profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi.

2. Mestre e doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

grupos políticos atuantes dentro de uma lógica conservadora (SCHIMANSKI, 2007, p. 89-90).

Estas estruturas foram observadas nos 179 casos de suicídios, tentativa de suicídio, indução ao suicídio e homicídio seguido por suicídio, no decorrer das décadas de 1960 e 1970³, na cidade de Ponta Grossa. Essas histórias, de pessoas comuns, “infames”, nas palavras de Foucault (2000, p. 90), chegaram até o presente por terem se esbarrado com a justiça, que investigou as circunstâncias das mortes de homens e mulheres, apurando a possibilidade de ter ocorrido instigação e/ou auxílio ao suicídio, como prevê o Artigo 122 do Código Penal⁴. Através da fala dos envolvidos, emoções, valores, práticas cotidianas foram evidenciadas, revelando detalhes da vida íntima, dos laços familiares e afetivos daqueles indivíduos.

O suicídio, compreendido aqui enquanto um acontecimento social (DURKHEIM, 2014) e cultural (BARBAGLI, 2019), desenrola-se a partir de relações de poder, de saberes, normas e discursos. Ponta Grossa, cidade de traços marcadamente conservadores (PAULA, 2001, p. 55; VIEIRA, 2014), foi palco da vida e morte desses 179 suicidas, testemunhando o “elo final”, que determinou, após uma “longa cadeia de eventos” (CASSORLA, 1985, p. 42), o desfecho dessas vidas.

Mas quem eram esses indivíduos suicidas? O que faziam, qual era a idade, estado civil, escolaridade, cor, quantidade de filhos? Quais suas trajetórias de vida que os conduziram até esse desfecho? Esses questionamentos indicaram a necessidade de construir o perfil desses sujeitos, tecendo relações com o espaço e tempo em que estavam inseridos. Desta maneira, o capítulo foi dividido em dois momentos: inicialmente foi indicado o perfil desses indivíduos, e, na sequência, foram narradas trajetórias de sujeitos envolvidos em três casos de suicídio, com o objetivo principal de apreender as construções sociais e culturais em torno das relações de gênero.

3. Os documentos judiciais catalogados estão arquivados no Centro de Documentação e Pesquisa em História, CDPH, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e são referentes 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa/PR.

4. De acordo com o funcionamento do judiciário, quando um caso de suicídio é registrado, abre-se um inquérito para apurar se houve indução e/ou instigação ao suicídio.

Perfil dos Suicidas

Ao longo das décadas de 1960 e 1970 foram registrados 179 casos envolvendo suicídio, tentativa de suicídio, indução ao suicídio e homicídio seguido por suicídio em Ponta Grossa, sendo que 112 homens e 42 mulheres efetivaram suas mortes; oito homens e três mulheres tentaram se suicidar; 10 homens estiveram envolvidos em casos de homicídios seguidos de suicídios, e, entre as mulheres, foram registrados dois casos; e, por fim, duas mulheres se suicidaram e seus companheiros se tornaram réus, investigados por indução/auxílio ao suicídio.

Um dos desafios, diante das fontes, foi a ausência de alguns dados, principalmente na década de 1960. Para a condução de um inquérito ou processo, o sistema judiciário dispunha de métodos específicos para a sua realização (ACOSTA, 1979; FARIA, 1960; FRANCO, 1960), mas a prática revela algumas particularidades que se desvinculam da teoria. Mas, apesar dos empecilhos, foi possível identificar e quantificar quem eram esses sujeitos.

O primeiro aspecto observado foi a idade dos suicidas. No decorrer da década de 1960, a maior parte dos homens suicidas tinham entre 25 a 35 anos, seguida pela faixa etária de 45 a 55 anos. Entre as mulheres, a maioria possuía menos de 18 anos, seguidas pelas faixas etárias de 25 a 35 e 35 a 45 anos, com números muito aproximados. Na década de 1970, a maior parte dos homens suicidas possuíam entre 35 a 45 anos, seguidos pelos de 45 a 55 anos. E, a maioria das mulheres, estavam na faixa etária entre 18 a 25 anos, seguida pela faixa de 25 a 35 anos.

Ao longo de 1960 e 1970, os homens estiveram envolvidos em dez casos de homicídio seguidos por suicídio, e a maioria possuía entre 25 a 35 anos, sendo que, em quase todos os casos, estes homens eram brancos, com instrução e utilizaram arma de fogo contra suas companheiras e ex-companheiras. Nesses casos, percebemos que todos foram motivados por sentimentos de posse, ciúmes, violência doméstica e abuso de bebidas alcoólicas⁵.

Entre as mulheres foi registrado um caso de homicídio seguido de suicídio, e outro de tentativa de homicídio seguido de suicídio. No primeiro caso, ela tinha 23 anos, uma filha de dois anos e estava grávida de nove me-

5. CDPH/UEPG 1961, nº 145, c. 7; 1962, nº 125, c. 7; 1962, nº 170, c. 7; 1965, nº 161, c. 15; 1970, nº 121, c. 1; 1970, nº 214, c. 2; 1974, nº 239, c. 14; 1974, nº 364, c. 16; 1975, nº 283, c. 6; 1979, nº 147, c. 3.

ses do segundo filho, um menino. Fora abandonada duas vezes: pelo pai da primeira criança, e pelo pai do bebê ainda em seu ventre. Com este segundo homem – mais velho do que ela - após promessas de casamento, iniciou um relacionamento e ficou grávida. Ele logo foi embora. Devida à circunstância de abandono e falta de ajuda econômica e psicológica, esta mulher se jogou de uma ponte, com seus dois filhos⁶. A segunda mulher, com cerca de 30 anos, tentou matar o companheiro, o qual sobreviveu, e na sequência se suicidou. Segundo o relatório do inquérito, ela foi motivada por posse e ciúme, sendo tipificada com problemas no “sistema nervoso”⁷.

Os métodos de suicídio mais utilizados, nos 14 casos registrados entre as mulheres na década de 1960, foram a arma de fogo, enforcamentos, fogo, envenenamentos e asfixia. Não foram registrados casos de tentativa de suicídio ao longo da década de 1960 entre as mulheres, assim como, homicídios cometidos por mulheres seguidos de suicídio. Na década de 1970, 28 mulheres se suicidaram, sendo que a maioria utilizou arma de fogo, seguido por precipitação, intoxicação por medicamentos e outras substâncias, afogamentos, arma branca, enforcamento e fogo. Foram registradas três tentativas de suicídio, sendo que em todos os casos foram utilizadas armas de fogo. Entre os casos de homicídio seguido de suicídio, na década de 1970 realizado por mulheres, foram registrados dois casos, sendo um através da utilização de arma de fogo e o outro, afogamento.

Entre os homens, foram registrados 50 suicídios, ao longo da década de 1960, dentre eles, a maioria foi através da utilização de arma de fogo, seguido por casos de enforcamentos, envenenamentos com formicida e outras substâncias, ferrovias, arma branca, afogamento e fogo. Foi catalogada uma tentativa de suicídio com o emprego de arma de fogo.

Na década de 1970, 62 homens se suicidaram, sendo que, a maioria realizou seu intento através da utilização de arma de fogo. Os outros casos de suicídio ocorreram por enforcamentos, intoxicação por medicamentos e outras substâncias e afogamentos. Foram catalogados casos de suicídio por precipitação, por permanência diante de veículo em movimento e em ferrovia. Dentre as tentativas de suicídio, seis foram através da utilização de arma de fogo e uma por intoxicação por substância medicamentosa.

6. CDPH/UEPG 1971, nº 391, c. 4.

7. CDPH/UEPG 1975, nº 252, c. 5.

Em relação à cor, em ambas as décadas, muitas vezes esse quesito deixou de ser observado. A maioria, tanto homens quanto mulheres, foram registrados enquanto “brancos”. Outros termos como “moreno”, “moreno claro”, “moreno escuro”, “preto” e “pardo” aparecem nos registros, mas em menor quantidade. Muitos indivíduos identificados enquanto “pretos” partilhavam de situações de extrema pobreza.

Em 1961, uma mulher, preta, doméstica, viúva, com cerca de 60 anos, fora encontrada asfixiada com a gola do vestido, no portão de sua residência. A polícia não chegou a uma conclusão se o caso fora suicídio ou acidente, mas descreveu esta mulher, no relatório final, como: “(...) indigente, viúva, ébria contumaz, foi encontrada morta, pendurada pela gola do vestido, junto ao seu barraco”⁸. Em 1973, utilizando arma de fogo, uma mulher, preta, com instrução, casada, zeladora, com dois filhos, tirou sua vida no quarto de sua residência. Em uma carta anexada aos autos do inquérito, de 1971, esta mulher relatou para sua irmã que a vida estava muito dura e sofrida,

(...) já estou chegando ao desespero, uma vontade imensa de pegar meus dois filhos e sumir desta terra maldita, de gente sem escrúpulos sem coração. Teu cunhado não me dá um tostão as crianças todas descalças sem agasalho não pesso nada para mim. Mas pesso para as crianças eu vou passando assim, até o dia que Deus me der coragem de deixar as crianças e dar um sumiço na minha vida (...)º.

O marido disse, em seu depoimento, que ela havia cometido suicídio, “um tresloucado gesto”, por causa do sistema nervoso. Testemunhas disseram que ela falava estar cansada da vida, e que o casal brigava muito¹⁰. Essas duas mulheres negras partilhavam situações análogas: problemas financeiros, desemprego e pobreza.

O estado civil dos homens suicidas era, em sua maioria, composto pelos casados, seguidos pelos solteiros. Entre as mulheres, notamos a mesma situação, sendo que a quantidade de casadas era de 16% maior que a de solteiras. Em relação ao estado civil e o número de filhos dos indivíduos

8. CDPH/UEPG 1961, nº 53, c. 7.

9. Carta anexada aos autos, 24/05/1971, CDPH/UEPG 1973, nº 426, c. 6.

10. CDPH/UEPG 1973, nº 426, c. 6.

suicidas, podemos observar que a maioria, tanto homens quanto mulheres, eram casados e tinham um ou mais filhos.

A maioria dos indivíduos possuíam algum tipo de instrução. Nos inquéritos em que esta informação é mencionada, constatamos raros casos de homens com pouca e/ou nenhuma instrução ou analfabeto. Já entre as mulheres, a maioria possuía instrução. Em números mais elevados que os homens, algumas possuíam pouca instrução, seguidas por aquelas sem instrução ou analfabetas.

Em relação à profissão exercida por homens e mulheres, notamos uma maior diversidade entre eles. Às mulheres cabiam os ofícios ligados à casa e à família, sendo que foram verificados poucos casos em que as mulheres possuíam ocupações fora do espaço doméstico (OKIN, 2008). De acordo com Soihet, a partir do século XIX, notamos uma divisão de papéis e esferas ocupadas por homens e mulheres: eles deveriam ocupar o espaço público, enquanto que elas, o espaço privado (2002, p. 280).

As mulheres, quando ocupavam um espaço fora dos lares, desempenharam profissões como secretária, estudante e meretriz. Em casos isolados foram registradas as funções em instituição bancária, funcionária do comércio, contabilista, operária, zeladora, professora, enfermeira e aposentada. Mas, a maioria delas, realizava serviços domésticos e ocupações ligadas aos cuidados com o outro. De acordo com Matos, era comum associar os serviços domésticos enquanto funções femininas, que, além de se exigir menos esforço físico eram “(...) monótonos e praticamente invisíveis aos olhos dos membros da família, além de desprestigiados socialmente” (2002, p. 161).

Já entre os homens, verificamos uma maior diversidade de profissões e a ocupação de espaços públicos. Grande parte deles eram operários, ferroviários, motoristas, comerciantes e militares. Outros ofícios como o de estudante, lavrador, industrial, guarda-livros, padeiro, pintor, pedreiro e garçom foram observados. E, casos isolados, profissões de carpinteiro, professor, artista, juiz, telegrafista, eletricitista, farmacêutico, corretor de imóveis, construtor, médico, leiteiro, escriturário, encarregado de plantação, fazendeiro, vassoureiro, enfermeiro, viajante, funcionário público, relojoeiro, frentista, guardião, tesoureiro, lixeiro, mecânico, soldador, bancário, operador e aposentado.

Estes espaços ocupados por homens e mulheres, refletiram nos locais escolhidos no momento em que estes indivíduos atentaram contra a própria vida. As mulheres, geralmente, cometeram suicídio no interior dos quartos

de suas residências. E entre os homens, a maioria estava fora das suas residências, em espaços variados, como nos locais de trabalho, em matagais, em paióis e galpões nos fundos da casa em que residiam.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, mais homens do que mulheres tiraram a vida, mas, proporcionalmente, elas deixaram mais escritos. Em 1960, em 23,6% dos casos catalogados, entre os homens, foi registrada a presença de cartas e/ou bilhetes. Entre as mulheres, em 21,4% dos casos foram deixados escritos. No decorrer da década de 1970, 16% dos homens escreveram antes de suas mortes, enquanto que 22,8% das mulheres deixaram escritos. Totalizando, ao longo das duas décadas, 19% dos casos, entre os homens, em que verificamos a presença de escritos, e 22% entre as mulheres.

Através desses escritos, deixados por alguns sujeitos antes de suas mortes, podemos observar as diversas relações em que estavam inseridos, como casos de violência, solidão, dificuldades financeiras, problemas de saúde, atribuições em seus relacionamentos, tanto amorosos quanto familiares, enfim, várias tramas que indicam aspectos das trajetórias desses indivíduos. As cartas de suicidas, revelam as subjetividades desses indivíduos escritores, o que por sua vez, refletem suas experiências (SCOTT, 1998; PISCITELLI, 2008; BUTLER, 2017; FOUCAULT, 2000).

Os temas mais recorrentes, tanto entre homens quanto mulheres, em suas cartas e/ou bilhetes, são os pedidos de desculpas, agradecimentos e o desejo de que fossem efetuadas algumas ações pelos vivos, como a separação de bens e objetos, a destinação dada ao corpo, as vestes para o enterro e o cuidado com aqueles que permaneceriam vivos. De acordo com Dias,

Nas mensagens de adeus encontra-se toda uma tentativa de recuperação do acompanhar e planejar a própria morte, o que devolve ao indivíduo a experiência de algum controle sobre o inesperado, o incontrollável, o imponderável que é morrer. Assim o indivíduo planeja seu enterro, marca o dia e a hora (...). (1991, p. 100)

Em 15 de março de 1960, um homem, branco, solteiro, operário, escreveu: “Meus amigos eu não poço mais viver me obriguei a este destino. Só quero pedir para me levar sem falta para a casa de meu pai, isto é sem falta,

nem que demore. Cuide bem do B.”¹¹. Em 23 de agosto de 1962, outro homem, casado, ferroviário, elencou em sua carta de suicídio diversos pedidos e repartiu seus objetos entre amigos e familiares: “Caro cunhado P., adeus. As minhas contas devem ser pagas (...) o guarda roupa, a cama de solteiro com o colchão fica para o M., a copa para o B., assim como as louças, os copos para a J. (...) Aos meus familiares e amigos perdões”¹². Em relação a este tipo de escrita, Dias destacou que,

São muito frequentes os pedidos de desculpa aos que ficam nesta vida, como se o suicida conhecesse que pratica algo inadequado, interdito, ou pelo menos afronte aos outros (ao se recusar à convivência social) (1991, p. 93).

Em 31 de outubro de 1974, uma moça de 22 anos, branca, estudante, professora e recém casada, escreveu ao marido, em um misto de pedido de desculpas, reparação, desejo de se enquadrar e romper as normas que a determinavam, enquanto mulher e esposa,

V. me perdoe por todo o mal que eu te causei e por toda esta confusão. (...) Agora você é livre e pode recomeçar a sua vida de forma diferente, pois daqui há algumas horas nem sombra de mim você verá mais. Mais uma vez perdão por tudo o que eu te fiz e por mais este trabalho que vou te dar. Obrigada meu amor por tudo que você fez por mim, pois eu nunca fiz nada por você. Desculpe a bagunça da casa¹³.

Através das cartas percebemos que sobre as mulheres incidiam as responsabilidades de cumprir o seu papel de gênero enquanto mulher-mãe-esposa, mantendo sua dedicação, delicadeza e respeito, dentro dos preceitos cristãos (VIEIRA, 2014). Mas, sob o véu dos bons relacionamentos familiares estavam as relações de violência e brigas que muitas mulheres vivenciaram durante toda sua vida. E esta questão é o segundo tema mais recorrente entre elas.

11. CDPH/UEPG, 1960, n° 63, c. 6.

12. CDPH/UEPG, 1962, n° 175, c. 7.

13. CDPH/UEPG, 1974, n° 32, c. 1.

Em 11 de agosto de 1975, uma mulher, branca, mãe de quatro filhos, casada há 25 anos, escreveu ao marido:

Meu bem; eu te escrevo esta carta como despedida. Domingo eu sai do hospital e, chegando em casa eu espriqueei tudo o que voce me disse. Mas não conseguimos solução, mesmo eu tomando o remédio eu perdi 3 noites de sono. Mas só achei uma solução a 'Morte', pois eu já sofri tanto com o C. e ele vai tentar outra vez; e eu já sofri 25 anos que sinto tanto no fundo da minha alma, por nós nunca nos entendermos, e agora o que mais me doi na vida é a revolta de você contra os filhos, e dos filhos contra você, mas não era isso que eu esperava quando eles crescessem, já não basta eu estar doente e ainda mais isso que esta me matando aos poucos, não existe paz em minha casa, só tem ódio um do outro, poriso para eu não sofrer mais, a 'Morte'¹⁴.

O hospital, referido na carta por esta mulher é o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, local em que visitou o marido, que fora encaminhado para a instituição após agredi-la - deixando-a desmaiada - para tratar do “vício da embriaguez”. Ela procurou, segundo suas palavras, cultivar a harmonia em seu lar, como uma boa esposa e mãe deveria fazer, mas não conseguiu. Em sua carta, ela não se referiu às agressões físicas que sofria do marido, mas mencionou que sofria há 25 anos, o mesmo tempo de duração do seu casamento.

Outro tema abordado pelas mulheres em seus escritos é a culpabilização de outras pessoas pelas suas mortes. Em 28 de janeiro de 1974, uma mulher, 64 anos, branca, solteira, doméstica, escreveu: “Tudo culpa do Dr. M. me deixa falando sonsinha (...) Descontrolei a ideia juízo não podia ser eu. Meu corpo que va necrotério”¹⁵. Esta senhora, vista como louca e com problemas psicológicos, afogou-se em um riacho.

Em 11 de abril de 1962, uma mulher, casada, redigiu um pequeno bilhete: “M. me matei por causa de encheção de saco por causa do N. e outra por causa de fochicos. Ninguem tinha amor ne mim”¹⁶. A morte para o suicida, parece indicar um novo capítulo, uma entrada, como apontou Dias, em outro estado também vivo, com mais prazeres do que os experimentados

14. CDPH/UEPG 1975, n° 322, c. 6.

15. CDPH/UEPG 1974, n° 71, c. 11.

16. CDPH/UEPG 1962, n° 83, c. 7.

aqui (1991, p. 87). Elas escreveram, muitas vezes, como se pudessem retornar de suas mortes, como uma mulher, branca, em 01 de abril de 1968: “Eu vou embora talvez você nunca mais me veja. (...) Adeus. Perdoe-me se puder”¹⁷.

Para onde vão estas pessoas? Observa-se o tempo todo, nestas falas, um desejo intenso de perpetuação, de seguir para algo que é vivido mais como uma etapa da vida, ou uma etapa que se adiciona à vida, do que a sua extinção. Isso não quer dizer que o indivíduo deseje viver: ele realmente aspira desligar-se desta vida aqui, porém, de outro lado, nitidamente aspira partir para um outro tipo de existência (DIAS, 1991, p. 89).

Outro tema abordado por estas mulheres suicidas foi a percepção que tinham como sendo amor, tanto a falta de amor, quanto os ciúmes do parceiro, os desgostos, os relacionamentos impossíveis e a devoção ao parceiro. Em 15 de setembro de 1965, uma mulher, branca, casada, grávida, escreveu para o marido: “(...) é impossível nos continuarmos assim você não tem confiança em mim você sabe que eu o amo de todo o coração. (...) Só deixarei de você para ir para o cemitério sem você eu não serei ninguém”¹⁸. Esta mulher se referiu à falta de confiança e os ciúmes do parceiro, tais atitudes que não tinham justificativas, pois ela o amava, e percebia que a dissolução do casamento seria através da morte, levando a cabo a expressão com referência bíblica, “até que a morte nos separe”.

O desgosto pela vida, a falta de objetivos e o fardo que a existência havia se tornado também foi abordado nas cartas femininas. Em 08 de setembro de 1979, uma moça, com 21 anos, branca, solteira, estudante universitária, escreveu: “Já é tempo, vou-me agora para sempre. Viver por viver, vivem-no as plantas e os animais - eu já não tenho objetivo algum, nem ideal”¹⁹. Com seus pertences foi encontrado um cartão que informava que ela havia doado os olhos ao Hospital de Olhos de Curitiba/PR. Ao passo, como destacou Dias, que o suicídio é uma recusa diante de uma situação dada, ele também se constituiu enquanto um julgamento sobre o valor da vida (1991, p. 91).

17. CDPH/UEPG 1968, nº 130, c. 15.

18. CDPH/UEPG 1965, nº 135, c. 15.

19. CDPH/UEPG 1979, nº 140, c. 2.

Entre os homens, após os pedidos, desculpas e agradecimentos, eles abordaram, em seus escritos, as relações conflituosas em que estavam inseridos, como brigas, acusações e situações financeiras precárias. Em 29 de janeiro de 1968, um homem, branco, casado, agente da polícia, suicidou-se na casa da amante, mas antes escreveu: “Aqui deixo um lembrete. Chega, não aguento mais. (...) O motivo disto jamais iram saber”²⁰.

As questões financeiras foram a derrocada de muitos homens. Eles, vistos socialmente como os provedores da família e do lar, ao se verem diante de falências, dívidas e as mais diferentes dificuldades financeiras, atentaram contra a própria vida. Em 24 de novembro de 1968, um homem, branco, casado, escreveu para sua esposa: “Querida eu não tinha escapatória ou morrer ou ir para cadeia tenho medo da prisão (...) roubaram do posto (...) e você sabe que não tenho com o que pagar”²¹. E, em 03 de setembro de 1972, um homem, branco, casado, pai de quatro filhos, escreveu para a sua família: “Querida esposa e filhos, deixo porque como você já sabe estou vendo e não tenho a que recorrer e me encontro sem saída”²². Segundo a esposa, ele havia pego dinheiro da empresa em que trabalhava para saldar dívida de jogo, e não conseguiu repor a quantia.

A falta de ocupação, para os homens, emergiu nos escritos enquanto um grande dilema. Em 1975, um rapaz de 20 anos, branco, solteiro, motorista, escreveu: “Já dei muita dor de cabeça pra vocês não podia arrumar serviço vocês achava que eu era vagabundo. Depois comecei a encarar todos os meus problemas e fiquei apavorado. Depois dos problemas que eu criei esta madrugada achei melhor tomar esta decisão”²³. O problema que ele se referiu, foi ter batido o carro, que tomou emprestado de um amigo, contra um muro.

Na sequência, eles escreveram culpando o outro, a si mesmos pelo ato que estavam cometendo e questões relativas ao amor, tanto a falta de amor, quanto os desgostos pessoais, relacionamentos impossíveis, devoção à parceira, posse e ciúmes. Em 06 de maio de 1962, um homem de 28 anos, branco, solteiro, suicidou-se em um dos quartos de um hotel, escrevendo:

20. CDPH/UEPG 1968, n° 61, c. 15.

21. CDPH/UEPG 1968, n° 366, c. 16.

22. CDPH/UEPG 1972, n° 312, c. 5.

23. CDPH/UEPG 1975, n° 312, c. 6.

“Não existe culpado algum. O culpado disso tudo sou eu e a A. por acabarmos. Nada mais para o momento”²⁴.

Em 18 de fevereiro de 1965, um jovem de 21 anos, branco, solteiro, enfermeiro, escreveu sobre sua percepção do amor: “Vivia a procurar o amôr pois achava que nele encontraria forças para viver, achei; e, sim, nele achei uma vontade louca de viver, mas até sentir o medo de perder o amôr que tanto procurei, vi também ela dá forças para morrer. Fim”²⁵. Após a leitura dos autos, o promotor redigiu suas vistas, em 15 de março de 1965, destacando que, “Inegavelmente trata-se de suicídio, possivelmente gerado por amôres desfeitos. O suicídio é fato penalmente irrelevante perante o direito penal. Segundo Fleury tendencia a volta ao seio da terra que o deverá abrigar.”

Os ciúmes e a posse, em relação as suas companheiras, são comuns nos escritos deixados por muitos homens. Em 14 de outubro de 1977, um homem, 37 anos, branco, casado, pai de cinco filhos, operário, escreveu uma carta para a esposa, prometendo matá-la, e, em seguida, suicidar-se:

(...) eu que tanto confiei em você e te queria tão bem, foi tudo em vão. Porque você me enganou (...) você não pensou que tua vida poderia ter um fim, eu sofri desprezo, desgosto que nem sei o que fazer mais. (...) eu vou embora para outro mundo, para onde não sei, mas você Z. ira comigo de qualquer maneira. Eu nunca mais ficarei separado de você, Z. Por mais que você queira não adianta os teus plano falharam para sempre.²⁶

Ela, ao longo dos 16 anos de casamento, foi maltratada, tanto física quanto psicologicamente. Ele fazia uso de bebidas alcoólicas, e havia tentado estuprar a filha de oito anos, sendo impedido pela esposa. Na ocasião, ela não prestou queixa porque ele “prometia mata-la”, mas afastou a menina do convívio com o pai. Um tempo depois, a mesma situação se repetiu com outro filho do casal, também de oito anos. Nesta circunstância, ela fugiu do marido e o denunciou. Ele foi condenado a três anos de reclusão, mas, ao sair da prisão, retornou para casa dizendo que iria matar a esposa. Esta mulher,

24. CDPH/UEPG 1962, nº 79, c. 7.

25. CDPH/UEPG 1965, nº 29, c. 14.

26. CDPH/UEPG 1977, nº 171, c. 2.

se abrigou na casa de uma vizinha com os filhos. Após dias de ameaça, ele foi encontrado enforcado.

Suicídio e Relações de Gênero: trajetória de três famílias²⁷

Na sexta-feira, 29 de outubro de 1971, às 15 horas, Glória saiu de sua casa, em que vivia na companhia dos pais, com a filha de dois anos, Angélica, e com um menino que carregava em seu ventre, próximo do dia do nascimento. Aos pais, disse que iria para Ponta Grossa, e depois para Curitiba, onde seguiria até um hospital para o nascimento do filho. Dias depois, seu pai, Antônio, foi informado pelas autoridades policiais que foi encontrada uma mala e um bilhete, nas margens da estrada, próximo ao rio Tibagi, os quais, ele reconheceu como sendo de propriedade de sua filha Glória, de 23 anos²⁸.

A jovem fora abandonada duas vezes: pelo pai de Angélica e pelo pai da criança que ela esperava. O pai de seu segundo filho, mais velho do que ela, após promessas de casamento, abandonou-a grávida. Solteira, gestante de nove meses, com uma filha de dois anos, sem rumo e com grandes dificuldades financeiras, perambulou pela estrada, escreveu um bilhete, e se atirou no rio, levando sua filha, Angélica, e o bebê.

Na década de 1960, foram recenseadas 18.477 famílias na cidade de Ponta Grossa, sendo que destas, 16.685 eram chefiadas por homens e 1.792 por mulheres (IBGE, 1960), havendo, notadamente, uma predominância masculina. Esta prevalência evidencia uma estrutura fortemente patriarcalista, em uma sociedade, como já apontada, com características marcadamente conservadoras (PAULA, 2001, p. 55). Para uma moça como Glória, pobre, solteira, com filhos, a vida seria ainda mais árdua.

Pedro, apontado como o pai do filho que Glória esperava, declarou que conheceu a moça, e soube que ela tinha uma filha de dois anos, e que “sabia que a mesma tinha uma vida irregular, pois, explorava o comércio de seu próprio corpo, junto aos motoristas na estrada, motivo pelo qual o seu

27. A partir deste tópico, os nomes de todos os envolvidos nos casos citados foram trocados por pseudônimos.

28. Depoimento de Antônio, 03/11/1971, CDPH/UEPG 1971, nº 391, c. 4.

pai a recriminava muito, chegando mesmo a surrá-la”²⁹. Afirmou que nunca chegou a viver com ela ou ter algum tipo de relação com a mesma.

Em 15 de março de 1972 foi realizada a acareação entre Antônio e Pedro. Antônio afirmou que Pedro foi até a sua casa, com a intenção de “tratar de casar-se com [sua filha]; que [Pedro] frequentou a casa do declarante por mais de um ano”, não chegou a viver com ela, mas “a procurava em todas as viagens; que prometeu levar [Glória] a Curitiba para que esta viesse a ganhar nenê”. Naquela sexta-feira, 29 de outubro, prestes a entrar em trabalho de parto, sem notícias de Pedro há mais de um mês, Glória reuniu algumas peças de roupa em sua mala, comunicou os pais que iria se hospitalizar em Curitiba, para dar à luz ao seu segundo filho, e saiu pela estrada com Angélica³⁰.

Pedro, por sua vez, reiterou o que já havia dito, afirmando que não teve nenhum tipo de relação com Glória, mas que havia frequentado a casa da moça por cerca de seis meses, mas não era responsável por sua gravidez e “que de fato tinha intenções de casar-se com [Glória], mas depois de tomar conhecimento do comportamento de [Glória] como mulher de rua, desistiu”³¹. Ela, uma moça jovem, despertou o interesse de Pedro, 41 anos, desquitado, motorista, mas sua “vida irregular” o fez declinar da ideia de casamento. Glória morava com a filha de dois anos e os pais em uma casa na beira da estrada, e Pedro conheceu a família por causa de Antônio, que sempre pedia caronas, pois era encarregado de uma turma de cantoneiros do Departamento de Estradas e Rodagem³².

Glória não era uma moça pra casar. Ao ser apontada enquanto uma “mulher de rua”, seu corpo passava a ser considerado público, para a satisfação dos desejos masculinos. No entanto, como apontou Vieira, “para o casamento e a maternidade dos filhos, era muito mais ‘conveniente’ para o homem uma ‘moça de família’, ‘recatada’ e ‘sexualmente inexperiente’” (2014, p. 138). Embora a pesquisa de Vieira trate do período entre 1930-1945, muitos discursos e práticas se mantiveram na Ponta Grossa das décadas de 1960 e 1970. Os discursos religiosos e judiciários, analisados pelo autor, in-

29. Depoimento de Pedro, 28/01/1972, CDPH/UEPG 1971, n° 391, c. 4.

30. Depoimento de Antônio, 15/03/1972, CDPH/UEPG 1971, n° 391, c. 4.

31. Depoimento de Pedro, 15/03/1972, CDPH/UEPG 1971, n° 391, c. 4.

32. A estrada referida é a Rodovia do Café, que liga o noroeste do Paraná a Paranaguá. O Rio Tibagi corta a Rodovia, BR 376, nas proximidades do km 465, distante cerca de 30 km da região central da cidade de Ponta Grossa.

tencionavam normatizar as práticas, fundamentando e justificando noções, como a de “família tradicional”, a qual obedecia a preceitos morais honrados e valores cristãos.

Glória, com seus 23 anos, solteira, com uma filha, diante de promessas de casamento – o que proporcionaria uma mudança em sua vida e a recuperação de sua honra (ESTACHESKI, 2013, p. 32) - envolveu-se com Pedro, ficou grávida, e viu-se em uma situação de desamparo, com duas crianças para cuidar. Vista como “mulher de vida fácil”, não cumpriu o que era esperado dela, enquanto mulher-mãe-esposa, foi mãe sem se casar e era tida como uma mulher pública (VIEIRA, 2014). Saiu de casa, e perambulando pela estrada, sentou-se sob sua mala verde e escreveu um bilhete³³, tomando a lúgubre decisão: suicidar-se com a filha de dois anos e o menino em seu ventre, já em tempos de nascer.

Após seis dias, em 04 de novembro, Glória foi encontrada boiando nas águas do rio Tibagi, trajando uma blusa vermelha, saia cor de rosa e sapatos pretos, e entre suas pernas “o feto de uma criança, somente com as pernas para fora”³⁴. No dia seguinte, cerca de meio dia, a menina Angélica foi encontrada, de “vestido amarelo, calça branca, meias azuis e sapatinhos brancos”³⁵. No bilhete, Glória escreveu: “Eu pesso a pessoa que encontrar esta mala pode levar mas o dinheiro eu pesso para pagar em missas. São 3 para o perdão dos meus pecados 2 para uma bôa morte”³⁶. Ela se via enquanto uma pecadora, provavelmente pela morte que teria, e talvez, pelos caminhos que seguiu, os quais a conduziram a esse final.

Foram realizadas diversas diligências para solucionar o suicídio de Glória. Em 16 de abril de 1973, após buscas para encontrar o pai de Angélica, o delegado dirigiu-se ao Juiz:

Dos vários depoimentos e declarações prestadas chega-se a conclusão lógica de que [Glória] sentindo-se nos últimos dias de gravidez e abandonada pelo seu namorado [Pedro], no momento em que precisou do seu apoio, moral e talvez financeiro, chegou ao desespero fazendo a opção pelo suicídio inclusive de sua filha como solução definitiva para o seu drama pessoal. Desta forma,

33. Depoimento de testemunhas, 10/11/1971, CDPH/UEPG 1971, nº 391, c. 4.

34. Auto de Levantamento do Local, 04/11/1971, CDPH/UEPG 1971, nº 391, c. 4.

35. Auto de Levantamento do Local, 05/11/1971, CDPH/UEPG 1971, nº 391, c. 4.

36. Bilhete escrito por Glória, [s.d], CDPH/UEPG 1971, nº 391, c. 4.

salvo melhor juízo, chega-se a conclusão de que a vítima não fora influenciada por ninguém para a prática do tresloucado gesto, tomando sua última decisão levada apenas pelo desespero em que se encontrava³⁷.

Em 13 de junho de 1973, o juiz determinou o arquivamento do caso, compreendendo que, após “esforços da zelosa autoridade policial (...) não se vislumbraram no opúsculo em apreço indícios de criminalidade”³⁸.

A situação de abandono e carência financeira também foi sentida na trajetória de Rosário, 45 anos, branca, casada. Na vizinhança ela era conhecida por possuir o “vício da embriaguez”. No período estudado, tal vício era habitual entre os homens, e até mesmo, socialmente aceito, mas entre as mulheres, causava estranheza. Em um bairro periférico da cidade Ponta Grossa, Rosário e seus dois filhos - um menino de seis anos e uma menina de três - moravam em uma pequena casa de pau a pique, recoberta com lâminas de madeira, sem número, no final de uma rua sem nome.

Na tarde de sábado, dia 05 de dezembro de 1964, uma vizinha, Joana, ouviu o choro e os gritos dos filhos de Rosário, e foi até a casa dela. Ao chegar, olhou pela fresta da porta da cozinha e viu Rosário enforcada em uma viga. Imediatamente chamou a polícia. Joana declarou que a vizinha morava com José de Tal, o qual abandonou a família dias antes do fato. Rosário era “dada ao vício da embriaguez e todos os dias se embriagava”³⁹. João, testemunha que compareceu no local para ajudar, ao prestar declaração para a polícia, reiterou o que Joana disse, afirmando que Rosário era ébria contumaz⁴⁰. O marido de Rosário não foi ouvido.

No relatório do inquérito, datado do dia 28 de dezembro, consta que Rosário “morava maritalmente com [José de Tal], o qual a abandonou, e talvez, levada pelo desespero, visto possuir dois filhos menores, poz termo a vida, enforcando-se.”⁴¹ O inquérito foi arquivado em 22 de fevereiro de 1965.

Glória e Rosário foram deixadas por seus companheiros, ambas com dois filhos para criar e imersas em uma situação de pobreza, a mesma em

37. Despacho 16/04/1973, CDPH/UEPG 1971, n° 391, c. 4.

38. Vistas do Juiz, 13/06/1973, CDPH/UEPG 1971, n° 391, c. 4.

39. Depoimento da testemunha Joana, 15/12/1964, CDPH/UEPG 1964, n° 204, c. 12.

40. Depoimento da testemunha João, 15/12/1964, CDPH/UEPG 1964, n° 204, c. 12.

41. Relatório, 28/12/1964, CDPH/UEPG 1964, c. 12, n° 204.

que viveu Dolores. Mãe de três crianças, além da péssima situação financeira, ela vivenciou a violência física perpetrada pelo marido. Na tarde de sábado, 18 de abril de 1970, Benedito entrou em sua casa e começou a discutir com Dolores. Duas crianças, a maior com cerca de oito anos, saíram do interior da residência, chorando, enquanto Benedito mandava que todos se calassem, porque queria dormir.

Tal situação deixou Valter, eletricista, que testemunhou toda a cena, “incomodado com tal discussão”, pensando “em deixar o serviço para outro dia”. Ele estava instalando uma antena para a vizinha do casal, a qual disse a ele que eram “normais” aquelas brigas. Diante disso, Valter relatou que continuou o serviço, e, em um dado momento, ouviu Dolores dizer que iria embora com outro, “que isto irritou o marido que mandou que a mesma repetisse tais palavras, que a mulher tornou a repetir, tendo, primeiramente, o marido esbofetado a mulher”. Em seguida, ouviu-se um disparo, e gritos de Benedito pedindo socorro, pois havia matado a esposa. Três minutos depois, outro disparo, e o silêncio⁴². Em meio a discussão, ele rasgou a blusa e o sutiã da esposa, que fora encontrada morta no chão da cozinha, com o torso despido. Sobre o seu corpo, o cadáver do marido.

A polícia concluiu que,

depois de uma breve discussão, [Dolores], a esposa de [Benedito] ameaçou de abandoná-lo e voltar para a companhia de outro homem. Isto deixou [Benedito] enraivecido que passou a agredir a esposa, com socos e mandando que esta repetisse a ameaça. [Dolores] voltou a ameaçar de deixar [Benedito]. Este atirou contra [Dolores] matando-a e em seguida passou a gritar que tinha matado a esposa e ia matar-se, em meio aos gritos, pedia por socorros. Depois de cerca de três minutos de desespero, ouviu-se novo disparo e em seguida o silêncio reinou no interior da casa. Quando a polícia lá chegou deparou com os dois cadáveres como mostra a fotografia que acompanha o levantamento do local. Ao lado do fogão encontrou uma criança de mais ou menos dois anos de idade que procurava esconder-se para não ser vista pelos policiais. Esta criança era filha do casal, juntamente com outras duas que estavam no quintal. Ficou na orfandade⁴³.

42. Depoimento da testemunha Valter, 04/05/1970, CDPH/UEPG 1970, nº 121, c. 1.

43. Relatório do inquérito, 04/05/1970, CDPH/UEPG 1970, nº 121, c. 1.

O Ministério Público, por não haver “matéria crime a punir”, pediu que o caso fosse arquivado. O Juiz, em 03 de junho, determinou o arquivamento do inquérito. A violência, corriqueira no interior de tantas famílias, fazia-se presente na vida privada de Benedito e Dolores. A vizinha, disse a Valter, que as brigas entre o casal eram comuns. Esse tipo de conflito, raras vezes sofriam intervenções de terceiros, atestando na prática ditados populares, como “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, ou ainda, “Mas o que ela fez para apanhar?” Tais atitudes faziam com que a violência continuasse, construindo-se e mantendo-se a noção da passividade e obediência das mulheres e a violência natural dos homens. De acordo com Rago, o discurso burguês qualifica as meninas por sua

passividade, docilidade, desejo de poder em seu território natural, o lar, instinto de maternidade, romantismo, enquanto que ao sexo masculino correspondem a vocação do poder, a capacidade de tomar iniciativas, tenacidade, desejo de liberdade e racionalidade (1987, p. 83).

As trajetórias destas três mulheres, Glória, Rosário e Dolores, nos mostram as construções em torno do que era ser mulher e ser homem naquele período histórico. Delas era esperado que cumprissem com seus papéis de gênero (GROSSI, 1998), enquanto mulher-mãe-esposa. E deles, o provento da família, realizando trabalhos fora do espaço doméstico, e sendo identificados como naturalmente agressivos (OSBOURNE, 2009; MARCH, 2015).

Considerações Finais

Ao longo das décadas de 1960 e 1970 percebemos que as motivações dos suicídios circundavam questões ligadas a posse, ao ciúme, a honra, a pobreza, a desilusão, o abuso de álcool e a violência física. Verificamos que os homens cometeram mais tentativas/suicídios do que as mulheres, assim como, mais homens atentaram contra a vida de outrem, sendo em todos os casos, contra a vida de suas ex e atuais companheiras. Constatamos que, na maioria dos suicídios, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, as armas de fogo e os envenenamentos foram os métodos mais utilizados. A

maioria dos homens eram brancos, casados, com instrução e possuíam entre 25 a 45 anos. Já as mulheres eram, em sua maioria, brancas, casadas, com instrução e tinham até 25 anos.

Através da trajetória de homens e mulheres suicidas podemos lançar inúmeras questões, apreendendo sobre as práticas cotidianas desses sujeitos. Entre uma dessas questões, nos detivemos às relações de gênero, ao vislumbrar, nos casos catalogados, que tais relações contribuíram para direcionar a vida desses indivíduos. Como observou Scott, o gênero é a primeira forma de dar significado às relações de poder (1995, p. 87).

Os casos de Glória e Rosário foram de abandono pelos seus companheiros, ambas com dois filhos para criar e vivenciando uma grave situação financeira. Glória, grávida do seu segundo filho, solteira, mãe possuía atributos que concedia a ela uma reputação duvidosa, pois suas ações não concerniam com as de uma “moça de respeito”. Rosário, por sua vez, foi apontada enquanto ébria, fazendo uso diariamente de bebidas alcoólicas, o que também não era esperado de uma mulher. Dolores foi morta pelo marido na cozinha de sua casa, após discussões e agressões físicas, demonstrando, através das falas ao longo do inquérito, a violência normalizada entre casais.

Estas mulheres foram enquadradas, normatizadas pela sociedade que estavam inseridas, que as julgavam a partir de seus comportamentos, dizeres e silêncios. Em “Suicídio e Feminilidades”, Marquetti e Marquetti constataram que o suicídio “(...) é a única forma de morte contemporânea que expõe sua subjetividade ao mundo”, e entre as mulheres, uma das “poucas possibilidades de fuga” (2017, p. 20). Diante da violência doméstica, muitas mulheres foram mortas pelo companheiro ou se suicidaram. A morte, em tantos momentos, se constituiu enquanto uma linha de fuga para estas mulheres (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Para Tedeschi,

A história das mulheres é uma fuga, ‘uma fuga é uma espécie de delírio. Delirar é exatamente sair dos eixos, como ‘pirar’. É livrar-se da carcaça de uma sociedade disciplinar.

A linha de fuga é uma desterritorialização. O Grande erro. O único erro seria acreditar que uma linha de fuga consiste em fugir da vida; a fuga para o imaginário ou para a arte. Fugir, porém ao contrário, é produzir algo real, criar vida, encontrar uma arma (...). Fugir não é absolutamente renunciar a ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É igualmente fazer fugir, não obrigatoriamente os outros, mas fazer fugir algo, fazer fugir

um sistema como se arrebenta um tubo... Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia (2018, p. 6)

Compreender o suicídio enquanto uma linha de fuga é lançar um entendimento que ultrapassa a noção binária de bom ou mau, lançando um olhar para além dos tabus que se constituíram ao longo dos séculos sobre este tema. O suicídio é um tipo de morte de ordem filosófica, religiosa, moral, cultural (MINOIS, 2018, p. 2), é a partir desse prisma que buscamos o seu entendimento.

Referências

ACOSTA, Walter P. **O processo penal**. Porto Alegre: Editora do Autor, 1979.

BARBAGLI, Marzio. **O Suicídio no Ocidente e no Oriente**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHAVES, Niltonci B. **Diário dos Campos: discursos e representações sociais em Ponta Grossa/PR – década de 1930**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo. Assis, 1998.

_____. **Entre “preceitos” e “conselhos”**: discursos e práticas de médicos educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CASSORLA, Roovelt M. S. **O que é suicídio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DIAS, Maria Luiza. **Suicídio: testemunhos de adeus**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Edipro, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico de 1960**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. v. 1, tomo XIV. Disponível em: <https://biblioteca>.

ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t14_pr.pdf. Acesso em 01/10/2021.

IBGE. **Censo Demográfico de 1970**. VIII Recenseamento Geral do Brasil. Regional. v. 1, tomo XIX. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_pr.pdf. Acesso em 01/10/2021.

ESTACHESKI, Dulceli L. T. **Os crimes sexuais na cidade de Castro/PR (1890-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

FARIA, Bento de. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro: Record, 1960.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Alpiarça: Passagens, 2000.

FRANCO, Ary Azevedo. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

GROSSI, Miriam P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**. N. 24, Florianópolis, PPGAS/UFSC, p. 1-14. 1998.

MARCH, Kety Carla de. **Jogos de luzes e sombras: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

MARQUETTI, Flávia Regina; MARQUETTI, Fernanda Cristina. Suicídio e feminilidades. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 49, e174921, p. 1-21, 2017.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru. EDUSC, 2002.

MINOIS, Georges. **História do Suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a Masculinidade. **Revista Estudos Feministas**. V. 6, n. 1, p. 1-23.1998.

OKIN, Susan M. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, p. 305-332, maio-agosto/2008.

OSBOURNE, Raquel. **Apuntes sobre violência de gênero**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2009.

PAULA, José Carlos. Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: DITZEL, C.; SAHR, C. (Org.) **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

PINTO, Elisabete A.; GONÇALVES, Maria Aparecida C. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda, 1983.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, p. 263-274, jul/dez. 2008.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SACCHELLI, Mayrian J. Homens Probos, homens bons: a instauração da justiça em Ponta Grossa. In: DITZEL, C.; SAHR, C. (Org.) **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

SCHIMANSKI, Elizabete F. **Conservadorismo e Tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local?** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, 2007.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. 20 (2), p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, São Paulo, 16, p. 297-325, fev. 1998.

SOIHET, Rachel. O Corpo Feminino como lugar de Violência. **Projeto História**, São Paulo (25), p. 269-289, dez 2002.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Por uma história menor – uma análise deleuziana sobre a história das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26 (1): e46069, p. 1-16, 2018.

VIEIRA, Matheus Machado. “**Viciadas e perversas ou honestas e respeitosas?**”: a representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário, Ponta Grossa (1930-1945). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014.

Masculinidades Impressas na Folha do Norte do Paraná¹

GESSICA ALINE SILVA²

[...] eldorado, entretanto, não era aquilo que ele pensava. E esse cidadão é mais um dos milhares que formam hoje a multidão dos desiludidos que vivem no norte do Paraná e que não podem, sequer, por falta de recursos, regressar à terra natal [...]. Ocorre ainda que esta cidade, como toda a região, está precisando de gente que traga dinheiro para aqui e não apenas de gente que venha buscar dinheiro. E, se falta dinheiro, falta mercado de trabalho. E há desemprego, provocando uma situação social bastante complexa [...]. Em resumo: ajude-se a ir embora os desiludidos que possam ser felizes em outra parte e projete-se uma forma de amparar de fato aqueles que não possam trabalhar (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, n. 1650, 26/7/1968, p. 3).

1. O presente capítulo é parte da dissertação de mestrado “Entre o ‘New Society’ e o ‘Xilindró’: discursos construtores de masculinidades e feminilidades na Folha do Norte do Paraná (1965-1973)”, defendida em 2018 no PPGH da UNIOESTE, com financiamento da Capes. Orientadora: Profa. Dra. Ivonete Pereira.

2. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Introdução

Esse texto retirado do editorial da *Folha do Norte do Paraná* apresentava sujeitos “desiludidos”, que fascinados pela promessa de riqueza e “fama” de Maringá como o novo eldorado, desembarcavam na cidade cheios de esperança. Segundo o jornal, ao não obterem sucesso em suas jornadas, esses indivíduos contribuiriam para o aumento do desemprego na região, tornando ainda mais complexa a situação social vivida no final dos anos 1960.

O trecho acima indicava também o tipo ideal de cidadão almejado pela cidade, aquele que seria bem-vindo, uma vez que, viria como investidor, com posses que poderiam agregar valores ao desenvolvimento da região. Dessa maneira, era construída uma oposição entre aqueles contribuiriam para o crescimento de Maringá versus aqueles “desajustados” que engrossavam os problemas sociais da cidade.

Neste capítulo argumentamos que tais hierarquizações dos sujeitos possuíam também um recorte de gênero, influenciando inclusive na constituição de modelos de masculinidades e feminilidades. Isto é, na reunião de uma série de atribuídos relacionados às diferenças sexuais e corporais, que determinariam a posição e valor social dos indivíduos.

Como indica Judith Butler o gênero seria uma “[...] estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2016, p. 69). Ou seja, os padrões de feminilidade e masculinidade se constituiriam por meio dessa repetição de códigos, de posturas, de comportamentos, de expressões, de regras e normas, que, uma vez construídas e significadas socialmente, passam a impressão de naturais e a-históricas.

Para este capítulo trabalhamos especificamente com o conceito de masculinidade a partir do diálogo com os autores Connel e Messerschmidt (2014, p. 245.), que destacam a existência de um modelo de masculinidade hegemônico, ou seja, com valor social, uma figura masculina predominante, que corresponde às expectativas da sociedade, variando conforme seu contexto e historicidade. De acordo com essa concepção, os próprios sujeitos beneficiados pelo acesso ao poder proporcionado pela correspondência a esse padrão manteriam tais construções sociais. Além disso, o estabelecimento de

um modelo masculino padrão tinha como consequência a criação de outras masculinidades cúmplices, subordinadas e marginalizadas.

Nosso objetivo é analisar a construção de modelos de masculinidades nos discursos da *Folha do Norte do Paraná*, jornal diário produzido em Maringá entre as décadas de 1962 e 1979. Observarmos a constituição de uma imagem “ideal” de masculinidade, a qual identificamos a partir do termo “homem de bem”, cujas principais características se centravam na reprodução de modos de conduta associados a adjetivos tais como trabalhador, ordeiro, disciplinado, exemplo de esforço individual e sucesso profissional e econômico, comprometido com o desenvolvimento da cidade. E por outro lado notamos a apresentação de outras figuras masculinas desviantes, representadas nas notas policiais que se referiam aos homens bêbados. Os “bebuns” eram objeto de chacota e riso, considerados vagabundos alheios ao trabalho e ao compromisso com o desenvolvimento da comunidade local.

Consideramos que essa contradição entre a imagem disciplinar dos “homens de bem” e os indisciplináveis “bebuns” está em diálogo com padrões de masculinidade construídos dentro de uma sociedade capitalista voltada ao trabalho. Além disso, faz referência à tentativa de imposição de um modelo de sociedade conservadora e ordeira imposto pela Ditadura Civil Militar, com seus ideais de ordem, progresso e desenvolvimento econômico. Por meio da identificação desses indivíduos “bebuns” e “homens de bem”, podemos observar as relações sociais, a constituição de modelos dominantes de organização da sociedade e os meios de acesso ao poder de certos grupos em detrimento de outros.

Cabe questionar a própria noção de masculinidade hegemônica, visto que essa *performance* masculina dificilmente era seguida em todos os seus aspectos, sendo mais um projeto que se buscava predominante, por essa razão nos referimos a esse modelo masculino como “ideal”. Os sujeitos caracterizados pelo Jornal enquanto “homens de bem” ou “bebuns” não existiam de forma maniqueísta ou isolada. Ao contrário, eles eram parte de uma mesma sociedade burguesa com padrões de gênero, sociedade na qual a dualidade entre os indivíduos era criada por discursos como os da *Folha Norte do Paraná*, sendo esses sujeitos escolhidos dentro de uma realidade complexa e que comportava diferentes modelos, além destes enfocados aqui. Ou seja, na prática, as fronteiras delimitadas pelos discursos comportavam negociações, trocas e manipulações da parte dos indivíduos, que ora se apresentavam de

uma forma, ora de outra, transitando e utilizando as normativas e discursos à sua maneira.

Maringá de papel: a *Folha do Norte* do Paraná e a sociedade maringense

Maringá é atualmente uma das 5 maiores cidade do Paraná, sendo localizada na região noroeste do estado. Fundada em 1947 a partir dos empreendimentos da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), surgia em seu projeto inicial de desenvolvimento e reocupação da região, como um polo comercial para o escoamento da produção cafeeira.

Segundo Fabíola Castelo de Souza Cordovil (2010) podemos categorizar as fases do desenvolvimento da cidade em 5 etapas que compreenderam desde a implantação do plano inicial (1947-1959), a acumulação provinda da atividade cafeeira e comercial (1960-1969), a modernização da agricultura (1970-1989), a agroindústria (1980-1985) e a maturidade e verticalização do espaço urbano (1990-1996). O recorte temporal de nossas investigações está situado justamente no momento de transição entre o início do declínio da produção cafeeira e os investimento governamentais para mecanização das lavouras, incentivo a culturas mecanizáveis como soja e o crescente interesse no desenvolvimento agroindustrial.

Entre as décadas de 1960 e 1970 Maringá apresentava um aumento da sua população urbana em detrimento da população rural. Nos anos 1960 possuía 104.131 habitantes, sendo que, deles, 56.539 residiam na zona rural e 47.592 na zona urbana, enquanto que, na década seguinte, a população aumentou para 121.347 habitantes, sendo 100.100 residentes citadinos e os 21.347 restantes pertencentes ao espaço rural³. Os investimentos no processo de industrialização da cidade, no abandono dos traços rurais, na complexificação da economia e da vida social da cidade são fatores que influenciam esse processo de urbanização.

Essas intensas transformações sociais eram discutidas na imprensa local. A mecanização das lavouras, o êxodo rural, a intensificação da industrialização contribuíram para a produção de novas realidades urbanas, novos

3. Informações retiradas do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS Maringá, produzido pela prefeitura do município em novembro de 2010.

hábitos, valores e demandas. Assim como em outras cidades, se desenvolveu uma série de “[...] esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as ‘classes perigosas’ [...]”, bem como para constituir os “[...] espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas” (LUCA, 2008, p. 120).

Esse horizonte de modernização, urbanização, êxodo rural e desenvolvimento econômico da região se conectava com a política econômica empregada no período do regime civil militar, baseado na distribuição generosa de incentivos à agricultura, aos exportadores, à indústria e aos bancos (MACARANI, 2005). Tais processos favoreceram uma pequena parcela da população, ao passo que também produziram o empobrecimento de trabalhadores rurais, pois muitos foram expulsos do campo e se deslocaram às cidades em busca de trabalho. A sociedade maringense vivenciou mudanças, passando a desenvolver-se de forma desigual, o que, em alguns aspectos, influenciaria a forma como a imprensa constantemente abordaria os sujeitos empobrecidos.

Além disso, esse período é marcado pelo colapso da produção cafeeira, pelo crescimento da população de Maringá devido ao êxodo rural, pela introdução de novos sujeitos na dinâmica local e, conseqüentemente, a aceleração do processo de urbanização, o que modificou e trouxe para o centro dos debates dos periódicos a constituição de projetos de sociedade e de cidadãos visados para a cidade. Ou seja, como argumenta Campos (1999), ao comentar o contexto maringense nos anos 1960 e 1970, os jornais se constituíram em porta-vozes das normatizações nos espaços urbanos, de acordo com a visão dos grupos dominantes e do poder público.

Em âmbito nacional temos neste período desde a instituição do regime civil militar – contando com a articulação das Forças Armadas e o apoio de setores da sociedade civil – até a sua consolidação e a imposição de suas políticas de moralização, limpeza social, ordem e desenvolvimento econômico. Sobre o apoio e a natureza desses governos compreendemos que as alianças travadas entre o regime e as classes altas e médias, os setores empresariais, a imprensa e a Igreja Católica, visavam frear as reformas de base e alavancar o crescimento da economia, sustentar a manutenção de valores morais tradicionais, bem como se afirmarem enquanto modelos de modernidade e de sofisticação (AREND; HAGEMeyer; LOHN, 2013).

Tais associações influenciariam na constituição de uma série de ações políticas em relação à economia e à sociedade, entre elas a repressão e a produção de discursos, principalmente os relacionados aos sujeitos considerados “desviantes”, como os ditos alcoólatras, indivíduos enfocados neste capítulo.

A *Folha do Norte do Paraná* surge neste contexto, enquanto uma publicação católica com objetivo inicial de espalhar as palavras do evangelho e combater o comunismo. Com periodicidade diária, o jornal era editado em Maringá entre os anos de 1962 e 1979, circulando em aproximadamente 90 cidades do estado do Paraná. Idealizado e administrado pela Igreja Católica, o periódico possuía cerca de 6 a 16 páginas, veiculando assuntos diversos sobre atualidades, política, economia, esportes, comportamento, colunas femininas (moda e beleza), notícias internacionais e regionais.

Entre os anos de 1965 e 1973 o jornal foi arrendado para Joaquim Dutra e Samuel Silveira. Os novos responsáveis pela administração do periódico eram figuras de destaque na sociedade maringaense, sendo eles donos de outros meios de comunicação, como estações de rádio e TV. Além disso, estavam ligados à direção da Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM), o que nos sugere a importância de seus vínculos empresariais para a futura gerência da *Folha do Norte do Paraná*, a acentuação de seu caráter comercial e a veiculação de matérias que incentivavam a industrialização do município (PAULA, 2016, p. 65).

A escolha do recorte de nossa investigação se dá, justamente, no período em que o jornal estava sob a gerência de Joaquim Dutra e Samuel Silveira, cuja administração reuniu em torno de si uma equipe de jornalistas, redatoras/es e fotógrafas/os, contribuindo para a consolidação da circulação e das características gráficas das edições diárias. Essas características da composição do *periódico* auxiliam a análise das linhas de pensamento, das influências, dos posicionamentos e da contextualização das escolhas editoriais das publicações. Ou seja, tais elementos colaboram com a problematização das relações entre o conteúdo veiculado nas edições e os laços entre a sociedade.

Ao utilizar a imprensa enquanto fonte para pesquisa histórica compreendemos que os veículos de comunicação desde o século XIX e, em especial, no século XX, foram se construindo por meio do aperfeiçoamento de técnicas comunicativas, em formadores de opinião relacionados com o estabelecimento de relações de poder e do *status quo* das classes dominantes. Nesta perspectiva, consideramos que os periódicos, juntamente com outros

discursos propagados na sociedade por parte dos grupos dominantes, também possuíam influência na constituição das subjetividades, em especial no âmbito das relações de gênero.

Nos aproximamos da *Folha do Norte do Paraná* observando que seu discurso se alinhava em parte com a “boa imprensa” católica e sua proposta de recristianização do mundo, respondendo, enquanto um produto comercial, aos anseios e às inclinações de seu público leitor. Além disso, consideramos que o jornal, a Igreja Católica e os governos militares convergiam em alguns aspectos, principalmente em relação à necessidade de combater o comunismo, a conter a subversão e a perda de valores morais. Assim, o controle de diferentes esferas da vida social, o autoritarismo e a supressão das liberdades individuais, racionalizados pelas instituições do Estado, eram interpretados como fundamentais para o desenvolvimento da economia e da sociedade.

O conhecimento desse quadro do contexto nacional e regional facilita a compreensão das escolhas editoriais do jornal, da seleção dos assuntos e dos sujeitos veiculados em suas páginas, permitindo-nos problematizar a existência de relações entre governos, empresários e o periódico. Por meio desses elementos contextuais, somos levadas a pensar a sociedade enquanto um campo de relações e de lutas de poderes, relações e lutas que influenciam a constituição de modelos de masculinidades apresentados nas notícias da *Folha do Norte do Paraná*, além da compreensão de que as construções de gênero são socialmente condicionadas e inter passadas por noções de classe, de raça e de etnia.

“Homens de bem” e “Bebuns”: a construção de masculinidades

Na residência do casal Waldemiro Planas, estivemos tomando whiskey (da variada coleção particular) em meio a um animado bate-papo do qual participavam os senhores Bruno Lessio, Enzo Palandri e Paulo (que deitava conhecimento sobre os Estados Unidos de onde veio há menos de cinco anos) (*Folha do Norte do Paraná*, n. 2102, 4/2/1970, p. 4).

Ao ler essa nota publicada na coluna social da *Folha do Norte do Paraná*, podemos com um esforço imaginativo visualizar essa cena, repleta de itens que

reforçam essa imagem bem sucedida da masculinidade. Além de representar uma imagem masculina associada ao poder de consumo de itens sofisticados, o texto retratava as reuniões sociais e as sociabilidades baseadas em dois elementos: o consumo do whisky e a socialização masculina.

A partir desses fatores concebemos que tais aspectos contribuíam para a distinção desses homens do restante das figuras masculinas que circulavam na cidade, uma vez que compartilhavam códigos de honra, comportamento e consumo que incluíam a ingestão de bebidas alcoólicas de alto valor e a conversa sobre assuntos internacionais. Como argumenta Bourdieu (2007, p. 9.), essa produção de bens culturais e de gostos funcionaria como marcadores das diferenças entre os grupos, legitimando suas posições na hierarquia e atribuindo-lhes valor social.

Outro produto associado a essa imagem masculina de sucesso era a posse dos automóveis. Além de estarem presentes em grande parte dos espaços destinados à publicidade no jornal, ainda eram registrados em notas sociais como a publicada em 11 de julho de 1969, na qual era informado que

Benjamim Santana. Gerente do Bradesco, está desfilando com um Opala amarelo. Um amigo seu está bastante chateado com ele porque, no dia que o Opala saiu da agência, ele pediu emprestado para ir até a fazenda em Umuarama (e tinha chovido) e o Santana não emprestou o veículo. Comentário do cidadão: “Que amigo... o Santana” (Folha do Norte do Paraná, n. 1933, 11/7/1969, p. 4.).

As informações destacadas no texto sobre essa figura masculina são, primeiramente, seu emprego como gerente em instituição bancária, um cargo de destaque e valor social. O segundo ponto é sua aquisição de um carro novo, ambos elementos colocavam este homem em um outro patamar de distinção, poder e sucesso. Compreendemos que o consumo e a posse de bens materiais contribuíam na formação da imagem de uma masculinidade bem sucedida.

O valor dado à posse de um automóvel nos indica as mudanças econômicas percebidas sobretudo a partir da década de 1950, em relação ao desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira e aos novos padrões de consumo, impostos pela invasão dos produtos industrializados revendidos nas novas lojas de departamento e em *shopping centers*, que influenciariam as

sociabilidades modernas e a organização social dos sujeitos, classificando-os de acordo com sua capacidade de consumir (MELLO; NOVAIS, 2006).

A construção da figura dos “homens de bem” passava, respectivamente, pela capacidade de consumir e de frequentar determinados produtos e espaços. De acordo com as indicações de Vanderlei Machado (2007), sobre a modernização de Florianópolis e a constituição de um modelo hegemônico de masculinidade entre os anos 1889 e 1930, entendemos que a formação de uma subjetividade masculina demandava a manutenção de maneiras de vestir, de socializar e de consumir, criando estilos de vida “ideais” e aceitos.

A partir das páginas da *Folha do Norte do Paraná* eram construídos os elementos que constituíam e concretizavam uma imagem ideal de Maringá e dos homens que faziam parte dessa comunidade. Eram eles trabalhadores, investidores, administradores, empresários de sucesso e com visão para promover um futuro de desenvolvimento. Identificamos uma série de textos dedicados a retratar esses homens e suas empresas que “contribuíam” para o engrandecimento da cidade, como a publicação de 27 de fevereiro de 1966, que registrava as viagens de um engenheiro:

Procedente de Curitiba, encontra-se em nossa cidade o Dr. Cezar Martini, engenheiro que dirige as obras do setor de construção da divisão da rede da COPEL. O trabalho vem sendo árduo, mas tudo é feito no sentido de proporcionar aos habitantes de Maringá e logicamente à própria cidade, vias dotadas de luminárias que só deverão ser elogiadas pelos municípios.

Dr. Marcos Mauro, da URBASA, na manhã de sábado, estava no estafante mister de medições das vias asfaltadas para complementar o seu relatório bimensal. Já não é a primeira vez que vimos o simpático Dr. Marcos, em constante atividade em assuntos que se relacionam com a firma que representa em todo o Norte do Estado. O resultado é essa beleza que se vê estendida por todo esse Maringá (*Folha do Norte do Paraná*, n. 950, 27/2/1966, p. 4).

O trecho acima colabora para reforçar a associação entre o desenvolvimento urbano, o trabalho e o sucesso masculino. Ao veicular frases como “o trabalho vem sendo árduo” ou “em constante atividade em assuntos que se relacionam com a firma”, o discurso do jornal relaciona o universo masculino ao trabalho como uma parte importante da constituição desses sujeitos. Assim, portanto, os atributos congregados em um modelo de masculinidade

“ideal”, como a força, a gestão e o sucesso vinculados nessas notas, construíam um modelo masculino arrolado com o trabalho e sua valorização enquanto lei social e organizador da sociedade (CHALHOUB, 2001, p. 52). Tal associação e apresentação desses homens seguidos pelos seus feitos no mundo do trabalho, se constituíam como aspecto de qualificação, ascensão e orgulho.

As edições do *Folha do Norte do Paraná* circunscreviam os sujeitos masculinos de sucesso, como nos indica a nota de 21 de janeiro de 1967, que dizia serem os “industriais [...] os pontos-altos da palestra atual. Podem reparar nossos leitores que quase todos os jornais da região trazem, em suas primeiras páginas – reportagens sobre a industrialização no norte-paranaense” (*Folha do Norte do Paraná*, n. 1200, 21/1/1967, p. 4). Essa espécie de conteúdo estava intimamente ligada ao contexto de desenvolvimento e de investimento na industrialização da região, contexto no qual a atenção do periódico recaía na valorização de características como trabalho, consumo e esforço individual, características bem próprias das figuras dos empresários, dos industriais e dos homens de negócios.

A valorização do sucesso profissional masculino se relacionava com a afirmação de sua capacidade de administrar e prover. Essa caracterização do homem como provedor, além de historicamente construída, parece, nesses casos, se estender para além das suas obrigações com a sua família, em especial quando o jornal destaca seus trabalhos para o desenvolvimento da comunidade. Consequentemente, esses “homens de bem” eram constituídos como pais, líderes e gestores da cidade.

A *Folha do Norte do Paraná* possuía também um caráter pedagógico, orientando o comportamento masculino, as notas sociais buscavam constituir sujeitos distintos e inspiradores para os seus leitores, especialmente ao detalhar suas

[...] belas roupas, as maneiras de andar, comer, falar e o que falar representavam não apenas atos cotidianos, mas apontavam para representações muito amplas no sentido de construir ideais de condutas, modelos a serem seguidos, hábitos de refinamento e que deviam ser praticados, apreciados e copiados por todos. Nesse sentido, as colunas representavam uma maneira de divulgar todos esses códigos, tornando os colunáveis em modelos sociais ao mesmo tempo em que permitiam ao público leitor, não pertencente a esse mundo, participar artificialmente, ou seja, vislumbrá-lo (MARIA, 2011, p. 10).

O jornal, por meio de seus mecanismos e estratégias discursivas, contribuía para a produção de engajamento, consenso e necessidades de consumo, principalmente, entre determinadas camadas da sociedade, como nos indica o texto vinculado em 5 de julho de 1969, acerca das barbearias, no qual o autor instiga:

É muito natural e altamente civilizado, quando vamos a uma cidade com fôruns de Capital, nos dirigimos a uma Barbearia (Barbearia com “B” maiúsculo), para um corte de cabelo e uma barba bem feita, de acordo com os ditames da época em que vivemos, uma vez que o Homem já está chegando a Lua. Aqui em Maringá, por exemplo, neste mister, ainda estamos no tempo da “pedra lascada”. Não existe uma barbearia que possa oferecer um ambiente à altura dos homens civilizados que convivem em nossa sociedade. Vamos começar a contar o tempo, até que se instale uma Barbearia daquelas que é comum encontrar em cidade grande (Folha do Norte do Paraná, n. 1928, 5/6/1969, p. 4).

Os comentários do autor pontuavam acerca da necessidade de uma barbearia distinta na cidade, o que criaria um ambiente masculino que se diferenciava dos salões de beleza femininos, e que seria um sinal de civilização e de acompanhamento das tendências presentes nas grandes cidades. Seguindo os apontamentos de Vanderlei Machado (2007, p. 19), em que considera como a imprensa participava ativamente da constituição e educação dos sujeitos, adequando-os aos novos tempos, entendemos que a *Folha do Norte do Paraná* também procurava orientar os indivíduos e, como no caso da nota acima, estimular a criação de espaços modernos para o desenvolvimento de novas sociabilidades ligadas, principalmente, aos grupos dominantes.

O desejo e a necessidade de uma barbearia na cidade nos indicam também a tentativa de estabelecer regras para a masculinidade, ou seja, além de se alinhar aos grandes centros, a existência de boas barbearias se alinhava a uma normativa em relação à estética masculina. Este aspecto nos aponta para uma disciplinarização de corpos via estética, isto é, a barba bem feita enquanto uma imagem corporal símbolo de virilidade, força, respeito.

Em um *hall* de *performances* masculinas apresentadas no discurso da *Folha do Norte do Paraná* destacamos, primeiramente, um modelo de masculinidade que se buscava hegemônico ou “ideal” associado às camadas

médias da sociedade, a distinção social, ao poder de consumo, trabalho e virilidade. Em oposição a essa leitura do ser homem encontramos uma série de outras masculinidades subordinadas ou cúmplices, das quais ressaltamos os homens embriagados, os “bebuns”.

Ao analisar o discurso do jornal notamos que a relação entre o consumo de bebidas alcoólicas e a masculinidade possuía um recorte de classe. Ou seja, quando a prática de consumir álcool era associada aos populares, esse ato de lazer era estigmatizado e condenado pelo periódico, constituindo-se em um elemento de descrédito e de desqualificação desses sujeitos. Quando, no entanto, associado à “alta e boa sociedade”, esse momento de sociabilidade relacionado ao ato de consumir bebidas, como cervejas e whisky, se caracterizava enquanto um elemento de distinção social.

Outro aspecto desses discursos do jornal que relacionavam os homens ao consumo bebidas alcoólicas era a apresentação diferenciada desses dois modelos de masculinidades. Os “homens de bem” eram apresentados de maneira séria a partir de diferentes aspectos, como suas sociabilidades, seus empregos, negócios e família. Os “bebuns”, por sua vez, eram retratados como unidimensionais, aparecendo no periódico apenas sob o aspecto do descontrole, da desordem e da vadiagem decorrentes do consumo imprudente do álcool.

Representados no espaço da coluna policial, os homens embriagados eram apresentados em meio a jargões policiais e outros elementos de diagramação, que contribuíam para criar um sentido de contravenção, criminalidade, desordem e descontrole. A partir desse tratamento discursivo, consideramos que a *Folha do Norte do Paraná* constituía imagens dos “bebuns” enquanto aqueles que contradiziam um modelo de masculinidade controlada, viril e de sucesso.

Notamos que entre os anos 1969 e 1970 há um aumento considerável nas notas policiais presentes nas edições do jornal acerca das prisões dos embriagados. Relacionamos esse aspecto com o crescimento da população urbana de Maringá, que, entre as décadas de 60 e 70, praticamente duplicou, introduzindo novos sujeitos no cotidiano da cidade, estranhos à dinâmica, organização e valores defendidos no conteúdo do periódico. Ao apresentar esses indivíduos em suas edições, a *Folha do Norte do Paraná* contribuía para a localização desses homens no espaço urbano e sua hierarquização na sociedade local.

Além disso, esse período compreendia a consolidação e o endurecimento das políticas de moralização e de repressão movidas pela ditadura sobre sujeitos “desviantes”, como, por exemplo, os “alcoólatras” e as “prostitutas”, o que em parte explicaria o enfoque nas prisões e sua divulgação no jornal. Conforme observamos na publicação de 5 de julho de 1969, ali consta uma lista das prisões por embriaguez e vadiagem relacionados abaixo da manchete “Ontem prenderam mais 21: operação limpeza continua” (Folha do Norte Paraná, n. 1928, 5/7/1969, p. 2b). O encarceramento dessa população seria parte de uma política de contenção daqueles que não se adequavam ao discurso de ordem, progresso e trabalho.

Uma das estratégias do jornal era dar destaque e elogiar as ações policiais, como no texto “Bebuns em cana”, publicado em 24 de setembro de 1970, ao apresentar o trabalho da Rádio Patrulha:

No seu último expediente, da sexta para ontem, as viaturas da Rádio Patrulha apresentaram um bom rendimento, no que consiste na detenção de bebuns, desordeiros, vadios e outros perturbadores da ordem pública. Entre as detenções realizadas, oito pessoas foram levadas para a sala de plantão da 13ª Sub-divisão Policial (Folha do Norte Paraná, n. 2193, 24/9/1970, p. 5)

O trecho acima elogia a detenção dos grupos de “bebuns, desordeiros, vadios e outros perturbadores da ordem pública”, nos indicando a busca pelo controle social dessa parcela da população considerada uma ameaça aos bons costumes e à cultura do trabalho. Ao nos aproximarmos das reflexões do historiador Sidney Chalhoub (2001, p. 70), sobre o processo de combate à ociosidade no Rio de Janeiro no início do século XX, concebemos que o jornal e as autoridades policiais buscavam a vigilância dos populares e o combate à desordem produzida, supostamente, pelos vícios e pelo ócio, considerados um obstáculo à construção de sociedade ordeira.

Publicada em 13 de janeiro de 1971 a nota intitulada “Encheu a cara”, cujo conteúdo apresentava que, “[...] às 21:15 horas de anteontem, foi posto em ‘cana’, o indivíduo Pedro Pereira Neto, funcionário da Empresa Andorinha, por embriaguez e desordens. Mas quando o policial Jatobá notou o ‘bagunceiro’, levou-o imediatamente para o xadrez” (Folha do Norte do Paraná, n. 2286, 13/1/1971, p. 5). Esse texto em particular era um dos poucos que

apresentava o local de trabalho do embriagado, fato que contribuía para a associação entre os indivíduos alcoolizados e a vadiagem, constituindo esses sujeitos como avessos ao trabalho, ou seja, uma contradição da masculinidade “ideal” e provedora.

Compreendemos que o descontrole relacionado à embriaguez e à falta de moderação diminuía o valor social desses homens e os afastava de uma masculinidade “ideal”, tornando-os desordeiros, ladrões e vadios. De acordo com Vanderlei Machado (2007, p. 207-208), os jornais e as ações policiais colaboravam no processo de qualificação e de desqualificação de determinados sujeitos masculinos, contribuindo para a sua ascensão social ou para o seu isolamento.

Em relação à linguagem utilizada pelo jornal para retratar as prisões destes homens embriagados, observamos o emprego de alguns termos que acrescentavam as notícias um tom de humor e zombaria – elementos que, assim utilizados, acabavam por colocar em dúvida o caráter do indivíduo, contribuindo para o seu descrédito e a sua desqualificação social. Dessa maneira, eram publicadas notas como a de 2 de fevereiro de 1968, que divulgava uma lista de prisões por embriaguez, na qual novamente se sobressaía uma série de ironias e sarcasmos, como podemos observar:

João Pedro Bueno abusou da mandureba. Tomou umas e outras, ficou naquele estado que nós bem conhecemos e acabou sendo engaiolado.

Outro que andava pensando que cachaça era água foi o João Ferreira dos Santos. Acabou indo curtir a ressaca no gélido porão da divisão policial.

Ontem até parece que foi dia dos pé-de-cana. Outro que andou lambiscando umas e outras foi o Manoel José dos Santos. Azar ter encontrado os policiais João Ferreira e Hamilton, que o ajudaram a curtir a ressaca conduzindo-o para as grades.

Mais um, Lucindo Izaias Taborda, também “encheu o cacó”. Os tiras João Ferreira e Hamilton encanaram-no para que o mesmo não ficasse perturbando.

A dupla João e Hamilton, ao que parece, só encana “bebum”. Outro que caiu nas malhas da dupla foi o Noel José J. Soares, que também estava em completo estado etílico (Folha do Norte do Paraná, n. 1505, 2/2/1968, p. 11).

O uso do humor ao retratar esses indivíduos presos por abuso alcoólico se constituía enquanto um mecanismo que colaborava para desacreditar e desqualificar esses sujeitos, que transgrediam um modelo de masculinidade forte, viril e moderado, sendo considerados degenerados físicos e morais, obstáculos à consolidação de valores burgueses e capitalistas, como indica Maria Izilda Santos de Matos (2001, p. 10) sobre as campanhas antialcoólicas no Brasil do início do século XX.

Outra estratégia do discurso da *Folha do Norte do Paraná* é o processo diferenciação e individualização dos sujeitos a partir de sua identificação. Assim, esses “bebuns” não representariam todos os homens da sociedade maringaense, eles se restringiam a apenas a esses sujeitos identificados na coluna policial. Consideramos de acordo com o filósofo Michel Foucault (2004, p. 11), que tais mecanismos de funcionamento das sociedades disciplinares garantiam a vigilância dos indivíduos por meio da visibilidade e do contínuo controle do tempo e espaço.

O conteúdo presente no jornal sobre as masculinidades, principalmente em suas páginas policiais, denunciava um modelo de masculinidade “subordinada” e “desacreditada”, que se opunha a uma série de preceitos morais, considerados pela Igreja, pelo Estado e pela *Folha do Norte do Paraná* como base do desenvolvimento, sendo eles a força, o esforço e o trabalho como lei suprema e reforço de uma masculinidade que se buscava hegemônica. O homem embriagado, por sua vez, era, ao contrário, ocioso, pervertido, violento, desordeiro, degenerado físico e moralmente.

Essa dualidade entre “homens de bem” e “bebuns” é apresentada no discurso da *Folha do Norte do Paraná* por alguns mecanismos de linguagem como o vocabulário, a diagramação do texto, a hierarquização dos conteúdos, de forma a constituir uma separação categórica desses sujeitos. No entanto, pontuamos que essas figuras públicas pertenciam a um mesmo espaço social, que assim os caracterizava como um mecanismo de manutenção da ordem. Como pontua Chalhoub (2001, p. 79), a existência “[...] do crime tem uma utilidade óbvia quanto interpretada do ponto de vista da racionalidade do sistema: ela justifica os mecanismos de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres”. A denúncia dos “bebuns” nas notas policiais era como uma justificativa para o controle e para a desqualificação desses indivíduos que possuíam uma leitura divergente acerca das normativas e dos modelos da masculinidade “ideal”.

Considerações finais

A partir do exposto neste capítulo concluímos que os discursos vinculados pela Folha do Norte do Paraná reforçavam as imagens dos homens “bebuns” como vadios, descontrolados, degenerados e perversos pelo vício, sendo desqualificados e desacreditados pelos comentários e pelas zombarias presentes na coluna policial. Ao mesmo tempo reafirmavam, por meio de elogios, presentes na coluna social, qualificando os “homens de bem” como sujeitos provedores, administradores e empresários. Observamos, assim como a historiadora Maria Izilda Santos de Matos (2001, p. 41), que tais modelos eram cristalizados em “[...] um ideal de masculinidade, exprimindo e condicionando o ser homem e trabalhador nesse período”.

Com tais características, concebemos que o esforço discursivo da *Folha do Norte do Paraná* em relação às masculinidades tinha por objetivo valorizar um modelo masculino baseado em “[...] sua capacidade de ação, praticidade e objetividade, sucesso, força e iniciativa, e vinculavam-se os atributos da virilidade ao trabalho, que deveria desempenhar uma função central na vida do homem” (MATOS, 2001, p. 42). Dessa maneira, era criado um dever-ser-masculino associado aos qualificados “homens de bem” presentes na coluna social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Editora da USP, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMPOS, Paulo Fernando de S. Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na “cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José H. R. **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá, PR: Editora da UEM, 1999, p. 315 – 331.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-281, 2014.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A aventura planejada, engenharia e urbanismo na construção de Maringá 1947-1982**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade São Paulo, São Carlos, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 113-153.

MACARANI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**, Belo Horizonte, n. 15, p. 53-92, 2005.

MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

MARIA, Maurício de Fraga Alves. **Crônicas da alta sociedade: discursos, representações e cotidiano nas colunas sociais do jornal Folha do Oeste (Guarapuava, PR, 1959-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciência e Letras de Assis – Unesp, Assis, 2011.

MATOS, Maria Izilda. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006. p. 559-658.

Violeta Franco e Helena Wong: Arte Moderna Paranaense entre a figuração e a abstração (1960-1980)¹

MAURICIO MARCELINO DE LIMA²

Introdução

Neste capítulo abordaremos as produções artísticas e as trajetórias de vida das artistas Violeta Franco e Helena Wong no período entre 1960 e 1980. Ambas fizeram parte de uma estética de cisão com os cânones acadêmicos, integrando a segunda geração de artistas modernos do Paraná. Elas destacaram-se como personagens importantes no cenário artístico local, especialmente, pelo modo como transitavam entre o figurativo (não naturalista) e o abstrato, e pela ocupação de espaços que até então eram restritos às mulheres.

Contudo, mesmo mostrando-se como protagonistas de uma arte inovadora, percebemos que assim como outras artistas mulheres, tanto do Paraná quanto de outros estados do interior do Brasil, nem sempre são lembradas como integrantes da História da Arte Moderna nacional, sendo, inclusive, marginalizadas até mesmo localmente.

1. Esse texto é um dos resultados da pesquisa de doutorado em andamento no PPGH da UNIOESTE. Orientadora: profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi.

2. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Docente em Artes pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

A partir disso, nossa hipótese é a de que essa realidade ocorra em razão de três marcadores importantes, a saber: a localização, a temporalidade e o gênero. Justamente, porque as artistas mencionadas não compuseram o grupo que inaugurou a estética moderna nacional — no início do século XX —, nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, acreditamos que elas são lançadas ao esquecimento, porque não inseridas local e temporalmente. Também, quanto ao terceiro marcador, percebemos que, por se tratarem de artistas mulheres, que além de enfrentarem o apagamento por serem do interior, sofrem com a discriminação de gênero, impregnado no âmbito social e nos cânones da disciplina desde sua gênese.

Desse modo, fazemos o seguinte questionamento: Essas artistas paranaenses desenvolveram uma arte que negocia com os estereótipos de feminilidade, performando o gênero de formas diferentes das normatizações patriarcais³, buscando verdades que pudessem torná-las mais livres como mulheres e artistas?

Discutimos a problemática e a hipótese a partir dos referenciais teóricos de Linda Nochlin e Griselda Pollock, sobre a necessidade da análise das obras femininas por meio de uma história da arte feminista. A ideia geral é a desconstrução das estruturas canônicas da disciplina, a partir da mensuração da mulher como produtora cultural. Utilizaremos, ainda, a noção de *escrita de si* de Michel Foucault sobre a *estética da existência*, compreendendo a arte como uma maneira de comunicar discursos e verdades que as conduzam para uma vida ética e realmente libertária, não só no cenário artístico, mas também no social e político. Para tanto, é possível compreender que elas performam o gênero de modos diferentes do estereótipo de feminilidade, ocupando espaços e abordando temáticas que superam a estruturação patriarcal vigente, aproximando-se da noção de *performatividade de gênero* de Judith Butler, para a qual gênero é uma criação social e pode ser parodiado/performado de múltiplas maneiras.

Nessa perspectiva, a partir de algumas obras de Violeta Franco e Helena Wong, analisaremos como elas apresentam suas subjetividades que, de algum modo, comunicam suas visões de mundo e experiências acerca da posição da

3. O patriarcado é uma forma de “organização social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder”, essa forma de sociedade limita a participação feminina delegando papéis específicos à mulher, sobretudo no âmbito privado (COLLING; TEDESCHI, 2019, p. 578)

mulher e seus papéis sociais, utilizando-se da arte como um instrumento de busca por novas verdades, a partir da criação de uma poética⁴ original que transita entre a figuração e a abstração.

Arte Moderna no Paraná

O desenvolvimento da estética moderna, no Paraná, ocorreu a partir de instituições/movimentos importantes, que surgiram no final da década de 1940, como a Revista *Joaquim*, a *Garaginha*, o *Clube de Gravura* e a *Galeria Cocaco*. A revista *Joaquim* é considerada como o estopim desse processo de renovação na arte e literatura. Criada por Dalton Trevisan, Erasmo Pilloto e Antônio Walger, com a participação massiva de Guido Viaro e Potty Lazzaroto, artistas decisivos na constituição da segunda geração de artistas modernos no estado nos seus cursos de pintura e gravura, respectivamente. (FREITAS, 2003).

Segundo o historiador Artur Freitas, a Revista *Joaquim* se configurou como “um divisor de águas na cultura local”, pois trouxe em seus números, editados entre 1946 e 1948, na cidade de Curitiba “a integração com os problemas sociais contemporâneos e os debates sobre a função da arte e da literatura” (2003, p. 92). Ela esteve ligada às tendências estéticas modernas provenientes da arte desenvolvida, sobretudo, em São Paulo, da Semana de Arte Moderna de 1922. Teve publicações de diversos textos e obras de intelectuais e artistas, tanto paranaenses como de personalidades de fora, como Quirino Campofiorito, Cândido Portinari, Di Cavalcanti, Sergio Millet entre outros (FREITAS, 2003).

Na sequência, entre 1949-1951, tivemos o surgimento da *Garaginha*, que recebeu esse nome, pois era uma garagem cedida pelo avô de Franco, na chácara da família, criada por Violeta Franco, com a ajuda de Alcy Xavier, tornando-se um lugar de produção e de discussões sobre arte, cultura e literatura, na tentativa de romper com os parâmetros tradicionais, ligados a uma arte acadêmica e naturalista, vigente na Curitiba da época. O grupo assíduo

4. Entendemos a poética como as formas de ação estabelecidas pelo artista em produzir o seu objeto artístico, se trata do seu programa de criação no qual está ancorada em aspectos morais influenciada por uma “concepção filosófica, política ou religiosa” (PAREYSON, 1997, p.15).

que compôs esse movimento foi formado por Violeta Franco, Alcy Xavier, Fernando Velloso, Nilo Previdi, Loio-Pérsio e o intelectual Mario Romani, além da visita esporádica de Poty Lazzarotto quando estava na capital paranaense (FRANCO, 1984; FREITAS, 2003; BINI, 2013). Esse movimento foi formado graças aos cursos de pintura de Viaro e de Gravura de Lazzarotto, que além de artistas foram mestres de arte, ligados às tendências expressionistas. Eles oportunizaram, assim, o encontro desses jovens artistas, introduzindo-os na estética moderna, culminando nas reuniões da *Garaginha*, nas quais debatiam os últimos assuntos e tendências da arte moderna mundial (FREITAS, 2003; LIMA, 2016).

Um desdobramento importante da *Garaginha* foi o *Clube de Gravura*, criado em 1951, dirigido, inicialmente, por Franco e, posteriormente, transformado no Centro de Gravuras do Paraná, presidido por Nilo Previdi, que contou com grande parte dos participantes do movimento *Garaginha*. O *Clube/Centro de Gravura do Paraná* esteve sob influência do bem sucedido Clube de Gravura de Porto Alegre e de seu mentor Carlos Scliar, tendo como sede os porões da Escola de Música e Belas Artes do Paraná – EMBAP (FREITAS, 2003).

Nesse processo de consolidação da estética paranaense, a *Galeria Cocaco*, criada por Ennio Marques em 1957, se caracteriza como uma instituição importante, constituindo-se a primeira Galeria de Arte que deu espaço à estética moderna. Sobre ela Freitas destaca que “é exatamente à sua volta que se cria um autêntico ponto de encontros onde discute-se e vê-se arte, sobretudo aquela arte que à época, e dentro das possibilidades do momento, soava como ‘moderna’” (FREITAS, 2003, p. 100).

Essas instituições/movimentos aparecem como importantes vetores na propagação da estética moderna no estado, possibilitando o florescimento de uma arte de cisão com os cânones. A *Garaginha*, segundo o professor Fernando Bini, se constitui como um importante “ponto de encontro catalizador” da arte moderna local no período; foi idealizado por uma mulher, a artista Violeta Franco, — artista tema desse capítulo — e inovou não só na cisão estética, mas na vanguarda do protagonismo feminino nas artes. Tarefa difícil devido à diferença de gênero existente não só no Paraná, mas no mundo, em meados do século XX. Antes disso, apenas a Revista Joaquim teria acenado tenuamente a inclusão da mulher nos debates sobre arte Moderna

no estado, com a publicação esporádica de textos e obras de mulheres, como de Leonor Botteri, Silvia Viana, Regina Katz, entre outras.

O reconhecimento da mulher na arte é uma lacuna deixada na história da arte tradicional, pois o artista masculino foi considerado o detentor do “dom” da criatividade e a mulher é apenas um signo, um objeto da beleza e do olhar masculino, ideal para ser representada, mas nunca vista como produtora cultural (POLLOCK, 2019; NOCHLIN, 2016). Tanto Franco quanto Wong escrevem uma importante parte da história da arte moderna local, destacando-se não só por realizarem uma obra constante e de contínua transmutação, mas por comporem um grupo de artistas mulheres pioneiras na atuação da arte moderna. Tiveram em suas vidas a colaboração do artista Alcy Xavier, Violeta Franco como amiga e Helena Wong como aluna. Coincidentemente, ambas trabalharam com a fragmentação das formas, influenciadas pelo Cubismo e Expressionismo, aspecto latente na produção de Xavier. Contudo, foram além, transitaram entre o figurativo e o abstrato, ocuparam espaços e desenvolveram cenáculos artísticos importantes, não só no Paraná, mas até internacionalmente, construindo uma forma de produzir arte muito original.

Violeta Franco e Helena Wong: entre a figuração e a abstração

A produção da arte moderna em meados do século XX, no Paraná, colocava-se como um desafio, devido à tradição local dar espaço a uma estética acadêmica com temática naturalista, amplamente influenciada pelo artista Alfredo Andersen e seus discípulos, que após sua morte, em 1935, dão sequência ao seu trabalho (FREITAS, 2003; LIMA, 2016). Para as mulheres, como Violeta Franco e Helena Wong esse desafio é agravado pela diferença de gênero, pois a sociedade burguesa à qual pertenciam, que produziam e consumiam arte, não visualizavam as mulheres como produtoras culturais, mas como um lugar específico no meio social, num âmbito doméstico e privado, como filhas, esposas e mães (POLLOCK, 2019).

Além dessas limitações, quanto à estética moderna e ao gênero, somam-se a elas a questão da desvalorização da arte realizada por artistas do interior, ou seja, aqueles/aquelas que não produziam ou não pertenciam aos grandes centros, como Rio e São Paulo. Esse preconceito era comum aos artistas sejam eles masculinos, femininos, acadêmicos ou modernistas,

inclusive, ainda é, na atualidade. Sobre isso, Artur Freitas (2017) cita a Bienal Brasil Século XX, em 1994 que tentou — pretensiosamente — “colocar a produção artística nacional no *mapa mundi* da arte globalizada” (p. 153), ao mensurar uma série de artistas, cerca de 250, de todas as regiões do país. Nessa ocasião, tivemos críticas pesadas do crítico de arte Daniel Piza que questionou a inclusão de alguns artistas no evento, ressaltando que muitos eram de qualidade menor e que não representariam bem a produção nacional, como foi o caso dos paranaenses Miguel Bakun e Guido Viaro. Segundo Piza, os paranaenses seriam irrelevantes para a história da arte brasileira, descrita como uma produção inferior. Essa crítica demonstra como a arte local (do interior do Brasil) sofre preconceito. Mesmo artistas, inquestionavelmente, reconhecidos⁵ (do sexo masculino) em todo o estado, que apresentam uma obra original são estigmatizados quando analisados de fora. Imaginem agora o que as produções femininas enfrentam, somando-se a isso o preconceito de gênero.

Contudo, Franco e Wong não se intimidaram com a estruturação patriarcal vigente, e mesmo tendo sua visibilidade tolhida, comparada aos artistas masculinos, desenvolveram arte de qualidade equiparada a seus pares. Elas protagonizaram, inclusive, diferentes frentes, como a idealização da *Garaginha*, de Franco, a participação em Bienais com Wong e a exploração de temáticas voltadas à representação da mulher, como o corpo, aproximando-se de questões complicadas para a época, como a sexualidade feminina, o nu e a própria inclusão da artista mulher nos circuitos artísticos.

Desde o século XIX, com a criação da disciplina História da Arte, existe uma estruturação sexista que marginaliza a produção realizada por mulheres, não só no Paraná, mas no Brasil e no mundo. Temos, assim, uma historiografia da arte burguesa e patriarcalizada, mediante a qual os espaços da modernidade, transitados pelo artista homem (no âmbito público, baseada numa vida boêmia) eram incompatíveis com os espaços de feminilidade que as mulheres ocupavam na sociedade burguesa⁶. (POLLOCK, 2019). Apesar

5. No mesmo texto de Freitas (2017), ele traz a contracrítica de Adalice Araujo, conceituada comentadora de arte de arte paranaense. Ela reforça a importância e legados que esses artistas inferiorizados por Piza, representaram para a arte local, rechaçando o que foi levantado pelo crítico, elencando que houve discriminação e incompreensão dos trabalhos desses artistas.

6. Segundo Griselda Pollock (2019) a sociedade burguesa, de onde provêm a produção da arte, tem uma estruturação sexista por meio da qual as mulheres não são vistas como

da marginalização e da incompatibilidade de espaços, é possível acompanhar a vida e a produção de mulheres, tais como o faremos, agora, em relação à Violeta Franco. Posteriormente, falaremos de Helena Wong.

Violeta Franco, nascida em 1931, na cidade de Curitiba, teve infância e adolescência solitárias e a arte se torna uma de suas principais linguagens de expressão, ajudando-a a driblar a ausência de amizades de pessoas de sua idade. Proveniente de família burguesa, teve acesso à educação diferenciada, rodeada por livros de literatura, história e filosofia, incentivada pelo avô materno e pelo pai (FRANCO, 1984).

Após sua participação nos cursos de pintura e gravura, de Viaro e Lazzarotto, e da criação da *Garaginha*, casou-se com Loio-Pérsio, artista paranaense importante, com o qual teve dois filhos. A união não foi muito duradoura, entre início dos anos 1950 até, aproximadamente, 1957. Nesse período, a artista, recém divorciada, muda-se para São Paulo, pois desejava novos desafios e também aperfeiçoamento nas artes (BINI, 2013). Instalada na capital paulista se matriculou num curso de História da Arte no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), conheceu personalidades do meio artístico e cultural, tais como Rute Cardoso, Tarsila do Amaral, Fernando de Carvalho, Pietro Maria Bardi, dentre outros (FRANCO, 1978).

Franco passou um período sem produzir artisticamente, dedicando-se ao estudo e ao trabalho, foram anos difíceis, pois deixa de receber ajuda da família e projeta uma vida independente; atuou em diferentes áreas, inclusive como desenhista, vitrinista e professora (FRANCO, 1985). Na década de 1960, volta a produzir, passando por um período de pesquisa, especialmente, das formas gráficas e massas de cores, com o intuito de adestrar sua mão, que há tempo não estava engajada com o desenho.

Agora passaremos à análise das obras de arte, como a obra *Autorretrato*, sem data (Figura 1, mostrada abaixo) e *Flora Tropical*, de 1974 (Figura 2, mostrada abaixo). A primeira faz parte dos primeiros anos em que ela residiu em São Paulo (1950-1960), integrando uma fase expressionista com a

figuras públicas, limitando suas ações e papéis ao âmbito privado. As mulheres não eram visualizadas como produtoras culturais, e os espaços que deveriam frequentar eram incompatíveis com os espaços da modernidade, onde transitavam os artistas masculinos. Ver: POLLOCK, G. *Visión y diferencia: Feminismo, feminidad e historias del arte*. Buenos Aires: Fiordo, 2019.

representação de uma série de retratos de familiares e amigos (BINI, 2013; FRANCO, 1985).

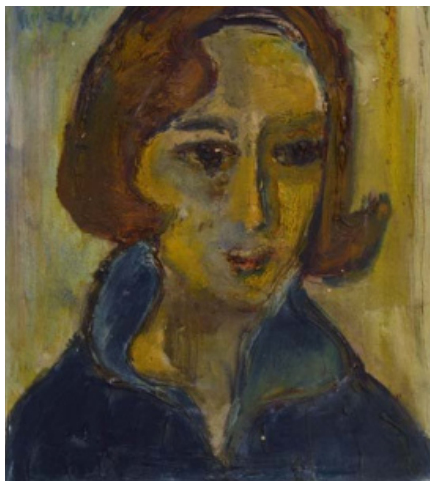


Figura 1: Violeta Franco, Autorretrato, sem data, óleo sobre tela, 40X33cm.

Fonte: catálogo de exposição: Violeta Franco: a “Garaginha” e a arte moderna no Paraná”, Museu Oscar Niemeyer, Curitiba, p. 30, 2013.



Figura 2: Violeta Franco, Flora Tropical II, 1974, caneta hidrográfica e cera sobre papel, 70 x 50cm

Fonte: catálogo de exposição: Violeta Franco: a “Garaginha” e a arte moderna no Paraná”, Museu Oscar Niemeyer, Curitiba, p. 42, 2013.

Nessa época, realiza uma obra de caráter social, influenciada pelos mestres Lazzarotto e Viaro e o Expressionismo alemão. Ademais, como teve acesso aos artistas paulistas, alguns da primeira geração, como Tarsila do Amaral e Flávio de Carvalho, provavelmente, recebe em algum nível, a influência deles, como o aceno ao cubismo (decomposição da fauna) e a temática do Brasil tropical (cores vibrantes e luminosas). A obra *A Negra* (1923), de Amaral, por exemplo, também traz a figura feminina com o uso de cores intensas (do Brasil tropical) e de deformações. Seu autorretrato não é a única obra do período que representa a figura humana e feminina. Faz parte de uma série de, aproximadamente, 12 trabalhos (FRANCO, 1985), antes de mergulhar na fase mais expressiva da sua carreira, com tendência ao abstracionismo, que explorou a temática da flora/fauna e ainda se integra à representação das formas humanas.

Na obra *Autorretrato*, a artista trabalha com cores ocre na representação de uma feição cabisbaixa, dando a impressão de solidão e angústia. Assim como os expressionistas alemães do *Die Brücke*⁷, como Ernest Kirchner, inclui pequenas deformidades nos olhos, boca e nariz com o preenchimento de várias cores, desde o amarelo ocre, passando pela mescla entre o cinza e o azul. Essas manchas formadas sobre a face da personagem intensificam o aspecto de solidão, de um estado de espírito deprimido e reflexivo. Os olhos, sem encarar o público, levemente amarelados e marejados, sensibilizam quem observa, pois querem chorar. Diante dos dados bibliográficos e da forte expressão empregada na composição, Franco, provavelmente, se refira aos anos iniciais que viveu sozinha (hostilizada por não se enquadrar nas normatizações sociais) em São Paulo, das adversidades sofridas, por ter que trabalhar pelo sustento e por estar longe da família e dos filhos que deixara na capital paranaense (LIMA, 2016). Como uma mulher divorciada, talvez, também tenha sentido o peso de estar em inconformidade com a estruturação patriarcal da época, sem a proteção dos avôs que a criaram. Por optar por uma vida independente, também abriu mão da ajuda financeira da família, queria se provar e sinalizar que era capaz de gerir sua vida em todos os sentidos.

7. Grupo de artistas alemães que se dedica a pintura social, representando as tensões e problemáticas que circulavam em torno das consequências da Primeira Guerra Mundial. O nome do grupo em português significa *A Ponte*, teve como representantes os artistas Emil Nolde, Ernest Ludwig Kirchner entre outros (READ, 2000).

Depois da fase dos retratos, Violeta inicia um trabalho duradouro com a fauna e a flora. Ela sempre esteve preocupada em fazer alguma coisa marcante, deixar um legado. A arte, a representação das massas de cores e dos grafismos era uma forma dela dominar sua liberdade: “tudo que eu fazia tinha o sentido de amestrar minha mão [...] Eu trabalhava para me dominar”, se disciplinar, pois segundo ela, sempre foi muito livre e mimada. Isso deu início, então, a uma estética que transita entre a figuração, a simplificação, abstração das formas e a experimentação das cores vibrantes e luminosas (FRANCO, 1985, p. 02). Percebemos, segundo a fala da artista, que ela se sentia indisciplinada, muito livre, pois sempre teve a possibilidade de fazer coisas que eram incomuns às mulheres. Essa fala denota como a estrutura social, ao impor certas regras e limitações às mulheres, faz com que elas se sintam indisciplinadas, quando na verdade elas apenas gostariam de exercer sua liberdade.

Seja como for, a temática da flora, com o tempo, se estende à fauna e integrará as formas corporais. É o início da constituição de uma poética própria, seguindo-se por toda sua trajetória. Foi inspirada na América Latina, pois a artista se sentia ligada à natureza e queria criar não só uma representação exata do que ela é, mais do que ela representa, ou seja, a partir desses motivos artísticos queria demonstrar o despojar e o descompromisso do brasileiro com o passado; talvez por isso tinha toda uma liberdade de decompor as formas a sua maneira, pois diferente do europeu, que tinha um legado, o brasileiro/latino-americano poderia ousar/innovar sem ter que se preocupar com um legado passado. Ademais, a história desse povo estaria sendo tecida, e esses grafismos, de certo modo, representariam esse desenvolvimento do latino-americano, que é emergente e aparece nas grandes formas e nas cores contrastantes, cheias de energia (FRANCO, 1985).

A obra *Flora Tropical II* (Figura 2), de 1974, é um dos trabalhos dessa temática, como o próprio nome alude. Na década de 1970, após alguns anos de pesquisa e exploração dos motivos artísticos que sugerem a flora, com tonalidades tropicais, fragmentos de folhas e frutos, sua composição passa por um processo muito intenso de abstração e de simplificação formal. É um trabalho mais maduro com o desenvolvimento de uma poética própria, o domínio técnico é notado por meio da harmonia, equilíbrio e ritmo, adquirido pelas formas e cores, tornando a obra visualmente atrativa. Mesmo diante de um processo de abstração e simplificação dos motivos artísticos, o

público consegue notar a referência à flora. Inicialmente, com figuras maiores e grandes plantas, mas com o tempo os elementos passam a transitar entre formas menores e menos nítidos e/ou maiores e mais reconhecíveis. Outro aspecto marcante é a textura e luminosidade das cores, tornando-se, às vezes, até translúcidas (FRANCO, 1985; BINI, 2013).

Em *Flora Tropical II*, é possível observar como a artista emprega as texturas e luminosidade, os tons de vermelhos, por exemplo, são intensos e ao mesmo tempo a técnica empregada, utilizando caneta hidrográfica, proporciona translucidez à cor. Neste trabalho percebe-se facilmente a referência das folhas, algumas esverdeadas, dando a impressão de vivacidade, outras mais escuras, como se estivessem secas/murchas. Além de folhas, a sugestão dos frutos é latente, aparecem em vários lugares como na parte central, bem no meio da imagem, no lado esquerdo superior e na parte inferior. Algumas dessas formas aludem a fragmentos de flores, especialmente, as pétalas. A influência expressionista permanece, mas um expressionismo mais leve, sem o pesar e a impressão de tristeza, evidente em seu autorretrato. Agora, sua estética transita em direção a outros estilos, avança rumo à fragmentação, aproximando-se do Cubismo, projetando-se para o abstrato.

É possível perceber a obra de Franco ligada de maneira muito intensa com sua própria realidade, tanto ao seu meio social quanto a suas experiências, por isso, a expressividade latente adquirida pelo tratamento das formas e cores e a urgência de comunicar uma linguagem de cisão (estética e estrutural) por meio da fragmentação e da utilização de formas que aludem a sua infância e ao latino-americano. Ela realiza uma escrita de si⁸ (FOUCAULT, 2004), mas que também se assimila com a vivência do outro, sobretudo às mulheres, questionando a estética, mas também os regimes sociais que não ouvem a voz das mulheres sozinhas, divorciadas e que buscam a independência.

Entre o final de 1950 e os primeiros anos de 1960, a artista passa por um momento de transformação e mudança. Ela deixa Curitiba, passa uma certa necessidade econômica em São Paulo, como ela mesmo disse: “eu nasci

8. A noção de *escrita de si* faz parte das reflexões de Michel Foucault sobre a *estética da existência* e do *cuidado de si*, pautado na cultura greco-romana, para o alcance de uma vida mais ética e plena. Para Foucault, a *escrita de si* seria um exercício que possibilita conhecer a si e também o outro, é uma forma de pensamento/reflexão que permite a ação e a constituição de si mesmo: “a escrita tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Pluturgo, uma função *etopoiética*: ela é a operadora da transformação da verdade em *ethos*”. Ver FOUCAULT 2004, p. 145-162).

para ser dondoca e fui salva pelo gongo” (FRANCO, 1985, p. 06), mas preferiu ser independente. É importante destacar aqui que essa fala faz parte de uma das entrevistas concedidas pela artista entre as décadas de 1970 e 1980 e que contribuíram de maneira importante para tecer nossas análises sobre sua vida e obra.

Quando resolveu transferir-se para São Paulo assumiu sua vida em todas as instâncias, ficou um tempo sozinha, pois deixa os filhos com a avó até se estabelecer, e foi à luta, passa por diferentes trabalhos, e mesmo após o segundo casamento, com Samuel Félix da Cunha, um advogado, de família intelectual, continua produzindo como artista (FRANCO, 1985). Foi um momento difícil para ela nesses anos iniciais em São Paulo. O seu autorretrato traz elementos desse momento, mas de certo modo também pode evidenciar os desafios da própria mulher, aquela que não se deixa moldar pelos padrões tradicionais, mas que sofre consequências. Ao escolher ser independente, sendo divorciada, uma mãe que deixa os filhos com os avós, certamente sofreu todo tipo de julgamento, ainda mais por querer ser artista, profissão veiculada à figura do homem pelo cânone da História da Arte (NOCHLIN, 2016). O Brasil nesse período era um país de cultura conservadora.

Ademais, as obras de arte, independente da época e do autor, podem revelar perfis de experiências, signos, pois tem o potencial de comunicar. Sobre isso Alfredo Bosi destaca:

A ideia de expressão está intimamente ligada a um nexos que se pressupõe existir entre uma fonte de energia e um signo que a veicula ou a encerra. Uma força que se exprime e uma forma que se exprime. Força e forma remetem-se e compreendem-se mutuamente. A relação constante entre força e forma permite a constituição de um saber que investiga as correspondências entre as expressões corporais e a sua qualidade subjetiva (BOSI, 2004, p. 50).

Uma vez carregada de muitas subjetividades, as obras de Franco estão investidas de uma força que se ligam a significados. Os significados não estão ligados apenas a si mesma, mas também às coisas que estão a sua volta, de como ela percebe a sua realidade e a do outro, “tudo fala em uma cultura” inclusive na arte, pois “as estruturas da linguagem dão forma à ordem das coisas” (FOUCAULT, 2000, p. 78). Quando se remete à América do Sul, a

partir da temática da flora/fauna, não se refere apenas a si, mas à realidade como brasileira, como mulher, como latina. Ela enxerga o outro, e esse outro é muitas vezes semelhante a ela, por isso se torna uma temática e expande-se para uma poética (programa estético/social/comunicacional), uma obra, uma representação e um exercício de transformação.

Nesse sentido, Michel Foucault acredita na busca da liberdade e de outras verdades (superando a ideia de uma verdade original), aquelas que podem tornar o indivíduo mais pleno. Ao defender uma *estética da existência*, cuja principal referência é o cuidado de si, traz para o jogo o conhecer a si mesmo, de escrever sobre si, mas também de pensar e se referir ao outro. Segundo o teórico, é somente por intermédio desse exercício que alcançaremos uma vida ética e libertária (FOUCAULT, 2004).

Nesse sentido, vale ressaltar que a obra de arte tem muito desse potencial de comunicar, de estar atrelado ao seu autor, mas também de estar referenciada na realidade, no contexto e no outro. Ela pode estar investida de crítica, de questionamentos sobre as verdades instauradas pelos regimes e discursos de saber-poder, pode, inclusive, em algumas situações, sugerir outras verdades, aquelas que tornem os sujeitos mais felizes (plenos).

Nas obras *Flora Tropical II* e *Sem título* (Figura 3), ao observarmos os motivos artísticos identificáveis em meio às massas coloridas e às formações sinuosas, somos levados a pensar no que Bosi diz sobre a potência da expressão, a energia que se liga ao signo numa obra de arte. Os frutos e folhas evidenciadas, sutilmente, na imagem, mesmo se ampliando para o abstracionismo, são peças-chave na ligação entre a obra e a temática da flora e podem trazer significados. Erwin Panofsky (2012), em seu método de análise da imagem, a iconologia, leva-nos a suscitar os significados que estão intrínsecos nas imagens, e aqui, além de considerar essas possibilidades de significação, amarraremos a análise às experiências vividas pela artista. Com isso, quando verificamos a folha, o fruto e os fragmentos de flores nas obras de Franco, torna-se interessante buscar o que esses símbolos podem nos trazer, atrelados aos significados que estão presentes na cultura e costumes sociais (PANOFSKY, 2012), mas também considerando as trajetórias pessoais/coletivas percorridas pela artista. Nesse sentido, as análises aqui propostas tentam expandir o método utilizado por Panofsky, que tem sido criticado, justamente, pela descon sideração do contexto social, pela forma genérica que esses significados adquirem ao serem analisados de maneira muito ampla,

sem mensurar para quem esses significados se destinam (BURKE, 2004). Para avançar nesse sentido, tomamos aqui uma posição de análise a partir de uma abordagem de cunho feminista, por meio da qual as mulheres são valorizadas enquanto produtoras de arte, e por isso, certos significados que se relacionam aos símbolos identificados são importantes de serem discutidos, pois se comunicam com a realidade as quais elas pertencem e as suas trajetórias.

Nessa direção, uma das formas mais difundidas por Franco em suas obras é a flor, cujos significados são variados. Entre eles insere-se o símbolo do princípio passivo, o amor, a harmonia e a infância, o elixir da vida, a floração — que significa a volta ao centro, a beleza/perfeição, o culto aos mortos, entre tantos outros. Outra forma recorrente é a folha que se liga à ideia da felicidade e abundância, que quando colocada em conjunto pode ser atrelada à união e à coletividade em relação a um pensamento comum. Já o fruto, igualmente presente em suas composições, simboliza a prosperidade, a fecundidade e a origem, comparada ao ovo, além do desejo sexual, da imortalidade e prosperidade (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001).

Nas composições, a partir de meados da década de 1960, a presença dos frutos, das folhas e flores ocupam o foco principal da artista, assim como elementos da fauna (nas imagens selecionadas prevalecem os motivos da flora). As imagens da flor, do fruto e das folhas, de certa forma, estão interligadas, afinal, as plantas apresentam flores para se reproduzir, florescem e depois dão lugar aos frutos; esse ciclo natural de vida, de recomeço, de continuidade é de certo modo ligada à ideia que Franco tem do latino-americano, do brasileiro, do potencial do nosso povo e terra, de ter mais um futuro a desbravar do que um passado a resguardar (FRANCO, 1985). Além disso, os significados desses elementos da flora também se ligam à própria condição de importância da mulher como provedora da vida, mas que é tolhida pela regulação da sociedade patriarcal.

Ao mesmo tempo, o fruto liga-se ao ovo, à ideia da reprodução e ao ato sexual, um tabu para se discutir socialmente, especialmente o desejo feminino. Inclusive, na obra *Sem título* de 1984 (Figura 3), a figura principal investida numa massa de cor em tom avermelhado, ocupando o centro da obra, alude, simultaneamente, ao fruto maduro e à flor, prestes a desabrochar. As formas sinuosas, igual ao corpo feminino (tronco, pernas e busto), que será tema da obra *Nu*, de 1984 (Figura 4), bem como as cores tropicais, são

aspectos técnicos permanentes em suas composições, sejam figuras humanas ou formas da flora/fauna.

Os significados desses motivos artísticos (folha, flor, fruto) em análise têm relação com as experiências individuais e coletivas da artista, nos remetendo às características femininas, tanto as estereotipadas, que existem na cultura ocidental (a beleza, passividade, fertilidade, harmonia) quanto aquelas que são compreendidas/defendidas pela artista (a prosperidade, maternidade, coletividade, sexualidade), pois ela faz alusão ao desenvolvimento do Brasil e da latino-América quando usa a flora tropical como referência e a importância da mulher como geradora de novas vidas, tendo um papel ativo e não só passivo em nossa sociedade (FRANCO, 1985).

Na obra *Nu*, ela faz um exercício de distanciamento do abstracionismo, tecendo uma imagem mais figurativa — entretanto, conservando a estética moderna —, cujos significados se referem à fertilidade, à sexualidade e ao corpo feminino, tornando-os mais evidentes.

Nesta composição temos a representação da figura feminina que ocupa quase a totalidade do espaço da obra, as mamas (busto/seios), assim como todo o corpo, aparecem despidas e existe a figura de um círculo sobre o ventre da personagem, indicando que esse é o ponto focal da representação. No meio desse círculo temos uma massa de cor que ladeada por uma linha sinuosa, quase semicircular, sugere um volume, provavelmente o útero.



Figura 3: Violeta Franco, Sem título, 1984, técnica mista, 98 x 77 cm

Fonte: catálogo de exposição: Violeta Franco: a “Garaginha” e a arte moderna no Paraná”, Museu Oscar Niemeyer, Curitiba, p. 85, 2013.

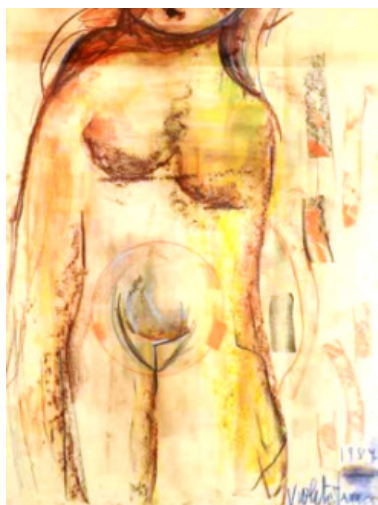


Figura 4: Violeta Franco, Nu, 1987, técnica mista (crayon e pastel), 90 x 66 cm

Fonte: catálogo de exposição: Violeta Franco: a “Garaginha” e a arte moderna no Paraná”, Museu Oscar Niemeyer, Curitiba, p. 38, 2013.

A mama (seio) está atrelada ao princípio da limitação (feminina) “e isso, em oposição ao princípio masculino que ilimita”, significa também a maternidade, o leite, a fecundidade, a suavidade entre outros (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001, p. 809). A imagem do útero (ventre) simboliza a figura da mãe, é um lugar de transformações “comparado ao laboratório do alquimista”, o ventre pode ser um lugar de abrigo, mas também tem um lado devorador, uma vez que “alimenta os filhos, decerto, mas é possível que os conserve no nível infantil e que lhes impeça o desenvolvimento espiritual que os tornaria autônomos em relação a ela” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001, p. 937).

Os signos que trazem essas imagens conservam uma série de significações e estão implícitos nas culturas, ritos e crenças populares. Franco, ao representar a mulher como uma figura provedora da vida, valoriza o lado indispensável da mulher e do seu potencial reprodutivo. Entretanto, desafia as normatizações ao colocá-la nua, ao valorizar o corpo por completo e não só o ventre/útero que gera a vida e assegura o futuro da família, do sobrenome (masculino) e a espécie humana. “O útero, nas obras de Franco, provavelmente é (...) utilizado para enaltecer a figura feminina, capaz de gerar a vida, e essas vidas, por sua vez, gerarem a transformação do mundo” (LIMA, 2016, p. 207).

Paradoxalmente, o ventre/útero ao estar atrelado à ideia de abrigo e, às vezes, representar um lugar de controle — como podemos encontrar em seu significado simbólico —, reverbera um lado negativo que é a superproteção, impedindo a autonomia do filho, mantendo-o na infância. Nesse sentido, se analisarmos a situação do sexo feminino socialmente, perante a estruturação patriarcal, as mulheres, curiosamente, e, inversamente, passam pela mesma limitação/infantilização/superproteção de que são acusadas, ao terem cerceada sua autonomia, sendo demasiadamente “protegidas” (limitadas/aprisionadas), ceifadas de sua independência em relação ao sexo masculino (BEAUVOIR, 1967), sob a desculpa do sexo frágil.

A representação direta da figura feminina, a partir do desenho do corpo na obra de Violeta Franco, não é uma ação tão recorrente. A flora e fauna tornam-se as principais temáticas de atuação, entretanto, a exploração das formas da flor, do fruto e das folhas, somadas a grafismos sinuosos que se expandem para a abstração, podem trazer as significações suscitadas, o que aproxima esses elementos da ideia da sexualidade, da maternidade, da transformação e da feminilidade. Isso é resultado das experiências da artista,

mas também de outras mulheres que assim como ela, eram mães, mulheres que independiam do homem e acreditavam na capacidade de criação e transformação.

Franco, ao representar um nu, refere-se à sexualidade feminina — aquela desligada do olhar masculino como objeto—, valoriza a mulher enquanto provedora da vida que performa o gênero de uma maneira diferente daquela determinada pelas estruturas patriarcais. A obra de arte seria, assim, uma forma de parodiar o gênero e o estereótipo de feminilidade (passivo), nos moldes como Butler (2003) defende, ou seja, há a possibilidade de se pensar o gênero de maneiras múltiplas, distinto das regulações sociais, em que as mulheres podem ocupar diferentes espaços e diferentes papéis sociais.

Seguindo o curso de nossa proposta, falaremos, agora, de outra artista paranaense importante, que transita entre a figuração e a abstração, contemporânea a Franco, é Helena Wong. Nascida em Pequim, em 1938, chamada Mie Yuan em sua terra natal, tem seu nome mudado aos 13 anos, ao chegar ao Brasil, primeiro, no Rio de Janeiro, depois, fixando-se em Curitiba com a família. Ela teve acesso à arte oriental a partir dos 9 anos em Shanghai e, posteriormente, aprendeu arte ocidental em Hong Kong, antes de sua família se mudar para o Brasil. “Sua pintura teve fases diversas e gradualmente passou do figurativo para o abstrato” (WONG, 1965, p. 06).

A artista desenvolveu uma grave doença ainda na infância, artrite reumática, a qual, em diversos momentos, a forçou a ficar acamada devido à mobilidade reduzida que lhe causava. A arte, muitas vezes, funcionou como uma forma de driblar suas limitações físicas e as vastas horas que tinha que estar em repouso. Pela arte ela libertava sua existência, sua alma, que era limitada fisicamente pelo corpo, mas que encontrava plenitude na criatividade, transformando-a em cores, formas, e em felicidade.

A pintora consegue decifrar os enigmas das cores do mundo, por isso se entusiasma com elas durante as horas de trabalho. O que a ajuda decidir o mistério das cores é uma força que há além do corpo. Essa força se manifesta quando ela se entrega ao instante de paixão que é o ato de criatividade. Para Helena Wong, o instante supremo da felicidade é quando se atinge um determinado nível de consciência e se encontra nesse estado uma completa liberdade interior (BENITEZ, 1972, p. s/p).

Aurélio Benitez, como podemos verificar acima, salienta como Wong encontra na arte uma força para manifestar sua criatividade, transformando-a em felicidade, uma força que existe além de seu próprio corpo que, possivelmente, devido suas limitações de mobilidade, nem sempre consegue conduzi-la a todas as instâncias desejadas. A arte para ela é uma liberdade, nesse aspecto, como defende Alfredo Bosi (2004), a arte é uma forma de equilíbrio, de compensação, pois o indivíduo nem sempre atinge isso de maneira natural, e aproxima-se ainda a ideia de *estética da existência* de Foucault, em busca de uma vida mais plena.

Suas pinturas, no início, são intensamente influenciadas pelo Expressionismo, aproximam-se, inclusive, da poética do *Der Blaue Reiter*, um dos grupos expressionistas que avança para uma estética abstracionista, explorando o cosmo e a arte não-objetiva, advinda do interior humano (READ, 2000). A obra de Wong, embora tenha momentos de mergulho na arte abstrata, transita de maneira muito fluída entre a figuração e o abstrato, trazendo elementos importantes e recorrentes como a representação da natureza e do corpo, sobretudo o feminino. Ela mesma diz que em certo ponto, quando esteve mais ligada ao abstracionismo, teve acesso à nova figuração e retoma a representação figurativa, transitando entre os dois estilos (BENITEZ, 1972).

Na obra *O mundo visto através de uma folha* (Figura 5), de 1965, podemos observar como a artista dilui de maneira muito original as formas e cores, projetando a composição para uma estética abstrata. Ela faz uso de cores ocres, aludindo ao Brasil tropical que, além da temática natural insinua a ideia de mistério, não só pelas formas abstratas, mas pela própria grandiosidade da natureza e da vida, no entanto, sem esclarecê-lo. As folhas parecem secas, acumuladas no chão, talvez nos dizendo como a vida pode nos levar de um canto ao outro, através do vento e como as folhas murcham e secam, simbolizando os ciclos da vida, não só da árvore, mas também de todo os seres viventes. Como vimos, anteriormente, o significado da folha pode nos remeter à felicidade, à coletividade, à união e à abundância, afinal, as folhas quando estão em seu auge, demonstram que a natureza está viva, preste a florescer e dar frutos, aludem à prosperidade.



Figura 5 - Helena Wong, O mundo visto através de uma folha, 1965, óleo sobre tela, 100 x 120 cm.

Fonte: Encarte de exposição: Helena Wong: A trajetória de uma paixão, Museu Oscar Niemeyer, 2005.

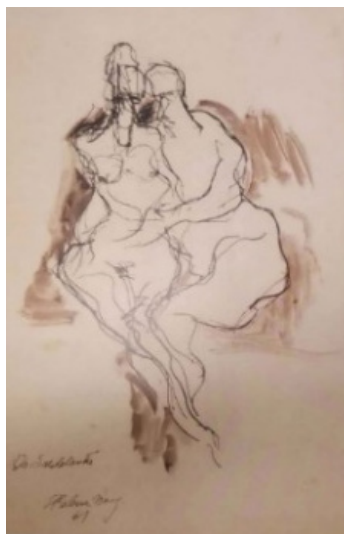


Figura 6: Helena Wong, As insolentes (duas figuras femininas), 1961, nanquim sobre papel, 33 x 24 cm.

Fonte: Catálogo de Exposição - Helena Wong: Trajetória de uma paixão, Museu Oscar Niemeyer, p. 61, 2005.

No caso da obra de Wong, ela tece as folhas já num estágio que su-

gere o transformar, a fragilidade, o aproximar do inverno, que marca o fim de um ciclo, por isso que as folhas caem para depois ressurgir. Isso nos faz refletir aos significados ligados à sua própria existência, à fragilidade que apresenta seu corpo, dos ciclos que ora a tornam limitada pela doença e em outros momentos apresenta melhoras. Sobre sua obra Fernando Velloso destaca:

Sua obra é repleta de reminiscências, de sonhos, de fantasias e inquietações que ela reúne e mescla com sua visão da realidade [...] Helena Wong é dotada de uma sensibilidade exacerbada que gera momentos de grande entusiasmo e de explosiva vitalidade que a fragilidade de seu corpo não consegue conter. Seguem-se quando sua vida se aproxima do fim, períodos de agonia e depressão profunda. Nesse período, a artista se mantém ainda mais apegada à sua pintura, que resta para ela como a única fresta através da qual ainda olha o mundo (VELLOSO, 2005, p. 06).

A arte é uma fuga e ao mesmo tempo uma motivação diante do mundo e das limitações que pode oferecer, especialmente a ela, quando o corpo não reage com a mesma intensidade de sua criatividade, vivacidade e inspiração pela liberdade. Wong, assim como Franco, tem uma ligação com a natureza, com as formas e cores do Brasil tropical. Elas compartilham de uma energia, de uma inquietação que se torna o combustível de suas criatividades e trajetórias, tornando suas obras originais e em constante dinamismo.

A presença da figura humana, nas obras de Wong, é também algo muito latente. Diferente de Franco, que metaforiza as formas da natureza unindo-as em alguns momentos com a forma humana, feminilidade, fertilidade e maternidade, ela exhibe as formas corpóreas, sobretudo as femininas, de maneira mais incisiva e não apenas esporádica como aparecem em Franco.

Na obra *Sem título*, de 1967 (Figura 7) e *Nu* (detalhe), de 1973 (Figura 8), é possível observarmos como Wong transita entre o abstracionismo e a figuração. Em ambas as obras, mesmo em momentos afastados no tempo, percebemos que ela mantém o uso das cores tropicais e a representação da figura humana, especialmente a mulher. Sua poética é transitiva, indo e voltando entre o desenho simplificado/fragmentado/deformado, abstraído, e em

outros momentos com maior detalhamento e nitidez. Suas obras entre 1960 e 1980, às vezes, aparecem fragmentadas, enfatizando o rosto e as feições, em um emaranhado de cores e formas que confunde as figuras principais com o fundo. Em outros momentos como em *Nu*, ela representa o corpo de maneira integral, mas continua explorando as massas de cores e a luminosidade, tanto na personagem em primeiro plano como no fundo que se mantém abstrato.]



Figura 7: Helena Wong, Sem Título, 1967, óleo sobre tela, 98 x 110cm.
Fonte: Catálogo de Exposição - Helena Wong: Trajetória de uma paixão, Museu Oscar Niemeyer, p. 57, 2005.

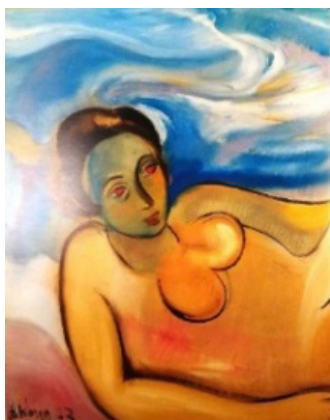


Figura 8: Helena Wong, Nu (detalhe), 1973, óleo sobre tela, 52 x 67cm.
Fonte: Catálogo de Exposição - Helena Wong: Trajetória de uma paixão, Museu Oscar Niemeyer, p. 61, 2005.

Na obra *Sem título*, de 1967, a imagem é mais densa (carregada), sobretudo quanto ao uso de cores fortes (misturadas) e a sobreposição das formas. Esse aspecto é intensificado devido à disposição dos rostos, muito próximos, que se entrelaçam, apresentado feições que nos remetem à ideia de surpresa, felicidade, seriedade, tristeza, medo, entre outras. Essas figuras antropomórficas deixam resquícios da imagem feminina, algumas com cabelos longos, que se confunde com outras e com o fundo, além de rostos mais finos e estruturas que podem indicar a feição da mulher.

O uso das cores vibrantes como o amarelo ocre e tons de vermelho deixa o lado direito mais carregado visualmente; já o lado esquerdo, tem um aspecto mais suave em termos de cores, lembram até as imagens fauvistas⁹ com o uso de cores irreais e em padrões recorrentes, remetendo a uma atmosfera mais positiva. Essas fisionomias, que mudam de estado de espírito entre vários sentimentos, às vezes suaves (positivas) e outras tensas (negativas), podem suscitar as próprias experiências da artista, como os desafios físicos que enfrenta devido à doença, causando-lhe aflição, angústia e depressão, mas encontrando na arte uma válvula de escape. Além disso, não podemos deixar de considerar a própria realidade no qual esteve inserida, num Brasil patriarcal, no qual a mulher não era valorizada como produtora de arte, e com um papel social específico, como esposa/mãe/filha. Ademais, era uma artista de estética moderna, estrangeira e que foi criada no interior do Brasil, além de mulher tinha que enfrentar todos esses rótulos. Há também, nesta época, uma realidade política complexa, como a censura à arte e à liberdade de expressão, propagada pelo regime militar (FREITAS, 2013), questão que gerava uma certa tensão sobre o trabalho do(a)s artistas.

Em *As insolentes*, de 1961 (Figura 6) e *Nu*, de 1973 (Figura 8), temos a representação da imagem feminina, desta vez não fragmentada. Na primeira, os traços estão simplificados e com ênfase nos contornos, sem cores; na segunda, uma figuração mais detalhista e com massas de cor que destacam os volumes, formas e texturas, mantendo seu expressionismo nos tons azulados sobre o rosto, nos olhos vermelhos e nas formas corporais sinuosas, nem sempre proporcionais. Temos uma continuidade do abstrato, mesmo que de modo secundário, quando observamos as formas não naturalistas em segundo plano.

9. Movimento Francês, oficialmente iniciado em 1905 e considerado como o expressionismo francês (READ, 2000).

Nota-se, nessas obras, uma valorização do corpo da mulher, um aceno à representação da sexualidade, só que agora do ponto de vista de uma mulher e não do olhar masculino. Em *As insolentes*, as figuras femininas parecem se acariciar, se beijar, mas tem esse gesto censurado com uma mancha negra sobre os rostos. Wong faz uma alusão ao carinho (e amor) entre mulheres e a mancha simboliza a censura dessa ação perante a sociedade da época, que considera a homossexualidade como um desviar da normatividade moral.

Nas duas representações ela trabalha com a figura feminina despida, na obra *Nu*, talvez se torne ainda mais chocante o apelo à sexualidade e a valorização do corpo, pois ela trabalha com uma forma mais detalhada com o emprego das cores e de mais detalhes. Proporcionalmente, a esse seu apelo, enaltecimento do corpo e a sexualidade feminina, podemos ter o espanto do público, ao verificar as mulheres despidas, algo comum em suas obras nesse período, mas não tão comum de ser representada por uma mulher e sem a ligação com a ideia de Vênus ou musa, mas a ideia de mulheres ordinárias/reais. Como Franco, percebemos um exercício de Wong pela representação da feminilidade, do corpo e da sexualidade, o busto também aparece com certa ênfase em ambas as artistas, e, como já vimos, tem um significado interessante, quando pensado culturalmente, pois é o órgão que amamenta o recém-nascido, ligado à fecundação e à limitação (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001). Em Wong, o apelo à sexualidade fica evidente ainda na década de 1960, quando destemida da crítica e do próprio julgamento social, resolve ilustrar duas mulheres se beijando, o que alude à homossexualidade.

Tanto Franco como Wong não emplacam uma bandeira feminista e não mensuram verbalmente (pelo menos não de modo exacerbado) as significações de suas obras, pois exploram e se movem pelo lirismo, criatividade e pelas sensações pessoais e capitadas no seio de suas experiências. Mas é notável que já valorizam a mulher, seus corpos, seus desejos e também sua função biológica de gestar a vida, seja mais explicitamente, nas alusões entre o fruto e o útero, o ventre e o busto que amamenta, ou mais sugestivas nas formas corpóreas representadas por Wong, nas quais as formas do corpo como um todo, entre elas os seios, recebem destaque, a partir das cores, luminosidades ou deformidades.

Essas produções podem ser entendidas como formas de enfatizar as subjetividades das artistas, mas também as experiências que orbitam entre a individualidade e as relações com a vida coletiva, social, cultural e política.

Não é segredo que as mulheres sofrem cerceamentos devido a uma diferença sexual implantada há muito tempo, cuja função e espaço nem sempre são equitativos em relação ao masculino. Essas limitações e cerceamentos podem eclodir de diferentes formas, inclusive, por meio daquilo que é visível, ou seja nos textos imagéticos.

Franco e Wong apresentam trajetórias como mulheres e artistas que se diferenciam, que irrompem as normatizações, seja no âmbito estético de decidirem se guiar por uma estética de cisão com o acadêmico, seja na forma como decidem representar, como por exemplo, a mulher, seus corpos, a sexualidade entre outras questões e temáticas. Se considerarmos as noções de estética da existência de Foucault e da escrita de si, do mesmo autor, talvez essas produções sejam formas de mensurar não só a si mesmas, mas as experiências singulares de cada uma delas e as que também estão no âmbito coletivo. A temática da sexualidade, o lugar público que as artistas conquistam como produtoras de arte são questões complexas e, muitas vezes, mal compreendidas no momento em que elas viveram.

Elas performam o gênero feminino de maneiras que nem sempre seguem a estruturação tradicional, ocupam o espaço público por meio da arte e deixam transparecer suas ideias, opiniões e intimidades de um modo que não era comum ser feito por mulheres. Elas deveriam se limitar ao papel de mães, esposas e aos afazeres domésticos (BEAUVOIR, 1967), mas superaram essa barreira social. Se considerarmos a ideia de *performatividade* de gênero, valorizando o que Butler compreende por gênero como uma criação social, podemos visualizar Franco e Wong negociando a forma convencional de performar o gênero feminino. Elas ocupam espaços, externam por meio da imagem o valor que a mulher, seu corpo e sua sexualidade apresentam. Enaltecem o Brasil tropical, a mulher brasileira, mas também se referem às próprias vidas, aos seus desafios, às perturbações, às inquietudes e suas superações.

Não podemos esquecer que ambas produziram diante de questões muito peculiares, sobretudo o de serem mulheres, conquistando espaços na produção de uma arte considerada de cisão, no interior, rumo a uma estética moderna, frequentemente, mal compreendida no Paraná e no Brasil das décadas de 1960-1980. Escolhem serem livres, transitam entre o figurativo e o abstrato, fato ainda mais polêmico na Curitiba da segunda metade do século XX (FREITAS, 2003).

Elas se desafiaram a sair do Paraná, desejando novas experiências e aprendizagens, cada qual com subjetividades específicas, passando por momentos de adversidades e de superação. Violeta Franco residiu em São Paulo por quase 15 anos, entre 1957 e 1970 e Helena Wong no Rio de Janeiro, entre 1963 e 1970 (FRANCO, 1984; WONG, 2005; WONG, 1978). Essa experiência de morarem em grandes centros urbanos, onde a arte acontecia a partir de vários grupos, movimentos e estilos cada vez mais dinâmicos, diferente de Curitiba — que ainda era uma cidade artisticamente e culturalmente conservadora (VELLOSO, 1984) —, deve ter contribuído de maneira importante no desenvolvimento de novas experimentações.

Na obra de Franco, a guinada para uma obra mais próxima do abstracionismo e o desenvolvimento de sua principal temática de pesquisa inicia, justamente, na década de 1960, quando ela residiu em São Paulo. Como já salientamos, ela transitou por vários lugares de arte, como o Museu Assis Chateaubriand, conhecendo intelectuais, artistas e atores, abrindo seus horizontes poéticos e instigando o desenvolvimento de uma arte cada vez mais original. Quando ela decide sair do Paraná, busca novos desafios e encontra em São Paulo diversas experiências, tanto na vida pessoal como na arte. As cores e a abstração de Franco parecem apresentar uma tênue aproximação com a obra de Robert Delaunay, sobretudo no uso da luminosidade (BINI, 2013). Quando Franco passa a residir em São Paulo, adentra num mundo muito efervescente, onde as bienais e exposições de estética moderna eclodem, ampliando as possibilidades de pesquisa e transmutação estética.

A artista Helena Wong, quando decide se transferir para o Rio também pensando na expansão da sua carreira, já desenvolvia uma arte que se estendia à abstração, diferente de Franco que desenvolve em São Paulo sua tendência abstracionista. Wong, quando chegou no Rio, teve contato com o artista Ivan Serpa e com a nova figuração, retomando assim, a representação figurativa, porém nunca abandonou seus mergulhos pela abstração e sua paleta de cores, mas incorporou as tonalidades tropicais do Brasil (BENITEZ, 1972).

Franco e Wong, talvez por terem saído do Paraná e adquirirem influência de ambos os estilos (figurativo e abstrato), conseguem conciliá-los, destacando-se como artistas mulheres e modernas que realizam uma arte transitória. Elas aproveitaram todo o potencial da figuração expressionista, expandindo-se para a abstração, fragmentação e exploração da luminosidade do Brasil tropical.

Considerações Finais

A arte produzida por Violeta Franco e Helena Wong apresenta uma importante página da história da arte moderna paranaense, pois além de apresentarem uma estética de cisão com os cânones, conjugam ainda a figuração e a abstração, comunicando experiências diversas que orbitam entre a individualidade e a coletividade. Embora não tenham se desenvolvido a partir de um movimento de arte feminista, é possível notar que suas obras tratam de questões importantes, que também fizeram parte da pauta feminista, como a valorização do corpo, o enaltecimento da sexualidade da mulher não, obrigatoriamente, atrelada ao sexo e ao olhar masculino.

Além disso, ambas produzem arte com o intuito de comunicar suas experiências e subjetividades, contudo, nunca desconectadas de suas realidades, da cultura e do social, aproximando-se da ideia de escrita de si e do cuidado com o outro. A arte é uma forma delas encontrarem alternativas para driblar as adversidades pessoais e as limitações sociais. Como defende Foucault, a busca pela verdade, aquela que possibilita a plenitude e a liberdade rumo a uma vida bela (FOUCAULT, 1985). Suas composições surgem como um exercício de reflexão, individual e coletiva, possibilitam o debate e a crítica, especialmente, a valorização da opinião feminina e de questões até então consideradas tabu, como o nu, a sexualidade da mulher e a ocupação dos espaços públicos, por intermédio da arte, não como objetos de observação, mas como produtoras culturais, aproximando-se do que defende a historiadora da arte feminista, Griselda Pollock (2019).

Elas performam o gênero feminino de maneiras diferentes por meio da imagem pictórica, negociam com as estruturas historicamente estabelecidas, abordam temáticas e ocupam o espaço público superando os estereótipos de feminilidade. Como defende Butler (2003), o gênero pode ser parodiado, e elas negociaram com esses marcadores de gênero que pareciam até então inflexíveis. Expandem seus papéis sociais, superando a ideia de que a mulher deva atuar apenas no âmbito privado/familiar como filha, esposa e mãe.

São artistas incansáveis, pois mesmo se deparando com inúmeras limitações, como a cisão estética, a cisão com os parâmetros sociais da feminilidade, são também mulheres, artistas e do interior - Wong, além disso é estrangeira. São vários desafios, que não são suficientes para inibirem seus discursos que se manifestam por intermédio da imagem, projetando suas obras,

mas também a produção feminina paranaense e moderna como importantes e parte de uma História da Arte Nacional, muitas vezes pouco mensurada.

Referências

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENITEZ, A. Helena Wong e a sua pintura de magia acolhedora. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 22 out. 1972.

BINI, F. A. **Violeta Franco: a “Garaginha” e a artemoderna no Paraná** - Catálogo de exposição 06 jun. 10 nov. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2013.

BOSI, A. **Reflexões sobre a Arte**. 7ª. ed. São Paulo: Ática, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. **Dicionário crítico de gênero**. 2ª. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos Sistemas de pensamento - História dos Sistemas de**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política - Seleção e organização de textos Manoel Barros da Motta**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. D. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRANCO, V. **Entrevista concedida a Suzana Lobo no Museu Guido Viáro**. Centro de Documentação do Museu de Arte Contemporânea do Paraná. Curitiba, p. 13. 1978.

FRANCO, V. **Depoimento da Artista Plástica Violeta Franco**. Arquivo do centro de documentação do Solar do Barão. Curitiba, p. 20. 1984.

FRANCO, V. **Debata de Violeta Franco com Sueli Desmachier e Elizabeth Tilton**. Museu de Arte Contemporânea do Paraná. Curitiba, p. 01-10. 1985.

FREITAS, A. A consolidação do moderno na história da arte do Paraná: anos 50 e 60. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, p. 87-120, Inverno 2003. ISSN 2.

FREITAS, A. Memória e esquecimento: Adalice Araujo e a invenção da arte paranaense. In: COSTA, H.; PEGORARO, J. W.; FILHO, M. S. **O Paraná pelo caminho: Histórias, trajetórias e perspectivas**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2017. p. 152-187.

LIMA, M. M. **A cor e a flor na obra de Violeta Franco: Arte Moderna Paranaense (1950-1980)**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá - UEM. Maringá, p. p. 220. 2016.

MUSEU OSCAR NIEMAYER - MON. **Catálogo de Exposição: Helena Wong: Trajetória de uma paixão**. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2005.

NOCHLIN, L. **Por que não houve grandes mulheres artistas**. São Paulo: Edições Aurora, 2016.

PANOFSKY, E. **O significado das artes visuais**. 3º. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PAREYSON, L. **Os problemas da estética**. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

POLLOCK, G. **Visión y diferencia: Feminismo, feminidad e historias del arte**. Buenos Aires: Fiordo, 2019.

READ, H. **Uma história da pintura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VELLOSO, F. Depoimento de Fernando Velloso. In: FRANCO, V. **Depoimento da Artista Plástica Violeta Franco**. Curitiba: Centro de documentação e pesquisa do Solar do Barão, 1984. p. 01-20.

VELLOSO, F. In: WONG, H. **Exposição: Helena Wong: Trajetória de uma paixão, encarte de exposição**. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2005.

WONG, H. **Exposição: Helena Wong - obras recentes (encarte)**. Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 16 set. a 02 out. São Paulo. 1965.

WONG, H. **Helena Wong: Pinturas, encarte de exposição - 19 a 30 junho**. Rio de Janeiro: Galeria Sergio Millet - FUNARTE, 1978.

WONG, H. **Exposição: Helena Wong: Trajetória de uma paixão, encarte de exposição**. Oscar Niemeyer. Curitiba. 2005.

TERCEIRA PARTE

História Rural,
Natureza e
Movimentos
Sociais

A Revolta dos Colonos de 1957 nas Fotorreportagens da Revista O Cruzeiro¹

TIAGO ARCANJO ORBEN²

Introdução

Este texto procura analisar as fotorreportagens produzidas pela Revista *O Cruzeiro* sobre o levante social ocorrido em outubro de 1957 no Sudoeste do Estado do Paraná. A Revolta de 1957 é um levante em que colonos, reconhecidos enquanto posseiros, conquistam suas propriedades. Os colonos que chegam à região nas décadas de 1940 e 50 encontram um contexto peculiar de indefinições jurídicas pela terra. Na condição de posseiros são obrigados a organizarem-se com o intuito de reivindicar o que lhes era de direito, a terra, que foi conquistada durante os dias 09, 10 e 11 de outubro em levantes nos municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema e Santo Antonio do Sudoeste – região de fronteira com a Argentina – em oposição a algumas companhias colonizadoras que se diziam detentoras das terras em questão.

1. Esse texto é um dos resultados da pesquisa de doutorado defendida no PPGH da PUC/RS. Orientador: prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins. A pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

2. Doutor e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). E-mail: tiagoarben@gmail.com

Este levante social envolveu diferentes interesses, no campo social, político e econômico. Tais aspectos inserem-se em um contexto específico de disputas pela terra. Em um contexto em que as lutas camponesas começam a ter destaque no Brasil, os colonos obtêm sucesso, contrariando o cenário que se apresentava em nível estadual e nacional para o período.

A questão jurídica da terra colocou em lados opostos os colonos e as companhias de terras, Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. – CITLA, além de suas subsidiárias Apucarana e Comercial. Na maioria dos casos, esses colonos eram apenas posseiros, não tinham o título da terra. Migrantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de outras regiões do Paraná, chegavam à região incentivados pelo programa político governamental criado por Getúlio Vargas, “Marcha para o Oeste”. Desta forma, com o auxílio da então criada Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO -, ocorreu a “ocupação intensiva” da região, em grande medida nas décadas de 1940 e 50 (GOMES, 1986, p.16). Neste contexto, as companhias CITLA, Apucarana e Comercial com o apoio do então governador do Paraná, Moyses Lupion, decidem “colonizar” estas terras, cobrando dos colonos, por meio de jagunços, o título que elas diziam possuir, o que acaba desencadeando os levantes em outubro de 1957.

Diante disso, as fotorreportagens que analisamos referem-se aos dias decisivos destes levantes. Problematizamos as formas como esses levantes são representados, os colonos e as lideranças políticas envolvidas. Para tanto, questiona-se o que faz o periódico que no período tinha grande circulação nacional a dedicar duas edições³ sobre esta revolta social em uma região distante de grandes aglomerados urbanos. Pretende-se discutir a relação texto imagem, questionando quem produziu estas fotografias e em que contexto elas são inseridas nos textos das fotorreportagens.

Essa análise pretende contribuir para o conhecimento e o debate sobre o conflito de 1957. Nesse sentido, cabe registrar que sobre esse evento há uma considerável produção historiográfica, da qual ressaltamos os estudos de Abramovay (1981), Amâncio (2009), Battisti (2006), Dambros (1997), Feres (1990), Gomes (1986), Koling (2018), Lazier (1983), Martins (1986), Poli (2009), Rippel (2012) e Wachowicz (1985).

3. Cabe considerar que neste capítulo trabalharei apenas uma destas edições. Isso porque até o momento só encontrei uma destas fotorreportagens, apesar de saber da existência da outra que é datada do dia 12 de outubro de 1957.

Fotografia e cultura visual

Antes de apresentar as fotorreportagens e tecer considerações sobre elas, é importante apresentar alguns aspectos teóricos envolvendo o uso de fotografias na produção do conhecimento histórico. Além disso, considera-se que ocorreu uma significativa mudança ao longo do século XX, relacionada aos usos e funções da fotografia e ao seu circuito social, na produção, circulação e consumo da imagem fotográfica (MAUAD, 2008, p.35).

Ulpiano T. Bezerra de Meneses, em seu trabalho “Rumo a uma ‘História visual’”, procura expor elementos que devemos incorporar da visualidade “como dimensão possível de ser explorada em qualquer dos segmentos coerentes da História”. Neste sentido, indica alguns quadros para uma história visual:

A meu ver, um dos principais pré-requisitos para que a História, sem arrefecer seus recentes compromissos com as “fontes visuais”, passe também a considerar a dimensão visual presente no todo social, seria a organização paulatina de um quadro de referenciais, informações, problemas e instrumentos conceituais e operacionais (inclusive para cruzamento de dados), relativos a três grandes feixes de questões: o visual, o visível, e a visão. Sem essas coordenadas, pouco se sairia do vôo cego, em que as vezes as nuvens permitem entrever somente pequenas paisagens desconexas (MENESES, 2005, p.35).

De acordo com Meneses, a História deveria ter como um dos pré-requisitos a dimensão visual junto ao social. Processo que pode ser colocado em prática com a organização de “quadros referenciais”, informações, problemas e instrumentos conceituais, os quais, devem ser relativos a três importantíssimos feixes de questões, notadamente, o visual, o visível e a visão. Pautado nestas coordenadas, a análise das fotorreportagens pode nos fazer refletir sobre os circuitos visuais e posteriormente nas próprias imagens e no que elas procuram constituir, de acordo com o “mosaico” estabelecido entre texto e imagem.

Considera-se estas questões também a partir do trabalho de Anna Maria Guash, que se propõe pensar novas regras para uma “nova história da arte” junto aos estudos audiovisuais. Dentre as regras que a autora procura

ponderar, a que mais me chama atenção diz respeito ao visual entre o cultural e o social:

Si se considera que la visión es un modo de expresión cultural y de comunicación humana tan fundamental y tan generalizado como el lenguaje, de ello se deduce que la Cultura visual no se alimenta sólo de la “interpretación de las imágenes”, sino de lá descripción del campo social de la ‘mirada (GUASH, 2005, p.65).

Essas considerações permitem pensar a interpretação das imagens pelo seu protagonismo, enquanto sentido que procura expor. Ou seja, os historiadores devem ficar atentos não só ao que as imagens significam, mas, sobretudo, o que elas querem ou que sentido elas procuram constituir, para além da sua significação enquanto mera reprodutibilidade.

Este sentido está implícito na análise das fotorreportagens selecionadas neste capítulo. A fotorreportagem procura representar o Sudoeste do Paraná com certa significação social, não como mera reprodutibilidade de uma realidade existente e que somente se expõe o “real”. Interpõem-se neste momento as noções de visível e visual que Meneses nos alertou. O visual entendido como o “conjunto de imagens-guia, de uma sociedade num dado momento e com o qual ela interage”. Notadamente, o periódico em questão procura expor essas “imagens guia”, que considera enquanto reprodutibilidade representante da região Sudoeste do Paraná e do movimento social (MENESES, 2005, p.35).

Por outro lado, o visível se apresenta como o campo do poder do dar se a ver, como processo natural e inverso do invisível (MENESES, 2005, p.35). Notadamente mostrar os colonos com a bandeira do Brasil – como veremos na sequência do trabalho – e não com a bandeira de um movimento social, é pautado nas noções de poder que o periódico ostenta e que orienta sua organização visível da época. O que não deixa de considerar a organização do campo do visível na época como algo mais amplo, com o periódico inserido em um contexto, do qual faz parte e que tem seus parâmetros visuais e de circulação, em uma imprensa que obedece aos padrões visuais dos grandes periódicos que circulavam na época.

Além disso, não podemos esquecer os aspectos referentes ao olhar técnico ou o “olhar do fotógrafo”, de acordo com os preceitos do periódico

e que é complementado pelo texto, na formação do mosaico que constitui a fotoreportagem (MENESES, 2005, p.35).

Ao considerar a fotografia enquanto fonte, também se elenca as considerações de André Rouillé em relação ao contexto de aparecimento da fotografia:

[...] a fotografia apareceu com a sociedade industrial, em estreita ligação com seus fenômenos mais emblemáticos – a expansão das metrópoles e da economia monetária, a industrialização, as modificações do espaço, do tempo e das comunicações –, mas, também, com a democracia. Tudo isso, associado a seu caráter mecânico, fez da fotografia, na metade do século XIX, a imagem da sociedade industrial, a mais adequada para documentá-la, servir-lhe de ferramenta e atualizar seus valores (ROUILLÉ, 2009, p.16).

Rouillé sinaliza que a sociedade industrial moderna do século XIX atuou enquanto possibilidade para a expansão da fotografia. Com isso, os processos que sucedem a “expansão das metrópoles”, a industrialização e as modificações do espaço, foram um campo fértil para a fotografia se tornar a “imagem da sociedade industrial”. Rouillé procura ponderar que a fotografia convinha à sociedade industrial moderna, enquanto, com certo ceticismo, indica que ela dificilmente responda “às necessidades de uma sociedade informacional” (ROUILLÉ, 2009, p.16).

Considera-se importante avaliar o valor que a fotografia adquire com seu aparecimento junto à sociedade industrial moderna. Cabe elencar que a mesma, no século XX, com a expansão do fotojornalismo, acaba por ganhar uma dimensão global, vislumbrando variados campos da sociedade, inclusive e principalmente na dimensão política da sociedade, conforme será exposto no desenvolver deste trabalho.

Assim, procura-se pensar também na fotografia enquanto dimensão política da cultura visual. Alguns destes aspectos podem ser vistos em um dos trabalhos de Ana Maria Mauad, que sugere o surgimento e a consolidação de uma atividade fotográfica associada à produção de uma documentação social de caráter visual. Mauad (2008) elabora essas considerações ao fazer um estudo comparativo dos trabalhos documentaristas de Sebastião Salgado e Genevieve Naylor.

Suas considerações permitem pensar como “a linguagem fotojornalística foi se definindo no regime visual contemporâneo, a partir das relações da analogia e da experimentação formal com o referente, organizando, em diferentes espaços de sociabilidade, os locais de seu aprendizado” (MAUAD, 2008, p.36). Além disso:

Em compasso com a configuração de uma cultura visual plural e diversificada, no decorrer do século XX, a questão social também emergiu na cena pública, de distintas maneiras e em diferentes locais, alimentada pelos movimentos sociais e políticos de procedências e tendências também variadas: do movimento operário às demandas de liberdade sexual, passando pelas lutas dos direitos civis, pelos movimentos pós-coloniais etc, tudo isso captado por profissionais atentos ao calor do acontecimento (MAUAD, 2008, p.36).

Mauad situa o contexto de configuração de uma cultura visual plural e diversificada, em um momento em que a “questão social” emerge em diferentes locais. Pode-se substituir seus exemplos do “movimento operário” ou da “liberdade sexual”, pelo movimento social que *O Cruzeiro* privilegia. Junto a isso, deve se considerar a linguagem do fotojornalismo que se difundia no Brasil, a qual, no exemplo aqui trabalhado, procura expor as várias faces do país. Mauad destaca este contexto privilegiando os trabalhos de Salgado e Naylor, demonstrando a “capacidade da linguagem fotográfica em agenciar um discurso político”, que colaboraria tanto para uma “opinião pública sobre o que se registra, como cria, um imaginário social sobre seus objetos de registro” (MAUAD, 2008, p.37).

Evidentemente o discurso agenciado na cena pública do Sudoeste paraense e mesmo nacional se valeu dos registros dos periódicos presentes no dia do levante. Ao mesmo tempo, a própria revolta passa a ser referenciada e rememorada a partir das imagens que circularam na imprensa, como bem afirma Mauad (2008), cria-se um “imaginário social” acerca do acontecido com referência aos objetos de registro.

O Cruzeiro: a expansão da fotorreportagem no Brasil

A revista *O Cruzeiro* nasce com pretensões de ser um periódico de grande circulação nacional e que fosse reconhecida enquanto referência na imprensa ilustrada. Porém, de início toda esta ambição não ficou evidente. Somente nas décadas de 1940 e 1950, após passar por diversas reformulações e adequações, a revista firmou-se como a principal referência e grande influência da sociedade civil brasileira.

O período em que a revista consegue grande abrangência nacional é caracterizado pelos trabalhos de Jean Manzon e David Nasser, agenciados por Frederico Chateaubriand, sobrinho de Assis Chateaubriand, no início dos anos 40. Conforme Helouise Costa:

A Revista *O Cruzeiro*, no editorial do primeiro número, trouxe a público a promessa de colocar-se como a mais completa e mais moderna publicação do gênero produzida no Brasil. Esta se tornaria de fato uma meta perseguida ao longo das três décadas seguintes. Lançada no final de 1928, às vésperas da revolução de 1930, *O Cruzeiro* teve sua história vinculada ao processo de modernização da sociedade brasileira na primeira metade do século XX, além de ter sido fortemente marcada pelas contradições inerentes à implantação do sistema de comunicação de massa do Brasil (COSTA, 2012, p. 08).

Cabe registrar o contexto de implantação da comunicação de massa no Brasil. Em um país marcadamente rural, em que os periódicos tinham circulação quase que exclusivamente em capitais, *O Cruzeiro* aparecia com um projeto ambicioso, em um momento em que o rádio também ganhava espaço na comunicação de massa e a ideia de globalização das comunicações ainda estava sendo gestada no Brasil. Neste contexto, Assis Chateaubriand recorre ao então ministro da fazenda Getúlio Vargas com a intenção de angariar recursos para uma “revista de circulação nacional”, que ao mesmo tempo deveria ter qualidade gráfica superior as existentes no Brasil naquele período.

Com o apoio financeiro do governo federal, nas primeiras edições a revista passa a abordar assuntos variados, tanto de contexto nacional como internacional. Helouise Costa salienta que nesta primeira fase da revista, que vai até o início dos anos 40, o espaço das fotorreportagens era predomi-

nantemente visual, com muitas imagens, às vezes desconexas e pouco texto, indicando que “frequentemente o resultado eram páginas confusas, formadas por agrupamentos de imagens, que não atingiam uma universalidade de composição” (COSTA, 2012, p.14).

Cabe registrar também a influência das revistas estrangeiras, como a francesa *Vu* e a norte americana *Life*. Segundo Costa, essa influência aparecia, tanto nas reportagens, como nas capas ou nos modelos de imagens utilizados.

A respeito da concepção de uma revista de abrangência nacional, de acordo com Marlise Regina Meyrer, o que está por detrás deste projeto, de uma revista de grande circulação nacional, é “a construção e difusão das representações sociais na revista *O CRUZEIRO* como parte de um projeto civilizatório para a nação, que não se limitava ao econômico, mas também e, fundamentalmente, ao âmbito cultural”. O qual seria expresso nas fotorreportagens a partir da construção de um ideal, pelo qual, a sociedade brasileira seria pautada e na qual deveria se reconhecer (MEYRER, 2007, p.13).

Para a autora, as representações sociais apresentadas na revista não remetiam apenas ao econômico, mas, também ao âmbito cultural e porque não político, considerando a mesma, de acordo com o posicionamento de seus proprietários, representante de um “liberalismo excludente e conservador”. Esse aspecto político liberal pode ser colocado ao lado da fotorreportagem selecionada neste capítulo, ou seja, serão apresentadas considerações para tentar entender a presença deste periódico neste movimento social no Sudoeste do Paraná.

Voltando para a constituição da revista e sua expansão a partir de duas fases, reporta-se novamente ao trabalho de Costa, que salienta a troca na direção da revista e o novo direcionamento que a mesma ganha:

Freddy, como era conhecido o sobrinho de Assis Chateaubriand, montaria uma equipe jovem, não apenas com profissionais de reconhecido talento, mas também com desconhecidos, em cujo potencial ele ousaria investir. Quanto à forma de trabalho, implantou uma nova mentalidade gerencial, por meio da racionalização e da profissionalização das atividades e, ao mesmo tempo, do estabelecimento de um clima de cooperação favorecido pelas reuniões semanais em que promovia discussões em equipe (COSTA, 2012, p.17).

Deve se considerar a constituição de uma “equipe” com Freddy na direção. O sobrinho de Assis Chateaubriand “não escrevia bem, não fotografava” e também não fazia a edição da revista. Porém, tinha contatos e não hesitou em reformular o periódico, para torná-lo ainda na década de 40 na revista que seu tio sonhava desde fins da década de 20, com grande circulação nacional, uma boa equipe de trabalho e qualidade na edição e impressão.

É importante frisar que este projeto, de elaboração de uma revista de grande circulação nacional, também tinha como ambição mostrar as várias faces do Brasil. Na década de 40, não raras às vezes, o próprio Assis Chateaubriand acompanhado de fotógrafos aparecia na revista em diferentes locais do Brasil, com atenção especial para com as populações indígenas. Um exemplo constantemente citado e que teve grande repercussão nacional, foram as fotorreportagens atribuídas à índia Diacuí na década de 50. Com enredo similar a uma fotonovela, a revista dedica edições especiais para a trajetória desta índia, em um claro projeto de aculturação de valores que os indígenas deveriam ser submetidos, o qual era incompatível com o que a Revista pregava de nação desenvolvida (COSTA, 2004, p.1, 2).

Sobre a variedade de conteúdos que o periódico privilegiava, para além das fotorreportagens, existiam espaços para uma enorme variedade de interesses:

De todas as revistas ilustradas fundadas no Brasil, segundo o modelo da fotorreportagem, *O Cruzeiro* foi a mais bem-sucedida, como atestam incomparáveis tiragens entre as décadas de 1940 e 1950, a abrangência do projeto editorial e a competência dos profissionais que nela atuaram, tanto no fotojornalismo, foco do nosso interesse, quanto no jornalismo escrito, nas colunas de opinião, nas crônicas, nos romances e novelas publicados em capítulos, sem deixar de lembrar o terreno das ilustrações, charges e caricaturas (COSTA, 2012, p.17).

A qualidade que Freddy tanto prezava refletiu na competência dos profissionais que atuaram na revista. Não só o fotojornalismo ganhou destaque, mas também outros conteúdos, conforme delineado por Costa. *O Cruzeiro* apresentou uma qualidade editorial e material impensável para o Brasil das décadas de 40 e 50, o que de acordo com Meyrer, ao referenciar Accioly Netto, mostrou-se um campo fértil a publicidade, a qual “ocupava 20% do espaço

da revista”. Além deste espaço, também ganhava destaque “uma variedade de colunas e seções tratando de diferentes temáticas”. Como o “amplo espaço ao público feminino em seções”. Além de “espaços voltados ao humor e ao cartum”, sem esquecer os contos de novela e as seções de política que sempre estiveram presentes (MEYRER, 2007, p.34).

O contexto apresentado permite uma apreensão não só do momento em que o periódico se desenvolve, mas também dos grupos que estão por detrás da produção de cada edição e o que ambicionam representar.

O Cruzeiro e a cobertura do levante dos colonos de 1957

Como afirmamos anteriormente, a revista *O Cruzeiro* publicou duas foto-reportagens sobre o levante dos colonos de 1957 no Sudoeste do Paraná. A primeira edição é de 12 de outubro de 1957, dois dias após os levantes e a expulsão das companhias “colonizadoras”. Além do contexto de indefinição jurídica, a matéria também procura expor os antecedentes do movimento. A segunda é de 02 de novembro de 1957 e busca demonstrar o que qualifica como “Segundo tempo no Levante do Paraná”.

Cabe ressaltar que, após a intensificação na disputa pela terra entre colonos e funcionários das companhias – os jagunços –, nos meses de agosto e setembro ocorrem vários episódios que fazem a imprensa paranaense dedicar atenção aos acontecimentos ocorridos naquela região. Com isso, o mês de outubro, quando acontece o levante, é também o mês em que a imprensa paranaense e nacional começa a cobrir os acontecimentos com fotógrafos e jornalistas, principalmente nos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco.

É neste contexto que periódicos importantes da época, como *O Cruzeiro* e *Manchete*, enviam fotógrafos para cobrirem *in loco* as movimentações de colonos e funcionários das companhias. Essas revistas, assim como a edição em espanhol da norte americana *Life*, publicam reportagens sobre o desfecho e vitória dos colonos neste movimento social. São publicações que se dão em um contexto de ascensão das lutas sociais no Brasil, junto ao PCB e outros movimentos de esquerda.

O *Cruzeiro* enviou seu fotografo Badaró Braga e Luis Edgar de Andrade para a região. Em dois de novembro de 1957, quase um mês após os levantes de outubro, foi publicada a seguinte matéria:



Figura 1: Segundo Tempo no Levante do Paraná I

Fonte: O Cruzeiro. Segundo Tempo no Levante do Paraná. 02 de novembro de 1957, p.4, 5.

Essas são as duas primeiras páginas da fotorreportagem que ocupa seis páginas. É importante evidenciar o local de destaque que a mesma ganha: as primeiras 10 páginas da revista. Elenca-se inicialmente os elementos imagéticos, com destaque para as quatro fotografias dessa primeira parte. A principal fotografia é “sangrada”⁴ e transpassa a próxima página. Esta imagem remete ao dia do levante dos colonos em Francisco Beltrão, provavelmente após a retirada das companhias e os jagunços. Ou seja, possivelmente seja uma imagem feita no dia 10 ou 11 de outubro de 1957 na parte da tarde. Observa-se a presença de crianças e um clima mais “leve”, mesmo que as armas ainda sejam empunhadas como símbolo de força social.

4. O sangramento consiste na ampliação da foto até a margem do papel. Isso faz com que o conteúdo visual da imagem fique com maior impacto, assim como, fortalece o texto exposto.

O foco da imagem é a bandeira nacional ao centro e acima dos colonos. É importante salientar que não é a bandeira de nenhum partido ou movimento social de esquerda, como o PCB, que na época ganhava destaque no Brasil. Essa perspectiva que fica clara no texto, que denota ação dos colonos ao levantarem-se em “Governos Populares”. Abaixo do título destaca-se a afirmação: “Revolta dos Posseiros: Se faz com churrasco e acaba pelo rádio – D. Manuela, a princípio, não queria que o marido fosse delegado – a história íntima dos governos populares no Sudoeste paranaense” (O CRUZEIRO, 1957, p.04, 05).

O *Cruzeiro* procura apresentar a “história íntima dos governos populares”. Para tanto, sinaliza que o movimento se fez com “churrasco”, pelo rádio e com a articulação de dona Manuela, esposa de um médico de Francisco Beltrão, que teria decidido se o marido iria ser nomeado delegado de polícia. Observa-se que esta edição da revista pretende apresentar os “bastidores” do movimento e os dias decisivos do levante, enquanto a edição de 12 de outubro procura dar o contexto da luta pela terra. Conforme elencado anteriormente, este modelo de narrativa se assimila ao apresentado em relação à índia Diacuí,⁵ com um enredo similar a uma novela.

O fragmento da fotorreportagem apresentada acima tem uma configuração similar a um “segundo capítulo” de novela, substituído, por “segundo tempo”, junto à ideia de “história íntima”, que reportaria os “bastidores” da negociação com a esposa do futuro delegado de polícia. O churrasco teria sido feito com o gado do então líder do PSD de Francisco Beltrão, que fazia oposição aos colonos e defendia o governo do Estado.

Em relação às outras três fotografias desta primeira página, as mesmas remetem aos outros contextos do movimento social. A fotografia do lado superior esquerdo remete à região de fronteira com a Argentina e mostra o delegado Lecínio Barbosa ferido por um tiro. Trata-se da construção de uma imagem do movimento dos colonos como radicais, que não respeitariam os representantes do Estado, no caso um delegado de polícia. Por outro lado, as imagens da borda inferior representam de forma branda a ação do governo, na medida em que se referem à articulação política dos “líderes” da Junta

5. Badaró Braga também cobriu algumas fotorreportagens produzidas sobre a índia Diacuí na década de 1950. Para mais informações sobre a forma de abordagem da revista em relação a índia Diacuí ver: COSTA, Helouise. *Diacuí: a fotorreportagem como projeto etnocida*. In: Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM, 2004.

Governativa⁶ junto ao chefe de polícia e o major Machado, que viajaram de Curitiba para “acalmar” os ânimos dos colonos e negociar para que o conflito fosse resolvido de forma pacífica.

Ou seja, o texto procura apresentar o contexto da chegada do chefe de polícia em Francisco Beltrão e o que ele “enfrentou” para pacificar a região. Observa-se que estas primeiras páginas procuram mostrar um panorama geral de todo o desfecho do levante, não só em Francisco Beltrão, mas também a região de fronteira, e a articulação política com a “Junta Governativa”, que dialogou com as autoridades em Pato Branco.

Na página seguinte é dada continuidade a fotorreportagem com os seguintes elementos:

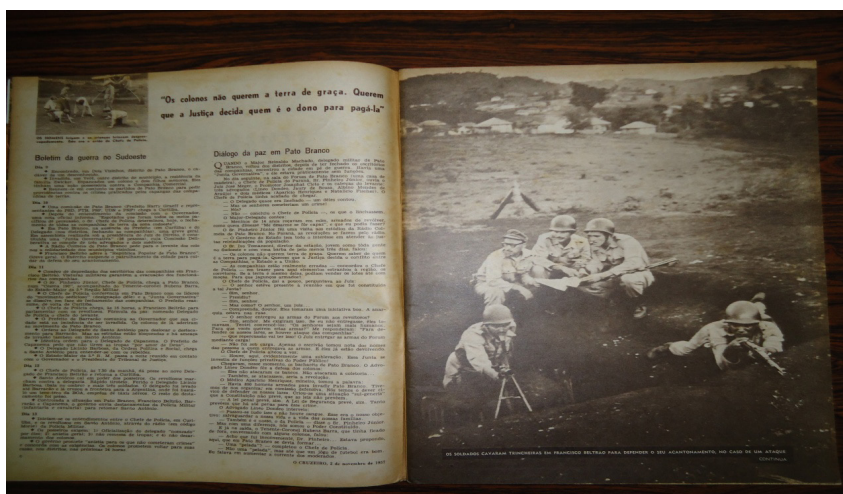


Figura 2: Segundo Tempo no Levante do Paraná II

Fonte: O Cruzeiro. Segundo Tempo no Levante do Paraná. 02 de novembro de 1957. p. 06, 07.

Observamos inicialmente o conteúdo imagético. Nestas páginas são duas imagens e apesar de uma delas ocupar uma página inteira, o espaço destinado ao conteúdo textual é extenso. Ao lado do texto intitulado “Os colonos não querem a terra de graça. Querem que a justiça decida quem é o dono para pagá-la” (O CRUZEIRO, 1957, p.06, 07), observa-se a parte

6. A Junta Governativa teria sido formada por médicos, advogados e radialistas, que teriam articulado a vinda dos colonos para a cidade como forma de pressão. Assim, o movimento em Pato Branco teria se caracterizado pelo diálogo desta Junta Governativa.

dianteira de um avião de pequeno porte e seis crianças brincando em sua frente. A legenda expõe o seguinte: “Os homens brigam e as crianças brincam despreocupadamente. Este era o avião do chefe de polícia” (O CRUZEIRO, 1957, p.06, 07). É interessante observar novamente a ideia de apresentar a “história íntima dos acontecimentos”. Demarcam-se crianças aparentemente despreocupadas com o que estava acontecendo, enquanto o avião do chefe de polícia ao fundo produz uma sensação de que elas estão seguras e que podem brincar “despretensiosamente”.

Já a página seguinte apresenta a presença do exército. Cabe lembrar, que o destacamento age, como intervenção federal, após os jagunços serem presos por algumas lideranças do movimento. Mas, a imagem mostra cinco militares em uma trincheira com a seguinte legenda: “Os soldados cavaram trincheiras em Francisco Beltrão para defender seu acantonamento, no caso de um ataque” (O CRUZEIRO, 1957, p.06, 07). Porém, se observarmos somente a imagem sem a legenda, a impressão que se tem é de dois soldados em posição de combate, enquanto outros três fazem alguma articulação como se observassem um inimigo. Claramente temos uma fotografia posada. A historiografia que trabalha a Revolta de 1957 não menciona trincheiras no movimento de 1957. Tanto é que elas seriam desnecessárias, pois, quando os soldados chegam à região, o grupo que causava a instabilidade social – jagunços – já estava preso, apenas aguardando autorização e escolta para deixar a região. Além disso, cabe considerar casas ou a cidade de Francisco Beltrão ao fundo, como se os soldados estivessem protegendo a cidade.

Quanto à parte textual, destaca-se a divisão em duas colunas. A primeira intitulada “Boletim da guerra no Sudoeste” procura fazer um retrospecto em detalhes dos principais acontecimentos dos dias decisivos do levante. Com isso, descreve os dias 09, 10, 11, 12 e 13 remetendo não só Francisco Beltrão, mas também a região de fronteira com a Argentina. Apresentam-se detalhes de reuniões, com o horário de início e presentes, bem como, episódios pouco considerados na historiografia. Elenca-se ainda que a palavra “guerra” é utilizada, ideia que pode ser complementada com a imagem do exército (O CRUZEIRO, 1957, p.06, 07).

A outra coluna de texto apresenta o “Diálogo da paz em Pato Branco”. Novamente mostra a articulação da “Junta Governativa” com o major Reinaldo Machado e o movimento visto a partir de seu caráter de diálogo (O CRUZEIRO, 1957, p.06, 07). Nesta parte novamente apresentam-se os

três núcleos do levante, com Francisco Beltrão e a presença do exército, as articulações dos “revoltosos na fronteira – perspectiva radical do movimento” e o local de diálogo e da Junta Governativa com médicos e advogados em Pato Branco.

A seguir, temos as duas últimas páginas da fotorreportagem:



Figura 3: Segundo Tempo no Levante do Paraná III

Fonte: O Cruzeiro. Segundo Tempo no Levante do Paraná. 02 de novembro de 1957. p.08, 09.

Diferentemente das páginas anteriores, esta parte concentra-se exclusivamente no contexto de Francisco Beltrão. Na página da esquerda são apresentadas cinco imagens. Na parte superior esquerda temos o seguinte título: “O único morto: sofria do coração”. Mais abaixo há a imagem da esposa do então presidente do PSD de Francisco Beltrão, aparentemente chorando. O texto e a imagem não possuem relação alguma, pois o texto procura afirmar que a única morte ocorrida nos dias decisivos do levante se deu no hospital e que o finado sofria do coração.

Essa narrativa constrói e reforça a ideia de que o levante foi resolvido pelas autoridades de forma pacífica, sem mortes. *O Cruzeiro* silencia todas as mortes e acontecimentos que antecederam o levante (O CRUZEIRO,

1957, p.08, 09). Entretanto, encontramos na historiografia referências sobre aproximadamente 14 mortos e 02 desaparecidos enquanto consequência da instabilidade social causada pelas companhias de terra na referida região (KOLING, 2018, p. 195).

Como afirmamos anteriormente, o presidente do PSD em Francisco Beltrão, Julio Assis Cavalheiro, era do mesmo partido político de Moyses Lupion e, portanto, fazia oposição aos colonos. Na legenda abaixo da imagem destaca-se: “Este homem (Julio de Assis Cavalheiro, fundador da cidade) passou uma noite no mato, até que a paz voltasse a reinar na cidade” (O CRUZEIRO, 1957, p.08, 09).

Na sequência do texto, abaixo da imagem, é informado que os colonos haviam feito churrasco com as vacas de Julio Assis Cavalheiro. O texto também exalta as quatro imagens, que mostram a “negociação” com Dona Manuela para a nomeação do seu marido, Walter Pecóits, como delegado. Novamente mostra-se o movimento em sua intimidade com os “bastidores” dos principais acontecimentos de Francisco Beltrão.

Na última página da fotorreportagem temos uma imagem do resultado da ação do já nomeado “médico delegado”, caracterizado como o “ex-líder da Revolução”, e as armas que encontrou no escritório da companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. – CITLA. Abaixo da imagem a afirmação que produz o sentido de que os funcionários haviam pacificamente pedido asilo ao exército e deixado suas armas no escritório, finalizando, dessa maneira, a matéria do periódico (O CRUZEIRO, 1957, p.08, 09).

Considerações Finais

O *Cruzeiro* procurou apresentar a Revolta de 1957 em suas fotorreportagens como um exemplo de como se deve fazer uma luta social: com diálogo, sem a presença de partidos de esquerda como o PCB, “sem mortos” e principalmente com a bandeira do Brasil ao centro.

As imagens produzidas pelos fotógrafos da revista passaram a ser utilizadas em monumentos oficiais do levante de 1957. Nos monumentos existentes na região, bem como nos logotipos comemorativos ao evento, a imagem que se perpetua é a de um grupo de colonos empunhando a bandeira nacional, às vezes até sem armas. Recordando Guash, o que significa as imagens são os

olhares – ao olhar uma imagem a dotamos de significado, por isso o “campo social da mirada”, os códigos, conjunto de elementos do campo social, que direcionam, formam o olhar do fotógrafo (GUASH, 2005, p.65).

Para além de problematizar esses lugares de memórias, outro aspecto que merece mais estudos são as disputas políticas protagonizadas por membros do PTB, da UDN e do PSD, que governava o Estado do Paraná, e as posições do *O Cruzeiro* nessa cena política.

Fontes e Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1981.

AMÂNCIO, Silvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões**. Maringá/PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2009.

COSTA, Helouise. **Diacuí: a fotorreportagem como projeto etnoci-da**. In: Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM, 2004.

_____. Entre o local e o global: a invenção da Revista *O Cruzeiro*. In: BURGI, Sergio; COSTA, Helouise (org.). **As origens do foto-jornalismo no Brasil**. Um olhar sobre *O Cruzeiro* 1940-1960. São Paulo: IMS, 2012.

DAMBROS, Vanderlei et al. **1957-1997: A Revolta dos Colonos**. Francisco Beltrão: Grafit – Gráfica e Editora Ltda., 1997.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil**. Amsterdam: Centro de Estudos de Documentação Latino-Americanos – CEDLA, 1990.

GOMES, Iria Zononi. **1957: A Revolta dos Posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.

GUASH, Anna Maria. Doce reglas para una Nueva Academia. La “Nueva História del Arte” y los Estudios Audiovisuales. In: BREA, José Luis.

Estúdios Visuales. La epistemología de la visualidad en la era de la globalización. Buenos Aires: Akal, 2005.

KOLING, Paulo J. **A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações.** Guarapuava-PR: Ed. Unicentro, 2018.

LAZIER, Hermógenes. **Estrutura agrária no sudoeste do Paraná.** Dissertação – Mestrado em História: Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba, 1983.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros.** 1ª Edição, Curitiba, 1986.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v.10, n.16, jan-jun. 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezera de. Rumo a uma “História Visual”. In: ECKERT, Cornelia; MARTINS, José de Souza; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais.** Bauru-SP: EDUSC, 2005.

MEYRER, Marlise Regina. **Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro: 1955-1957.** Tese – Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS-PPGH, Porto Alegre/RS. 2007.

O Cruzeiro. Segundo Tempo no Levante do Paraná. 02 de novembro de 1957.

POLI, Jaci. **Da posse para a propriedade da terra no sudoeste do Paraná (1962 - 1973).** Curitiba-PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná-UFPR, 2009.

RIPPEL, Leomar. **A mobilização política do discurso do “herói” pioneiro da luta social de 1957 no sudoeste do Paraná.** Passo Fundo-RS: Dissertação – Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo-UPF, 2012.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea.** São Paulo: SENAC, 2009.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

De Chicago a Toledo: os estudos de comunidade na década de 1950 no Paraná¹

JÉSSICA DAL PIVA²

Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar algumas características dos estudos de comunidade. De acordo com Nemuel Oliveira e Marcos Maio (2011, p.522), os estudos de comunidade partem de um modelo de pesquisas baseadas na vida social de uma determinada comunidade, que se encontra social e espacialmente localizada, pois, é nela que se desenrolam os processos sociais dos quais os estudos investigam. Assim, torna-se objeto de investigação minuciosa e detalhada e possuem o caráter descritivo abrangente, que se dá como princípio metodológico.

A estreita ligação entre o município de Toledo e os estudos de comunidade na década de 1950 pode ser vista a partir do relatório intitulado “TOLEDO – Um Município da Fronteira Oeste do Paraná”, publicado em 1960 pelo antropólogo Kalervo Oberg e o estatístico Thomas Jabine. O relatório apresenta os colonos a partir das seguintes características: migrantes

1. Este texto é parte da dissertação de mestrado intitulada “A Categoria Colono no Relatório Socioeconômico Toledo de Kalervo Oberg” defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE. Orientadora: Profa. Dra. Andréia Vicente da Silva.

2. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

sulistas, descendentes de italianos e alemães, trabalhadores, majoritariamente agricultores com pequenas propriedades e praticantes da agricultura familiar.

A obra faz parte do Projeto de Desenvolvimento Regional da Zona Fronteiriça do Oeste Paranaense e do compromisso com a Divisão do Serviço de Desenvolvimento de Comunidades. A escolha do Município de Toledo, segundo o texto (p.09, 1960) se deu em função de representar um padrão de colonização que estava sendo desenvolvido na região Oeste.

Kalervo Oberg³ chegou ao Brasil no ano de 1946 e esteve na região do Oeste paranaense nos meses de agosto, setembro e parte de outubro (p.09, 1960) do ano de 1956, quando realizou seu trabalho de campo em Toledo. Oberg passou por diversos institutos de pesquisas, as quais estavam associadas a instituições como museus e em áreas como ciências naturais e geografia. A relação com a antropologia, fez com que ele fosse professor e “antropólogo do governo⁴”, a partir de 1941 em agências federais americanas, no período pós-guerra.

Alguns especialistas auxiliaram Oberg na elaboração e tabulação dos dados. Um deles foi Thomas Jabine que era estatístico da USOM⁵. A participação de Jabine foi essencial já que no relatório existem dados quantitativos tais como: levantamentos estatísticos, amostragem e probabilidade. Jabine inclusive foi nomeado na folha de rosto e assina o relatório.

Nesse capítulo, primeiramente será feito um balanço do surgimento destes estudos realizados no Brasil ao longo dos anos e algumas das principais críticas apontadas sobre os princípios teórico-metodológicos. O panorama bibliográfico permitirá debater os estudos realizados por antropólogos no

3. Em janeiro de 1901, na cidade de Nanaimo, no Canadá, nasceu Kalervo Oberg, filho de imigrantes finlandeses. Casou-se no ano de 1945 com Lois Oberg que o acompanharia também ao longo da realização das suas pesquisas em diversos países. Segundo Foster e McComb (1974, p.357), Oberg foi pioneiro nos estudos a respeito do *choque cultural* e desenvolveu trabalhos na área da economia e da antropologia aplicada. Oberg faleceu em julho de 1973 em Oregon, Estados Unidos da América.

4. De acordo com Figueiredo (2009, p.115) o “antropólogo do governo” trabalhava coletando dados a respeito de população de uma região específica. Esta função era realizada com investimentos governamentais norte-americanos, com o objetivo de realizar pesquisas em diversos países.

5. De acordo com Iraíde Barreiro (2010), foi por meio da United States Operation Mission-Brazil, ou seja, da USOM, que se estabelecia uma cooperação com as organizações municipais, estaduais e federais em prol do desenvolvimento dos níveis de padrão de vida das populações rurais, com o objetivo de equipar vários Postos de Educação Audiovisual.

Brasil a partir da década de 1950, período da implementação de políticas públicas principalmente nas áreas em transição – rural para urbano – já que o país se encontrava em um período de transformações das comunidades rurais.

No Brasil, foram os estudos de comunidade que durante as décadas de 1940 a 1950 produziram conhecimento utilizado para aplicação dos programas de desenvolvimento de matriz norte-americana. Estes programas tinham como foco a realidade social, econômica, educacional e sanitária voltadas a transição das culturas tradicionais para comunidades rurais-urbanas. O recorte temporal desta pesquisa centra-se especialmente entre as décadas de 1950 até 1960.

Com o debate bibliográfico, a intenção é contextualizar as estratégias narrativas e descritivas dos autores e compreender qual arcabouço teórico os levam a delimitar as comunidades, tendo como referência a comunidade toledana, a qual estava em formação e o seu principal elemento humano.

A trajetória e toda a recuperação dos estudos de comunidade que foram realizados no Brasil serviram para elucidar aspectos sociais e da realidade de grupos específicos, contribuindo, desta forma, para o conhecimento de maneira mais detalhada e minuciosa ao que se refere à realidade nacional (NOGUEIRA, 1953). A bibliografia desta escola nos leva a compreender o cenário brasileiro, que nesta época era em sua maior parte rural e ainda em desenvolvimento.

A teoria e a metodologia dos estudos de comunidade se desenvolveram juntamente com os estudos urbanos. No entanto, tomaram as comunidades rurais como sendo unidades primitivas - tal como se fazia nos estudos clássicos da antropologia. Na época Toledo era considerada uma comunidade rural, ainda em desenvolvimento, com cerca de 10.000 moradores. Neste ponto, foi possível perceber que as discussões da Escola de Chicago com suas problematizações do urbano e considerações a respeito do crescimento das cidades influenciaram os debates propostos por Oberg.

Para compor o diálogo deste debate e embasar a discussão, realizei um levantamento bibliográfico e utilizei outros textos publicados por Kalervo Oberg. Com este exercício o objetivo foi compreender que tipo de referências ele utilizou para desenvolver a obra “TOLEDO – Um Município da Fronteira Oeste do Paraná” (1960) e delimitar sua pesquisa.

No Museu Histórico Willy Barth de Toledo, o acervo é composto por fotos, documentos, mapas e propagandas da Maripá e o Plano de Colonização

(1956), da época. O manuseio dos documentos originais e as imagens que aparecem no documento oficial foram de suma importância. O Plano de Colonização foi essencial para compreender a influência das ideias dos líderes locais na escrita do relatório. As análises de outras publicações sobre a época, como por exemplo, Ondy Hélio Niederauer, que era contador da Maripá e que viveu desde o início da colonização no local e é considerado pioneiro da cidade pela gestão local, também auxiliaram neste debate. Além de obras produzidas por antropólogos, sociólogos e historiadores.

Por fim, as referências dos estudos de comunidade foram para compreender as metodologias que utilizavam e posteriormente o que buscavam com essas pesquisas. No texto apresento as características e as metodologias que foram aplicadas na obra “Toledo” (1960). Diante das aproximações, sugiro que o relatório (1960) seja considerado uma espécie de estudo de comunidade, o que auxilia no estabelecimento de relações com as teorias produzidas nos Estados Unidos e no Brasil via redes transnacionais de teorias, metodologias e dados.

Os Estudos de comunidade

Os “Estudos de comunidade” são parte de uma metodologia de pesquisa que foi realizada no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960. Visavam a compreensão de parte da população rural que se encontrava em processo de urbanização. “Os estudos de comunidade inauguram outra ótica: aquilo que não pode mais ser chamado de nativo, indígena, mas que ainda não é o urbano, ou seja, que seria o rural, o agrário” (CONSORTE, PEREIRA E TORRES, 2016, p.02).

A metodologia dos estudos de comunidade tinha como base delimitar um conjunto humano que era denominado de “sociedade”. Enquanto instrumento de análise do real, comunidade-sociedade indicava configurações sociais contrastantes, tais como aquilo que é arcaico ao que é moderno, afetivo ao que é racional, entre outras características. É a partir de alteridades dentro e fora que se retratam as diferenças dos agrupamentos humanos, das interações, da história dos homens desde muito tempo (ALBUQUERQUE, 1999, p.50).

O primeiro passo para a aplicação desta metodologia era a escolha do conjunto de pessoas e do local circunscrito a partir do qual a pesquisa seria realizada. Tal como se fazia nos clássicos estudos das sociedades tribais, os

antropólogos definiam aqueles que faziam parte de determinada “sociedade”. Em seguida, passava-se a analisar diversos domínios, tais como a economia, a política, a religião, incluindo o espaço geográfico. Pode-se dizer que havia neste tipo de estudo uma tentativa de apreensão unitária da realidade social. Quando a metodologia era aplicada, ela operava uma espécie de transposição para o âmbito das sociedades complexas, das técnicas de investigação caracteristicamente desenvolvidas pela antropologia clássica (GOLDWASSER, 1974, p.69).

Mara Gomes (2006, p.531), afirma que os primeiros estudos de comunidade foram sistematizados e realizados antes da Primeira Guerra Mundial. A orientação era focar no aspecto reformador, ou seja, os interesses estavam ligados às questões sociais e encontrariam uma aceitação melhor no campo do planejamento urbano. Diante desta demanda, os recursos teóricos foram sendo utilizados para a compreensão das transformações ocorridas com o crescimento das cidades e sempre buscando o ideal reformista.

Os estudos teóricos de Tonnies e Simmel, por exemplo, mostraram a transição da comunidade tradicional para a sociedade predominantemente urbana e industrializada, foram fonte de inspiração para muitos destes debates. Partindo desta proposição, o sociólogo Simmel (2005) distinguiu a metrópole da cidade pequena, observando os contrastes de personalidades e relacionamentos emocionais mais profundos, proposta utilizada por muitos autores que compuseram estas escolas.

Os estudos de comunidade recorriam a um padrão metodológico que foi inaugural na história da antropologia. A partir do início do século XX, com Malinowski (1998) passou-se a delinear o esquema básico da vida tribal com a observação direta. É por meio de suas anotações no diário de campo que surgem os dados da pesquisa antropológica.

Malinowski (1988, p.18) analisou os fenômenos cotidianos da vida dos trobriandeses em sua obra clássica. Para realizar tal tarefa chamou atenção para o fato de que seria necessário um acompanhamento contínuo do grupo em questão. Outros recursos metodológicos utilizados por ele foram as narrativas que contribuiriam para a construção do ponto de vista nativo, ou seja, daquele que está sendo pesquisado. A ruptura com a antropologia de gabinete foi feita e o novo estilo de pesquisa foi pautado em diálogos, observação participante e descrição etnográfica (LAGE, 2009, p.04).

Os antropólogos, em suas etnografias, passaram a articular a descrição e a análise junto com questões particulares e gerais. Naquele período havia o princípio metodológico de que o trabalho do antropólogo deveria ser realizado deixando sua intuição em segundo plano (LAGE, 2009, p. 04). A objetividade científica permitiria que ele analisasse os dados. Esperava-se deste profissional que ele fizesse uma análise profunda sobre os fatos observados, e ainda, compreendesse diversos aspectos da vida social.

Foi justamente a partir desta apreensão baseada em grupos tradicionais que surgiu a metodologia dos estudos de comunidade. Os autores desta escola pensavam ser possível utilizar a delimitação dos grupos para o universo rural que estava em transição para o urbano. Como apontam Maio, Oliveira e Lopes (2013, p.246), os estudos de comunidade construíram uma forma de explicar a sociedade com base nas investigações empíricas.

Essas pesquisas no Brasil estavam relacionadas as mudanças de contextos sociais, que eram marcados pelas tradições, já que o cenário era ainda rural (idem, p.246). Os estudos de comunidade eram realizados a partir de pequenos aglomerados rurais. Ao utilizar este recorte metodológico, destacou-se a homogeneidade e o isolamento destas populações (GUSMÃO, 2008, p.48).

Debatendo a questão do isolamento, Manuela Carneiro da Cunha (2016, p.19) explicou que a antropologia teve seu principal foco na observação de pequenas realidades. Nos grupos específicos, as relações sociais poderiam ser analisadas mais profundamente de maneira que em uma unidade restrita seria possível observar vários aspectos. As relações culturais seriam unidades distintas e separadas, mas internamente homogêneas e interligadas, envolvendo valores e sentidos relativamente fixos (idem, p.119).

Um dos pontos essenciais dos estudos de comunidade para este debate é a definição dos aspectos da comunidade, que tem consequências fundamentais no relatório de Oberg a respeito de Toledo. Observando a metodologia deste tipo de estudo, analisou-se que consistia em realizar levantamentos sobre a vida social de um determinado grupo considerando seu conjunto. Em Toledo foram feitos levantamentos e a análise das amostras disponibilizadas pelo autor, o que levou a afirmar sua utilização metodológica dos estudos de comunidade.

Assim, realizava-se a construção de uma identidade coletiva o que permitia que se observassem as diferenças e semelhanças em relação às demais entidades coletivas. Era a partir da observação das relações individuais dos

membros que se permitiam perceber como se desenrolavam as experiências dentro do grupo e sua dinâmica no mundo. Portanto, ambos os processos permitiam ao indivíduo construir e experimentar as fronteiras sociais, tanto de maneira individual quanto coletiva (COHEN, 1985, p.54).

Os estudos de comunidades, portanto, buscavam revelar importantes aspectos da realidade social e contribuir para um conhecimento mais profundo e minucioso da realidade nacional (NOGUEIRA, 1953, p.99). Por meio deles a sociedade em geral, como administradores, políticos e habitantes das capitais e cidades grandes tomavam conhecimento da vida dos pequenos e rústicos aglomerados rurais. Além disso, acredita-se que estas pesquisas mostrariam as dificuldades, experiências, além das condições reais e aspirações desses moradores.

Oracy Nogueira (1953, p.96), em seu texto “Os Estudos de Comunidade no Brasil”, elencou algumas das pesquisas realizadas ao longo das décadas de 1940 e 1950. Ao apresentar o local, onde estes estudos se realizaram, definiu que eram referentes a comunidades pequenas e até sedes de comarcas. Abrangiam a área urbana e rural. Outra característica referia-se à economia que era rural e partiam de atividades como a agricultura e pecuária (idem, p.97). Os Estudos de Comunidade buscavam levantar dados sobre a vida social do conjunto. Esses grupos eram observados a partir de seus fatos, de maneira intensa e profunda.

Os estudos de comunidade foram inicialmente desenvolvidos desde 1920 nos Estados Unidos da América. Debruçaram-se, sobretudo, em comunidades que estavam em processos de mudanças sociais⁶ (OLIVEIRA; MAIO, 2011, p.523). O método de investigação surgiu no contexto da profissionalização e especialização das universidades americanas em meados do século XX (idem, p.524). Nesse período, o antropólogo Franz Boas se destacou com seu programa de ensino de Antropologia nos Estados Unidos da América.

Para compreender os efeitos dos estudos de comunidade no Brasil deve-se analisar o contexto histórico da época. Maia (2011, p.73) afirma que

6. Os pesquisadores Robert Lynd e Helen Lynd publicaram, em 1929, o estudo “Middletown – a study in contemporary american culture”, considerada pesquisa pioneira entre os estudos de comunidade americanos no século XX. Os autores investigaram uma “típica” pequena cidade americana – na medida em que ela teria características comuns a um vasto grupo de outras pequenas comunidades –, com o objetivo de estudar, sincronicamente, tendências de comportamento que constituíam a vida comunitária (LYND, R.; LYND, H., 1957[1929], p. 3). *apud* OLIVEIRA, MAIO, 2011, p.523.

é preciso articular a teoria da história do pensamento social brasileiro junto à história em nível global, para o autor estes campos seriam similares. Ele recorreu aos trabalhos que adotaram a análise transnacional para os estudos das ciências sociais e a partir daí afirma que esta seria a melhor forma de incluir o estudo do pensamento social brasileiro na história global da sociologia.

A análise transnacional parte de um exercício analítico que está focado na substância das ideias, vocabulários, linguagens e argumentos (idem). No entanto, é uma análise objetiva na qual as condições sociais de produção intelectual estão em um contexto amplo do que aquele circunscrito pelo Estado-Nação. Os autores que utilizam a teoria transnacional das ciências sociais defendem existir diálogos internos e externos.

Vale ressaltar que a metodologia desses estudos teve importante contribuição para a institucionalização das ciências sociais no Brasil (idem, p.521). Neste período inicial, as influências norte-americanas da Escola de Chicago em que atuaram Robert E. Park⁷ e Robert Redfield⁸ foram evidentes. A contratação de pesquisadores estrangeiros para trabalhar em nosso país auxiliou no treinamento dos pesquisadores nacionais (idem, p.522).

Park (1976, p.25), em “A cidade como um campo de investigação”, acreditava ser fundamental dar atenção ao espaço urbano, pois “a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial”. Está envolvida em processos vitais, ela é “um produto da natureza, e particularmente da natureza humana”. Park defendia que os mesmos métodos de observação utilizados no estudo da vida e costumes de tribos indígenas, poderiam ser empregados na investigação de costumes e práticas sociais de grupos urbanos.

7. De acordo com Paula Guimarães Simões (2014, p.48-49-50), a trajetória de Robert E. Park (1864-1944) é marcada como um grande expoente da Escola de Chicago. Park demonstrava interesse em seus textos, sobre assuntos com aspectos da sociedade, condições de vida e até sobre ambientes criminosos. Em meados da década de 1930 veio ao Brasil para supervisionar o trabalho de doutorado de Donald Pierson sobre as relações entre brancos e negros. Enquanto professor e pesquisador em Chicago, Park participou de estudos para compreender a dinâmica da vida na cidade, a partir das diferenças nas relações de grupos.

8. Robert Redfield (1897-1958) nasceu em Chicago, se desenvolveu na área da pesquisa antropológica e seu amadurecimento teórico na área das Ciências Sociais. Redfield fez várias pesquisas em regiões do México e Guatemala, ministrou palestras na China, Índia, Europa, Porto Rico e Estados Unidos, trabalhou com Donald Park e Afonso Villa Rojas. As pesquisas realizadas eram nas sociedades camponesas, problemas na aculturação e as mudanças sociais. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/people/social-sciences-and-law/anthropology-biographies/robert-redfield> Acessado em: 20/02/2019.

Portanto, nota-se que no desenvolvimento do campo dos estudos urbanos, as comunidades inicialmente eram representadas como sendo unidades primitivas ou áreas rurais, onde os estudos poderiam ser aplicados, pois, tratavam de um espaço menor e analisavam apenas uma parcela da realidade social. Entretanto, os métodos e teorias desses estudos, também poderiam ser utilizados, em estudos urbanos ou espaços maiores, mas, seria preciso analisar estruturas complexas. Charles Wagley (1954, p.3), da mesma forma, defendia que os estudos de comunidade poderiam ser realizados tanto em “vilas e pequenas cidades” como também em “grandes metrópoles”.

Nesta revisão bibliográfica observou-se que o conceito de comunidade também foi analisado pelos clássicos. Tonnies (1995, p. 252), por exemplo, diferenciou comunidade de sociedade. O autor acreditava que o que dirige estes grupos são relações primárias, marcadas por laços de sangue, consenso ou controle social. Já as sociedades partiam de relações secundárias, por convenção, anonimato e troca de equivalentes. Assim, o conceito de comunidade foi pensado por muitos autores como sendo o local onde os homens permanecem unidos (idem, p. 252).

As comunidades são definidas pelos autores clássicos como mecanismo simbólico que se fundam a partir do compartilhamento de comportamentos, normas e regras que orientam o indivíduo e o coletivo, compartilham relações culturais e históricas. Neste sentido, Max Weber (1987, p.77) trouxe uma definição de comunidade explicando que ela se orientaria por “(...) ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes”. A ideia de comunidade como “(...) o lugar onde podemos encontrar os semelhantes e com eles compartilham valores e visões de mundo”, além de nos fazer compartilhar de territórios e relações de meios comuns parece ser recorrente neste tipo de debate teórico (MOCELLIM, 2011, p.106).

No Brasil, o objetivo do desenvolvimento dos estudos de comunidade era político. Forneciam dados para os programas de educação, saúde pública, entre outros. Eles ganharam visibilidade e campo para as pesquisas entre as décadas de 1940 e 1960, quando antropólogos do governo surgiram com financiamento norte americano para realizar suas pesquisas. Os antropólogos aplicavam seus conhecimentos nas áreas da saúde e desenvolvimento que eram centrais no período pós Segunda Guerra Mundial. Este período apresenta-se como uma oportunidade de empregar o conhecimento etnográfico

na vida social com o objetivo de observar o cotidiano das comunidades e pensar o seu desenvolvimento (FIGUEIREDO, 2009, p.10).

Cidade: lugar da complexidade

O antropólogo Robert Redfield (1897-1958) compunha o grupo de pesquisadores que criticava a forma boasiana de pesquisa dita culturalista adotada como perspectiva para universos em transição. Ele acreditava que as mudanças no tradicional modo de vida das tribos investigadas deveriam fazer surgir investigações antropológicas que principalmente observassem como ocorria a mudança social que advinha da urbanização e da industrialização.

Com relação à *sociedade-folk*, Foster (1960) argumentou que eram pequenas e isoladas, mas não completamente, quando em grupos eram autossuficientes, homogêneas em raça e costume, sua tecnologia era simples. Os processos de mudança, por exemplo, eram lentos e a família era o ponto central. Já a *cultura-folk* não se tratava mais de relações primitivas e foram modificadas pela civilização industrial.

Buscando compreender estas transformações, Redfield abordou a questão da cultura folk e das sociedades camponesas. O autor construiu o conceito de *continuum-folk-urbano* que se referia à passagem de uma sociedade não-urbana para uma urbana (RIBEIRO, 2013, p.26).

O município de Toledo pode ser este modelo de comunidade, já que estava em processo de transição do rural para o urbano. A comunidade analisada no relatório Toledo (OBERG; JABINE, 1960) era específica da região Sul do país e estava baseada num modelo de agricultura familiar. Os autores deste grupo teórico metodológico, diziam que eram pequenos grupos em processo de desenvolvimento rural entrando na perspectiva capitalista. Como mostrou Ianni (1971, p.129) entre as décadas de 1950 e 1960, as questões econômicas governamentais eram voltadas para a burguesia industrial.

No entanto, havia também alguns setores industriais e agrários que estavam isolados, cujas forças produtivas e de trabalho eram complementares e interdependentes. Neste contexto, o trabalhador rural estava no centro de um sistema amplo e complexo de transformação do trabalhador camponês em proletário (IANNI, 1971, p.131). Processo que seria lento e com contradições. O mesmo autor (idem, p.132) aponta que “a origem do proletariado

rural dependia da efetiva transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, ou seja, em vendedor de força de trabalho”.

Para os autores da época, a sociedade rural correspondia a uma estrutura social não-ambígua e monolítica. No entanto, seria substituída na sociedade urbana por uma estrutura mais diversa em ações e significados. A cultura rural era vista em transformação cujo resultado seria uma cultura fragmentada na sociedade urbana levando ao conflito e à desorganização (OLIVEN, 2007, p.21). De forma muito distinta, para os indivíduos que transitavam da zona rural para a zona urbana, a cidade era vista como “(...) um espaço de liberdade e possibilidades. O emprego regular era visualizado como uma segurança e independência não inexistentes no campo” (idem, p.36).

Os Estudos de Comunidade e as Relações Raciais

Os estudos de comunidade contribuíram também para o debate das relações raciais. Sobre a temática racial, antropólogos e sociólogos utilizaram de suas metodologias e teorias aplicando-as nos estudos de comunidade para embasar as discussões. Com influências do pensamento europeu, intelectuais brasileiros buscaram formular uma ideia positiva de civilização brasileira.

O antropólogo Donald Pierson (1900-1995) foi precursor dos estudos de relações raciais na Bahia. Em 1945 ele publicou “Branco e Negro na Bahia” no qual apresentou as relações de raça em um local considerado ideal para este tipo de estudo; já que a Bahia era vista como modelo de uma sociedade multirracial na qual as distinções sociais estavam ligadas às classes. Pierson (1945) afirmou que o Brasil era considerado um “laboratório de civilização” já que no país se desenrolaram os mais interessantes atos humanos.

Segundo Marcos Maio (2017, p.120), as propostas para que Pierson estudasse o Brasil se deram por meio da Divisão de Ciências Sociais num estudo que buscava mapear resultados das relações interétnicas ao redor do globo. O mesmo autor afirma (idem, p.134) que as conclusões sobre os estudos de comunidade, na Bahia, mostraram as tensões e os conflitos entre brancos, negros e mulatos.

Pierson (1945) afirmou que os negros ocupavam lugares nas classes pobres, e por esse motivo seu status social era inferior. Para ele, o que determinava o status não era a cor ou a raça, mas sim, a posse de características

sociais relacionadas com a classe. Afirmou que a estrutura social brasileira não era baseada no sistema de castas. Ele caracteriza o fenômeno brasileiro, com um ditado: “Um negro rico é um branco, e um branco pobre é um negro” (PIERSON, 1945, p.24).

Segundo Emilio Willems (1944) em seu texto intitulado “O Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico”, a heterogeneidade cultural do Brasil existia em agrupamentos humanos e se traçássemos uma linha de São Paulo até ao Mato Grosso teríamos uma série de agrupamentos similares. O autor compara o trabalhador rural com caboclos e indígenas, que mesmo com suas diferenças estavam próximos territorialmente, e por este motivo poderiam ter uma intervenção em suas culturas.

Acompanhando a reta imaginária traçada pelo autor, era possível encontrar um tipo cultural rural que estava ligado à cidade, os quais tinham suas vidas organizadas de maneira que satisfaziam as suas necessidades (idem, p.187). Em sua argumentação, Willems (idem, p.188) apresenta o grupo denominado de caboclo.

Prosseguindo pela reta encontram-se, já bem mais distantes do ponto de partida, populações caboclas cuja vida parece decorrer em um mundo diferente do nosso. Pouco ou nada as liga ao mercado urbano. Não dependem dele e o uso que fazem do dinheiro é muito restrito (WILLEMS, 1944, p.188).

O trabalhador rural e o caboclo são apresentados em um coletivo. Willems (1944, p.188) afirma o grupo de caboclos era visto como “atrasados e indolentes” e que estes deveriam trabalhar e produzir mais, adubar suas roças, usar sabão, frequentar a escola, e se utilizar da farmácia e de médicos.

Os grupos de caboclos e de indígenas são semelhantes para ele e possuem seu estilo de vida similar, a diferença com os trabalhadores rurais, é ressaltada em sua forma de trabalho. Willems (1944) apresenta os índios:

No caso do índio, o “pitoresco” e “selvagem” vêm associar-se aos tributos com que se qualifica a vida do caboclo. Não se compreende o caboclo e muito menos o índio. E eles não nos compreendem. As tentativas de modificar-lhes a vida acabaram geralmente em fracassos que muitas vezes se teve o cuidado de ocultar. A *ultima-ratio* e a menos racional de todas é a acusação que se lança à “raça”

ou à “mistura de raças”: o índio ou caboclo seria “biologicamente” incapaz de assimilar-se à nossa civilização (WILLEMS, 1944, p.188, grifos do autor).

O autor (idem, p.188) argumenta a respeito da ausência de compreensão quanto a diversidade de raças no Brasil. A prova mais evidente de se tratar de culturas diversas é que elas se localizam dentro das fronteiras políticas. Portanto, “*Não existe um sistema de entendimentos que possa servir de base comum à civilização urbana e à multiplicidade das culturas sertanejas*” (idem, p.189, grifos do autor).

De acordo com o texto “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”, de Oracy Nogueira (2006, p.291), os estudos patrocinados pela UNESCO apresentam a existência do preconceito racial no Brasil. O autor (idem, p.291) reforça que não basta apenas mostrarem a existência do preconceito, e sim saber se “(...) o preconceito apenas difere em intensidade ou se a diferença deve ser considerada qualitativa”.

O texto de Maio (2009) intitulado “Estudos de Comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University-Estado da Bahia/UNESCO na década de 1950” contribuiu para a observação da temática já que o autor busca compreender as relações raciais. A escolha inicial do Estado da Bahia para esses estudos, de acordo com Maio (2009, p.263) partiu de objetivos traçados pelo programa da UNESCO. Os estudos sobre negros em Salvador se deram, por serem “símbolo da África no Brasil”, microcosmo da alegada nação cultural e racialmente democrática. Por fim, a escolha da Bahia teria um facilitador, ou seja, a presença do antropólogo Charles Wagley que na época já realizava pesquisas e levantamento de dados (idem, p.263).

Maio (2009, p.257) aposta na ideia de que o projeto UNESCO contribuiu com as novas leituras acerca da sociedade brasileira que passava por processo acelerado da modernização capitalista. De acordo com o mesmo autor (idem, p.260), Wagley retomou suas atividades no ano de 1948 e passou a ministrar um curso sobre cultura no Brasil contemporâneo. No curso em questão, a discussão partia dos estudos sobre a diversidade étnica, sobre grupos que participaram das relações raciais, estrutura das classes, instituições sociais, folclore regional e a cultura do Brasil moderno.

Entre os anos de 1949 e 1950, Wagley trouxe estudantes para a Bahia, ministrou cursos e seminários sobre as relações raciais, o que fez com que os livros sobre a sociedade brasileira⁹ em bibliotecas norte-americanas se tornassem escassos naquela época (idem, p.260). Em 1950 antropólogos americanos realizaram reuniões com funcionários locais entre outros profissionais ligados à área da saúde e educação do Estado da Bahia. Segundo Wagley (1950, p.09) com objetivo de definir as áreas de estudo e aprimorar os objetivos do projeto.

Em “*Race and Class in Rural Brazil*”, Wagley apresentou resultados de sua pesquisa na Bahia (MAIO, 2009, p.264) dando ênfase à diversidade regional, questões culturais e étnicas existentes no país. O autor estabeleceu comparações com a experiência que havia trazido consigo, além de destacar a importância das relações entre raças e classes (idem, p.254).

De início, o antropólogo considera que o preconceito e a discriminação raciais no Brasil teriam papel secundário quando comparada à experiência de outros países. Em sintonia com a visão do sociólogo Donald Pierson, a sociedade brasileira não havia desenvolvido um sistema de castas, propiciando mobilidade social de pardos e negros com reduzida taxa de tensões sociais (Wagley, 1952, p. 7). Mesmo assim, Wagley, registra a ausência de direitos iguais para todos. O país seria uma terra repleta de contrastes sociais expressos nas disparidades regionais, na convivência entre áreas atrasadas e modernas, nas profundas desigualdades sociais (MAIO, 2009, p.254).

Com relação aos contrastes sociais, Maio (2009, p.264) afirma que na década de 1930 havia a constatação de um padrão de vida brasileiro considerado baixo se comparado às demais nações ocidentais. O descompasso estaria ligado à tradição cultural e as relações sociais, as quais levavam a desigualdade social e ao preconceito racial (idem, p.264). Wagley (1952, p.08) afirmava que os estereótipos indicam o desprezo pelo negro e pelo mulato,

9. Maio (2009, p.260) afirma que autores e obras como: Gilberto Freyre Casa-Grande & Senzala, Euclides da Cunha Os Sertões, os romances sociais de Jorge Amado, os trabalhos do geógrafo Preston James sobre a América Latina e os do sociólogo T. Lynn Smith foram alguns dos textos e autores consultados, além das leituras sobre “estudos de comunidade” e o domínio das técnicas antropológicas das pesquisas de campo em sociedades complexas.

além de criarem barreiras para a ascensão social e também, o crescimento da discriminação em centros urbanos.

Mesmo com a percepção e o reconhecimento da presença do preconceito racial havia a busca por predomínio da ideologia igualitária. Boa parte desta argumentação se deve ao fato de que Wagley (1952, p.08) acreditava que este seria um facilitador para o desenvolvimento econômico e social, além da constituição de uma “democracia social” no Brasil.

Diante destas diretrizes argumentativas, o modelo de estudos de comunidade representou uma alternativa aos estudos de relações raciais já que poderia ser uma maneira de avançar nesta questão para minimizar a desigualdade. Wagley (1952) registrou a ausência de direitos iguais para todos e acredita que o país seria uma terra repleta de contrastes sociais que estariam expressos nas disparidades regionais, na convivência entre áreas atrasadas e modernas, nas profundas desigualdades sociais.

Os estudos não estavam partindo apenas dos levantamentos de dados qualitativos sobre as hierarquias sociais, mas, segundo Wagley (*idem*, p.09), das variáveis, como por exemplo, da raça, do preconceito e da discriminação. Estas poderiam interferir na estrutura da sociedade nacional brasileira e nos padrões das relações sociais.

De maneira geral, havia uma precedência dos conceitos em relação ao cotidiano já que os antropólogos estavam mais interessados nos significados sociais, observando a raça e as classes, do que nos efeitos sobre a vida das pessoas nas comunidades investigadas (MAIO, 2009, p.265). Sendo assim, após as pesquisas realizadas,

Wagley constata, com base nos estudos de comunidade realizados na Bahia, a validade do conceito de “raça social”. Em outras palavras, “a profissão, o padrão de vida, a educação, a família, e a participação na sociedade constituem, com o tipo racial, os fatores que determinam a classificação na hierarquia baiana” (*idem*, p. 10). Nesse sentido, as desvantagens que os negros vivem, motivadas, entre outras causas, pelos preconceitos e estereótipos que as pesquisas realizadas na Bahia registraram de modo recorrente, não impedem a mobilidade vertical, mesmo que seletiva (MAIO, 2009, p.268).

Os dados da pesquisa de Wagley apresentam um padrão de relações raciais, encontrado na Bahia e que refletiam um padrão de modernização capitalista.

As pesquisas elaboradas no interior da Bahia demonstraram que a riqueza etnográfica a partir da descrição das múltiplas formas de classificação racial, a importância da dimensão cultural como elemento constitutivo da hierarquia social, a observação acurada das formas de preconceito e de discriminação contra os não-brancos (MAIO, 2009, p.269).

O desafio mostrado pelo estudo de comunidade, segundo Maio (2009, p.268), revelou que seria preciso preservar os padrões culturais, os quais já estavam constituídos pela tradição, e que resultariam em quadros positivos de relações sociais. Sendo assim, a questão da raça seria mais um elemento importante para o cientificismo, mostrando a questão da hierarquia entre os grupos. Maio (2010, p.27) argumenta que a suposta hierarquia racial entre os homens era lida como expressão de um movimento evolutivo da espécie humana. Neste aspecto, o conceito de evolução se apresenta como uma maneira de sobreviver.

As Críticas

Os estudos de comunidade receberam críticas. Se encaixam no debate a respeito das ciências básicas e ciências sociais aplicadas. A este respeito, Ianni (1961, p.114) enfatizou que esses estudos não eram apenas para conhecer a realidade e sim para agir sobre ela. As pesquisas foram intensas em comunidades que se construíram depois da Segunda Guerra Mundial.

O objetivo era reunir dados de grupos para auxiliar os programas do governo federal, por meio das informações científicas para conhecer as diversas comunidades que estavam se construindo para atuar sobre elas. O contexto de cooperação técnica internacional e as trocas de pesquisas envolviam diversas instituições científicas internacionais tais como:

Institute of Inter-American Affairs (EUA), o Institute of Social Anthropology/ Smithsonian Institution e a ELSP; a parceria entre o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) e pesquisadores da ELSP no âmbito dos estudos de desenvolvimento de comunidade; os convênios entre o Programa Ponto IV do governo norte-americano, o Serviço Social Rural e a ELSP, além do programa Columbia University-Estado da Bahia. Essas iniciativas também foram apoiadas por agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (MAIO; OLIVEIRA; LOPES, 2013, p.247).

Essas instituições visavam apresentar os dados das comunidades para buscar melhorias e desenvolvimento, na área da saúde, saneamento, agricultura e educação. O fato de serem voltados para a antropologia aplicada trazia para este tipo de estudos um objetivo a priori que impactava diretamente na produção dos dados. Esta crítica também pode ser endereçada ao relatório de Oberg.

Havia outras críticas a respeito da representatividade das amostras. Não havia a possibilidade de compreender aspectos mais gerais da vida social brasileira (idem, p.247) já que tais estudos eram focados em comunidades pequenas e seus dados eram específicos uma vez que eles se baseavam na metodologia empírica e descritiva. Com esta crítica, chamava-se atenção para o fato de que “(...) detendo-se na descrição dos fatores da localidade”, estes estudos perdiam de vista suas conexões com a região e a estrutura social do país como um todo” (idem, p.247). A este respeito, Goldwasser (1974, p.76) explicou que por serem descritivos, estes estudos produziram obras desconectadas da realidade e dos fatos.

Os estudos de comunidade não se projetam como uma teoria, no sentido de que não existe um corpo de generalizações que esteja associado à comunidade como seu centro conceitual específico. Os estudos de comunidade constituem antes um instrumento metodológico cuja eficácia depende de utilização adequada; representam um modelo de investigação social, que produz dados e interpretações a um determinado nível, mas que têm que ser dirigidos por um esquema teórico que os ultrapassa e que utiliza a comunidade como amostra ou campo de observação (GOLDWASSER, 1974, p.77).

A premência da análise da dinâmica da transformação social foi central para compor algumas críticas a estes estudos. Guerreiro Ramos (1915-1982), por exemplo, acreditava que os estudos de comunidade precisavam ser teorizados de maneira sociológica, para depois servir de indicativo das transformações na realidade brasileira. Estas transformações teriam que dar conta de observar a questão do elemento caboclo, ou em outros termos, a transformação do “imigrante acaboclado” e de outros atores sociais que estavam no processo de transição cultural (MAIO; OLIVEIRA; LOPES, 2013, p.273).

Dentre os estudos de comunidade que foram realizados no Brasil, destaco o Projeto do Vale do São Francisco de 1949, coordenado por Donald Pierson e patrocinado pelo ISA. A meta do projeto era reunir dados sobre a região, partindo de comparações e produzindo conhecimento sobre a comunidade.

O “Projeto do Vale” serviu para a legitimação de um padrão de trabalho sociológico calcado na investigação empírica, foi “(...) conduzido por equipes de pesquisadores treinados, em face não somente da comunidade de cientistas sociais que então se formava, mas também do poder público” (idem, p.251). Para Pierson “(...) o contato íntimo com realidades sociais específicas era o único meio possível para generalizações em ciência” (idem, p.251).

Observa-se que as pesquisas no Vale do São Francisco serviriam como uma forma de avaliação e que poderiam acompanhar as mudanças nas relações sociais e na cultura da comunidade (idem, p.252). Nesse sentido, seria preciso intervir de forma centralizada e racional na região, para realizar um bem-sucedido processo de ocupação e desenvolvimento (idem, p.252).

Um ponto do debate, bastante curioso é que embora o método dos estudos de comunidade enfatizasse a homogeneidade e as especificidades culturais, as transformações no país e a ideia de planejamento tornou-se recorrente no discurso de economistas, industriais e técnicos. Essas preocupações levaram a um conjunto de ações e estratégias no setor econômico que estavam implicadas nos processos de industrialização (idem, p.251). O processo de industrialização obviamente implicava mudanças sociais profundas. Afinal, tanto a industrialização quanto a urbanização eram vistas como elementos geradores de desorganização social (idem, p.249). Acreditava-se que ao atrair mais indivíduos para os locais, as comunidades deixariam de ser homogêneas.

Gusmão (2008, p.48) explicita algumas controvérsias deste método e exclui certos fatos da realidade que não estão contemplados na delimitação metodológica nem explicativa. A tarefa da antropologia era “(...) de avaliar as diferenças sociais, étnicas e outras com a finalidade de proporcionar alternativas de intervenção sobre a realidade social de modo a não negar as diferenças (...)”. Este ponto é central na discussão e a partir desta ideia no próximo item busca-se demonstrar como o relatório de Toledo se encaixa nas características dos estudos de comunidade e também pensar a escolha da localidade, a partir da perspectiva do progresso e da transformação.

Relatório “TOLEDO – Um Município da Fronteira Oeste do Paraná” e a metodologia dos estudos de comunidade

Depois desta caracterização dos estudos de comunidade, apresento o relatório de Oberg e Jabine sobre o município de Toledo. O relatório possui as características gerais elencadas nos estudos de comunidade. Pretendo defender que a escolha deste arsenal teórico e metodológico de estudos de comunidade é uma das influências que fez com que os autores se concentrassem nesta análise e nos atores denominados como colonos. Considerando-os como comunidade, os autores os analisaram a partir da perspectiva da homogeneidade.

Um dos resultados desta escolha teórica-metodológica foi a exclusão de outros atores sociais da comunidade que surgia. No decorrer do texto, busca-se demonstrar as temáticas centrais de cada um dos capítulos da obra. Apresento como Oberg e Jabine (1960) fazem a leitura específica, a qual pode ser contraposta pelos próprios dados brutos que ele registrou.

A obra de Oberg e Jabine publicada em 1960 pela Edições do Serviço Social Rural (SSR) intitulada “Toledo – Um Município da Fronteira Oeste do Paraná” é um relatório sócio econômico a respeito da cidade de Toledo e de como ela estava sendo constituída espacial e culturalmente. O objetivo do texto foi apresentar as condições para o estabelecimento de um programa de desenvolvimento de comunidades (OBERG; JABINE, 1960, p.10).

Foi analisado o contexto histórico, a política de colonização e de desenvolvimento do local e dados gerais a respeito da vida da população em diversos domínios tais como: agricultura, saúde, religião, economia. Essas questões eram analisadas nos estudos de comunidade, pois, tinham como

objetivo partir da visão geral do local, mudança cultural, comportamento tradicional, observação do coletivo, educação, entre outros.

Para Stein (2000, p.27) o trabalho realizado por Oberg e Jabine em Toledo na década de 1960 constitui-se em uma pesquisa valiosa para a história regional, pois, conta com uma grande quantidade de dados coletados junto aos primeiros colonos. O trabalho desenvolvido se deu por incentivo e apoio da própria colonizadora Maripá, da qual seus diretores, também faziam parte do grupo étnico em questão.

De acordo com Oberg e Jabine, “O município de Toledo foi escolhido para este estudo, porque (...) julgamos que representa o padrão de colonização que vem se efetuando nessa área pioneira” (p.09, 1960). De maneira geral, nota-se que o caso de Toledo foi tomado como exemplo de um novo modelo de ocupação do território que seria realizado de maneira planejada e que se diferenciava do modelo de colonização natural que estava ocorrendo pelo país afora.

Schneider (2001a, p.229) explicou que a colonização de natureza particular ou planejada¹⁰ possuía uma “(...) identificação do espaço colonizado com o elemento étnico que veio a dinamizá-lo economicamente”. Trata-se de um lugar comum e que explica a história do seu povo, com sua cultura e suas tradições. O empreendimento da pesquisa e da escrita do relatório socioeconômico não foi realizado apenas por Oberg e Jabine.

Alguns especialistas auxiliaram Oberg na elaboração e tabulação dos dados, Thomas Jabine era estatístico da USOM. No texto eles salientam que os dados interessavam aos estudiosos de metodologia dos levantamentos de comunidade. Frank Lowenstein, nutricionista contratado pela USOM, também participou da compilação dos dados apresentados. Por exemplo, a Tabela XX (1960, p.64) exhibe a altura média das crianças em Toledo por idade e sexo. Interessante notar que nesta tabela as informações da cidade são comparadas com outras regiões do Brasil.

Outros participantes da equipe foram três entrevistadores, sendo que dois deles pertenciam ao Departamento de Fronteiras do Estado do Paraná e o outro a Divisão de Desenvolvimento de Comunidades. Estes últimos tinham

10. De forma distinta, por colonização natural, temos a ocupação do território que ocorre de forma gradativa, sem que exista o planejamento. Pode-se apontar ainda como principal característica a pluralidade de elementos étnicos.

como tarefa entrevistar as famílias pertencentes às amostras e preencher os questionários para organizar o levantamento de dados.

No prefácio da obra, está especificado que o trabalho de campo foi realizado entre os meses de agosto, setembro e parte de outubro do ano de 1956 (1960, p.09). O relatório foi composto por vários tipos de dados tais como: tabelas, entrevistas, mapas, relatórios, entre outros, analisados a partir de recursos metodológicos quanti e qualitativos.

De maneira muito próxima ao que era realizado nos nomeados estudos de comunidade, o relatório segue o modelo de realização de trabalhos de antropologia clássica e analisa a coletividade buscando compreender todos os aspectos da sua vida social. A partir deste direcionamento, Oberg montou o relatório com dados e procedimentos diversos que são apresentados de distintas maneiras ao longo da obra.

Nota-se que o relatório está organizado de maneira que possamos conhecer a cidade, pois, os elementos apresentados descrevem o local, apontam sua disposição e mostram os indivíduos da região. O relatório possui 127 páginas e apresentam os seguintes elementos:

Mapas da cidade e da região;
Formulário A - Questionário Família;
Formulário B - Questionário de Atitudes (feito com pessoas maiores de 18 anos);
Formulário C - Agricultura;
Formulário D - Natalidade e Mortalidade;
Tabelas diversas¹¹;
Apêndices Técnicos e Índices¹²;
Sete capítulos.

11. Tabelas como, por exemplo: Estimativa da População Total; Distribuição da População por Idade e Sexo; Origem dos Colonos por Local de Nascimento; Entrada de Colonos em Toledo por ano; entre outras tabelas, que variam de acordo com a sequência dos capítulos e das discussões dos mesmos.

12. Oberg (1960, p.121) explicou que foram organizados três índices diferentes, para que pudessem sumariadas as respostas de acordo com os grupos. Eles estão da seguinte maneira: Índice de Nutrição e Higiene; Índice de Acessibilidade e Índice de Interesse e Consciência de Comunidade.

Os mapas utilizados pelo antropólogo foram fornecidos pela Companhia Maripá. Para um leitor leigo, esta pode parecer uma informação trivial. No entanto, para fins desta análise torna-se essencial considerar que os mapas da Maripá continham apenas dados dos habitantes dos lotes por ela vendidos. Este recorte restringiu a amostra e levou o autor a desconsiderar caboclos e paraguaios que já estavam na cidade e que habitavam áreas adjacentes como nos mostram estudos recentes.

Por exemplo, de acordo com Maria Cristina de Castro Pereira (2017, p.235), os registros mostram a presença de moradores no Pouso Frio desde 1948. O Pouso Frio - que por muito tempo chamou-se Vila Brasil e atualmente é a Vila Pioneira - era utilizado como um local de descanso pela empresa Nunes Y Gibaja¹³, onde paravam os trabalhadores da erva mate com seus animais. Portanto, essa região passou a ser ocupada por pessoas vindas de diversos lugares e regiões (idem, p.232), como por exemplo, São Paulo, Minas Gerais e da região Sul e também havia indivíduos do Paraguai, em sua maioria, eram trabalhadores que buscavam condições de vida melhor, eles estavam em grande número ocupando a ampla região do Pouso Frio.

Deve-se sublinhar que a partir do final da década de 1940, os trabalhadores começaram a ocupar sem escritura os terrenos desta área (idem, p.13). No relatório (1960) não há relatos de pesquisa empírica nesta região, ou seja, aqueles que moravam ali ficaram fora da amostragem. Apenas os proprietários de terras da área mapeada pela Maripá foram procurados para as entrevistas.

Nas diversas tabelas do relatório se apresentam dados da realidade social do momento, tais como: vendas de lotes urbanos, suburbanos e rurais, idade e sexo da população, distribuição geográfica, origens dos colonos, entrada dos colonos em Toledo por ano, população estimada, taxas de natalidade e mortalidade, nascidos em hospitais ou com ajuda de assistência médica,

13. Em 1930, a empresa Nunes Y Gibaja, devido a dificuldades surgidas para exportar erva-mate, suspendeu suas atividades, deixando de usar este e os outros quatro pousos, além do imóvel chamado Lopeí (hoje interior de Cascavel, fazendo divisa com o município de Toledo). Estas cinco áreas eram numeradas de 1 a 5, partindo do Rio Paraná: Pouso Doze de Outubro (Porto), Arroio Grande, Guajuvira, Palmito e Toledo. A erva-mate semipronta era transportada no lombo de animais pela Picada Nunes e Gibaja desde a região de Cascavel, passando de pouso em pouso, até chegar ao Rio Paraná. Lá era embarcada e seguia para beneficiamento e comércio nas cidades argentinas (In: CASTRO PEREIRA, Maria Cristina. *Mapeando o Pouso Frio: dinâmicas de construção de um bairro na cidade de Toledo/PR*, p. 232).

casas comerciais, assistência médica, hotéis, bares, fornecimento de energia, indústria, escolas, repartições governamentais, oficinas de reparo, igrejas, escritórios comerciais, transporte e comunicação (1960, p.58).

Há inclusive a Tabela XVII (1960, p.59) que apresenta dados sobre a construção de General Rondon - que atualmente é o município de Marechal Cândido Rondon, que se emancipou de Toledo em 1960. Na mesma tabela mostra que a cidade fora construída com 95% de famílias alemãs, 5% italianas e apenas 6 famílias luso-brasileiras de trabalhadores, que estão fora da soma total.

As tabelas apresentam dados gerais da vida da população para montar um panorama da comunidade na década de 1960. Um bom exemplo é o cenário da educação na época, quantos matriculados nas escolas, a idade e o sexo. Há também dados do cenário religioso com o percentual da população por religião e os líderes locais por zonas. O relatório disponibiliza também um levantamento populacional, sobre os níveis escolares, a quantidade da população por sexo, idade e religião, local de nascimento e sua acessibilidade, e ainda como os moradores estavam dispostos no território na cidade.

Considerações Finais

O contexto histórico que a obra “Toledo - Um Município da Fronteira Oeste do Paraná” (1960) foi produzida, está relacionada aos estudos de comunidade. Entretanto Oberg e Jabine envolveram elementos de contextos diferentes. Os autores partem da escolha de determinados grupos e etnias – no caso os colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina – os comportamentos, costumes e tradição dos colonos e a exclusão de indígenas e caboclos.

Vale ressaltar que na década de 1930 a questão do nacionalismo era muito evidente no Brasil. As políticas implementadas na Era Vargas visavam à colonização por colonizadoras brasileiras. Nesse sentido, se articularam estas perspectivas políticas nacionalistas a circunstâncias transnacionais que estiveram presentes por meio da circulação de atores e ideias nas diversas regiões.

Oberg e Jabine (1960) apresentam interpretações relacionadas ao colono e a realidade brasileira que seguem debates realizados tanto a partir do material local produzido pelos dirigentes da companhia Maripá quanto

por literatura das ciências sociais produzida por outros pesquisadores em contextos múltiplos.

Além disso, a relação com a antropologia aplicada, a internacionalização das ciências sociais e as relações políticas com os Estados Unidos da América, estão presentes no texto. Há uma conjunção de fatores que explicam a atuação dos antropólogos americanos a serviço do governo brasileiro. Se por um lado existe uma pretensão de domínio norte americano no continente, há também por outro lado, questões associadas à consolidação do estado brasileiro que se utiliza dos recursos cedidos pelos primeiros para ampliar sua rede de atenção e controle em direção ao interior do país.

Ao analisar os caminhos percorridos por Oberg entre os Estados Unidos da América e o Brasil nota-se que o autor criou diversas possibilidades de pesquisa e desenvolveu estudos sobre cidades e relações de comunidade em contexto transnacional. A análise transnacional da obra Toledo (1960) pode ser evidenciada.

A história transnacional das ciências sociais teve seu momento áureo entre as décadas de 1920 e 1930 nos departamentos de antropologia e sociologia na Universidade de Chicago. A perspectiva do internacional permitiu qualificar os estudos e pensamentos que influenciaram a construção da “identidade nacional” das décadas de 1930 e 1940.

O interesse pelas comunidades rurais no Brasil estava ligado ao desenvolvimento das mesmas, os progressos em torno do desenvolvimento das comunidades rurais estavam ocorrendo rapidamente e seria esta, a ideia de progresso. No entanto, sobre as comunidades rurais, Oberg (1961, p.51) acreditava que era preciso estudos para que os programas de desenvolvimento rural fossem mais realistas, dessa forma cada região analisada deveria ter seu programa específico voltado à compreensão do grupo e de suas necessidades.

Entretanto na obra “Toledo” (1960) Oberg e Jabine descrevem a comunidade de Toledo, há pouco emancipada e ainda em desenvolvimento, consideram como um “símbolo de desenvolvimento humano e progresso”. Pode-se observar que os autores evidenciam um tipo transacional de comunidade que alia o colonizador e agricultor eficiente. No entanto, ele privilegia modelos homogêneos e constrói um discurso no qual, a diversidade da cidade fica confinada ao exterior da comunidade (VICENTE, 2018, p.554-555).

Além disso, o conceito de trabalho é relacionado às ideias de progresso e civilização. Segundo Bresser-Pereira (2014, p.36) o desenvolvimento

humano ou o progresso fazem parte de um processo histórico pelo qual as sociedades nacionais buscam objetivos diversos, sejam eles políticos, de segurança, liberdade, avanço, proteção do meio ambiente, e isso ocorre a partir das relações e do desenvolvimento humano. O autor (idem, p.36) acredita que esta conquista é gradual e corresponde aos direitos que as sociedades modernas ou capitalistas definiram para si mesmas como direitos humanos.

Por fim, a caracterização dos espaços realizada por Oberg e Jabine no relatório Toledo segue a metodologia dos estudos de comunidades. A maneira como o texto foi apresentado e como o discurso do progresso foi incluído demonstram uma mescla de resultados de uma pesquisa antropológica com informações retiradas de um documento cedido pela empresa, o que faz os autores incorporarem determinados aspectos ideológicos da colonizadora.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, Ano18, n. 20, nov. 1999, p. 50-53.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 149 p. ISBN 978-85-7983-130-0.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, 93, p. 33-60, 2014.

CONSORTE, Josildeth Gomes; PEREIRA, João Baptista Borges; e TORRES, Lilian de Lucca. **Estudos de Comunidade: Um Encontro**. Ponto Urbe [Online], 6 | 2010, posto online no dia 31 Julho 2010, consultado o 30 Setembro 2016. URL: <http://pontourbe.revues.org/1584>; DOI : 10.4000/pontourbe.1584

COHEN, A.P. **The symbolic construction of community**. London: Tavistock, 1985.

CUNHA, Manuela Ivone. **Cultura, diversidade, diferenciação. Um guia elementar**. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho CICS. NOVA. UMinho. 12, 2016.

FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. **Histórias de uma Antropologia da “Boa Vizinhança”**: Um estudo sobre o papel dos antropó-

logos nos programas interamericanos de assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960). Campinas/SP, 2009.

FOSTER, G. e McCOMB, M. Kalervo Oberg 1901-1973. **American Anthropologist**. v. 76, n. 1, p. 357-360, 1974.

GOMES, Maria H. de Andreia. Apontamentos sócio-antropológicos sobre comunidade e saúde. **Revista de Saúde Pública**, 2006,40 (3), p. 528-536.

GOLDWASSER, Maria Júlia. “Estudos de Comunidade”: Teoria e/ou Método? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, v. 5, n. 1, 1974.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. **Pro-Posições**, v.19, n. 3, set./dez. 2008.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, 1996.

LAGE, Giselle Carino. Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 97, jun. 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index>

MAIA, João Marcelo E. **Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro**. Revista Sociedade e Estado – Volume 26, número 2 – Maio/Agosto – 2011.

MAIO, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University – Estado da Bahia/ UNESCO na década de 1950. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 18, p. 1-354, 2009.

MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e os Estudos de Relações Sociais. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, volume: 30, nº 60, p.115-140, janeiro-abril – 2017.

MAIO, Marcos Chor; OLIVEIRA, Nemeu da S.; LOPES Thiago da C. Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas Sociais em Ação na Era do Desenvolvimento. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural - (1998 [1922]).

MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **PLURAL: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.105-125, 2011.

NOGUEIRA, Oracy. **Os Estudos de Comunidade no Brasil**. Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, novembro de 1953.

OBBERG, Kalervo. Interesses da Comunidade e Programas de Desenvolvimento Rural. *In: Anais do Seminário Nacional Sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil*. Rio de Janeiro - Brasil - 5 a 8 de julho/1961. Edições SSR, Documento nº5.

OBBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo: Um Município da Fronteira Oeste do Paraná**. Edições SSR, ESTUDOS - Nº3. Rio de Janeiro, 1960.

OLIVEIRA Nemuel; MAIO Marcos. Estudos de Comunidade e Ciências Sociais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, set./dez. 2011.

PARK, Robert. 1976. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano" in: VELHO, Gilberto (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar (p. 26-67). Disponível em: http://www.marcoarelios.com.br/03velho_completo.pdf

PEREIRA, Maria Cristina de Castro. Mapeando o Pouso Frio: dinâmicas de construção de um bairro na cidade de Toledo/PR. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, 1º sem. 2017.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia (1945)** - Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/brancos-e-pretos-na-bahia-estudo-de-contatoracial/pagina/27/texto>

RIBEIRO, Nádía Oliveira Vizotto. **O Novo Olhar Sobre A Cidade: Uma Perspectiva Histórica Da Antropologia Urbana No Brasil**. Monografia - Juiz de Fora, 2013.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. "Nós e os outros": Aspectos da Formação de Um Consenso de Comunidade (Oeste do Paraná, 1946-1960). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 225-259, 2001.

SIMMEL, Georg. 2005. As grandes cidades e a vida do espírito. **Maná** 11(2): 577-591. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010.

STEIN, Marcos Nestor. **A Construção da Germanidade em Marechal Cândido Rondon, PR (1946-1960)**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, Orlando de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. 1. ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

VICENTE DA SILVA, Andréia. Kalervo Oberg e o modelo transnacional de “comunidade”. In: **Anais do 18º Congresso Mundial IUAES**. Florianópolis, UFSC, 2018.

WAGLEY, Charles. **Race and Class in Rural Brazil**. Paris: UNESCO, 1952.

WILLEMS, Emílio. **O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico**. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 21, n. 1, p. 187-210, jun. 2009

Uma Promessa em Disputa no Paraná: Os Movimentos Sociais Rurais e a Criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)¹

FERNANDA NICTERWITZ²

“Vocês terão uma universidade”

Presidente Lula, II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar, 23 jun. 2006

Introdução

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é, desde seu projeto, uma instituição de Ensino Superior com estrutura multicampi e que se instalou nos três Estados da região Sul do Brasil: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (onde se localiza sua sede). Criada em 2009, a partir de um instigante processo social e político, sua implantação reuniu sociedade civil organizada e

1. Esse texto é um dos resultados da pesquisa de mestrado realizada no PPGH da UNIOESTE. Orientador: prof. Dr. Moisés Antiqueira.

2. Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestra em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

movimentos sociais em debates públicos acerca da definição da nomenclatura da instituição, dos cursos a serem ministrados, da quantidade de vagas e, até mesmo, dos critérios para cotas socioeconômicas de ingresso. A deliberação dos municípios que receberiam *campi* não escapou do debate promovido pelo grupo, e é nas querelas relacionadas a este tema que centraremos nossa análise.

Tais discussões ocorreram nas reuniões do Movimento Pró-Universidade Federal – MPUF (grupo que reuniu representantes dos interessados na criação de uma universidade a ser instalada no que se conhece como Mesorregião da Fronteira Mercosul³, numa faixa que contempla Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul), com onze representantes do Ministério da Educação – MEC. As discussões foram detalhadas em atas e documentos de memória escritos pelos próprios participantes e, posteriormente, compiladas pelos primeiros funcionários e professores da UFFS.

A partir dessa documentação, observamos uma grande disputa entre os três Estados, no que se refere à quantidade de *campi* que cada um teria direito após a abertura da Instituição. Tal debate surgiu de um desentendimento surgido no Paraná, e que ocorreu entre os movimentos sociais (e sociedade civil organizada) do Sudoeste do Paraná, - que requeriam a instalação de um *campus* da nova universidade no município de Realeza; e os movimentos sociais (especialmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Via Campesina) que reivindicavam um *campus* na região do Cantuquiriguaçu, no centro do Paraná.

3. Mesorregião geográfica é um termo utilizado para caracterizar “uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais[...]”. Foi criada pelo [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], IBGE, e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa” (PARANÁ, s/d). Já o termo “fronteira” é considerado pelo IBGE, como a “faixa interna de 150Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional” (IBGE, s/d). Assim, a Mesorregião de Fronteira é a subdivisão de municípios com similaridades geográficas que ocupam a área de fronteira, ou a faixa interna de 150Km de largura a partir da divisória do território nacional à Oeste.

O Início Do Processo: Os Deputados e a Via

A demanda pelo aumento do número de universidades federais no Sul do Brasil é antiga e tomou corpo a partir da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, em 2002. Desde este momento é possível rastrear solicitações de grupos e discussões populares a fim de requerer a implantação de Instituições Federais de Ensino Superior na região Sul, mais precisamente, na região Oeste dos Estados contemplados, buscando a interiorização de instituições que, historicamente, se instalaram nas regiões litorâneas do país, o que, muitas vezes, obrigava jovens e adultos a percorrer mais de 500 quilômetros para conseguir ingressar no ensino superior federal.

Em 2002, o então candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, Claudio Vignatti, em uma pesquisa de opinião para avaliar sua popularidade com os habitantes da região Oeste de Santa Catarina, constatou que havia demanda por uma universidade federal na região, já que o Estado possuía apenas uma Instituição desse porte, a Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, na capital, Florianópolis (VIGNATTI apud TREVISOL, 2013). Eleito, o deputado iniciou esforços no sentido de oficializar uma universidade para a região Oeste do Sul do Brasil, assim, integrou a comissão de orçamento e elaboração do primeiro Plano Plurianual⁴ e, em 2005, apresentou um projeto de lei que propunha a criação da UFGFM – Universidade Federal da Grande Fronteira Mercosul⁵.

Segundo Vignatti (apud TREVISOL, 2014), um projeto de universidade que fosse voltado apenas para o Oeste de Santa Catarina não teria força para aprovação em congresso, porém, um que contemplasse uma grande região, como a Mesorregião de Fronteira, poderia ser viabilizado. O deputado elaborou uma proposta que contemplou 400 municípios (dos três Estados do Sul do Brasil) que estavam, assim, na fronteira Mercosul. Em simultaneidade, movimentos sociais vinculados ao Norte do Rio Grande do Sul ampliavam

4. O PPA (Plano Plurianual) “estabelece os objetivos gerais da administração pública no que se refere às despesas de capital” (FILGUEIRAS, 2005, p.3), é um documento previsto na Constituição de 1988 como parte do orçamento, atuando em conjunto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamentos Anuais. A sinalização orçamentária era importante no processo de criação da universidade, já que sem previsão orçamentária se tornaria impossível apresentar qualquer projeto de lei.

5. Projeto de Lei 6037/2005, aprovado em 19 de junho de 2006.

suas reivindicações por uma universidade federal para a região do Alto-Uruguaí⁶ e, dentre os envolvidos, estavam Via Campesina⁷, Regionais da CUT (Central Única de Trabalhadores), FETRAF (Federação dos trabalhadores rurais e urbanos) e outros (COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE – RS, 2005, p.11). O grupo elaborou um projeto de universidade pública que foi finalizado em dezembro de 2005 e requereu uma audiência com Fernando Haddad, então ministro da Educação.

Não é clara a referência de que o projeto de lei de Claudio Vignatti tenha surgido como uma definição dos movimentos sociais no sentido de criar uma universidade pública regional, tanto o é, que em 16 de maio de 2006 o Movimento do Norte do Rio Grande do Sul, ainda solicitava audiência pública para apresentar sua proposta de Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul:

[Porto Alegre, 16 de maio de 2006] em nome da Coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal do Norte – RS, vimos formalizar a solicitação de uma audiência com o Ministro de Estado da Educação, Sr. Fernando Haddad, para tratar da expansão do ensino superior público na porção Norte do Rio Grande do Sul, conforme reunião realizada com Vossa Senhoria, no último dia 13 do corrente (PAVAN, GÖRGEN, 2006)

O desenrolar dos acontecimentos já se configurava bastante complicado de início, contrariando as postagens memorialistas da UFFS. Em sítio da Instituição, na aba “Histórico” encontramos a seguinte cronologia:

2005: O Movimento Pró-Universidade Federal teve início nos três estados do Sul, coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e pela Via Campesina (com a participação do Fórum da Mesorregião, Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três Estados, igrejas, movi-

6. Contendo municípios como Cerro Largo, Cruz Alta, Erechim, Ijuí, Três Passos, Frederico Westphalen, e outros.

7. Organização de influência internacional, formada pelo Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento dos Atingidos por Barragem, que atua em nome dos interesses dos agricultores.

mento estudantil, associações de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores) ganha força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno (UFFS 2, 2021).

Ao analisar a documentação nota-se que os grupos (de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em maio de 2006, ainda pleiteavam de forma isolada a aprovação de seus projetos individuais e que, não necessariamente, FETRAF e Via Campesina coordenaram de início o movimento. A unificação dos projetos só ocorreu em maio de 2006, no Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL) em um consenso entre os participantes, apenas após terem suas propostas individuais rejeitadas.

A partir disso, formou-se um comitê que organizou uma reunião em 23 de junho. Nela, os responsáveis pela organização do Movimento do Norte do RS já sinalizaram que possuíam proposta em andamento com o Ministério da Educação:

Na sequência o Dep. Ivar Pavan relatou da visita que recebera do Prof. Zeferino Perin (Coordenador da Meso Região), para tratar do tema. Também, do contato feito com o Dep. Frei Sérgio (RS), da Via- Campesina, onde foi informado que estão construindo posição sobre o tema na próxima segunda feira (26/06), conjuntamente nos três estados. Já em contato com o MEC (Henrique Paim), o mesmo diz que o ministério está elaborando uma proposta mas solicita o mesmo do movimento organizado. Informou, também, que o movimento construído no RS já protocolou junto ao MEC um documento com o diagnóstico da situação com uma pré-proposta de universidade. As demandas, assim, foram encaixadas na proposta de Claudio Vignatti, que só foi viabilizada em outubro de 2007 no projeto de lei 2199/2007 [sic] (COMITÊ UNIFICADO, 2006, p.1).

Assim, nos encaminhamentos dessa reunião é que se definiu que haveria uma “Coordenação Unificada do Movimento Pró-Universidade Federal”. Seus membros em proposição eram Dep. Claudio Vignatti/SC, Dep. Ivair Pavan/RS, FETRAF/Sul, CRESOL, CORLAC (um representan-

te⁸), Dep. Luciane/PR⁹ e Via Campesina. A observação que é pontuada é que “A coordenação geral ficará a cargo da FETRAF-Sul e do Dep. Claudio Vignatti” (COMITÊ UNIFICADO, 2006, p.3). Desta forma, a determinação da liderança da coordenação do movimento e passos seguintes ficou definida em 23 de junho de 2006 em reunião do Comitê Unificado Pró-Universidade Federal, ocorrida em Chapecó/SC. Não em 2005, mas em 2006, é que se forma o Movimento Pró-Universidade Federal.

A função da coordenação era a de acordar com o MEC os passos a serem dados em relação ao projeto de universidade e seus prazos, além de articular lideranças para que a proposta fosse mais forte em seus propósitos, como nota-se no encaminhamento b da memória da reunião mencionada acima:

Será realizado um seminário com lideranças dos três Estados, buscando construir um acordo em torno dos grandes temas e nas linhas gerais em torno da universidade que queremos:

Data: 17 de julho/06

Público: 50/60 lideranças com perfil de direção política a serem mapeadas e convidadas pela coordenação e integrantes dos movimentos envolvidos [grifo nosso] (COMITÊ UNIFICADO, 2006, p.3)

Assim, realizariam um seminário com lideranças de perfil de direção política que seriam mapeados e convidados a participar do movimento a fim de construir acordos e temas para a universidade em pauta. Além disso, dois encaminhamentos dados na reunião de 23 de junho chamam a atenção: o encaminhamento c e o d. No primeiro, encontramos o seguinte direcionamento: “c) *devemos acelerar* o Movimento Pró-Universidade Federal no *Sudoeste do Paraná*”. A preocupação indica haver movimento no Paraná, mas provavelmente com menos força e comprometimento com a proposta em comparação com os grupos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No segundo: “d) devemos avançar no diálogo, interlocução, com a Via-Campesina *com*

8. Não fica evidenciado se um de cada instituição ou se um para Cresol e Corlac.

9. Não há referência no documento sobre o sobrenome da Deputada, ao que tudo indica, trata-se da então deputada estadual Luciana Guzella Rafagnin, ou da também deputada pelo PT, Luciane Maria Carminatti.

o objetivo de incorporá-los e unificar o movimento, até o final de junho/2006” [grifos nossos] (COMITÊ UNIFICADO, 2006, p. 3 e 4).

A responsável pela aceleração do movimento no Sudoeste do Paraná e na aproximação com a Via Campesina seria a FETRAF-Sul, que contaria com o apoio do deputado Marco Maia e da deputada “Luciane” para a aproximação com o Paraná; e do deputado Ivair Pavan para a aproximação com a Via Campesina. Tal afirmação sugere uma inferência: a Via Campesina era muito mais próxima ao movimento do Norte do Rio Grande do Sul, que do movimento unificado como um todo. O documento “Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul – Proposta de Criação. Alguns Elementos” de dezembro de 2005 é assinado pela Coordenação do Movimento Pró-Universidade do Norte – RS, que cita Via Campesina como participante, não como relatora:

Cabe destacar a forte participação no Movimento Pró-Universidade Federal do Norte de inúmeras entidades e setores representativos, tais como: Via Campesina (Movimento dos Sem Terra - MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF, Regionais da CUT,... [sic] (COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE – RS, p.11).

Portanto, evidencia-se que o primeiro movimento para o nascimento da universidade federal partiu dos parlamentares, como Claudio Vignatti e Ivair Pavan, que articularam sua potencialização a partir da aproximação com a FETRAF-Sul e com a Via Campesina, especialmente. O Paraná, como observado, foi incorporado ao projeto. Mesmo que sempre tenha havido mobilização social para a criação de uma universidade, sua participação foi, de fato, impulsionada pela FETRAF-Sul que já coordenava o movimento e que sempre esteve presente na região Sudoeste do Estado.

O Projeto em Discussão: Via Incorporada e Paraná Acelerado

Ao analisar as páginas anteriores, nota-se que o processo de construção da universidade instalada em 2009 iniciou-se em 2005, ou antes. A demora se deu

pois, em junho de 2007, o Ministério da Educação ainda não tinha segurança quanto à necessidade de uma nova universidade federal na região Oeste do Sul do Brasil, já que no dia 15 desse mês, houve uma audiência no MEC na qual o governo acreditava que um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET atenderia melhor aos anseios da região (REINERT; LAFFIN, 2008, p.2).

O compromisso entre Movimento Pró-Universidade e Ministério da Educação só foi firmado em 02 de outubro de 2007, quando houve a criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto de universidade. A primeira reunião desse grupo ocorreu em 23 de outubro de 2007, em Brasília, e definiu o cronograma de ações e comissão responsável pela deliberação e articulação das propostas. Os nomes são os mesmos da reunião de 23 de junho: Claudio Vignatti, Ivair Pavan, “Luciane”, FETRAF-Sul, CORLAC, CRESOL, com a adição da Via Campesina, que não se fazia presente na assembleia anterior, o que indica que o encaminhamento “d” obteve resultado. As coordenações gerais ficaram a cargo de FETRAF-Sul e Claudio Vignatti, também consoantes com o decidido em junho de 2007.

Definidos os grupos, as deliberações e ações começaram a tomar forma: ficou decidido que a universidade não teria um *campus* apenas¹⁰, como definido anteriormente. Com a participação de novas lideranças, e um movimento unificado, fez-se urgente ampliar a quantidade de *campi*, assim a nova instituição teria

estrutura multicampi, atendendo a três estados da região sul do Brasil, sendo que a reitoria estará sediada em um dos estados, preferencialmente no Oeste de Santa Catarina e haverá mais um campi em cada um dos outros dois estados – Norte do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná (REINERT; LAFFIN, 2008, p.22).

Dentre as diretrizes para localização, o movimento destacava alguns pontos principais, como ter ou ser “agricultura familiar e camponesa e suas organizações sociais; regiões mais carentes de instrumentos públicos federais na área do ensino superior; e distantes das atuais universidades federais da Região Sul” (REINERT; LAFFIN, 2008, p.22). Além disso, o movimento

10. Que, inicialmente, seria em Chapecó por ser região centralizada na Mesorregião da fronteira Mercosul, de acordo com deliberação do projeto de Vignatti.

concordou que a universidade deveria “potencializar a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, que tenha como premissa a valorização e o fortalecimento da matriz produtiva existente” (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p.24).

A preocupação com a proposta pautada no desenvolvimento local se deveu ao fato de que, segundo o próprio movimento, a região teria uma trajetória de baixos investimentos estatais, e “ausência de equipamentos públicos essenciais”, o que teria levado a um perfil econômico de empobrecimento da Mesorregião em relação ao Sul como um todo. Sua produção, portanto, seria de base agropecuária e agroindustrial, sendo a agricultura familiar e camponesa o elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento local, já que representava 90,05% “dos estabelecimentos” na região Sul (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p.15-20).

Tal volume, segundo o relatório do movimento, gerou baixa urbanização em relação ao restante do país (de 65%, apenas), um PIB per capita 40% menor que o da região Sul e, por isso, microrregiões estagnadas que levaram ao êxodo, que gerou perda de participação econômica também. Todas essas características compuseram um perfil político propulsor para a mobilização de cooperativas e com grande presença de movimentos sociais populares (rurais e urbanos) como CUT, FETRAF, Via Campesina, MST, e outros (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p.18).

Como tais movimentos participaram ativamente do processo de constituição da nova universidade e estavam cientes da conjectura local, algumas diretrizes de criação da universidade estavam diretamente relacionadas ao desenvolvimento social e econômico da região e, por isso, compuseram o manifesto da UFFS. A interação da instituição de ensino com “as vocações regionais e locais” era premissa básica (COORDENAÇÃO MPUF, Manifesto, jun. 2007, p.10), assim como a, já mencionada, “valorização e o fortalecimento da matriz produtiva existente” (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p.187).

A universidade deveria ser multicampi, democrática, respeitar a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural. Ademais, deveria estabelecer um conjunto de dispositivos de combate à desigualdade social e regional, especialmente, agindo com “forte intercâmbio” entre instituições culturais, países do Mercosul e com “sociedade organizada, em especial com os movi-

mentos e organizações sociais populares” (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p.14).

No projeto de Claudio Vignatti, de 2005, já ficava clara uma referência quanto ao papel social e econômico da nova universidade, quando esta ainda nem possuía nome definido e atendia por UFGFM: “a UFGFM terá como finalidade erradicar a pobreza e reduzir ao máximo as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 2005). Desta forma, assim como no projeto matriz, o Movimento Pró-Universidade pretendia que a instituição formasse cidadãos comprometidos com a promoção de “desenvolvimento sustentável e solidário na Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento” (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p.13).

O MEC, portanto, definiu que as cidades candidatas a receberem *campi* da universidade deveriam atender a determinados critérios, como “ser polo na região, estar em área central e oferecer contrapartida compatível com o projeto do MEC” (apud REINERT; LAFFIN, 2008, p.22), que previa a doação de terreno, prédio, lote ou recurso concreto por parte do município para a construção do espaço físico da instituição. A partir disso, ficou definido que a sede seria em Chapecó, Santa Catarina, por atender aos critérios tanto do MEC quanto do movimento social que previa a demanda por ensino superior no local (MEC apud REINERT; LAFFIN, 2008, p.33).

Em extratos de documento entregue pelo MPUF a Fernando Haddad em audiência de 15 de junho de 2007, observamos os parâmetros que o movimento definiu em conjunto com o MEC sobre a localização dos *campi*:

Regiões com forte presença da agricultura familiar e camponesa, elemento caracterizador, estruturador e dinamizador do desenvolvimento da Mesorregião; regiões com forte presença de Organizações e Movimentos Sociais Populares e do Movimento Pró-Universidade Federal; regiões com maior número de alunos no Ensino Médio; regiões com IDH mais baixos; regiões mais distantes das atuais Universidades Federais da Região Sul; regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área da educação; regiões que representem centralidade no contexto geográfico da Mesorregião e que contenham certa infraestrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis; distribuição dos *campi* entre os estados, considerando o

número de municípios e a população da Mesorregião e seu entorno (REINERT; LAFFIN, 2008, p.8)

A proposta do movimento, portanto, seria de uma universidade com onze *campi*, começando com sete, porém, o Ministério da Educação propôs iniciar com três (um para cada estado). O Rio Grande do Sul não concordou e o movimento optou por iniciar com dois no estado, a sede em Chapecó e um *campus* no Paraná, por conta de proporcionalidade (a partir dos critérios definidos) (REINERT; LAFFIN, 2008, p.8,9). Porém, há uma série de discussões internas ao movimento que definiam anteriormente, que seriam dois *campi* em Santa Catarina, dois no Rio Grande do Sul e um no Paraná, e por esse motivo é que o estado do Rio Grande do Sul não concordou com “perder” algo anteriormente definido¹¹.

Até 23 de novembro de 2007, a preocupação do movimento seria a criação de uma universidade na Mesorregião, como no projeto original de Vignatti, assim, a necessidade de a instituição “se desenhar como multicampi (Oeste de SC, Sudoeste do PR e Noroeste RS)” (REINERT; LAFFIN, 2008, p.36) como anteriormente vinha se construindo. Porém, é aqui que começamos a observar divergências entre os participantes, especialmente, por conta dos “incorporados”. Na memória da reunião de 23 de novembro de 2007 produzida pela UFSM, Elemar do N. Cezimbra¹² lembrou o grupo de que “as afinidades existentes nos municípios do entorno extrapolam a própria Mesorregião” e que o grupo havia definido que sua existência se devia ao fato da necessidade de um único interlocutor junto aos ministérios que eram FETRAF-Sul e Via Campesina (REINERT; LAFFIN, 2008, p.36).

Nesse momento, é que começa uma disputa interna no movimento, especialmente, no que se refere ao *campus* no Paraná. A Via Campesina já incentivara o movimento do Norte do Rio Grande do Sul e havia sido convidada a se incorporar ao Movimento Pró-Universidade para impulsionar as negociações com os ministérios. Por essa altura é que a proposta original da Mesorregião começou a ser esgarçada para contemplar as solicitações do

11. De acordo com Memória da reunião técnica de instalação do Grupo de Trabalho de Criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, em 23 de nov. de 2007, produzida pela UFSM – Universidade Federal de Santa Maria (REINERT; LAFFIN, 2008, p.35).

12. Atualmente, professor efetivo do quadro da UFFS, mestre e doutorando em temática relacionada ao Movimento dos Sem-Terra e educador do movimento desde 1982.

movimento incorporado: representantes do MST e Via Campesina presentes nas reuniões passaram a solicitar um *campus* em sua área de interesse, no Cantuquiriguaçu, região central do Paraná.

Os representantes do movimento que já há muito se organizavam para que a universidade fosse instalada no Sudoeste do Paraná, como o senhor Jaci Poli¹³, na mesma reunião “manifestou preocupação sobre a necessidade de definições de locais” de forma precipitada sem debate com as bases dos movimentos, salientando ainda que “a decisão sobre locais ainda nesta reunião [23/11/2007] poderia levar a rupturas e à perda de confiança do movimento em relação ao grupo” (REINERT; LAFFIN, 2008, p.37).

Como resposta, Prof. Lucio José Botelho¹⁴ atentou o grupo para o fato de que “o Brasil nunca teve um plano sistêmico de avanço da educação superior [...], portanto o momento deve ser aproveitado”, que os locais deveriam ser definidos para que a vocação da universidade pudesse ser discutida e ressaltou que “o projeto da nova IFES foi desenterrado a partir de uma reunião da Via Campesina e dos movimentos sociais com o presidente Lula” (REINERT; LAFFIN, 2008, p. 37). Assim, o que se entende é que o grupo teria prioridade na decisão, ainda que sua proposta de município não estivesse nos rascunhos iniciais da universidade, nem mesmo no projeto de Claudio Vignatti, de 2005.

Desta forma, nas reuniões subsequentes, houve a definição de Laranjeiras do Sul como município no qual a instituição teria *campus*, contrariando as definições anteriores de que a universidade se localizaria no Sudoeste do Paraná, no município de Francisco Beltrão ou Realeza. E a reunião de 13 de dezembro de 2007¹⁵, data em que também se definiu o nome da nova universidade, deixou evidente a escolha: “a maioria tem uma ideia de que a região da Cantuquiriguaçu tem maior condições de ser a região contemplada com o campus a ser definido na cidade de Laranjeiras e Rio Bonito” [sic] (REINERT; LAFFIN, 2008, p. 44).

13. Representante do movimento social do Sudoeste do Paraná nas discussões do Movimento Pró-Universidade. Jaci Poli é mestre em História.

14. Médico, mestre e doutor em Saúde Pública, é, atualmente, professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina. Na época das discussões, era reitor da UFSC.

15. Memória da terceira reunião do grupo de trabalho para a criação da UFFS – versão produzida pelo MEC

Na versão da reunião elaborada pelo MEC há a ênfase de dados utilizados, e que não se confirmavam, para validar a localização de Laranjeiras do Sul como proposta viável: “[O Prof. Gelson] fez uma abordagem dizendo que há matrícula de nível superior em Laranjeiras contrariando os dados do documentos [sic] apresentado” (REINERT; LAFFIN, 2008, p.44). Ainda assim, não houve mais discussões sobre a temática e a proposta demandada pela Via Campesina foi aprovada: o *campus* do Paraná seria em Laranjeiras do Sul.

A Via Campesina é uma organização internacional que articula movimentos sociais de agricultores, da qual o Movimento dos Sem Terra faz parte. O MST tem trajetória diretamente relacionada com a do Partido dos Trabalhadores que, criado em 1980, estimulou o desenvolvimento do grupo. Com a intersecção de objetivos e influência internacional da Via Campesina e, ao que a documentação indica, nacional (na relação estabelecida com o governo federal e Lula), a proposta de universidade tomou novo fôlego e “saiu do papel”.

Isso gerou uma avalanche de reclamações por parte dos representantes do Movimento Pró-Universidade do Sudoeste, ou que estavam alinhados com a região (como o grupo de Francisco Beltrão). Na memória produzida pelo MEC da reunião seguinte, de 21 de fevereiro de 2008, o representante do Ministério, Marcos Aurélio Brito passou os informes iniciais e comunicou a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais trinta dias, já que houve “interpolação do Ministério Público quanto à definição dos futuros *campi* sede, por parte deste Grupo de Trabalho” (REINERT; LAFFIN, 2008, p.50).

Tal interpolação se deu por conta da Comissão do Sudoeste do Paraná que se reuniu com o Ministério da Educação em 18 de fevereiro de 2008, três dias antes dessa reunião, para argumentar que Laranjeiras do Sul não teria direito de retirar o *campus* do Sudoeste, pois não fazia parte da Mesorregião da fronteira Mercosul e não havia participado dos primeiros debates acerca do tema. Maria Ieda Costa Diniz, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, concedeu uma prorrogação (de 30 dias) do prazo de decisão sobre os *campi* para que a situação fosse reconsiderada pelo Movimento Pró-Universidade Federal, pois entendeu que “na primeira reunião da Comissão [...] foi definido o limite territorial da UFFS [...]: oeste da Santa Catarina, Norte do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná” [sic] (REINERT; LAFFIN, 2008, p. 56).

Antes mesmo de o aviso ser repassado oficialmente pelo MEC ao grupo, na abertura da reunião de 21 de fevereiro de 2008 (na versão produzida por Elton Scapini), os coordenadores pontuaram que “esta será a primeira universidade brasileira a ser criada a partir da ação do Movimento Social e com participação deste. Não vamos permitir interferências políticas que desconheçam o processo. Decisão tomada é decisão tomada” (REINERT; LAFFIN, 2008, p.55).

A abertura antecipava o que era a opinião do grupo quanto à interposição junto ao MEC: a universidade seria dos movimentos sociais, o que teria sido decidido nas reuniões da comissão, e interferências políticas por parte do Sudoeste não seriam aceitas. Assim, ao tomar ciência da prorrogação conseguida pelo grupo do Sudoeste e comunicada por Brito, diversos representantes das várias regiões do Movimento pró-universidade argumentaram sobre a necessidade de celeridade ao processo, já que a universidade precisaria estar aberta em 2009 para que o projeto não fosse “naufragado, quando da alternância de gestão em 2010” (REINERT; LAFFIN, 2008, p. 50). Os avisos tinham em si um teor de alerta e de imposição de prioridade: “o único objetivo que é a implantação da UFFS” (REINERT; LAFFIN, 2008, p. 51).

Na versão produzida por Elton Scapini, observa-se que o grupo do Sudoeste teve tempo para explicar sua manifestação, pontuando novamente que os municípios a serem contemplados deveriam considerar a questão territorial e que o Sudoeste do Paraná era o berço “de inúmeras iniciativas da Agricultura Familiar”. Eles ainda argumentaram que os participantes originários do movimento do Sudoeste, que eram do município de Francisco Beltrão, indicavam que a universidade ficasse no município de Realeza, pois “Francisco Beltrão está bem contemplado em termos de instrumentos públicos [...] [e] oferece como opção o município de Realeza” (REINERT; LAFFIN, 2008, p. 56).

Em resposta a isso, o vice-prefeito de Laranjeiras do Sul (Nelson Gomes)

lembrou que, no passado, a Região do Sudoeste teve dois ministros, que privilegiaram a Região. Lembrou que Laranjeiras do Sul tem apenas uma extensão da Universidade do Oeste do Paraná, que aceitariam o Instituto Federal de Educação Tecnológica – IFET, que o Sudoeste rejeitou (REINERT; LAFFIN, 2008, p. 57).

Como era esperado, a comissão utilizou o argumento de que as discussões se centravam na “Mesorregião e seu entorno” e que, por isso, manteriam as decisões já tomadas com relação ao campus em Laranjeiras do Sul. Isso se deu por conta de o grupo ter considerado o posicionamento do Sudoeste do Paraná como ofensivo e individualista, já que o MPUF concordou e reiterou diversas vezes que o importante era conseguir criar a universidade: a primeira universidade organizada pelos movimentos sociais.

Porém, o grupo do Sudoeste, ao ouvir inúmeras vezes que a decisão por Laranjeiras do Sul se deu devido à Via Campesina e ainda em “consonância com a promessa do Presidente Lula, de implementar essa universidade antes do fim de seu mandato na região do Cone Sul” (p.51), respondeu lembrando que “no ano passado [2007] foi comemorado os 50 anos da Revolta dos Posseiros e que o presidente Lula se comprometeu em instalar uma Universidade na Mesorregião”. Assim, ao se considerar promessas feitas, todos tinham algo a receber em termos de universidade e estavam cobrando sua parte.

Como o MPUF priorizou o grupo de Laranjeiras do Sul em detrimento do Sudoeste, mais uma vez este recorreu aos aliados políticos, mobilizando deputados e o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que assumiu ser “possível uma unidade para o Sudoeste do Paraná” (MPUF apud NICHTERWITZ, 2017, p.98). A mobilização individual dos colegas irritou novamente os membros do MPUF. Ivair Pavan, que participou da idealização do projeto, concluiu (em reunião de 19 de março de 2008) que “a postura dos companheiros do Sudoeste do Paraná é, no mínimo, inadequada. Depois de termos feito um processo junto, o Sudoeste decidiu fazer um movimento a paralelo” (MPUF, 2008, p.2).

Ao que Eduardo Gaievski, então prefeito do município de Realeza, respondeu: “estamos juntos no movimento. O que é difícil namorar, casar, o filho nascer e alguém roubar o filho. O Sudoeste do Paraná se sente assim com a universidade. [...]” (MPUF, 2008, p.5). Por isso, o grupo sudoestino se mobilizou e, além de conseguir promessa de Paulo Bernardo, conseguiu 30 assinaturas de deputados para investirem no campus de Realeza. Mesmo indo de encontro com o MPUF, o movimento do Sudoeste ainda se comprometeu a não realizar mais nenhuma emenda no projeto da universidade, pois só queriam o campus que lhe haviam prometido (MPUF, 2008, p.5).

A Via Campesina, que havia participado da origem do movimento Pró-Universidade do Norte do Rio Grande do Sul e foi integrada ao MPUF visando acelerar as discussões e interceder em favor da universidade, relutou em aceitar que o Paraná tivesse mais um campus. Sua representante na reunião de março de 2008, Irene¹⁶, afirmou que “não se trata de ser contrário a mais uma unidade e sim à forma como as questões estão se dando. [...] não é possível um estado ser atendido 100% já na primeira fase enquanto os outros dois são atendidos em 30%” (MPUF, 2008, p.4).

O MPUF acabou perdendo. O movimento do Sudoeste aprovou a solicitação de dois *campi* no Paraná, sendo um deles em Realeza. E, ainda em 2008, o presidente Lula sancionou o projeto de lei 3774/08 que criou a UFFS.

Universidade criada: As duas promessas e os dois campi do Paraná

O processo de criação da UFFS, uma universidade de integração da região da fronteira Sul do Brasil, especificamente, da Mesorregião da fronteira Mercosul, tinha pauta audaciosa: de interiorizar a universidade pública, historicamente localizada no litoral, colocando-a no extremo Oeste do Brasil, região em que os movimentos sociais da agricultura familiar e pelo direito à terra são fortes e resistentes.

A construção do seu projeto foi iniciada individualmente pelas regiões, nos idos de 2005: primeiro pelo Oeste de Santa Catarina, com auxílio de Claudio Vignatti; e pelo Norte do Rio Grande do Sul, com apoio da organização internacional pela agricultura, a Via Campesina. Depois, em 2006, com as propostas regionais recusadas, os projetos foram unificados para ganharem força de negociação com o Ministério da Educação. Os encaminhamentos passaram a ser de aceleração da participação do Paraná no projeto e de inclusão da Via Campesina nas negociações e comunicação com ministérios.

Feito isso, a Mesorregião que, inicialmente, precisaria de, pelo menos, sete *campi* para atender plenamente sua demanda para Ensino Superior, concordou com os tímidos três *campi*: um para cada estado do Sul do Brasil. Porém, após negociações exaustivas, como forma de reconhecimento pela participação da Via Campesina, o MPUF definiu que o Rio Grande do Sul teria mais um *campus* e a unidade do Paraná não seria mais no Sudoeste,

16. Sem nome ou referência completa na documentação.

sendo transferida para o centro do Estado, no município de Laranjeiras do Sul: em região historicamente desassistida pelo poder público, com apoio apenas da Unioeste para formar jovens no ensino superior e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), critério para receber um *campus*, mais baixo em comparação com Realeza.

Um ponto levado em consideração foi o IDH, que é uma medida de 0 a 1,000 de “progresso” populacional nas dimensões de saúde, educação e renda em um local¹⁷ e que conta com cinco faixas: muito baixo (de 0 a 0,499), baixo (de 0,500 a 0,599), médio (de 0,600 a 0,699), alto (de 0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1,000). Os IDH’s dos municípios sede da nova universidade, na época, eram os seguintes:

Município	IDH
Brasil	0,727
Cerro Largo (RS)	0,764
Chapecó (SC)	0,790
Erechim (RS)	0,776
Laranjeiras do Sul (PR)	0,706
Realeza (PR)	0,722

Tabela 1: IDH dos municípios.

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>.

Considerando os números acima, exceto pelos municípios do Paraná, todos tinham índice acima do Brasil. Além disso, todos os números configuram como “alto”, estando na faixa entre 0,700 e 0,799. Há de se considerar ainda que, de fato, o município de Laranjeiras do Sul contava com o menor índice dentre os cinco municípios cotados na primeira fase de seleção para receber a UFFS. O critério do MPUF deixava explícito que para ser município sede havia a necessidade de ser um local com agricultura familiar e camponesa, presença de movimentos sociais, IDH’s baixos e regiões carentes de instrumentos públicos e ausência ou distância de universidades federais (REINERT; LAFFIN, 2008, p.8).

17. IDH | PNUD Brasil (undp.org). In: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acessado em out. 2021.

Em relação aos critérios, Realeza e Laranjeiras do Sul eram bastante similares, exceto por dois pontos: pela Mesorregião de Fronteira, da qual Laranjeiras não faz parte, já que se situa na região central do Paraná, a cerca de 270Km de distância da fronteira Mercosul¹⁸, em contraposição aos 40Km de distância de Realeza com a fronteira da Argentina, assim, do território nacional; e pelo critério da ausência de universidades federais próximas: Laranjeiras do Sul contava apenas com a proximidade com a Unioeste (que é estadual), enquanto Realeza estava entre um campus da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) e um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), em Francisco Beltrão, e, um IFET, em Capanema. Desta forma, Laranjeiras do Sul não cumpria todos os critérios, assim como Realeza, mas as promessas de universidade tinham sido feitas para ambos os grupos, pelo governo federal, segundo as atas e memórias de reunião do MPUF.

A disputa não foi apenas pela universidade em si, mas pelo que a universidade representa para grupos historicamente preteridos no acesso ao Ensino Superior: a inclusão social para os filhos dos agricultores, camponeses e sem-terra, e também para os filhos dos trabalhadores urbanos; o desenvolvimento sustentável de uma região que tinha pouca presença de instituições do governo e que estava aquém dos resultados econômicos obtidos pelo restante da região Sul; a oportunidade de estudo para aquele que recebe até a média local de 2 salários mínimos e não pode bancar uma graduação privada; é a construção e um sonho de vida melhor.

Porém, com a universidade instalada, nota-se que para o município de Realeza seu *campus* representou muito mais uma oportunidade de desenvolvimento municipal e aumento do poder aquisitivo de uma elite local que lucrou com a especulação imobiliária e comércio, numa perspectiva conhecida por “efeito-gasto”. Este se dá na elevação da demanda por produtos e serviços que é gerada pela instalação de um *campus* universitário em um município. Esse valor advém da folha de pagamento para técnicos-administrativos, corpo docente, despesas com suprimentos e gastos de pessoas que se mudaram para estudar no *campus* e morar no entorno (BARBOSA; PETTERINI; FERREIRA, 2015, p. 2).

Tal perspectiva pode estar relacionada aos cursos que foram escolhidos para Realeza, como Medicina Veterinária e Nutrição que atraem estudantes externos, de outros municípios e estados da federação. Em contraposição,

18. Tendo o município de Foz do Iguaçu como referência.

analisando o campus de Laranjeiras do Sul, observa-se que os cursos instalados são muito mais voltados às necessidades dos movimentos sociais e da população local, numa perspectiva de “efeito-conhecimento”, como com as licenciaturas Interdisciplinares em Educação do Campo, ou Engenharia de Aquicultura, que tem como objetivo atuar

de maneira prioritária para o desenvolvimento científico e tecnológico regional integrado no âmbito da Aquicultura *no combate às desigualdades sociais e regionais, tendo na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento* [...] Formar um profissional de nível superior que vai se valer das ferramentas conceituais, metodológicas, técnicas e científicas da área de Aquicultura para projetar, planificar e avaliar metodologias e técnicas aplicáveis ao cultivo de organismos aquáticos, visando à produção eficiente de alimentos e derivados de origem aquática, a serviço do desenvolvimento regional integrado [grifo nosso] (UFFS 1, s/d).

Pode-se analisar de forma evidente como a perspectiva e objetivo de instalação de um *campus* é relacionada aos cursos que foram escolhidos para tal. Ao observar as descrições dos Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas em Realeza e de Laranjeiras do Sul evidencia-se a diferença de perfil entre os *campi*. O *campus* de Laranjeiras do Sul objetiva seu curso da seguinte forma no sítio oficial da universidade:

O Curso de Graduação em Ciências Biológicas, Licenciatura presencial integral, com oferta de 40 vagas anuais, *tem como objetivo proporcionar a formação de professores com espírito investigativo, reflexivo, criativo, com postura crítica, ética e comprometidos com os contextos social, cultural, econômico, ambiental e educacional*, com qualificação teórica e prática para a produção e a disseminação de conhecimento da área das Ciências Biológicas e comprometido com as temáticas da educação, os níveis de organização biológica, os recursos naturais e o meio ambiente, para atuar na educação básica. [...] Possibilitar ao futuro professor a *compreensão da responsabilidade da escola como agente de formação e transformação social* [grifos nossos] (UFFS 3, s/d).

Enquanto, no mesmo sítio eletrônico oficial, para a aba do *campus* Realeza, o mesmo curso é apresentado de maneira bastante diferente:

O Curso de Ciências Biológicas da UFFS – Campus Realeza pretende oferecer ao licenciando uma *formação generalista, ética, desenvolvendo-lhe competência para refletir, criticar, agir e atuar com responsabilidade, solidariedade e qualidade nas diferentes áreas das Ciências Biológicas e áreas de sua interface, gerando conhecimentos básicos e aplicados.*

O curso pretende que o licenciado em Ciências Biológicas seja um profissional que atenda aos requisitos da formação do biólogo (Resolução CNE/CES 07 de 11 de março de 2002) e do professor de Ciências do ensino fundamental e Biologia do ensino médio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e médio, e as recomendações do MEC para os cursos de Licenciatura, conforme o Art. 62 da Lei 9.394/1996, das Diretrizes e Bases da Educação, e as Resoluções CNE/CP 1 e 2 de 2002 [sic] [grifos nossos] (UFFS 4, s/d).

O perfil do curso de Ciências Biológicas promovido pelo *campus* Laranjeiras do Sul é mais alinhado com as propostas dos movimentos sociais que o perfil do curso do *campus* Realeza, sendo o primeiro voltado para o desenvolvimento local e formação crítica e o segundo para uma formação generalista, de “solidariedade e qualidade” de seus formandos.

Considerações finais

Compreender a querela surgida na reunião de definição do município a ser escolhido para receber a universidade no Paraná é mais que entender o processo político sobre o qual ela foi construída e se consolidou nos últimos dez anos, é também compreender a importância e influência dos movimentos sociais rurais na formação e articulação da política no Paraná, em especial, nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado. E ainda entender como as perspectivas dos seus fundadores influenciaram na criação dos cursos, de suas grades curriculares e perfis acadêmicos, o que está diretamente relacionado com o

tipo de profissional que será formado e qual a atuação que terá em relação à sociedade e ao seu desenvolvimento.

A situação de cada *campus*, no que se refere a sua localização, cursos, professores e atuação, acabou por refletir as ideias pautadas nas primeiras reuniões do MPUF. A proposta de Realeza sempre foi atender aos anseios da agricultura local, mas também promover seu crescimento (social, econômico e político) enquanto município, o que, em médio prazo favoreceu os mais abastados do município (NICTERWITZ, 2017); Laranjeiras do Sul é um *campus* do movimento social e que o promove, assim, busca reduzir as desigualdades sociais e conscientizar a comunidade com seus cursos e propostas pedagógicas. Tais discrepâncias e práticas ficaram evidenciadas no sítio oficial da universidade, o que nos leva a inferir: uma universidade quando criada reflete os objetivos pelos quais foi construída, assim, é fundamental ter ciência se são inclusivos e comunitários ou excludentes e individualistas.

Referências

ATLAS BRASIL. In: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acessado em: out. 2021

BARBOSA, Marcelo, Ponte; PETERINI, Francis Carlo; FERREIRA, Roberto Tatiwa. **Avaliação do Impacto da Política de Expansão das Universidades Federais sobre as economias municipais**. 2015. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i12-6599011d2e-3082ef34b038002f88e41c.pdf. Acessado em: out. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei 6037 de 10 de outubro de 2005**. Autoriza a criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira Mercosul – UFGFM e dá outras providências. Brasília, 10 de outubro de 2005. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade-tramitacao?idProposicao=303083>. Acessado em: out. 2021.

COMITÊ UNIFICADO (PR, SC, RS) PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL. **Ata da reunião de 23 de junho de 2006**. Chapecó, Santa Catarina, 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Audiência Pública**. Brasília: nov., 2007.

COORDENAÇÃO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL. **Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Manifesto**. 14 jun. 2007.

COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE – RS. Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul – Proposta de Criação – Alguns Elementos. Ijuí, 10 dez. 2005. In: TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.) **Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS**. CD-ROM. VOL 3. Chapecó, 2014.

FILGUEIRAS, Fernando. **Política Orçamentária, formação de interesses e corrupção no Brasil. 1995-2000**. Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Souza”. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ecsbsdefesa.com.br/fts/PIFICB9500.pdf>. 2005. Acessado em: out. 2021.

IBGE. **Municípios da faixa de fronteira - IBGE**. In: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=o-que-e>. Acessado em: out. 2021.

IDH - **PNUD Brasil (undp.org)**. In: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acessado em out. 2021.

NICHTERWITZ, Fernanda. **As Fronteiras de uma universidade: o município de Realeza/PR e a instalação do campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)**. Marechal Cândido Rondon, 2017, 155 p.. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PARANÁ. **Mesorregiões Geográficas - Disciplina - Geografia** (seed.pr.gov.br). In: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1586&evento=8>. Acessado em: out. 2021.

PAVAN, Ivair; GÖRGEN, Frei Sérgio. **Ofício Of. GIP 043/2006**. Porto Alegre, 2006.

REINERT, Dalvan José, LAFFIN, Marcos (coord.). **Relatório das atividades e resultados atingidos**. Santa Maria, Florianópolis, Brasília, março, 2008.

TREVISOL, Joviles; LÓ, Marcelo (orgs.) **Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS**. DVD. Vol 1 (DVD2), Chapecó, 2014.

UFFS (1). **Perfil do Curso (uffs.edu.br)**. In: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/engenharia-de-aquicultura/perfil-do-curso>. Acessado em: out. 2021.

UFFS (2). **Universidade Federal da Fronteira Sul » Histórico (uffs.edu.br)**. http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=42. Acessado em: out. 2021.

UFFS (3). **Perfil do Curso (uffs.edu.br)**. In: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/ciencias-biologicas/perfil-do-curso>. Acessado em: out. 2021.

UFFS (4). **Perfil do Curso (uffs.edu.br)**. In: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/ciencias-biologicas/perfil-do-curso>. Acessado em: out. 2021.

Natureza, Turismo e Identidade no Município de Maripá, Paraná¹

CARLA MARTINA RECH²

Introdução

Maripá é um município localizado no Oeste do Paraná. Sua origem está ligada ao processo de colonização, ocorrido em meados do século XX, organizado pela Industrial Madeireira Rio Paraná S/A – MARIPÁ. A maioria das pessoas que se fixou na área onde hoje está o município é oriunda de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A vegetação nativa era do tipo floresta estacional semi-decidual, com a presença de árvores do tipo ipês, peroba, araucária, pitanga, pau marfim, canafístula. Até 1990, Maripá era um dos distritos de Palotina. Após sua emancipação, a prefeitura e algumas entidades do município começaram a organizar eventos festivos como a “Festa das Orquídeas e do Peixe”, que visavam atrair turistas e fomentar a produção e o comércio de flores, em especial orquídeas, e de peixes, principalmente tilápias.

1. Esse texto faz parte da dissertação de mestrado defendida no PPGH da UNIOESTE. Orientador: prof. Dr. Marcos Nestor Stein.

2. Mestra em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.



FIGURA 1. Mapa do Paraná – Localização de Maripá na cor vermelha.

Fonte: Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 05/2017.

Os eventos que envolvem a produção de peixes e de orquídeas, e a sua vinculação à identidade da cidade, são realizados por diversas entidades de bairros, linhas, comunidades religiosas, clubes, escolas. Após a realização dos eventos o montante de recursos financeiros arrecadados é dividido entre estes grupos.

Este texto aborda a relação cultura e natureza na medida em que tem como objetivo enfatizar as interpretações e usos de plantas e animais na construção da indústria do turismo em Maripá, bem como as narrativas e ações que modificam o meio ambiente por meio de projetos de piscicultura e que são utilizados como indicadores da identidade da população do município. Em outros termos, procuramos analisar a constituição de uma identidade em Maripá buscando compreender o processo de construção das imagens identificadoras, como o slogan “Cidade das Orquídeas”, e o desenvolvimento do turismo como mais uma atividade econômica local. Procuramos durante a elaboração deste capítulo, costurar as análises aliando economia, gênero e identidade. Nesta perspectiva da História, de não separar por temas, os assuntos foram sendo apresentados e analisados conforme se dão na vida social, imbricados, emaranhados, interdependentes.

A reflexão aborda as seguintes fontes: leis municipais, acervo histórico de publicações em jornais e revistas, inventário turístico da cidade, roteiro de viagens técnicas realizadas, atas do Conselho Municipal de Turismo, relatórios de encontros de turismo, prestações de contas da Festa das Orquídeas e do Peixe, panfletos e folders dos atrativos turísticos de Maripá e entrevistas orais.

“E eu sempre gostei muito de flores, isso é mais coisa de mulher, mas eu sempre gostei [...]”: A construção de Maripá como “Cidade das Orquídeas”.

[...] Eu tive uma equipe muito boa [...]. Então, a gente teve uma Equipe, uma família pra começar o município de Maripá, e com isso surgiu ideias de que a gente fazer, o que principalmente nós poderíamos fazer pra Maripá ficar conhecida, Maripá ficar divulgada, porque na verdade, tem muitos municípios que ficam 10, 15, 20, 50 anos aí e não é divulgado [...] o que fazer pra nós divulgarmos o município [...] e aí nós pensamos na orquídea [...]

(MOREIRA, 2016).

No ano de 1993, quando o primeiro prefeito de Maripá foi empossado, logo nos primeiros meses de trabalho, tem-se uma preocupação com o “visual da cidade” – como podemos perceber no fragmento da fala do então prefeito, citada na epígrafe acima. Segundo a reportagem intitulada “Maripá começa a trabalhar no visual da cidade” do jornal “O presente” de 02 de julho de 1993, o chefe do Departamento de Obras e Urbanismo da municipalidade maripaense, Max Roger Ludke, recebeu autorização do prefeito para proceder a “recuperação” do visual paisagístico municipal, na intenção de “embelezar” a cidade.

Este discurso sobre o visual paisagístico apresenta duas características. Uma seria a de que no passado da cidade havia um visual natural formado por orquídeas nativas, conforme a narrativa abaixo:

Muito antes de surgir a euforia pelo cultivo das orquídeas em massa em 1993, Maripá e região já tinham nas matas e até mesmo entre algumas pessoas da população a presença de espécies nativas

do Oeste paranaense: Olho de boneca e Estrelinha (conhecidas cientificamente por *Dendrobium* e *Miltônia*). Estas espécies foram desenvolvidas naturalmente e sobrevivem de acordo com o clima da região (JORNAL DO OESTE, 1999, p.16).

Outra característica desse discurso envolve o enaltecimento dos benefícios decorrentes da emancipação do município, em especial, em relação à estética da cidade. É o que podemos ler na transcrição da fala do vice-prefeito em exercício no ano de 1993, Elizeu Spagnol - “Os canteiros estavam abandonados e foi efetuada a limpeza. Aos poucos plantamos flores e o canteiro central mudou, ficou mais bonito” (REVISTA MÓDULO, 1999, p.13) – e no jornal “O presente” na edição do dia 01 de outubro de 1993, intitulada “Maripá quer ser a cidade das orquídeas.” Nesta matéria, a ênfase é a iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, professores e alunos para arrecadação de mudas de orquídeas para serem plantadas nas árvores das ruas da cidade. As publicações nos jornais no ano de 2003 retratam principalmente uma preocupação no embelezamento da cidade. Parafraseando Flores (1997), é como se o poder público quisesse apresentar uma “cidade maquiada pelo cosmético” das ruas sempre floridas.

A narrativa que indica o ano de 1993 como início do cultivo de orquídeas - construindo, assim, uma origem para essa prática - também pode ser encontrada no site da prefeitura. De acordo com o site, no início do ano de 1993, uma professora do ensino médio propôs uma arrecadação de mudas de orquídeas para plantio em todas as árvores da cidade, como atividade de preservação do meio ambiente. Foi escolhida a orquídea, pois algumas famílias já possuíam pequenos orquidários em suas residências e também por ser uma planta que se adapta facilmente ao meio ambiente. Em alguns anos, quase todas as residências da cidade possuíam alguma espécie de orquídea e algumas famílias já cultivavam a flor para vender localmente e na região. A comunidade aderiu ao processo de plantação de mudas de orquídeas nas árvores e em 1997 a cidade passou a ter o cognome de “Cidade das Orquídeas” (HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MARIPÁ, 2017).

Na prefeitura de Maripá há registros fotográficos sobre a campanha.



FIGURA 2. Alunas do colégio estadual Pio XII plantando orquídeas nas árvores em 1993.
Fonte: Prefeitura Municipal de Maripá, 2017.

Em entrevista ao jornal “Turismo é aqui”, o prefeito em exercício nos anos 2005-2008 foi questionado com a seguinte pergunta: “Em que aspecto Maripá se diferencia dos outros municípios paranaenses? Qual a característica mais peculiar de Maripá?” (JORNAL TURISMO É AQUI, 2008, nº47). A sua resposta foi a seguinte:

Penso que Maripá se diferencia justamente por ter um povo criativo. Um município onde as pessoas começam a plantar orquídeas nas árvores, envolvendo estudantes em uma gincana e com

isso transformando Maripá na Cidade das Orquídeas só pode ser um povo muito criativo. Temos vários exemplos da criatividade de nosso povo como a corrida de tratores que já se transformou numa grande competição nacional e até internacional. A nossa principal característica é a criatividade. Com o povo, as administrações que são parceiras têm uma visão de crescimento sustentável (TURISMO É AQUI, 2008).

Discurso semelhante, que constitui uma identidade coletiva para o município a partir do cultivo de orquídeas, também pode ser visualizado em matérias de jornais publicados no primeiro ano de sua emancipação. Em dezembro de 1993, o jornal *O Presente* publicou uma reportagem sobre Maripá em que o prefeito destaca que seria uma tradição da população maripaense manter um bonito visual junto às residências e, dentro deste espírito, também a prefeitura está dando atenção especial ao setor urbanístico, embelezando sempre mais a cidade (*O PRESENTE*, 1993).

Esse processo de embelezamento da cidade envolve o cultivo de orquídeas para fins comerciais. Na maioria dos casos, quem gerencia, administra e empreende o negócio são as mulheres. Em uma matéria publicada no jornal *Folha de Londrina*, o professor Jacó Gimenez, instrutor do Senar, ao falar sobre o turismo em Maripá, afirmou que: “O turismo rural é um agronegócio familiar com predominância da mulher na cabeça do negócio” (*FOLHA DE PALOTINA*, 2006). Trata-se de uma afirmação que utiliza a metáfora do corpo, que enfatiza o cultivo desta flor como papel predominantemente feminino.

Discursos que procuram naturalizar a relação entre gênero e cultivo de orquídeas também foram encontrados em outros jornais. É o caso do *Jornal d'Oeste*. Em uma matéria publicada em 1999 temos o trabalho com as orquídeas como um momento de “terapia” para as mulheres maripaenses. O título da matéria “A bela transformação de Maripá” e o subtítulo “Terapia” são corroborados com a fala da orquidicultora Yolanda Sevegnani: “Quando não estou cuidando das coisas da casa e me encontro com algum problema, vou para a estufa e passo horas cuidando das orquídeas” (*JORNAL D' OESTE*, 1999, p.16). Ou seja, trata-se da construção de uma imagem em que o cultivo das orquídeas faz parte de um universo feminino, inclusive como uma forma de terapia – e a fotografia (imagem n. 1) que apresenta somente alunas reforça essa imagem.

No ano de 1994, em matéria de 10 de junho do jornal “Cidade Verde”, são apresentadas informações sobre o plantio das orquídeas nas árvores das ruas da cidade. Nessa matéria temos discursos que associam o embelezamento da cidade e a constituição de uma consciência ecológica de seus habitantes. Segundo o então prefeito Dorival Moreira “Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul é comum as cidades serem cheias de flores [...]. Isto chama a atenção. Em meu município as árvores são podadas e agora com as orquídeas teremos uma cidade colorida e com beleza natural”. Na sequência, a secretária de Educação Terezinha Conci relata que os dois objetivos do plantio das orquídeas nas árvores das ruas são: “embelezar a cidade, despertar o sentido ecológico”.



FIGURA 3. Árvores das ruas urbanas de Maripá com orquídeas plantadas.
Fonte: Prefeitura Municipal de Maripá, 2017.

A intenção do poder público ao instituir a orquídea como símbolo “oficial” foi criar um produto turístico - não necessariamente com base na história - em um processo que associa cultura e economia. Nesse processo temos a produção de discursos que visavam construir o cultivo da orquídea como um indicador da identidade da população de Maripá. É o que podemos perceber no Roteiro do Corso Alegórico que foi realizado na 12ª edição da

Festa das Orquídeas e do Peixe no ano de 2010: “Maripá preserva os traços dos colonizadores germânicos não só na fisionomia do nosso povo, mas também na cultura, na gastronomia, na agricultura e também no amor pelas flores, que aqui se manifesta através do cultivo da mais nobre entre todas as flores, a orquídea³”.

Neste processo de inventar uma tradição, a identificação da população local com as orquídeas precisou ser estimulada. Este estímulo a identificação entre comunidade e determinado símbolo é primordial. Segundo Chevalier, “um símbolo só existe em função de uma determinada pessoa, ou de uma coletividade cujos membros se identifiquem de modo tal que constituam um único centro” (CHEVALIER, 2003, p. XXV). Neste sentido, no ano de 1997 o prefeito em exercício Elizeu Spagnol, através da Lei nº 144 de 10 de dezembro, autorizou, juntamente com o poder legislativo, cognominar a cidade de Maripá de “A Cidade das Orquídeas”. Em 2005, através da Lei nº 437 de 26 de abril, o então prefeito Henrique Deckmann, aprovou os símbolos oficiais que seriam identificadores do logotipo “Maripá – Cidade das Orquídeas”, o trator, a orquídea e a tilápia. Segundo o texto da lei, os símbolos poderiam ser utilizados pela comunidade em geral da cidade, no intuito de identificar os produtos e serviços produzidos, com fins comerciais, industriais, educacionais, culturais, sociais, esportivos, turísticos, recreativos, lazer e afins, bem como na realização de eventos públicos ou particulares, objetivando a divulgação e identificação de Maripá no contexto regional, estadual, nacional e internacionalmente.

Na produção desta cidade-imagem foram construídas narrativas associando o cultivo de orquídeas à qualidade de vida e ao progresso econômico e social de Maripá. É possível ver esta relação na matéria da revista “Regional” de março do ano de 2002, intitulada “Qualidade de vida em primeiro lugar”:

No ontem, no hoje e no amanhã, a palavra que mais se enquadra com Maripá – a Cidade das Orquídeas – é o progresso. [...] Em Maripá não há favelamento, 85% de sua população possui casa própria, o índice de criminalidade na adolescência é praticamente zero e todas as crianças de zero a 14 anos frequentam a escola. O governo municipal e o legislativo desenvolvem ainda uma série

3. Material gráfico de divulgação do “Roteiro do Corso Alegórico” que foi realizado na 12ª edição da Festa das Orquídeas e do Peixe no ano de 2010.

de ações conjuntas visando valorizar o cultivo de orquídeas e, em razão disso, a produção municipal já é suficiente para o mercado de exportação. A harmonia existente entre os poderes Executivo e Legislativo está sendo fundamental para dar qualidade de vida a população, a qual aprendeu amar e cuidar das orquídeas espalhadas pela sede municipal. “A cidade das orquídeas” deixou de ser apenas modelo regional, pois frequentemente recebe caravanas de outros estados interessados em conhecer o segredo de tamanho sucesso (REVISTA REGIONAL, 2002).

Essa perspectiva também pode ser lida em uma matéria presente em outro periódico. Intitulada “Flores sugerem padrão de vida saudável”, temos o seguinte discurso:

O cidadão de Maripá tem uma visão muito peculiar em relação à orquídea, o principal símbolo do município. Para ele, não se trata só de uma flor que enfeita e colore ruas e praças. É muito mais. Transformou-se nos últimos anos em sinônimo de povo unido, que trabalha de forma harmônica para atingir objetivos. A marca registrada deste município localizado há 85 quilômetros de Cascavel também é uma alternativa viável de renda a agricultores de vocação familiar (JORNAL O PARANÁ, 2002, p.34).

Numa associação ainda entre o cidadão maripaense e o cultivo de orquídeas, a reportagem “Maripá, a cidade das orquídeas” apresenta dados do IDH do município. No trecho intitulado “Município do noroeste do Paraná famoso pelas flores tem o 5º melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Estado⁴”, temos a seguinte reprodução da narrativa do então prefeito em exercício Henrique L. Deckmann:

4. Aqui houve um embate de informações, pois segundo a página do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, que apresenta os resultados do IDH dos municípios paranaenses no ano de 2000, Maripá está em 8º, sendo 1º Curitiba, 2º Maringá, 3º Quatro Pontes, 4º Pato Branco, 5º Londrina, 6º Entre Rios do Oeste, 7º Marechal Cândido Rondon. Há também índices dos anos 1991 e 2011, onde Maripá ocupa 36ª e 21ª posição respectivamente. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=193&btOk=ok>. Acesso em dezembro de 2017.

As crianças que plantaram as primeiras orquídeas nas árvores já são adultos. Na verdade, as flores são instrumentos de educação, pois quem as planta não se torna vândalo”. [...] A maior parte da receita vem da produção agrícola e de um parque industrial que aos poucos vai ficando mais forte. Mas a ideia é investir para valer em um tipo de indústria que não faz fumaça: o turismo. [continua] “Recebemos encomendas de vários lugares. As plantas conseguem viajar por até 15 dias. Também fazemos cruzamentos para produzir novas variedades e atrair colecionadores. Já temos até a orquídea Maripá” [continua] “As flores encantaram o italiano Roberto Spandre, relações internacionais na Universidade de Piza (Itália), que está na região oeste desenvolvendo um convênio entre a instituição que representa e a Itaipú Binacional para estudar o potencial turístico da região. Na opinião dele, as flores estão entre os atrativos que podem trazer europeus ao Paraná. “As pessoas da Itália querem saber como se cultiva orquídeas”. (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, 2008).

Nota-se a valorização de estrangeiros, mas não de qualquer parte do mundo, e sim da Europa. São eles que atestam a qualidade dessa cidade imagem. Outro aspecto diz respeito à projeção social do cultivo de orquídeas por jovens. Assim como a senhora citada anteriormente, que afirmou que o trabalho com a orquídea era uma espécie de terapia, o cultivo feito por jovens poderia servir como uma espécie de remédio preventivo, ou uma terapia, para evitar a delinquência juvenil. Esse discurso também está presente, de certo modo, no livro de Yurkiv e Ribeiro, para os quais, “o cultivo de flores propicia também um novo tipo de trabalho voltado para a sociedade. Em conjunto com a Ação Social, crianças carentes podem ser empregadas na produção de mudas e na educação ambiental” (YURKIV; RIBEIRO, 2001, p.116). O incentivo para que as crianças plantem flores gera uma relação de pertencimento, na intenção que se perpetue o tipo ideal de cidadão.

A relação entre turismo, transformações ambientais e a construção de uma identidade para o município de Maripá podem ser vistos também tendo como protagonista o peixe. Veremos na sequência as narrativas e ações que modificam o meio ambiente por meio de projetos de piscicultura e que são utilizados como indicadores da identidade da população do município.

“[...] A solução está nas águas”: produção de tilápia e identificação cultural

[...] Inicialmente quando nós fizemos aquele levantamento, diagnóstico lá, né, em todas as propriedades em 1993, nós encontramos, é, em 81 propriedades do município que tinha, que o produtor tinha lá um tanque de piscicultura. E dessas 81 propriedades 2 ou 3 produtores já estavam, é, comercializando dando os primeiros passos para comercializar peixes [...] (ZILIOTTO, 2017).

A atividade de piscicultura comercial em Maripá teve seu início logo após a criação do município em janeiro de 1993. Anteriormente, a piscicultura era atividade exercida de forma artesanal para consumo familiar por pequenos produtores rurais distribuídos pelas diversas comunidades do interior do município (HISTÓRICO DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ, 2017).

Com instalação da Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná – EMATER -, a piscicultura passou a ser uma das principais atividades econômicas que receberam o apoio da prefeitura municipal de programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB. Segundo o servidor da EMATER, César Antonio Ziliotto:

Em 93 a agricultura, grãos, aqui era muito forte, setor de grãos, no caso milho, soja e trigo. Naquela época não se plantava milho safrinha, normalmente era milho e soja verão, trigo inverno. E o setor leiteiro estava assim já desenvolvido, com a existência do laticínios aqui no município e aí a gente foi verificar aí outras potencialidades que tinham e dentro deste diagnóstico chegamos à conclusão que a cultura da mandioca seria uma cultura que poderia vir a crescer bastante no município, até pela cultura do nosso agricultor aqui, maioria provinha do sul do país e dentro da área da pecuária a piscicultura teria um potencial de crescimento aqui no município. (ZILIOTTO, 2017)

Sob a coordenação do técnico agropecuário e chefe do escritório local da EMATER, os primeiros trabalhos aconteceram ainda em 1993 nas pro-

priedades dos senhores Helmuth Poerner e Arlindo Schach, Neri Hoffmann e Pedro Toaldo. Estas passaram a ser as primeiras propriedades a construírem tanques/viveiros, observando os padrões técnicos recomendados tais como: formato, profundidade mínima e máxima, entrada e saída individual de água, monges⁵ adequados entre outros. Na sequência, diversos outros produtores passaram a construir tanques ou mesmo a readequar aqueles já existentes nas propriedades.

Num levantamento inicial realizado no ano de 1993, constatou-se que em 81 propriedades rurais existiam tanques escavados para criação de peixes perfazendo uma área de 35,0 ha. de lâmina de água com uma produção de aproximadamente 105,0 toneladas de pescado. A atividade continuou a crescer ano após ano principalmente em área e produtividade chegando ao ano de 2000 com 96 propriedades com tanques de piscicultura e uma área de 73, ha. de lâmina de água e produção total de 584,0 toneladas de pescado, sendo 95% de tilápias (HISTÓRICO DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ, 2017).

Em uma reportagem de um periódico da região, intitulada “Piscicultura adquire força em Maripá”, são apresentadas outras espécies de peixes cultivados em Maripá:

O sucesso que a festa do peixe alcançou em Maripá, em fins de agosto, quando também foi realizada simultaneamente a festa das orquídeas, serve para comprovar a importância que a piscicultura está tendo dentro da economia local. [...] O carro-chefe da piscicultura maripaense é a tilápia, mas a produção de carpa vem crescendo bastante, o mesmo acontece com o bagre africano e a introdução de espécies nativas, como o dourado, o pintado e a piranjuba, todas criadas em açudes (O JORNAL, 1999, p.5).

O que nos chama a atenção nesse discurso que constrói uma imagem do município cuja economia estava em desenvolvimento a partir da produção de peixes é o fato de seu êxito ser demonstrado por meio da realização

5. Monge é um dos sistemas de escoamento utilizados em açudes. Existem várias estruturas de esvaziamento do açude, de alvenaria, de tubo de PVC, por sifonagem de mangueira, registro de gaveta e outros sistemas. O modelo do tipo em “U” (ou monge) tem muitas vantagens na sua utilização, pode ser esgotado totalmente e rapidamente. MANSKE, Cleiton. Entrevista concedida a Carla Martina Rech. Dezembro de 2017.

de uma festa - A Festa das Orquídeas e do Peixe. Através da Lei nº 161 de 31 de agosto de 1998 este evento é instituído como festa oficial do município. A Festa das Orquídeas e do Peixe é realizada geralmente no último final de semana de agosto, período de maior floração das orquídeas. Reúne grande parte da população local que trabalha de forma voluntária antes, durante e depois da festa. Pessoas organizadas em forma de associações de diversas localidades do município trabalham nos preparativos e depois dividem os lucros entre as entidades. Neste evento é servido o prato típico do município, o Peixe Assado, Desossado e Recheado na Grelha.

Aliada a Festa das Orquídeas e do Peixe, outra maneira de difundir determinada imagem da cidade de Maripá foi a criação de um pórtico situado próximo ao principal acesso à cidade. Este portal representa os símbolos/imagens de identificação e divulgação da cidade: a orquídea e a tilápia. A representação da orquídea, do peixe e da roda de trator constitui-se como um espaço de memória maripaense. É possível observar na fala do prefeito em exercício na época que a intenção com a construção do portal era legitimar e reforçar uma identidade. O portal seria a passagem para o “sonho” de construção da cooperativa que faria o beneficiamento da produção pesqueira do município, a representação do progresso, da agilidade na roda do trator e o sucesso da economia a longo prazo na representação da orquídea.



FIGURA 4. Portal Turístico de Maripá.
Fonte: Prefeitura Municipal de Maripá, 2017.

Neste sentido, festa e pórtico serviriam como vitrine para apresentar o municpio como referncia na produo de tilápia. Em 1995, em matria do jornal Gazeta do Paraná,  anunciado “Maripá realiza dia 11 Encontro de Piscicultores”. Os promotores do evento eram a Prefeitura de Maripá e EMATER. As palestras abordariam Legislao, Construo de Tanques, Qualidade da água para Piscicultura, Povoamento de Tanques, Alimentao e Engorda, Preveno e Controle de Doenas, Comercializao e Integrao com a Indústria. No jornal Coluna do Oeste, de 01 de setembro de 1995, o prefeito Dorival Moreira enfatizou a importância do evento, pois “A piscicultura  hoje mais uma opo para o pequeno proprietário que busca alternativas para a melhoria de sua renda familiar” (JORNAL COLUNA DO OESTE, 1995, p.6).

Esta profissionalizao do piscicultor  apresentada tambm na narrativa a seguir, quando o Secretário de Indústria, Comrcio e Agricultura, Elemer Stibbe, retorna de viagem tcnica de So Paulo. A reportagem intitulada “Maripá busca novas alternativas para a agropecuária” afirma que:

Na rea de piscicultura foi realizada uma reunio com a Associao de Pesqueiros de So Paulo e uma visita ao Cepta – Centro de Pesquisa em Piscicultura -, com a finalidade de identificar a atual situao e quais as perspectivas do setor para os próximos anos. “A piscicultura  uma atividade em plena expanso. Porm,  preciso que o produtor se profissionalize cada vez mais para competir no mercado. O associativismo  uma boa sada para enfrentar as dificuldades na hora da comercializao (JORNAL A NOTCIA, 1999).

Ao longo dos anos a atividade foi sendo fortalecida.  o que podemos perceber na análise de algumas reportagens dos jornais “Coluna do Oeste”, “Folha de Palotina”, “Gazeta do Paraná”, e “O Paraná”. Em 1996 houve a inaugurao de uma unidade demonstrativa de piscicultura, uma área de experimentos na propriedade de Helmut Poerner e os audes seriam usados em várias experincias na produo de peixe. Ainda neste ano, outra reportagem retratava a vinda de um representante da empresa de consultoria Braha da cidade alem de Branderburgo⁶ para iniciar um trabalho de coo-

6. A fonte quis dizer cidade alem de Mark Brandenburg.

peração com o município. Frank Grober visitou piscicultores no intuito de colher informações que poderiam resultar na troca de tecnologias no setor. Afirmou que era preciso melhorar a produção de peixes e industrializa-los para facilitar a comercialização.



FIGURA 5. Tanques escavados para piscicultura em Maripá. "Açudes".
Fonte: Prefeitura Municipal de Maripá, 2017.

Com o objetivo de mudar a percepção que havia sido construída sob a piscicultura - na época apesar de ser uma atividade próspera não era atrativa especialmente pela pequena produtividade e pela baixa remuneração - a prefeitura no ano de 1996 tomou a iniciativa de criar uma Unidade de Estudos e Pesquisas (ZILIOTTO, 2017). Foram realizados diversos experimentos de criação intensiva neste local, ou seja, trabalhou-se com um maior número de peixes por m^2 para chegar ao final do ciclo com maior biomassa⁷ por m^2 . Até o momento se tinha uma lotação de um peixe por m^2 com uma produção final de 300 a 400 gramas e uma biomassa final de 7,5 kg. Hoje com a exigência do mercado por peixes maiores, a lotação média utilizada

7. Biomassa corresponde ao peso médio do peixe X o número de peixes que há no açude. Por exemplo, se temos um açude com 10000 peixes, com peso médio de 200g cada um, a biomassa será igual a 2000 Kg. MANSKE, Cleiton. Entrevista concedida a Carla Martina Rech. Dezembro de 2017.

por produtores com alta tecnologia varia de cinco a oito peixes por m² para uma biomassa final de 3,5 a 6,0 kg (HISTÓRICO DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ, 2017) ⁸.

A partir do ano de 1997, esta unidade de estudos e pesquisas instalada na propriedade do Sr. Helmuth Poerner passou a ser também uma unidade demonstrativa para visitação dos interessados.



FIGURA 6. Unidade Demonstrativa de Piscicultura.

Fonte: Prefeitura Municipal de Maripá, 2017.

Na análise desta imagem é possível notar que não se trata somente de produzir e comercializar peixes, mas de um espaço de visitação, como se fosse uma amostra em uma vitrine. Tanto que são imagens utilizadas em material gráfico de turismo, nos materiais confeccionados pelas cooperativas locais e nos calendários anuais distribuídos pela prefeitura.

Em 1999, o técnico em piscicultura contratado pela AQUIMAP, Jorge Roberto de Queiroz, publicou o artigo intitulado “A solução está nas águas” no jornal Coluna do Oeste. No texto, a água dos açudes para a produção de tilápias é apresentada como a terapia, o remédio para os males da economia. O autor traça uma previsão para o ano 2000: nesse ano a terra contaria com

8. Aqui o discurso ficou confuso, pois analisando os números é notada uma diminuição no peso do peixe com o avanço da tecnologia.

7 bilhões de habitantes e alimentar todas essas pessoas seria um problema. A solução estaria nas águas onde se poderia obter proteína animal a baixo custo e em abundância, por isso que a criação de peixes vem sendo incentivada. Por fim, afirmou que o sucesso na piscicultura dependeria de “imensa carga de trabalho e dedicação” dos produtores, assim como novos conhecimentos e aprimoramentos teóricos e práticos.

Podemos perceber que esses discursos, que são propagados na mídia, tem a intenção de construir um sentimento de insegurança na população, ao mesmo tempo em que trazem de forma “suave” propostas de saídas para tais problemas, como é o caso do artigo citado “A solução está nas águas”.

Também no ano de 1997, com o objetivo da realização de um trabalho de organização dos produtores, foi criada a Associação dos Aquicultores de Maripá – AQUIMAP, que segundo Altair João Pandini (2017) ⁹, primeiro presidente da entidade, “veio fortalecer o associativismo entre os piscicultores e que continua sendo hoje fundamental para o desenvolvimento da atividade no município”.

A partir da criação da AQUIMAP os incentivos municipais são direcionados ao grupo organizado. A relação deixa de ser entre o poder público e o indivíduo, passando a ser com o coletivo, a associação. Isso possibilita ao poder público exercer um domínio maior sobre grande parte dos produtores de tilápia, pois para ter acesso aos incentivos disponibilizados pela prefeitura, o piscicultor deveria ser associado à entidade.

Segundo César Antônio Ziliotto:

Hoje Maripá é o município do Paraná com maior produtividade de tilápias criadas em tanques escavados. Isto não aconteceu por acaso, mas é fruto de planejamento, trabalho, profissionalismo e dedicação de muitas pessoas que anonimamente dedicaram anos de suas vidas para que esta atividade se desenvolvesse e viesse a ser mais uma atividade importante para a melhoria de qualidade de vida de muitos municípios e conseqüentemente para o melhor desenvolvimento do município. (ZILIOTTO, 2017)

9. O entrevistado foi o primeiro presidente da AQUIMAP. Também fez parte das primeiras comissões de organização da Festa das Orquídeas e do Peixe.

Em sua narrativa, ele acentua o trabalho envolvendo a produção de peixe. Durante a entrevista ele também mencionou problemas como o excesso de demanda em certos períodos do ano, baixos preços, falta de pagamento por parte de pesque pagues e indústrias, falência de indústrias, falta de profissionalismo e má gestão de parte da cadeia produtiva e muitos aventureiros tentando ganhar com a atividade. Tudo isso fez com que muitos piscicultores parassem com a atividade.

Em 2009 o município contava com aproximadamente 40 produtores comerciais e produziu na safra 2006/2007 cerca de 851,0 toneladas de pescado e na safra 2007/2008 1.110,0 toneladas, sendo parte desta produção aproximadamente 30% destinada a Pesque-Pague, 5% destinados a feiras, festas e produção artesanal de filés, espetinhos, salame e outros e os 65% restantes destinados as indústrias regionais. Segundo Altair João Pandini (2017), “A administração municipal da época realizou ao longo dos quatro anos um trabalho intenso visando a possibilidade da instalação de uma indústria para o processamento do pescado no município. A concretização deste objetivo daria um grande impulso a atividade a qual voltaria a crescer e se desenvolver ainda mais nos próximos anos”. Na safra 2008/2009, o número de produtores chegou a 50 e a produção alcançou aproximadamente 1250 toneladas de pescado, sendo 90% de tilápias.

No ano de 2008 foi realizado um trabalho com um grupo de piscicultores no programa Administrando Potencialidades, programa este foi fruto de uma parceria entre a prefeitura municipal e Sicredi com apoio da EMATER e AQUIMAP e que teve como facilitador o engenheiro agrônomo Rubens Fey. O programa visava capacitar os piscicultores na gestão do seu negócio. Ou seja, a piscicultura não se desenvolveu no município somente a partir de iniciativas individuais de proprietários rurais, mas de um intenso incentivo e fomento do poder público.

Assim como no cultivo de orquídeas, discutido anteriormente em nosso capítulo, também em relação à piscicultura, há a produção de discursos que enfatizam o trabalho das mulheres nesta atividade. É o que podemos perceber na narrativa oral de Cesar Antônio Ziliotto (2017): “Muitos casais jovens quando o marido não está a mulher toma conta, ela pega o trator vai tratar o peixe, alimentar o peixe, enfim né, então realmente nós temos algumas propriedades onde a mulher que é a cabeça da coisa”. Percebe-se que, além de homogeneizar as mulheres por meio do uso do singular - “a mulher”

–, seu trabalho como protagonista se dá somente em função da ausência do homem, o que o naturaliza como protagonista e gestor principal desse espaço da economia da propriedade.

Outra constatação do técnico da Emater é que a piscicultura tem proporcionado a permanência dos jovens no meio rural, inclusive muitos destes com formação superior,

[...]a atividade de piscicultura agregou um público que até então nós não víamos muito no interior nosso aí, que é o jovem. Então hoje nós temos diversos produtores nossos aí que tem curso superior, inclusive alguns dentro da área, agronomia e outros cursos aí, enfim são pessoas que tem um conhecimento maior e uma facilidade maior em buscar a pesquisa. Nós temos um produtor nosso que inclusive tem pós graduação e anda lá descalço ao redor do tanque dele tratando o peixe dele, porque é uma atividade que realmente está remunerando, então isso atraiu muito o jovem pra essa atividade (Idem).

Em publicações da EMATER, Maripá é representada como município destaque no uso de tecnologia de produção e na preocupação com as questões ambientais. É considerado o município paranaense com o maior número de propriedades com a atividade licenciada e continua possuindo a maior produtividade por m² em tanques escavados tendo alcançado na safra de 2015 a produtividade de 53,28 kg/m² e também tendo alcançado nesta safra a maior produção paranaense em tanques escavados com um total de 6.648,430 kg de tilápias (HISTÓRICO DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ, 2017).

Em 2017, a administração municipal publicou informações relatando o apoio à atividade através de benefícios diretos aos produtores. Citamos a melhoria das estradas municipais, acesso às propriedades e melhoria da infraestrutura das áreas de piscicultura para facilitar o acesso de veículos para entrega de ração e escoamento da produção. Também nesta administração foi viabilizada a parceria com a UFPR para instalação de uma extensão do setor Palotina na cidade de Maripá. Para tanto, o poder público municipal viabilizou uma área de terras de 5,3 ha onde serão instalados laboratórios, salas de aula e campo experimental. No ano de 2016 iniciou a construção

do primeiro bloco onde serão instalados os laboratórios de carcinicultura e aquicultura.

A criação do peixe como símbolo “oficial” do município de Maripá visa fazer com que toda a comunidade se sinta parte desta atividade. Seja na produção de tilápia, como consumidor do produto, ou participando em algum dos eventos relacionados ao mesmo, como exemplo a Festa das Orquídeas e do Peixe. Nesse sentido, o prefeito da gestão 2005-2008 afirmou que é necessário “Lembrar que Turismo é o todo” (DECKMANN, 2015) e que “meus antecessores criaram as estruturas, meu trabalho foi organizar, divulgar, gerar marketing da cidade” (Idem).

Neste discurso de “gerar marketing” da cidade a identidade de Maripá é construída em torno do tema de sua projeção econômica. As imagens produzidas sobre o município no âmbito da piscicultura apresentam-se como “modelo Maripá de produção de tilápia” (ZILIOTTO, 2017) aliado as imagens dos açudes que servem como vitrine. Começa, assim, a delinear-se o tipo de cidade que se quer e principalmente como se quer mostra-la.

Nos anos 1993/1994 foi realizado o primeiro diagnóstico para saber quantos agricultores possuíam tanques de açudes já escavados em suas propriedades. Neste momento foram levantadas todas as propriedades do município, sem critérios estipulados. Segundo o profissional “Lá por volta de 2000/2001 começou a haver uns problemas de calote, muitos produtores perderam, haviam entregue os peixes para pesque-pague e acabaram não recebendo” (ZILIOTTO, 2017). Devido à ocorrência deste fato, no ano de 2002 a Emater optou por trabalhar somente com produtores comerciais, não prestando mais assistência aos piscicultores artesanais que produziam somente para o consumo.

Assim, a partir de 2002 e 2003 o número de piscicultores diminuiu para 35. Este número representa os produtores comerciais. Segundo o profissional “A partir de lá e até o ano passado que a gente fazia esse levantamento, nós trabalhávamos única e exclusivamente com produtores comerciais. Fechamos em 2016 com 94 produtores comerciais” (ZILIOTTO, 2017). Afirma ainda que caso hoje se fizesse um levantamento no município de todos os moradores que possuem açudes, artesanal e comercial, se chegaria a aproximadamente 120 propriedades.

Considerações Finais

Conforme Regina Horta Duarte (2005, p.29), a reflexão que envolve os usos e transformações da natureza pelos humanos “[...] possui dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais”. Nessa perspectiva, entendemos que a construção da indústria do turismo em Maripá envolveu a alteração da paisagem local. Nesse sentido, queremos ressaltar que a noção de paisagem engloba transformações no espaço urbano, como, por exemplo, o cultivo de orquídeas na praça, e na área rural, com a construção de açudes e suas implicações econômicas e sociais. Além disso, tais modificações estão imbricadas em processos de constituição de uma identidade cultural para a população do município.

A discussão entorno da orquídea como símbolo maripaense remete aos esforços despendidos pelo poder público para transformar a paisagem da cidade e produzir a imagem de “Cidade das Orquídeas”. É visível toda a movimentação que envolveu prefeitura, comunidade e escolas para criar uma cidade-imagem, onde cada árvore das vias públicas possui orquídeas plantadas. No discurso dos gestores percebemos muitas vezes a intenção – através do marketing da cidade - em atrair empresas para que se instalassem no município para geração de empregos e renda.

Por ocasião das edições da “Festa da Orquídea e do Peixe” e nos discursos de membros do poder público e de órgãos que prestam assistência técnica aos piscicultores, observamos o estabelecimento da relação entre a orquídea e a tilápia. A produção de peixes também deve ser encarada levando-se em conta suas dimensões econômicas, ambientais, culturais e sociais, pois produtores rurais que viviam da agricultura familiar fizeram grandes empréstimos bancários para construir açudes e áreas que eram ocupadas para lavoura ou gado são transformadas para criação de peixes. Além disso, ocorreram mudanças no dia a dia destes trabalhadores que se adaptam a uma nova forma de divisão do tempo, pois a piscicultura exige trabalho diário, sem sazonalidade como a lavoura, por exemplo.

ENTREVISTAS

BOINA, Jéssica; FRIEDEL, Josiele. Entrevista concedida a Autora. Maripá, dezembro de 2017.

DECKMANN, Henrique Ludoviko. Entrevista concedida a Autora. Maripá, em 05 de setembro de 2015.

LAZARIN, Doriana. Entrevista concedida a Autora. Maripá, julho de 2017.

MANSKE, Cleiton. Entrevista concedida a Autora. Maripá, dezembro de 2017.

MOREIRA, Dorival. Entrevista concedida a Autora. Maripá em outubro de 2016.

PANDINI, Altair João. Entrevista concedida a Autora. Maripá, em agosto de 2017.

ZILLOTTO, César Antônio. Entrevista concedida a Autora. Maripá, em Maripá em 02/2017.

LEIS

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 82 de 05 de setembro de 1995

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 144 de 10 de dezembro de 1997

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 161 de agosto de 1998

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei 189 de 10 de agosto de 1999

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 413 de 23 de dezembro de 2004

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 437 de 26 de abril de 2005.

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 477 de 13 de outubro de 2005

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 555, de 05 de setembro de 2006

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 556, de 18 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 572, de 06 de dezembro de 2006

Prefeitura Municipal de Maripá. Lei nº 692, de 12 de dezembro de 2008.

JORNAIS E REVISTAS

Revista Nova Fase – Ano de 2003.

Jornal Folha de Palotina do dia 11 de junho de 1994
Jornal Gazeta do Paraná de 02 de setembro de 1994
Jornal Folha de Palotina, do mês de setembro de 1994
Jornal O Paraná de 20 de agosto de 2000
Jornal O presente de 02 de julho de 1993
Jornal Cidade Verde de 10 de junho de 1994.
Jornal O Paraná de março de 1995
Jornal Gazeta do Paraná do ano de 1995
Jornal Coluna do Oeste no ano de 1999

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos:** mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Tradução Vera da Costa e Silva (et al.). 17ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FLORES, Maria Bernardete Ramos Flores. **Oktoberfest:** turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

YURKIV, José Erondy; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Maripá e sua história.** Cascavel, 2001.

Sobre os organizadores

MÉRI FROTSCHER é doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003), mestre em História do Brasil pela mesma instituição e licenciada em História pela Universidade Regional de Blumenau. É professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde leciona no curso de pós-graduação *stricto sensu* em História e, desde 2021, encontra-se em disposição funcional para a Universidade Estadual do Centro-Oeste, onde atua no curso de licenciatura em História (Campus de Irati) e coordena o Centro de Documentação e Memória – Cedoc. É pesquisadora do CNPq (Bolsista Produtividade). Tem experiência na área de História Contemporânea. É autora do livro *Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)*, fruto de sua tese de doutorado, e de inúmeros capítulos e artigos publicados no Brasil e no exterior sobre migrações entre Alemanha e Brasil, entre outros temas. Contato: merikramer@hotmail.com.

MARCOS NESTOR STEIN é doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008), mestre em História do Cultural pela mesma instituição e licenciado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. É professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde leciona nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* em História. É Pesquisador do INCT Proprietas: História Social da Propriedade e Direitos de Acesso. Tem experiência na área de História Contemporânea. É autor do livro *O Raiar do Oitavo Dia: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios-PR*, fruto de sua tese de doutorado, e de diversos capítulos e artigos publicados no Brasil. Contato: mancha36@hotmail.com.

Sobre os autores

BEATRIZ ANSELMO OLINTO é graduada em História pela FURG – Universidade Federal do Rio Grande, mestre e doutora em História pela UFSC. Docente do PPGH da UNICENTRO e pesquisadora associada da Rede Proprietas. E-mail: bia@hotmail.com.

BRUNA SILVA é graduada e mestre em História pela UNICENTRO e doutora em História pela UNIOESTE. Docente do curso de História da UNESPAR. E-mail: brunasilvabs@gmail.com.

CARLA MARTINA RECH é mestre em História pela UNIOESTE. Docente da Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED. E-mail: rechcarla-martina@gmail.com.

FERNANDA NICTERWITZ mestre em História pela UNIOESTE e doutoranda em História pela USP. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico (CNPq). E-mail: fernandanich@usp.br.

GESSICA ALINE SILVA é mestre em História pela UNIOESTE e atualmente doutoranda em História pela mesma instituição. E-mail: gessica58@hotmail.com

JAEL DOS SANTOS é graduado em História, mestre e doutor em História pela UNIOESTE. Professor colaborador do curso de História da UNIOESTE. R. E-mail: jaelsantos89@yahoo.com.br.

JÉSSICA DAL PIVA é graduada em Filosofia e Ciências Sociais Licenciatura, Bacharela em Ciências Sociais, mestra em Ciências Sociais pela UNIOESTE. Discente do curso de especialização em Ensino de Sociologia na UFMS. E-mail: jehdalpiva@gmail.com.

MARCELO HANSEN SCHLACHTA é doutor em História pela UNIOESTE. Docente de História e Coordenador de Pesquisa e Extensão do IFPR (Instituto Federal do Paraná) – Campus Cascavel. E-mail: marcelo.hansen@yahoo.com.br.

MARISANGELA LINS DE ALMEIDA é mestre em História pelo PPGH da UNICENTRO e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: mary_lins_18@hotmail.com.

MAURICIO MARCELINO DE LIMA é mestre em História pela UEM e doutorando em História pela UNIOESTE. Docente em Artes pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Pesquisador em História da Arte Moderna Paranaense. E-mail: mauricio.lima@ifpr.edu.br

SILVIA D. SCHNEIDER é graduada em História pela UEPG, mestre e doutoranda em História pela UNIOESTE: E-mail: silviaschneider1502@gmail.com.

TIAGO ARCANJO ORBEN é graduado em História pela UNIOESTE, mestre e doutor em História pela PUC-RS. Professor do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: tiagoarben@gmail.com.

FONTE Adobe Devanagari e Owners
PAPEL Pólen 80g/m²

Em tempos de grande proliferação de *fake news*, negacionismos e falsificações sobre as mais variadas questões e eventos do passado e do presente, torna-se cada vez mais imperiosa a realização de atividades que envolvam a divulgação e valorização do conhecimento científico produzido, sobretudo, em programas de pós-graduação de instituições de pesquisa e ensino superior. Os textos aqui publicados apoiam-se no entendimento de que a função social da História reside em produzir conhecimento científico a partir dos nossos problemas e desafios atuais, com todo o rigor metodológico e responsabilidade que o ofício exige. Nessa perspectiva, essa coletânea é fruto de um esforço coletivo de reunir e divulgar os resultados de diversas pesquisas de egressos – mestres e doutores – da Linha de Pesquisa Cultura e Identidades, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e também de outros Programas do Sul do país. A coletânea de textos aborda diversos temas da história do Paraná contemporâneo, organizados em três eixos temáticos: Ditadura, Redemocratização e Historiografia no Paraná; Relações de Gênero e Subjetividades; História Rural, Natureza e Movimentos Sociais. O objetivo é ampliar o acesso aos resultados destas investigações e, por meio da produção e difusão do conhecimento científico, contribuir para a ampliação de mecanismos e espaços de reflexão, de diálogo e de aprimoramento e reafirmação da ciência e da democracia.

COLEÇÃO TEMPOS HISTÓRICOS Nº 26

 Desalinho

 unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

 CAPES

ISBN 978-65-88544-25-9



9 786588 544259